

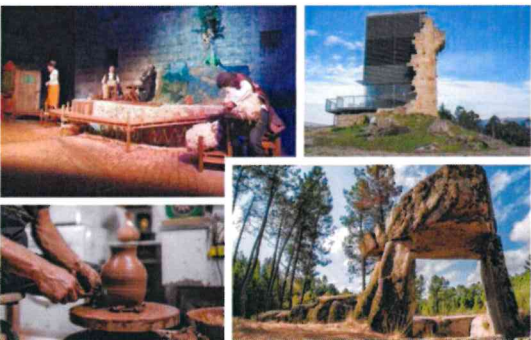
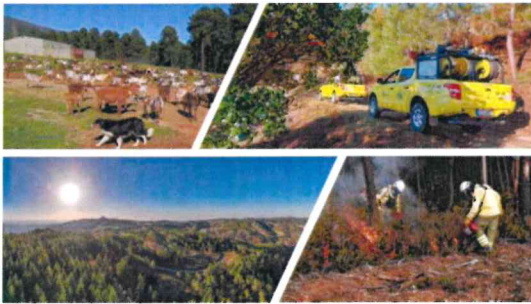
Aprovado, por unanimidade, na reunião do Conselho Intermunicipal de 23/04/2024
José António Figueiredo

Aprovado por unanimidade na reunião da Assembleia Intermunicipal de 29/04/2024

Citlene Lindalva



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

Tondela, 15 de abril de 2024

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho Intermunicipal	3
1. Introdução	5
2. Apresentação da CIM Viseu Dão Lafões	6
2.1. Constituição e Objeto	6
2.2. Municípios Associados	7
2.3. Missão, Visão e Valores	7
3. Estrutura Organizacional e Recursos Utilizados	9
3.1. Organograma	9
3.2. Órgãos Sociais	11
3.3. Recursos da Comunidade	13
3.3.1. Recursos Físicos	13
3.3.2. Recursos Humanos	13
4. Atividades Desenvolvidas	16
5. Prestação de Contas do Exercício Económico de 2023	166
5.1. Análise Patrimonial	170
5.2. Análise Orçamental	182
Anexos	189
Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais do exercício económico 2023	
Declaração dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso	
Declaração dos Compromissos Plurianuais	

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNCIPAL

A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões registou, durante o ano de 2023, mais uma vez, um conjunto de realizações, atividades e projetos em vários domínios de intervenção, que teve, ainda, a capacidade de o fazer envolvendo um conjunto significativo de parceiros do tecido Institucional e empresarial da nossa região.

Durante o ano de 2023, de realçar, a conclusão da primeira fase do projeto BUPi – Balcão Único do Prédio, no âmbito do Sistema de informação cadastral simplificado, em que esta CIM, em conjunto com os seus municípios associados, expandiu o cadastro da propriedade rústica e a universalização do BUPi na região, tendo sido registadas, nesta primeira fase, um total de 298.267 matrizes.

O alcance deste número só foi possível graças ao trabalho desenvolvido pelos Balcões Únicos do Prédio nos catorze municípios associados da CIM, em funcionamento desde junho de 2021, bem como pelos 18 balcões de atendimento itinerante, compostos por uma equipa móvel de cadastro constituída por 2 técnicos habilitados. A estratégia de capilaridade na intervenção e operacionalização deste projeto veio a revelar-se decisiva.

Isto mesmo foi reconhecido na primeira edição dos “Prémios BUPi”, no qual esta Comunidade Intermunicipal recebeu o galardão principal da iniciativa, o “Grande Prémio BUPi”, o qual distinguiu a Entidade que mais se destacou de forma transversal nas várias dimensões do projeto durante o ano de 2022.

No ano de 2023 a CIM desenvolveu, igualmente, projetos no domínio da transformação digital e da inteligência territorial. Trata-se, assim, de um processo de mudança, na governação pública local, em que as pessoas são o centro da política pública, em que respondemos às suas necessidades e aspirações, no fundo de quem vive, trabalha, visita e investe no nosso território. Temos, assim, um paradigma centrado nos dados (dados externos e dos municípios) e a sua valorização. Nesta sequência, apresentámos, em Barcelona, na Smart City Expo World, o primeiro vertical da plataforma analítica de inteligência territorial, denominado “SMART MOBILITY”.

No domínio da educação, e mais concretamente na temática do sucesso educativo, a CIM Viseu Dão Lafões, continuou, o desenvolvimento, de atividades e iniciativas intermunicipais, num projeto construído com todos os agrupamentos de escolas e com os municípios.

Também, durante o ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a desenvolver o seu trabalho no domínio da promoção turística, nomeadamente na estruturação da oferta associada aos produtos turísticos Gastronomia e Vinhos, Turismo Cultural e eventos, Saúde e Bem-estar e Turismo Natureza. Neste domínio, de destacar, a inauguração a 6 de outubro da Ecopista do Vouga, com uma extensão total de 65 quilómetros, que veio reforçar a oferta e notoriedade do produto compósito de Walking e Cycling na região.

No domínio do ambiente, da proteção civil e da defesa da floresta continuámos o trabalho que temos vindo a realizar, ao longo dos últimos anos, com enfoque na execução dos projetos

européus Life Landscape Fire e Nieblas, com outros parceiros europeus, no qual se destaca as ações desenvolvidas no domínio do fogo controlado e da silvo pastorícia. De destacar, ainda, o trabalho desenvolvido pelas brigadas de sapadores florestais, ao nível da gestão dos combustíveis, quer da rede primária, quer da rede secundária, assim como, o projeto intermunicipal de combate à espécie invasora, vespa velutina.

Permitam-me, reforçar, nesta área, a cooperação estratégica e operacional, que tem sido possível estabelecer, neste domínio de intervenção, com a GNR, o ICNF, a ANEPC, através do comando sub-regional, e com os nossos municípios associados através dos GTF municipais e dos serviços municipais de proteção civil.

No domínio da mobilidade e dos transportes permitam-me destacar a consolidação do projeto de transporte flexível “Ir e Vir”, que se assume, cada vez mais, como um verdadeiro projeto de coesão social e territorial. Lançámos, igualmente, no ano de 2023, o concurso público internacional no âmbito do serviço público de transporte de passageiros, esperando que ele entre em operação no último trimestre de 2024.

Concluímos, também, em 2023, o processo negocial com a Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro, relativo ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, tendo o mesmo sido assinado, em sessão pública, no passado dia 27 de março.

A experiência demonstra-nos que talvez ainda não seja o último ciclo de apoio ao investimento, contudo, face ao passado recente, que nos confrontou com pandemias, guerras e crises económicas e financeiras de dimensão mundial, cujo alcance e sequelas são ainda difíceis de antever, este quadro financeiro plurianual será, com toda a certeza, decisivo para o futuro da região e das suas gerações vindouras.

Não tanto a dimensão dos recursos financeiros, mas antes a qualidade das opções estratégicas e a capacidade de gestão e de agir coletivamente, constituirão fatores que condicionarão de forma indelével o desenvolvimento da nossa região e dos municípios que, não obstante a sua diversidade, integram este território e partilham um futuro comum.

O sucesso do trabalho desenvolvido só é possível, pois, com o esforço conjunto de todos os autarcas, dirigentes, técnicos e funcionários da Comunidade Intermunicipal, pelo que não poderia deixar de reconhecer e agradecer a todos o empenho e, fundamentalmente, a grande capacidade de trabalho conjunto ao serviço da nossa região Viseu Dão Lafões.

Uma palavra também a todos os nossos parceiros, a todos os atores da região, Instituições públicas e privadas que colaboram com a Comunidade Intermunicipal.

A todos o meu bem-haja.

Fernando de Carvalho Ruas
(Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões)

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, relativo ao ano de 2023, pretende dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 40º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, compete ao Secretariado Executivo Intermunicipal a elaboração de um relatório anual de gestão (conjuntamente com os demais documentos de prestação de contas), que será apreciado e votado em sede de Conselho Intermunicipal que, posteriormente, o submeterá à aprovação do órgão deliberativo.

Assim, a prestação de contas que se apresenta para aprovação é constituída por um conjunto de documentos, mapas e demonstrações que refletem toda a atividade financeira verificada no ano de 2023. Neste contexto, este relatório tem os seguintes objetivos:

1. Explicitar os níveis de execução orçamental conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas e das despesas;
2. Analisar a situação económica e financeira da CIM Viseu Dão Lafões, do ponto de vista patrimonial, considerando o balanço e a demonstração de resultados à data de 31/12/2023.

Podem, assim, ser analisados diversos itens importantes da gestão da CIM Viseu Dão Lafões, tais como:

- O balanço patrimonial;
- A demonstração de resultados;
- O desempenho orçamental da despesa e da receita e as respetivas execuções ao longo do ano;
- A execução financeira do Plano Plurianual de Investimento (PPI) de 2023;
- A demonstração dos fluxos de caixa;
- O anexo às demonstrações financeiras.

O presente documento incorpora, ainda, uma breve apresentação da CIM, da estrutura organizacional e recursos utilizados, bem como uma resenha das atividades desenvolvidas durante o ano de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DA CIM VISEU DÃO LAFÕES

2.1 CONSTITUIÇÃO E OBJETO

No dia doze de março de dois mil e sete, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, constituíram entre si, uma Associação de Municípios de Fins Específicos com a denominação Associação de Municípios da Região Dão Lafões (AMRDL), que entretanto transformaram em Comunidade Intermunicipal (CIM) com a denominação Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, no dia 26 de novembro de dois mil e oito, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial, que corresponde à Unidade Territorial estatística de nível III (NUT III), Dão Lafões da Região Centro, nos termos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.

Os objetivos definidos para a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões visavam a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela Comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.

Em 2013, e com a entrada em vigor de nova legislação relativa às associações públicas de autarquias locais, designadamente a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a CIM assumiu a natureza de entidade intermunicipal e adotou a designação Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM Viseu Dão Lafões).

Posteriormente, e com a publicação da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, que aprova o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente, impôs-se uma revisão dos estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, ajustando-os às novas competências dos órgãos da CIM em matéria de organização dos serviços.

Assim, de acordo com os Estatutos da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, aprovados pelo Conselho Intermunicipal e pela Assembleia Intermunicipal a 23/11/2015 e a 30/11/2015, respetivamente, e publicados no Diário da República, 2ª Série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016, através do anúncio n.º 6/2016, a CIM visa a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental no seu território;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos quadros financeiros plurianuais da política comunitária europeia;

- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal;
- e) Assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central em áreas como Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; Rede de equipamentos de saúde; Rede educativa e de formação profissional; Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; Segurança e proteção civil; Mobilidade e transportes; Redes de equipamentos públicos; Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer;
- f) Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.

2.2 MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

Os Municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões são:

- Aguiar da Beira
- Carregal do Sal
- Castro Daire
- Mangualde
- Nelas
- Oliveira de Frades
- Penalva do Castelo
- Santa Comba Dão
- São Pedro do Sul
- Sátão
- Tondela
- Vila Nova de Paiva
- Viseu
- Vouzela

2.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A CIM Viseu Dão Lafões definiu, como principal missão, construir com os seus municípios associados e todos os agentes económicos, sociais e culturais, públicos e privados do território, as prioridades de intervenção que, no seu conjunto, contribuam para que a Região Viseu Dão Lafões se torne uma região inovadora, empreendedora, atrativa e competitiva, possibilitando o seu crescimento sustentável e a sua coesão económica e social.

A visão que a CIM assumiu, desde o primeiro momento, foi a de tornar-se uma Comunidade Intermunicipal de referência, pela sua capacidade de resposta às necessidades dos municípios e da região e pelo “know-how”, qualidade técnica e humana dos seus técnicos, originando nos seus associados um sentimento de credibilidade e confiança.

Os valores pelos quais pauta o exercício da sua atividade podem resumir-se em:

- Inovação e Criatividade – Temos plena consciência que só através da inovação e criatividade se conseguem vantagens competitivas estruturantes para a região, que

representem real valor para os nossos municípios associados e para os nossos parceiros.

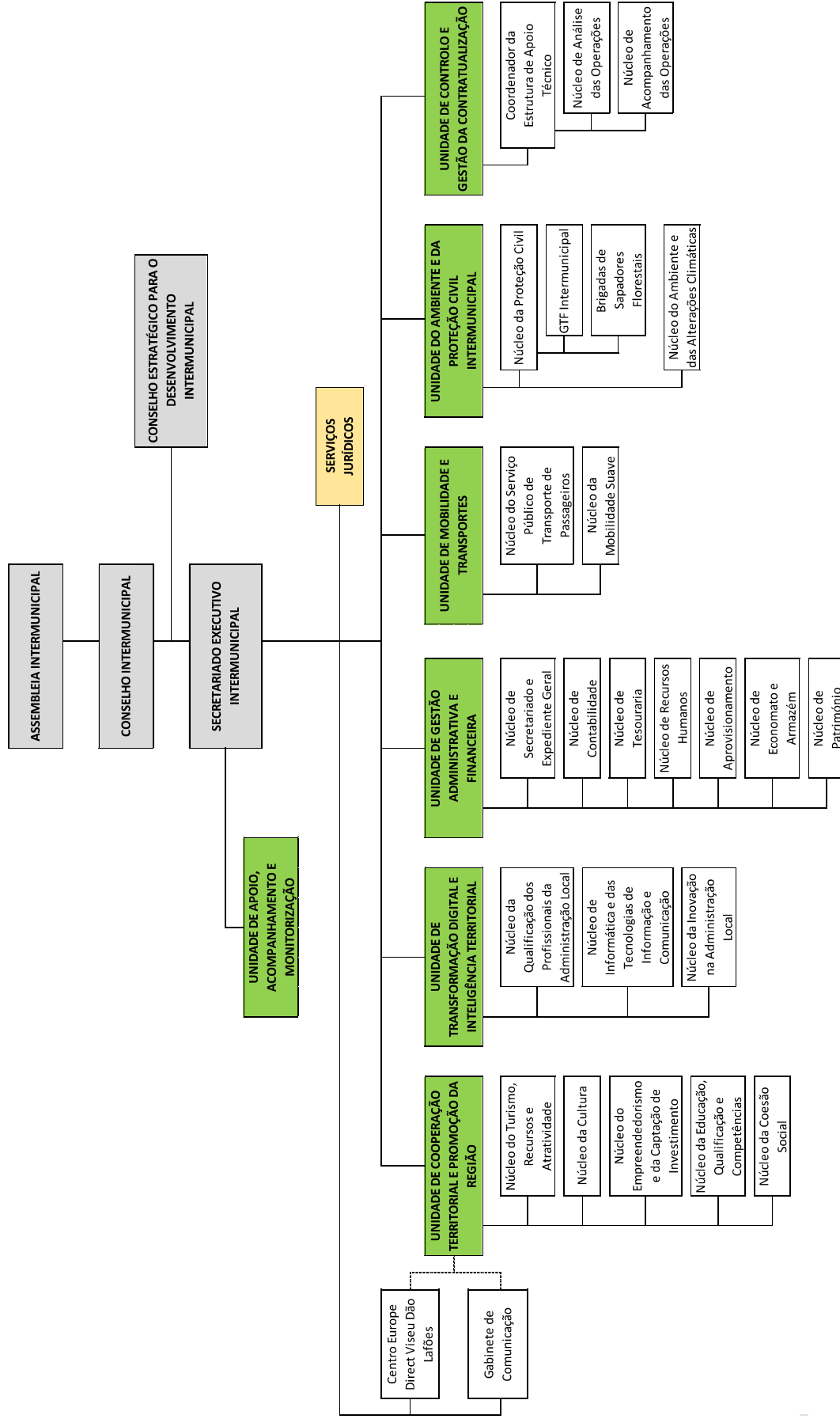
- Cooperação – Entendemos que a cooperação é uma competência fundamental na envolvente associativa atual. Assim, procuramos trabalhar ativamente e em forte cooperação com todos os atores locais e parceiros na procura das melhores soluções para cada projeto. Desta forma, os ganhos obtidos serão traduzidos em vantagens competitivas para todos.
- Confiança – Para que consigamos cumprir com sucesso a nossa missão é necessário estabelecer relações de confiança com os nossos Municípios Associados e Parceiros. Assim, prestamos grande atenção às suas necessidades e, em conjunto, partilhamos conhecimentos e experiências de forma a prestar serviços de excelência e que contribuam para a competitividade da região.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS UTILIZADOS

3.1 ORGANOGRAMA

A organização dos serviços da CIM foi efetuada de acordo com a legislação relativa às entidades intermunicipais, tendo o regulamento dos serviços intermunicipais sido aprovado em sede de Conselho Intermunicipal, em reunião datada de 23 de novembro de 2015, e publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016, através do anúncio n.º 5/2016.

Assim, podemos visualizar no organograma abaixo a estrutura atualmente em vigor:



3.2 ORGÃOS SOCIAIS

A CIM Viseu Dão Lafões tem como órgãos sociais a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

- **Assembleia Intermunicipal:** Órgão deliberativo da CIM, constituído por membros das Assembleias Municipais dos municípios que integram a Comunidade. A atual mesa, resultante das eleições autárquicas de setembro de 2021 e eleita na reunião de Assembleia realizada no dia 22 de novembro de 2021, é constituída pelos seguintes membros:
 - Presidente: Cilene Gomes Lindinho
 - Vice-Presidente: Abel Joaquim Tavares Dias
 - Secretário: Luís Miguel Figueiredo Duarte
- **Conselho Intermunicipal:** Órgão executivo e deliberativo da Comunidade Intermunicipal, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos 14 municípios integrantes da Comunidade, sendo de entre eles eleito o Presidente e dois vice-presidentes. Neste momento estes cargos são ocupados por:
 - Presidente: Fernando de Carvalho Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu
 - Vice-Presidente: Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul
 - Vice-Presidente: Paulo Martins de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire
- **Secretariado Executivo Intermunicipal:** Órgão executivo da CIM, cujos membros são eleitos pela Assembleia Intermunicipal com base numa proposta do Conselho Intermunicipal. Por deliberação da Assembleia Intermunicipal da CIM, em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2021, foi designado, como Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Luís Nuno Tenreiro da Cruz M. Martinho.
- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal:** Órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos e constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.

Este órgão é composto pelo Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que preside ao Órgão, e ainda pelos representantes das seguintes entidades:

- ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão;
- ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva;
- ADICES – Associação de Desenvolvimento Local;

- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira;
- Unidade Local de Saúde de Viseu Dão Lafões;
- AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu;
- AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal;
- Associação Comercial do Distrito de Viseu;
- Centros de Formação do território da CIM Viseu Dão Lafões (CFAE Castro Daire Lafões, Centro de Formação EduFor, CFAE do Planalto Beirão, Centro de Formação Visprof – um representante comum);
- Comando Regional de Emergência e Proteção Civil do Centro;
- Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil de Viseu Dão Lafões;
- Comando Territorial da GNR de Viseu;
- Comissão Vitivinícola Regional do Dão;
- Dioceses do território da CIM Viseu Dão Lafões (Diocese de Lamego e Diocese de Viseu – um representante comum);
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Delegação Regional do Centro;
- Federação dos Bombeiros do Distrito de Viseu;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Direção Regional do Centro;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Centro;
- Instituto Português do Desporto e Juventude – Direção Regional do Centro;
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Viseu;
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital da Guarda;
- Instituto Piaget – Campus Universitário de Viseu;
- Instituto Politécnico de Viseu;
- PSP Comando Distrital de Viseu;
- Regimento de Infantaria nº 14;
- Turismo do Centro de Portugal;
- União de Misericórdias Portuguesas – Secretariado Regional de Viseu;
- União Distrital de Viseu das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Universidade Católica – Campus de Viseu.

Tem, também, assento no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com o estatuto de observador, a CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Não tendo qualidade de membros, podem também assistir e participar no CEDI, os Presidentes das Câmaras Municipais da área da CIM Viseu Dão Lafões, o Presidente da Assembleia Intermunicipal e o Secretariado Executivo Intermunicipal.

3.3 RECURSOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

3.3.1 RECURSOS FÍSICOS

Em termos de instalações, a CIM Viseu Dão Lafões funciona, atualmente, nos pisos 0 e 1 do Edifício Novo Ciclo - Rua Dr. Ricardo Mota, na cidade de Tondela, tendo disponível uma sala de formação, uma sala de reuniões para o Conselho Intermunicipal e um pequeno auditório que permite a realização de sessões de trabalho e reuniões com os municípios, associações, instituições e demais entidades da região.

No entanto, as brigadas de sapadores florestais encontram-se instaladas na Base das Lajes, em Sátão, na Base de Alva, em Castro Daire, e na Base de Canas de Santa Maria, em Tondela.

A CIM Viseu Dão Lafões é, também, proprietária da Casa do Adro, na cidade de Viseu, utilizando a mesma para a realização de algumas reuniões de trabalho e workshops no âmbito dos projetos desenvolvidos.

Para além disso, no edifício da Casa do Adro encontra-se, também, instalado, desde maio de 2021, o Centro de Informação Europe Direct, que serve as regiões de Viseu e de Aveiro.

No que respeita aos investimentos em imobilizado corpóreo, nos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a adquirir equipamento administrativo, informático e algum software para fazer face à sua atividade operacional e ao necessário apetrechamento das suas instalações, bem como equipamentos de proteção individual para equipar e assegurar o funcionamento das brigadas de sapadores florestais.

De referir, ainda, que as brigadas de sapadores florestais, para o necessário desempenho das suas funções, dispõem de seis viaturas apetrechadas com equipamento coletivo motomanual e manual, as quais foram entregues à CIM Viseu Dão Lafões, pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em regime de comodato.

3.3.2 RECURSOS HUMANOS

Para prossecução das atribuições a que se referem os respetivos estatutos, a CIM Viseu Dão Lafões, adota uma estrutura matricial, na aceção do artigo 9.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, cabendo ao Secretariado Executivo Intermunicipal a criação, alteração ou extinção de equipas multidisciplinares.

Assim, no que se refere à vertente dos recursos humanos, a Comunidade Intermunicipal dispõe, neste momento, de um quadro de pessoal composto por 36 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- Um Secretariado Executivo Intermunicipal composto por um Primeiro Secretário;

- Seis técnicos superiores afetos à Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, assumindo um deles a função de Coordenador (Chefe de Equipa Multidisciplinar) da Estrutura de Apoio Técnico criada no âmbito do processo de contratualização estabelecido entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro;
- Dois técnicos superiores na Unidade de Transformação Digital e Inteligência Territorial, assumindo um deles a função de Chefe de Equipa Multidisciplinar;
- Quatro técnicos superiores na Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, assumindo um deles a função de Chefe de Equipa Multidisciplinar;
- Dois técnicos superiores na Unidade de Mobilidade e Transportes, estando a liderança desta unidade cometida ao Chefe de Equipa da Unidade de Transformação Digital e Inteligência Territorial;
- Um técnico superior na Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, o qual assume as funções associadas ao Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal. De referir que, a liderança desta unidade está cometida a um dos técnicos da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização;
- Quinze assistentes operacionais na Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, os quais assumem as funções de sapedores florestais;
- Um técnico superior na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, estando a coordenação desta unidade cometida à Coordenadora da EAT (Chefe de Equipa Multidisciplinar);
- Dois assistentes técnicos na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira;
- Dois assistentes operacionais na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, a exercer funções no edifício da Casa do Adro, em Viseu, fruto da transferência da universalidade jurídica da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões.

Salienta-se, ainda, que a alocação destes colaboradores às Unidades Orgânicas supra referidas não prejudica a mobilidade funcional que possa existir, por conveniência de serviço, pelo que, nesse âmbito, e tendo em conta a necessidade de reforçar a Estrutura de Apoio Técnico, em resultado do acréscimo de trabalho associado ao processo de contratualização, dois técnicos de outras Unidades Orgânicas encontram-se, também, alocados à referida Estrutura. Para além disso, a liderança da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal é assegurada por um dos técnicos da estrutura da CIM Viseu Dão Lafões, tendo em consideração o seu vasto currículo na área em apreço.

Neste âmbito, dar, também nota que no seguimento da criação da Unidade de Apoio, Acompanhamento e Monitorização, a qual tem como missão, junto do Secretariado Executivo Intermunicipal, acompanhar e monitorizar as tarefas desenvolvidas pelas restantes unidades orgânicas da CIM, bem como auxiliar a execução de outras tarefas relacionadas com as

competências atribuídas ao Secretariado Executivo Intermunicipal, um dos técnicos da estrutura da CIM Viseu Dão Lafões foi designado como chefe de equipa da referida unidade, atendendo ao trabalho já realizado pelo mesmo a este nível. De referir que, fazem também parte da Unidade de Apoio, Acompanhamento e Monitorização os chefes de equipa das restantes unidades orgânicas da CIM e um assistente técnico da Unidade de Gestão Administrativa e Financeira.

De referir, também, que se encontram a decorrer vários procedimentos para contratação de:

- Um assistente técnico para a Unidade de Mobilidade e Transportes, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Dois técnicos superiores para a Unidade de Mobilidade e Transportes, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Um técnico superior para Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto;
- Catorze assistentes operacionais para a Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Um assistente técnico para a Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, em regime de mobilidade;
- Um técnico superior para a Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Três técnicos superiores para a Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Um técnico superior para a Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, em regime de mobilidade.

Ainda no que concerne aos recursos humanos, a CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), conta, atualmente, com a colaboração de uma estagiária, que se encontra a dar apoio à Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região. Este estágio tem a duração de 12 meses e foi iniciado a 7 de agosto de 2023.

Dar, ainda, nota que, no âmbito de uma candidatura ao Programa “Contrato de Emprego e Inserção +”, a CIM Viseu Dão Lafões dispõe de duas assistentes técnicas, que dão apoio à Unidade de Mobilidade e Transportes e à Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, as quais iniciaram contrato a 25 de setembro de 2023, pelo período de um ano.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste capítulo apresentam-se, de forma resumida, aquelas que foram as principais atividades desenvolvidas pela CIM Viseu Dão Lafões durante o ano de 2023, enquadrando-se as mesmas nas Opções do Plano e Orçamento aprovadas em sede de Assembleia Intermunicipal.

De realçar que a CIM, no âmbito da sua atuação, teve a preocupação de captar financiamento comunitário para o território, tendo estado atenta aos avisos de abertura de concurso que foram sendo publicados pelos vários Programas Operacionais do Portugal 2020, de forma a submeter, a financiamento, não só os projetos de investimento sinalizados e identificados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, mas, também, outros que demonstrassem enquadramento nas políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial definidas para a região Viseu Dão Lafões.

Para além dos Programa Operacionais do Portugal 2020, a CIM Viseu Dão Lafões prestou, também, atenção aos avisos que iam sendo publicados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, de modo a identificar novas oportunidades de financiamento para o território, quer através de candidaturas apresentadas individualmente pela CIM ou pelos seus Municípios associados, quer através de candidaturas apresentadas em parceria com outros atores que trabalham no território Viseu Dão Lafões, e que contribuem para o seu desenvolvimento e competitividade.

Posto isto, em seguida apresentam-se, de forma resumida, as atividades desenvolvidas em cada Grande Opção do Plano.

4.1 Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna

Organização e gestão interna da CIM Viseu Dão Lafões

Tal como previsto no Plano de Atividades, a CIM Viseu Dão Lafões desenvolveu um conjunto de ações visando, fundamentalmente, a capacitação institucional e o reforço da componente de organização e gestão interna.

Neste sentido, foi adquirido imobilizado corpóreo, nomeadamente, equipamento informático, software e equipamento administrativo, por forma a dotar a Comunidade Intermunicipal dos meios necessários ao seu funcionamento, principalmente no que se refere à ocupação dos novos postos de trabalho.

Relativamente às bases onde se encontram instaladas as brigadas de sapadores florestais, nomeadamente, a Base das Lajes, em Sátão, a Base de Alva, em Castro Daire, e a Base de Canas de Santa Maria, em Tondela, a CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade aos contratos de comodato, celebrados com os respetivos Municípios, assegurando, assim, as condições necessárias para o funcionamento das referidas brigadas.

Quanto aos equipamentos necessários ao funcionamento das brigadas de sapadores florestais, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a dispor de seis viaturas apetrechadas com equipamento coletivo motomanual e manual, as quais foram entregues pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Floresta (ICNF), em regime de comodato.

No que respeita aos equipamentos de proteção individual a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2023, teve necessidade de adquirir mais algum equipamento, não só para equipar os novos sapadores florestais que integraram as brigadas, mas, também, para substituir algum equipamento já danificado.

Também o edifício da Casa do Adro, em Viseu, atendendo à sua antiguidade, e ao facto de estar a necessitar de algumas obras de melhoria e requalificação, mereceu especial atenção por parte da CIM Viseu Dão Lafões. Nesse sentido, no ano de 2023, procedeu-se à aquisição de serviços para elaboração dos projetos de especialidades subjacentes às referidas obras de reabilitação, requalificação e beneficiação, os quais estão em fase de conclusão.



No decurso do ano de 2023, destaca-se, também, a realização de duas reuniões ordinárias da Assembleia Intermunicipal, as quais, de acordo com a rotatividade definida em plenário anterior, tiveram lugar em Viseu (28 de abril) e Oliveira de Frades (11 de dezembro).

Já o Conselho Intermunicipal, realizou, durante o ano de 2023, vinte e três reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, em conformidade com o definido nos estatutos, tendo as mesmas decorrido de forma descentralizada pelos catorze municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões.



No que se refere ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, foi realizada uma reunião, no dia 20 de setembro, na Casa do Adro, em Viseu, destacando-se da ordem de trabalhos a apresentação da proposta de Instrumento Territorial Integrado (ITI), no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual Portugal 2030.



Promoção e divulgação

Conforme previsto no Plano de Atividades, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a apostar no reforço da promoção e divulgação da imagem da Comunidade Intermunicipal e da Região, tendo para o efeito desenvolvido um conjunto de ações que tiveram como objetivo intensificar e reforçar a identidade de Viseu Dão Lafões, quer no interior da Região quer no exterior, nomeadamente:

- i. Gestão e atualização da página institucional da CIM nas redes sociais com inclusão de notícias e informações sobre as atividades desenvolvidas e a desenvolver pela Comunidade Intermunicipal;
- ii. Gestão e atualização dos sites associados aos projetos desenvolvidos pela CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente, da Ecopista do Dão, do LIFE, do Valoriza-te, do Visit Viseu Dão Lafões, da Rede Cultural Viseu Dão Lafões, da Revista Beira Alta, do Centro Europe Direct, do Ir e Vir, do CRAFT, do Mapa dos Segredos e do +Iglu;
- iii. Produção de material promocional da Comunidade Intermunicipal;
- iv. Publicação de newsletters digitais do “Centro Europe Direct”, com vista a divulgar as atividades realizadas;



- v. Elaboração e difusão de press releases sobre os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida, organização e divulgação de conferências de imprensa e assistência aos pedidos de informação de órgãos de comunicação social.

Revista Beira Alta

A Revista Beira Alta, publicada desde 1942, tem um âmbito temático diversificado, apresentando estudos e artigos de conceituados autores em diversas áreas do conhecimento tais como história, história da arte, etnografia, literatura, música, etc., numa abrangência geográfica alargada, que compreende todo o território da Beira Alta.



Para além disso, a Revista potencia o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento, não apenas na tessitura da região, mas também no quadro das relações com o resto do território nacional e/ou internacional, tendo vindo a assumir, ao longo dos anos, manifesta relevância na disponibilização de estudos relativos ao território da Beira Alta, motivando muitos investigadores ao desenvolvimento de trabalhos e pesquisas para integrarem esta publicação periódica.

Lançada em 1942 pela Junta da Província, a Revista transitou para a Junta Distrital de Viseu em 1960 e, posteriormente, em 1978, para a Assembleia Distrital de Viseu, e com a extinção desta última entidade, o projeto foi assumido, a partir de 2015, pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, enquadrado na transferência da Universalidade Jurídica Indivisível da Assembleia Distrital para este organismo intermunicipal.

Deste então, a Comunidade Intermunicipal, mantendo a identidade da Revista Beira Alta, tem vindo a apostar na valorização da mesma, tendo para o efeito criado um site (www.revistabeiraalta.pt),



destinado à divulgação, promoção e comercialização da Revista, a partir do qual é possível, entre outras capacidades, consultar a coleção de edições impressa, as sínteses dos seus artigos, e subscrever, adquirir edições ou conteúdos específicos.

Assim, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões para além de ter dado continuidade à dinamização e manutenção do site, prosseguiu, também, com os trabalhos associados à produção dos próximos volumes da Revista Beira Alta.

4.2 Promover a modernização e digitalização dos serviços da administração local, estimular a inovação e a conectividade digital, e reforçar a capacitação institucional e as redes de cooperação

Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões

Ao longo dos últimos anos, a área da modernização administrativa tem sido uma das grandes apostas da CIM Viseu Dão Lafões e dos seus municípios associados, e, nesse sentido, foram executadas candidaturas por via do Programa Operacional Regional MaisCentro, do COMPETE e, mais recentemente, do Programa Operacional Regional do Centro 2020, as quais permitiram melhorar os serviços públicos, por forma a dar resposta e satisfazer as exigências que vão surgindo por parte dos cidadãos e empresas.

Assim, no decurso do ano de 2023, a Comunidade Intermunicipal continuou a trabalhar em estreita articulação com os seus municípios, apoiando-os na consolidação dos investimentos realizados, e na implementação de medidas que permitam fomentar a inovação, proximidade, simplificação e modernização administrativa autárquica.

Desse trabalho, destaca-se, a título de exemplo, a continuidade da disponibilização de um conjunto alargado de ferramentas de exploração de informação cartográfica supramunicipal sobre temas essenciais para a gestão do território, através do **SIG à escala intermunicipal – Portal Geográfico Viseu Dão Lafões**, bem como a prossecução do aprofundamento do conhecimento sobre a rede rodoviária da região, para a aplicação das melhores referências e metodologias de gestão preventiva, eficaz e eficiente da rede rodoviária, por via do **Centro de Competências e Gestão de Vias da CIM Viseu Dão Lafões (CCGV)**.

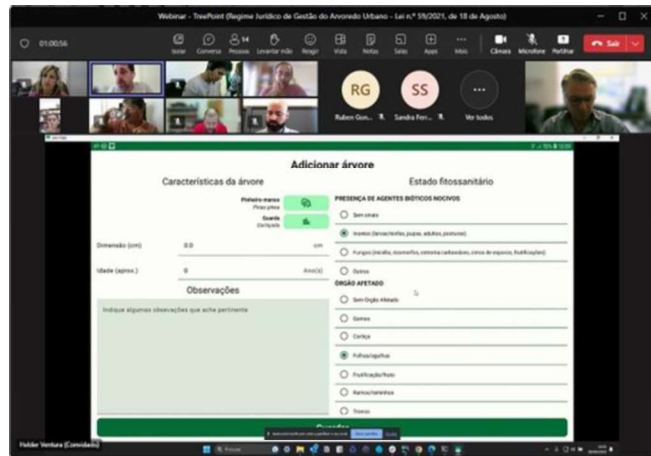
Para além disso, no decurso do ano de 2023, a Comunidade Intermunicipal continuou, também, a apostar na dinamização da **Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões**, a qual tem permitido às entidades aderentes, das quais fazem parte,



para além dos municípios da CIM, algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social e corporações de bombeiros do território, a geração de poupanças económicas e processuais nas adjudicações efetuadas ao abrigo dos acordos quadro implementados, no âmbito da referida Central de Compras, dos quais se destacam, a aquisição de combustíveis rodoviários, eletricidade, gás, refeições escolares, leite escolar, consumíveis de higiene e limpeza, entre outros.

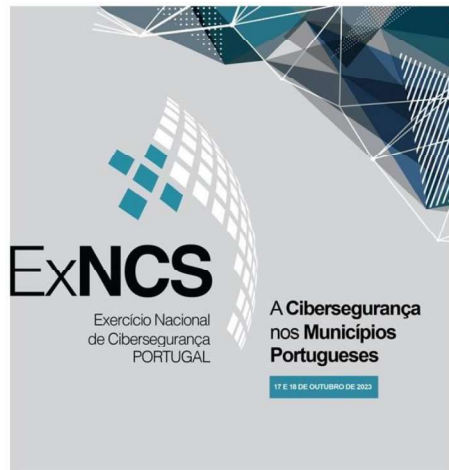
Na sequência da entrada em vigor do Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano, a CIM Viseu Dão Lafões, desenvolveu, também, uma **Ferramenta de Gestão de Arvoredo Urbano**, a qual permite aos municípios recolher a localização e as características das espécies arbóreas a cadastrar.

A apresentação desta app e das suas valências, foi efetuada num webinar de capacitação, promovido pela CIM Viseu Dão Lafões, no dia 28 de setembro de 2023, e dirigido aos colaboradores dos departamentos de "Sistemas de Informação Geográfica", "Ambiente" e "Espaços Urbanos" dos seus municípios associados.



No ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões acolheu, também, a **4ª edição do Exercício Nacional de Cibersegurança**, a qual teve como objetivo sensibilizar os municípios para o tema da cibersegurança, analisar o respetivo grau de maturidade, bem como testar a sua capacidade de resposta a incidentes e proficiência na aplicação do Regime Jurídico de Segurança do Ciberespaço.

Assim, durante os dias 17 e 18 de outubro, a CIM Viseu Dão Lafões recebeu um grupo constituído pelos técnicos de informática e responsáveis pela cibersegurança dos seus 14 municípios, que participaram em ações de capacitação e em exercícios de prevenção e resposta a incidentes de cibersegurança (simulacros).



De referir que este Exercício,

dedicado à administração pública local, foi organizado pelo Centro Nacional de Cibersegurança em cooperação com a European Union Agency for Cybersecurity, com o apoio da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP e das 25 Entidades Intermunicipais Portuguesas.

Neste campo de atuação destacamos, também, a participação da CIM Viseu Dão Lafões no **evento "Leading Cities and Communities"**, uma iniciativa, promovida pela ESRI Portugal, com o apoio da MEO Empresas e da Nova IMS, que procurou refletir sobre a importância de um

planeamento mais eficiente do território, onde o conceito de comunidade ganha relevância, o qual decorreu no Auditório do Fórum Picoas (Lisboa), no dia 18 de outubro de 2023.

Neste evento, em formato debate, o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, enquanto orador, participou na Mesa Redonda "The Challenges of Digital Transformation", a qual contou, ainda, com as presenças do Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Carlos Lobo, e do Secretário Executivo da CIM Oeste, Paulo Simões, e cuja moderação esteve a cargo do jornalista e pivô da CNN, João Marinheiro.

Na sua intervenção, o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, destacou o projeto Smart Region Viseu Dão Lafões, um projeto de transformação digital que irá abrir as portas a um território mais inteligente, conectado, e sustentável e capaz de responder aos novos desafios, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.



Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local

Atendendo a que a capacitação dos técnicos e das organizações autárquicas contribui diretamente para a modernização administrativa e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, a CIM Viseu Dão Lafões não tem descurado este vetor, e, nesse sentido, tem vindo a implementar uma candidatura aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, no âmbito da prioridade de investimento 11.1 –

Investimentos nas Capacidades Institucionais, a qual visa apoiar a formação dos trabalhadores em funções públicas.

Assim, este projeto formativo, concluído em novembro de 2023, contribuiu para a transformação digital da Administração Pública, visando a redução dos custos de contexto e a qualificação da prestação do serviço público, induzindo uma melhoria do seu desempenho e da sua capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos e das empresas, promovendo alterações no relacionamento com os cidadãos, empresas e outras organizações sociais, nos processos operacionais e no modelo de oferta de bens e serviços públicos.



Durante a execução deste projeto de capacitação, que decorreu nas instalações da Comunidade Intermunicipal e dos seus municípios associados, por forma a promover, também, a economia local e a promoção do território por via da circulação dos formandos entre os vários municípios, foram realizadas várias ações de formação, tais como "Comunicação Organizacional e Marketing Digital", "Cultura, Património e Turismo", "Balcão Único de Atendimento - Competências e Técnicas Comportamentais de atendimento online", "Atendimento de Excelência Inovador e Esclarecedor das Novas Soluções Técnicas de Atendimento Online/Telefónico e Técnicas de Atendimento Presencial", "Atendimento Integrado - Capacitação para o atendimento a deficientes", "Modelo de Arquivo", "Gestão de Projetos", "Trabalho de Equipa", "Gestão de Conflitos", "Relacionamento Interpessoal", "Gestão de Stress Profissional: Melhoria da qualidade de vida no trabalho vs eficiência", "Código da Contratação Pública da Fase Pré-Contratual à Celebração do Contrato", "Alterações ao CCP", "CPA (Código do Procedimento Administrativo)", "As medidas de modernização e CPA na perspetiva das Autarquias Locais", "Gestão Financeira", "A Reengenharia dos processos enquadrados nos Sistemas de Gestão de Qualidade", "Gestão da Qualidade, Auditoria e Melhoria da Organização", "Execuções Fiscais", "Contraordenações - Componente Jurídica", "SIADAP", "Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas", "Gestão de Recursos Humanos", "A

Gestão dos Horários de Trabalho na Legislação Laboral", "SST - Segurança e Saúde no Trabalho", "Proteção Civil e Gestão de Emergência", entre outras.

De referir que, este projeto permitiu reforçar as competências dos detentores de cargos públicos, dirigentes, e demais colaboradores da Administração Pública Local, e, concomitantemente, melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços, nomeadamente por via da simplificação dos regulamentos e dos processos internos e pela implementação de novos modelos organizativos, nomeadamente no contexto das novas competências associadas ao processo de descentralização.

Implementação de Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões

Conforme é sabido, o conhecimento dos limites e da titularidade da propriedade é imprescindível para as atividades de planeamento, gestão e apoio à decisão sobre a ocupação e uso do território, para a regulação da repartição das mais-valias fundiárias e para a gestão, controlo e planeamento territorial.

Nesse sentido, e uma vez que os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões não dispunham de cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastro predial



em vigor, e tendo surgido, através do Programa Operacional Regional do Centro 2020, a possibilidade de ser financiada a implementação de um sistema de informação cadastral simplificado, os Municípios delegaram, em setembro de 2020, essas competências na Comunidade Intermunicipal, para efeitos de execução da candidatura a apresentar ao referido Programa Operacional.

Com esta candidatura, que decorreu de junho de 2021 a setembro de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões em conjunto com os seus municípios associados, expandiram o cadastro da propriedade rústica e a universalização do BUPi na região, tendo sido registadas, neste período, um total de 298.267 matrizes.



O alcance deste número só foi possível graças ao trabalho desenvolvido pelos Balcões Únicos do Prédio nos catorze municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões, em funcionamento desde junho de 2021, bem como pelos 18 balcões de atendimento itinerante, compostos por uma equipa móvel de cadastro constituída por 2 técnicos habilitados, em funcionamento desde janeiro de 2022, que para além de efetuarem o levantamento e registo do cadastro predial rústico do território, realizaram ações de sensibilização e esclarecimento junto das populações e proprietários, para a importância de efetuarem o registo dos seus terrenos.



Contudo, e atendendo à relevância estratégica que a informação cadastral tem para a reforma profunda do conhecimento do território, esta medida foi prevista no Plano de Recuperação e Resiliência, na componente C08 - Florestas, no âmbito do investimento designado por «Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo», que compreende o subinvestimento «Sistema Nacional de Cadastro Predial», possibilitando, assim, dar continuidade ao trabalho que têm vindo a ser realizado.

Posto isto, e no seguimento da publicação do aviso de concurso n.º 01/C08-i02.05/2023, por parte do PRR, os Municípios voltaram a delegar, em outubro de 2023, as competências para a promoção de operações de representação gráfica georreferenciada na CIM Viseu Dão Lafões, por forma a garantir a apresentação da correspondente candidatura, cuja submissão ocorreu a 15/12/2023.

Paralelamente, a CIM Viseu Dão Lafões procedeu ao lançamento do procedimento concursal para voltar a contratar os técnicos habilitados que compõem as equipas móveis, por forma a complementar o trabalho de georreferenciação que, desde outubro de 2023, é apenas assegurado pelos técnicos municipais dos Balcões Únicos do Prédio instalados nos municípios.

De referir que, a continuidade da implementação deste sistema de informação cadastral é bastante importante para a região Viseu Dão Lafões, na medida em que permite a todos os

cidadãos, titulares de propriedades, identificarem as suas propriedades de forma simples e gratuita, bem como garantir a sua titularidade e marcar os seus limites.

Dar nota que, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal e pelos seus municípios associados no âmbito da implementação do sistema de informação cadastral na região, foi reconhecido na primeira edição dos “Prémios BUPi”, realizada no dia 26 de abril de 2023, na Batalha, onde a CIM Viseu Dão Lafões recebeu o galardão principal da iniciativa, o “Grande Prémio BUPi”, o qual distinguiu a Entidade que mais se destacou de forma transversal nas várias dimensões do projeto durante o ano de 2022.

Para além deste prémio, a CIM Viseu Dão Lafões arrecadou, ainda, o prémio “Ambiente”, ao qual se juntou duas menções honrosas nas categorias “Inovação” e “Proximidade”.

A nível de Municípios a região, também, esteve em destaque na categoria “Produtividade”, onde Viseu conquistou o 2º prémio e Tondela o 3º, e na categoria “Cidadão Primeiro”, na qual Oliveira de Frades arrecadou o 1º prémio e Sátão o 3º prémio.

No que concerne a Técnicos Habilitados, na categoria "Produtividade" Fábio Santos, de Oliveira de Frades, destacou-se ao conquistar o 1º prémio, tendo Pedro Figueiredo, de Vouzela, recebido o 2º prémio.



No ano de 2023, destaca-se, ainda, a presença da CIM Viseu Dão Lafões na 10ª edição do BUPi Envolve, um evento dedicado aos técnicos habilitados dos municípios e comunidades intermunicipais que trabalham, diariamente, com o BUPi, o qual teve lugar na Covilhã, no dia 29 de junho.

A participação da CIM Viseu Dão Lafões, enquanto vencedora dos Prémios BUPi 2022, ficou a cargo do Secretário Executivo, Nuno Martinho.



Dar, ainda, nota que os técnicos, os gestores municipais e os demais envolvidos neste projeto, juntaram-se às comemorações do Dia Internacional das Florestas e do Dia Mundial da Árvore, e procederam, no dia 21 de março de 2023, à plantação de 300 árvores no local de Avelal, no concelho de Sátão, num gesto que pretendeu compensar as emissões de CO2 libertadas para a atmosfera, pelas viaturas utilizadas pelas equipas móveis de cadastro, desde janeiro de 2022.



Plataforma de Cooperação Institucional

Conforme é sabido, aquando da elaboração da Estratégia Viseu Dão Lafões 2020, a Comunidade Intermunicipal considerou de extrema relevância estabelecer um compromisso alargado entre entidades de natureza pública, privada e associativa, corporizado numa eficaz cooperação de vontades e de competências, tendo em vista a construção e operacionalização de projetos coerentes e relevantes, que fossem capazes de dar resposta aos desafios de desenvolvimento e à aplicação eficiente dos fundos nacionais e comunitários.

Nesse sentido, foi estabelecido um modelo de governança, para implementar a estratégia consagrada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões, tendo para o feito sido criada, pela Comunidade Intermunicipal, uma Plataforma de Cooperação Institucional organizada em redes, a saber: Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo; Rede Qualificação e Mercado de Trabalho; Rede Educação; e Rede Coesão Social.

Estas redes, que têm vindo a trabalhar ao longo dos últimos anos em prol do desenvolvimento da região, são constituídas por diversos atores regionais, em cada uma das áreas, de entre os quais se destacam as Associações Empresariais, ADL's (Associações de Desenvolvimento Local), CDSS (Centro Distrital de Segurança Social), IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), IPSS's (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ARS do Centro (Administração Regional de Saúde do Centro), Instituições do Ensino Superior da região, entre outros.

Com este trabalho cooperativo foi possível, não só, assegurar a relevância de um conjunto de projetos intermunicipais e municipais, que foram implementados no quadro comunitário do 2020, ao nível dos domínios de intervenção do emprego, do empreendedorismo, da empregabilidade, da qualificação e educação e do desenvolvimento e inclusão social, mas também, preparar e estruturar a estratégia que será implementada no quadro comunitário do horizonte 2030.

De referir que, atendendo aos eixos de intervenção que foram definidos na Estratégia de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2030, a Comunidade Intermunicipal está a estudar a eventual necessidade de reestruturar/redefinir as referidas redes, e incluir mais entidades nesta plataforma organizada em rede, por forma a que a mesma possa albergar representantes de todas as áreas prioritárias definidas para o nosso território, neste novo período de programação comunitário.

Delegação de Competências da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais

O XXI Governo Constitucional contemplou no seu programa o reforço das competências das autarquias locais, bem como das suas estruturas associativas, as entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização e subsidiariedade, tendo, assim, em conta o melhor interesse dos cidadãos e das empresas que procuram, da parte da administração pública, uma resposta ágil e adequada.

Este reforço da autonomia local previu, não só, a descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, mas, também, a possibilidade de se proceder à redistribuição de competências entre a administração autárquica, fortalecendo o papel das autarquias locais.

Nesse sentido, e conforme é sabido, desde o final do ano de 2018 até agosto de 2020, em resultado da publicação de diversos diplomas legais de âmbito setorial, foi desencadeado um

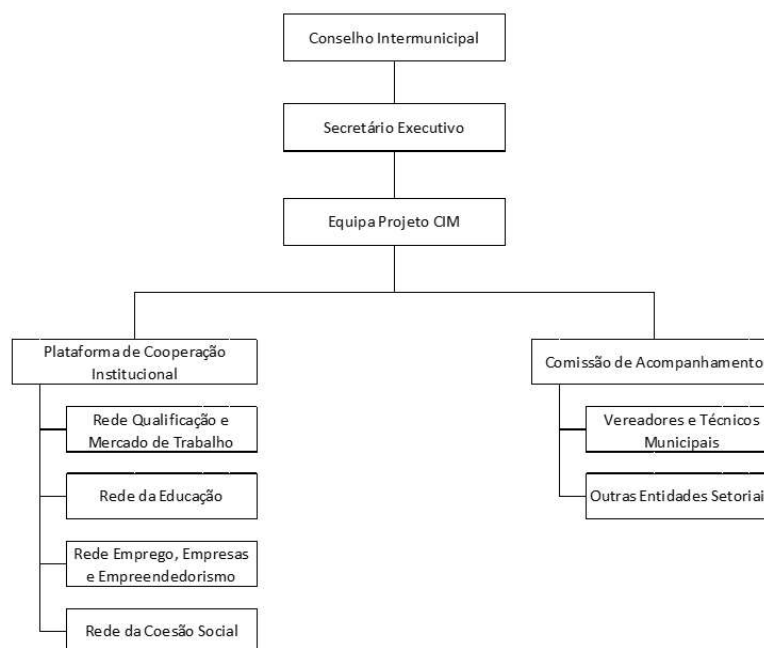
processo de transferência de competências para as entidades intermunicipais, em vários domínios, nomeadamente, da promoção turística, dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, da justiça, da participação na definição da rede dos quartéis de bombeiros, da educação, da saúde, do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, e da ação social.

O exercício das competências supra elencadas foram aceites pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em reuniões realizadas a 23 de janeiro de 2019, 14 de fevereiro de 2019 e 8 de setembro de 2020, com exceção das competências relativas ao domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, cujo exercício das mesmas não foi aceite pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, e pela Assembleia Intermunicipal, em reuniões realizadas a 8 de julho e a 25 de novembro de 2019.

Contudo, é de salientar que a aceitação destas competências por parte da CIM Viseu Dão teve em consideração todo o trabalho que, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser realizado nas áreas da promoção turística, da captação de investimento, da educação e formação, da proteção civil e da inclusão social.

A continuidade deste trabalho, que vai de encontro a algumas das competências delegadas na CIM Viseu Dão Lafões, encontra-se descrita de forma mais pormenorizada ao longo deste documento.

Dar nota que, para o exercício das competências que lhe foram delegadas, a CIM Viseu Dão Lafões conta com a participação dos seus municípios e de todos os atores locais e regionais dos vários domínios temáticos, de acordo com o seguinte modelo de governança:



Centro de Informação Europe Direct

Os Centros de Informação Europe Direct (CIED) têm por missão construir um diálogo pró-ativo e contínuo com os cidadãos, através de atividades informativas e participativas, para promover o projeto europeu e para aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre os benefícios que a União Europeia lhes traz para o quotidiano, ajudando-os a fazer escolhas acertadas, e permitindo identificar os aspetos das políticas da União Europeia que são importantes ao nível local, adaptando as iniciativas para responder às necessidades e anseios específicos das regiões.

Atualmente, a rede de CIED é bastante ampla, contando com cerca de 440 centros em 28 países da União Europeia, dos quais faz parte o Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões, em funcionamento, desde maio de 2021, na Casa do Adro, em Viseu.



A criação do CIED Viseu Dão Lafões foi concretizada através da celebração de uma relação de parceria com a Comissão e com o Parlamento Europeu, estabelecida com a assinatura de uma convenção-quadro com uma duração de 4 anos (2021-2025), durante o qual, para além do apoio financeiro necessário à operação e funcionamento do espaço Europe Direct de funcionamento permanente, a Comissão e o Parlamento fornecem informações oportunas sobre questões da atualidade da União Europeia, formação, publicações e oportunidades de trabalho em rede.



Nesse sentido, e estando em vigor a convenção quadro, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões, em estreita colaboração com a Representação da Comissão e com o Gabinete do

Parlamento Europeu em Portugal, continuou a assegurar o funcionamento do CIED, que agrega a região de Viseu e a região de Aveiro, assegurando as 5 funções chave que lhe estão cometidas, a saber:

- Desenvolver atividades de informação e de envolvimento dos cidadãos, através da organização de eventos, seminários, diálogos, e outras formas de interação;

- Estabelecer relações com os meios de comunicação social e outros multiplicadores de informação, para veículo de informações e conteúdos relevantes sobre as políticas e as prioridades da União Europeia;
- Gerir informação sobre políticas e projetos da União Europeia, atuando sempre que se verifique inexatidão ou que esteja em causa a deturpação, na opinião pública, do seu verdadeiro sentido e objetivos;
- Colaborar com as escolas da região na divulgação de material didático relacionado com a União Europeia, participando em atividades escolares e na formação de professores;
- Promover uma rede regional de redes, através de contactos regulares com outras redes com operação na região, proporcionando um serviço ao cidadão mais simples e melhor e uma maior cobertura de todo o território da CIM.

Assim, e de entre as ações realizadas no ano de 2023, destaca-se a iniciativa “Viajar na Europa Cá Dentro”, promovida pelo Centro Europe Direct e pela Freguesia de Viseu, nos dias 25 e 26 de janeiro, com o objetivo dar a conhecer, ao público sénior, diversos países



da União Europeia e as suas culturas, bem como apresentar a comunidade unidos.eu, uma das principais ferramentas estratégicas para o envolvimento dos cidadãos nas eleições europeias 2024.

Sendo o ano de 2023 o Ano Europeu das Competências, o Centro Europe Direct, em parceria com a ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários, realizou, no dia 14 de fevereiro, uma sessão sobre o “Programa Erasmus+ Youth in Action”, a qual teve como objetivo incentivar a participação dos jovens no processo de tomada de decisão e contribuir para a reformulação das políticas de juventude nacionais, regionais e locais, ao nível do empreendedorismo, emprego, educação e inclusão social.

Assim, nesta iniciativa foi fomentado o diálogo entre jovens, decisores locais/regionais e peritos na área da Juventude (Youth Experts), no sentido de desenvolver as competências-chave nos jovens, de forma a que sejam ativos na vida cívica e democrática e assumam o controlo do seu futuro.

Esta sessão, que decorreu na Casa do Adro, em Viseu, para além de Técnicos Municipais da Juventude e Decisores Políticos, contou com a presença de vários jovens de Viseu Dão Lafões

entre os 18 e 30 anos, que tiveram a oportunidade de fazer ouvir a sua voz, dando a conhecer as suas aspirações e a sua criatividade, e participando ativamente na construção de políticas europeias levadas a cabo no âmbito da juventude.



No contexto da conferência sobre o futuro da Europa e do combate às alterações climáticas, o Centro Europe Direct promoveu, também, no dia 23 de fevereiro de 2023, a ação de rua “Beata no Chão Gera Poluição”, a qual teve como objetivo sensibilizar os cidadãos para o impacto negativo das beatas no meio ambiente, ao mesmo tempo que promoveu a limpeza das ruas enquanto forma de proteção ambiental e de valorização do espaço urbano.

Esta ação desenvolvida em parceria com a ASPEA e a APPACDM de Viseu, decorreu no Município de Viseu, e contou com a participação de mais de 20 voluntários que recolheram 3 mil beatas.



No decurso do ano de 2023, foram, também, promovidas Visitas a Escolas, nomeadamente à Escola Secundária Viriato, em Viseu, no dia 8 de março, e à Escola Secundária Dr. José Macedo Fragateiro, em Ovar, no dia 13 de março onde foi efetuada pela equipa do Centro Europe Direct uma apresentação sobre diversos temas de âmbito europeu, como por exemplo, “História da União Europeia”, “Os Direitos e Valores da UE”, “A Cidadania Europeia”, “Que oportunidades se abrem aos jovens que pertencem à UE” e os “Mecanismos de participação cívica na UE”.



Estas apresentações, dirigidas aos alunos dos 9º e 10º anos, tiveram como objetivo envolver os jovens no projeto de construção europeu, contribuindo para a sua participação ativa na discussão.

No dia 22 de março de 2023, foi, também, realizado, na Casa do Adro, em Viseu, o seminário “NextGenerationEU: O Plano de Recuperação e Resiliência”, o qual juntou um conjunto de especialistas para um debate alargado sobre a aplicação do PRR, tanto na região, como no país e na Europa, enquadrando estas ferramentas financeiras europeias nos desafios e oportunidades para o Desenvolvimento Regional.

Esta iniciativa, enquadrada nas prioridades da Comissão Europeia, foi constituída por três painéis e uma mesa-redonda.

O primeiro painel, dedicado ao tema “O Plano de Recuperação para a Europa”, teve como convidada especial Isabel Grilo, Diretora da Direção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (ECFIN) da Comissão Europeia, que, em formato digital, abriu perspetivas sobre o que esperar do Plano de Recuperação e Resiliência.

O segundo painel onde foi abordado o “Plano de Recuperação e Resiliência Português”, contou com Pedro Dominginhos, Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR que, entre outros temas, abordou a execução do PRR e o seu impacto nos territórios, com especial incidência em Viseu Dão Lafões, enfatizando os resultados positivos apresentados na componente “Eficiência Energética de Edifícios” e na componente “Qualificações e Competências”.

Já o terceiro painel, que teve como tema “PRR & Portugal 2030 – Complementaridades e Coordenação”, foi assumido por Rui Inácio, Diretor da Unidade de Política Regional da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que abordou a importância dos instrumentos financeiros

associados ao PRR para lançar as bases de uma competitividade reforçada, assente numa transição digital e climática mais justa, bem como para o reforço da coesão social e territorial.

A mesa-redonda sobre o tema “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional”, foi moderada pela jornalista Eduarda Macário e teve como participantes Conceição Carvalho, coordenadora da dimensão “Resiliência” da Estrutura de Missão “Recuperar Portugal”, Jorge Brandão, Vogal da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, João Cotta, Presidente da Direção da Associação Empresarial da Região de Viseu e Fernando Ruas, Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que focou a sua intervenção na questão do relevo dos municípios no PRR.

Este evento contou, ainda, com uma intervenção gravada de Isabel Ferreira, Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, que destacou o PRR enquanto instrumento financeiro que tem por objetivo mitigar o impacto da pandemia na economia europeia, aumentando a robustez europeia para fazer face aos desafios do futuro.

O encerramento do evento foi marcado com a inauguração de uma exposição sobre a “Economia Europeia”.



A exposição “Economia Europeia” seguiu a sua itinerância pelas bibliotecas dos municípios da região, tendo permanecido um mês em cada um deles, nomeadamente, em Santa Comba Dão (abril), Vouzela (maio), Oliveira de Frades (junho), Nelas (julho), Mangualde (agosto) e Penalva do Castelo (setembro).

Depois de percorrer as bibliotecas de Viseu Dão Lafões, esta exposição, seguiu rumo para o Centro de Documentação Europeia de Aveiro, onde esteve durante o mês de dezembro, e em janeiro de 2024, prosseguiu a sua itinerância para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda e, depois, para a Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias de Produção de Aveiro Norte.

Esta mostra, que visou dar voz aos sentimentos e preocupações dos jovens no que diz respeito a temas importantes da cidadania europeia, apresentou, face à edição anterior, painéis e temas de reflexão renovados, tendo como base a situação atual da União Europeia.



Entre os dias 30 e 31 de março de 2023, o Europe Direct Viseu Dão Lafões marcou presença no encontro da Rede EUROPE DIRECT Portugal, organizado pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, e animado pela presença dos Alumni do SummerCamp, o qual foi

pautado por momentos de debate e partilha de experiências, em torno dos grandes temas da agenda europeia.

O Europe Direct promoveu, também, em parceria com a Rede Intermunicipal de Bibliotecas Viseu Dão Lafões, no dia 26 de abril de 2023, o "Workshop Fontes de Informação Documental da União Europeia", o qual teve como objetivo reforçar e dinamizar a colaboração entre ambas as entidades, e consequentemente disponibilizar mais informação sobre os mais variados temas europeus, aos cidadãos de Viseu Dão Lafões.

No dia seguinte, teve lugar o "Workshop de Informação Europeia para Autarquias", o qual visou dar a conhecer a atividade desenvolvida pelo Centro Europe Direct e apresentar diversas

fontes de informação europeia, capacitando técnicos municipais ao nível do uso de ferramentas de pesquisa de base europeia.

Atendendo ao sucesso alcançado com a 1ª edição do programa “UEScolas” com os jogos “UE é que sei!”, o Centro Europe Direct decidiu efetuar uma segunda edição, a qual foi alargada à região de Aveiro, abrangendo, assim, no ano de 2023, perto de 600 alunos de 30 turmas.



O programa foi iniciado, a 26 de abril, com a realização de um workshop de sensibilização de professores, para a importância de abordar os principais temas europeus em contexto educativo.

Posteriormente, nos meses de maio e junho, seguiram-se as sessões de trabalho, as quais foram dinamizadas em contexto de sala de aula, através de jogos didáticos que apresentavam diversas temáticas de âmbito europeu num formato lúdico e interativo.

O Centro Europe Direct promoveu, também, a 2 de maio de 2023, na Casa do Adro, em Viseu, a iniciativa “Eu e a Europa | Projeto Life”, tendo a mesma contado com a presença de 15 alunos da escola Felismina Alcântara, pertencente ao Município de Mangualde, aos quais foi apresentado um dos projetos de âmbito europeu mais inovadores em curso no território nacional, o Life Nieblas, e dado a conhecer o Europe Direct Viseu Dão Lafões, e temas como os valores e direitos europeus, as Instituições Europeias e as oportunidades que se abrem aos jovens na UE.



No ano em referência destaca-se, também, a realização, em parceria com a Universidade de Aveiro, da X edição da “Simulação do Parlamento Europeu”, a qual decorreu nos dias 2 e 3 de maio.

Este concurso universitário teve como objetivo colocar os estudantes de economia europeia da referida instituição de ensino superior, e a comunidade académica em geral, a discutir assuntos relevantes para a UE e, consequentemente, para o nosso país.



No dia 4 de maio de 2023, o Centro Europe Direct, em parceria com a Universidade de Aveiro, realizou na Casa do Adro, em Viseu, a sessão de informação “Literacia Mediática sobre Temáticas Europeias”, a qual contou com a participação de jornalistas, alunos de comunicação social do Instituto Politécnico de Viseu, entre outros cidadãos.

O Centro Europe Direct, também, não quis deixar de assinalar o Dia da Europa, comemorado no dia 9 de maio, e nesse sentido promoveu um conjunto de iniciativas, que tiveram lugar em Viseu e Castro Daire.

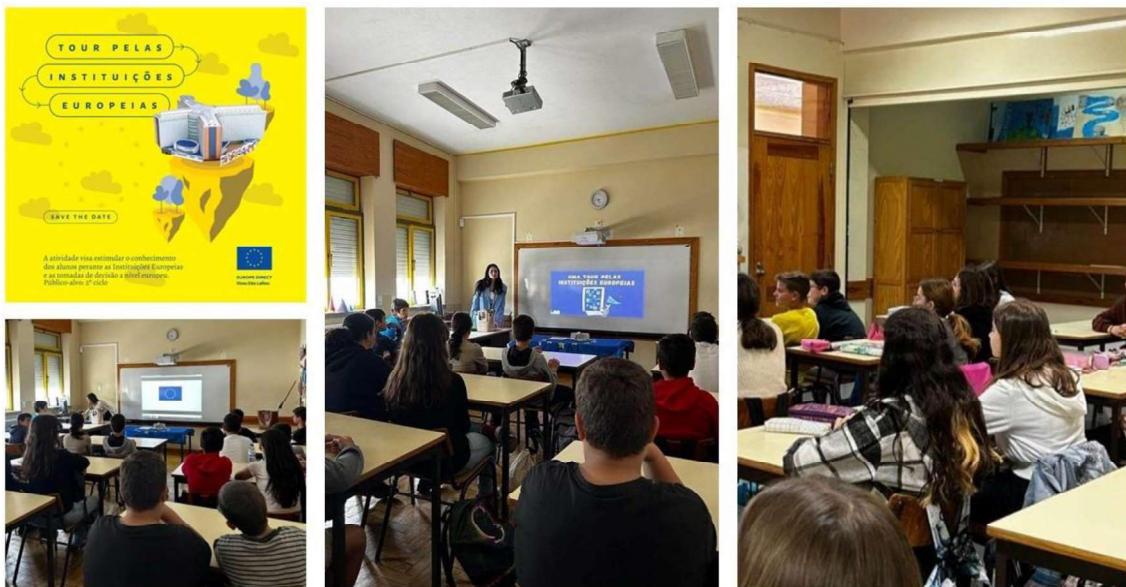


Assim, a manhã começou com o hastear da bandeira da União Europeia na sede do Europe Direct, em Viseu, seguindo-se a apresentação do programa “A União Europeia e Eu”, no Auditório Municipal de Castro Daire, dirigido ao público escolar.

Durante a tarde, decorreu, na Casa do Adro, em Viseu, o debate sobre “Diversidade Cultural na Europa”, no qual participaram o Clube Europeu da Escola Secundária Viriato (Viseu) e o Clube de Inglês da Escola Secundária de São Pedro do Sul. As comemorações encerraram com o hino da União Europeia.



No ano de 2023 destaca-se, ainda, a iniciativa “Uma tour pelas Instituições Europeias”, iniciada no dia 16 de maio, pelas escolas de Viseu Dão Lafões, com vista a promover o conhecimento dos alunos à cerca das dinâmicas institucionais da União Europeia, bem como, estimular a curiosidade dos mesmos sobre as tomadas de decisão no seio europeu, fomentando, assim, o debate sobre a história e dinâmicas europeias e culminando num maior interesse dos alunos pelo conhecimento das diferentes culturas dos Estados Membros da União Europeia.



Nos dias 17 e 19 de maio de 2023, realizou, também, a oficina “Construção do Mundo”, tendo para o efeito sido convidadas algumas turmas do Colégio Via Sacra e do Jardim Escola João de Deus, ambos do Município de Viseu, a construírem uma maquete representativa do planeta terra.

Com esta iniciativa, realizada em parceria com a ASPEA Associação, os alunos puderam ter contacto com diversos ecossistemas e biodiversidade, aprendendo, assim, através de vários cenários a relação do homem com o meio envolvente e a importância de cuidar e preservar o planeta.



No ano de 2023, salienta-se, ainda a iniciativa “Europa no Centro – Ciclo de Debates” organizada pelo Parlamento Europeu em Portugal e pela Associação Portuguesa de Centros Comerciais e Marketplaces (APCC), a qual compreendeu um ciclo de conversas com eurodeputados portugueses em centros comerciais.

Esta iniciativa passou pelo Palácio do Gelo, em Viseu, no dia 14 de julho, e contou com a participação dos eurodeputados Pedro Marques (PS - S&D) e Lídia Pereira (PSD - PPE), que abordaram temas e iniciativas do Parlamento Europeu, numa conversa aberta ao público presente e conduzida pelo jornalista João Pereira, do Porto Canal.

Destaca-se, também, a iniciativa “Europe Direct e os Media Regionais”, realizada no dia 13 de julho de 2023, em parceria com a Assessoria de Imprensa do Parlamento Europeu - Gabinete em Portugal, e diversos órgãos de comunicação social, a qual teve como objetivo disseminar informação junto dos meios locais, de modo a fomentar o interesse dos cidadãos pelos assuntos europeus, bem como a sua participação ativa nos mesmos.

Nesta sessão, que contou com a presença de vários meios regionais, nomeadamente, Jornal de Tondela, TVI/CNN, Jornal do Centro, Centro TV, Jornal da Beira, Viseu Now e Notícias de Vouzela, foi feita uma preparação para a Campanha Eleitoral de 2024, foi apresentada a plataforma Unidos.eu e foi, ainda, efetuada uma visita guiada ao Parlamento Europeu, durante uma sessão Plenária.

No dia 14 de julho de 2023, o Centro Europe Direct, em parceria com o Município de Viseu, desenvolveu a iniciativa “Oportunidades para Jovens na UE”, a qual teve como destinatários cerca de 30 jovens participantes nos ateliers de verão do município.



A sessão, dividida em três momentos, consistiu na apresentação do Centro Europe Direct, seguindo-se a apresentação das diversas oportunidades que os jovens têm ao seu dispor na UE, e para concluir, foi dinamizado um debate em torno destas oportunidades.

O Centro Europe Direct, dinamizou, também, no dia 13 de setembro de 2023, em parceria com a rede BELC (Rede de Eleitos Locais) e com o Instituto Politécnico de Viseu, um debate sobre o Discurso do Estado da União Europeia, o qual visou mostrar aos cidadãos as diferentes visões e o impacto, ao nível local, do discurso da Presidente Ursula von der Leyen.



O Centro Europe Direct, em parceria com a Europa Criativa Portugal, promoveu, no dia 18 de setembro de 2023, a sessão informativa “Financiamento europeu para as artes e cultura”, a qual teve como objetivo apresentar as diferentes linhas de financiamento que incidem sobre a vertente da cultura.

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Limpeza Costeira, foi efetuada, no dia 20 de setembro de 2023, a limpeza da Barragem de Várzea de Calde, no Município de Viseu, tendo sido recolhidos 55 Kg de lixo, por parte dos voluntários que participaram nesta atividade.



Também, o Dia Europeu das Línguas foi assinalado, a 26 de setembro de 2023, tendo o Europe Direct Viseu Dão Lafões se juntado à Rede Intermunicipal de Bibliotecas Viseu Dão Lafões (RIBVDL), com o objetivo de juntos, dar a conhecer vários autores europeus de diferentes línguas.

O local escolhido para esta iniciativa foi a Biblioteca Municipal Alves Mateus, do Município de Santa Comba Dão, onde foi dado a conhecer o livro “A volta ao mundo em 80 dias”, do autor Júlio Verne.



No âmbito das referidas comemorações do Dia Europeu das Línguas, foi também, realizada, no dia 29 de setembro, em parceria com a Escola Secundária Dr.

José Macedo Fragateiro, do Município de Ovar, a sessão “A importância da aprendizagem das línguas no espaço europeu”.

Esta sessão conduzida pela Dra. Ana Garrido, da Direção Geral de Tradução, da Comissão Europeia em Portugal, teve como objetivo mostrar as diferentes línguas da União Europeia, e transmitir a importância do seu ensino e aprendizagem, bem como o valor que esta acrescenta nas oportunidades para os jovens.



No ano de 2023, realizou-se, também, no dia 12 de outubro, a sessão “EU & a Europa”, na qual foi transmitida, a alguns alunos da Escola Profissional Profitecla, a importância da cidadania europeia e da participação ativa dos jovens nos assuntos europeus, bem como as oportunidades que a União Europeia tem para os jovens.

Salienta-se, também, a sessão de informação “Vem trabalhar na União Europeia”, realizada em parceria com os Centros Europe Direct Região Beira Interior, Europe Direct Oeste, Lezíria e Médio Tejo, Europe Direct Região de Coimbra e de Leiria, com a Representação da Comissão Europeia em Portugal e com o EPSO - European Personnel Selection Office.

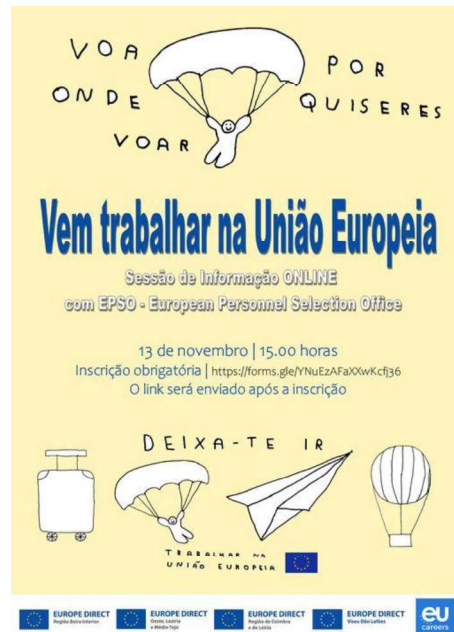
Esta sessão online, realizada no dia 13 de novembro de 2023, teve como objetivo apresentar as oportunidades e benefícios de trabalhar na União Europeia.

O Centro Europe Direct Lafões, em parceria com a Universidade de Aveiro (UA) e o Instituto Politécnico de Viseu (IPV), promoveu, também, nos dias 16 e 17 de novembro de 2023, a 2ª edição do Bootcamp Grow EU, subordinada aos temas “NextGeneration EU”, “REPower EU”, “Ano Europeu das Competências” e “Eleições Europeias 2024”.

A sessão de abertura desta iniciativa, que decorreu no Instituto Politécnico de Viseu, contou com a presença de Marta Ferreira Dias, professora da UA, de José dos Santos Costa, Presidente do IPV, e do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho.

Assim, no primeiro dia foram realizadas diversas atividades que permitiram aos participantes entrar em contacto com alguns dos temas que marcam a agenda europeia, e no segundo dia foi dinamizada pelo IPV uma apresentação sobre a “EUNICE – European University e Mobilidade Erasmus+”, efetuada uma dinâmica, por parte da UA, relativa à promoção da competitividade, da participação e do talento no âmbito do Ano Europeu, e realizada uma sessão dinâmica sobre a “Sustentabilidade em ação: desafio cidade verde”.

Este Bootcamp, que promoveu o diálogo sobre o futuro do projeto europeu junto de um grupo de estudantes das duas instituições de ensino superior, terminou com uma visita guiada ao centro histórico de Viseu.





No dia 13 de dezembro de 2023, o Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões, realizou, em parceria com a Escola Secundária José Macedo Fragateiro, do Município de Ovar, a sessão “A importância da Participação Cívica dos Jovens na UE”, a qual teve como objetivo informar e sensibilizar os jovens do ensino secundário, acerca das diversas formas como podem participar na UE e da importância da sua participação ativa nos assuntos europeus.

Outras das atividades realizadas foi “A perspetiva das empresas face à aquisição de competências para o mercado de trabalho na UE”, a qual teve como objetivo mostrar numa perspetiva empresarial e europeia, a importância da aquisição de diversas competências, para o sucesso no mercado de trabalho da UE.

Esta sessão online, realizada em parceria com a Rede EURES e as incubadoras de empresas da região de Viseu Dão Lafões, teve lugar no dia 21 de dezembro de 2023.

Para além de todas estas iniciativas, durante o ano de 2023, foram emitidos vários “Podcast Europe Direct”, conduzidos pelos alunos da Universidade de Aveiro, os quais versaram sobre diversos tópicos, a saber: “O Acordo Verde Europeu”, “A lei do tabaco”, “A perda do sentimento europeísta”, “O aumento das taxas de juro no combate à inflação”, “Os fundos europeus e os seus impactos”, “Busca pela eficiência energética”, “Erasmus Programme”, “Inteligência Artificial”, “IVA a 0%”, “Guerra na Ucrânia”, entre outros.



Paralelamente, foi, também, mantido o “Espaço Europe Direct” em dois medias regionais, um em Viseu Dão Lafões e outro em Aveiro, onde foram publicados diversos artigos sobre as políticas e as prioridades da União Europeia.

De referir que, todas estas atividades desenvolvidas pelo Centro Europe Direct foram divulgadas nas várias edições mensais da Newsletter Europe Direct Viseu Dão Lafões, e no site www.europedirect.cimvdl.pt, ambos promovidos e dinamizados pela Comunidade Intermunicipal.

Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões

A promoção das literacias, incluindo a digital, a inclusão social e o conhecimento em todas as áreas do saber, são áreas cada vez mais importantes, no mundo globalizado em que vivemos e onde é essencial contribuir para a informação e formação de cidadãos, desenvolvendo competências de literacias capazes de tomarem decisões informadas e com consciência cívica.



Perante isto, nos últimos tempos, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) tem vindo a incentivar a criação e o desenvolvimento de redes intermunicipais de bibliotecas, para ir ao encontro das atuais necessidades reais das comunidades, através do apoio à criação e requalificação de um conjunto diversificado de competências, recursos e serviços que

evidenciem a relevância das Bibliotecas Públicas, tendo, nesse seguimento, sido assinado, em outubro de 2020, um acordo de cooperação, entre a CIM Viseu Dão Lafões, os catorze municípios que a integram e a DGLAB, para a constituição da Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões (RIBVDL).

Assim, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões prosseguiu com o trabalho cooperativo que tem vindo a ser realizado pela Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões (RIBVDL), ao nível da prestação de um serviço de biblioteca pública de qualidade, promotor da identidade regional.



Do trabalho realizado por este grupo de trabalho, destaca-se a realização de várias reuniões de trabalho online e presenciais, nomeadamente, nos dias 20 de janeiro, 16 de fevereiro, 16 de março, 22 de junho, 14 de

setembro e 26 de outubro, nas quais foram, por exemplo, analisadas e discutidas questões associadas ao desenvolvimento das atividades da RIBVDL previstas no plano anual (organização da fase intermunicipal do Concurso Nacional de Leitura, PressReader, agregador de catálogos, etc.), ao Programa PADES, às necessidades de formação dos técnicos da RIBVDL, e apresentado o projeto “Living the Future Academy”, o qual poderá vir a suprir parte dessas necessidades formativas.



Das atividades desenvolvidas pela RIBVDL, ao longo do ano de 2023, destacamos a organização da Fase Intermunicipal (Viseu Dão Lafões) da 16ª edição do Concurso Nacional de Leitura, o maior evento nacional de promoção de leitura dirigido aos alunos, do 1º ciclo ao ensino secundário, que envolve escolas e bibliotecas públicas municipais de todo o país.

O palco escolhido para a realização da fase intermunicipal, que decorreu a 18 de abril, foi a Biblioteca Municipal de Penalva do Castelo.

Outras das atividades prendeu-se com a disponibilização do serviço digital PressReader aos utilizadores da RIBVDL, os quais para acederem ao mesmo necessitam, apenas, de estarem inscritos como leitor de uma das bibliotecas da RIBVDL.



De referir que o PressReader é uma plataforma digital que disponibiliza, gratuitamente, o acesso direto e integral a publicações de mais de 150 países, em mais de 60 línguas e com cerca de 7000 publicações entre jornais e revistas, permitindo uma experiência de leitura envolvente através de uma interface com várias funcionalidades.

Recentemente foi, também, celebrado um contrato de financiamento entre o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e a CIM Viseu Dão Lafões, o qual formaliza a atribuição de um apoio de 305.469,46€, para a aquisição de equipamentos informáticos, e sistemas de informação e catálogos integrados para as bibliotecas públicas do território, conforme previsto na orientação técnica n.º 12/C04-i01/2022, publicada pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Dar, ainda, nota que o podcast “Prazeres Interrompidos”, da autoria de Octávio Nuno, numa parceria com a RIBVDL, onde em apenas um minuto podemos conhecer algumas sugestões de

leitura, atingiu o 2º lugar na Apple Podcast na categoria "livros" em Portugal e o 1º lugar em Moçambique.

De referir que o objetivo da RIBVDL é fomentar a cooperação entre as Bibliotecas Públicas Municipais do território, promovendo a partilha e utilização de recursos e serviços comuns, e contribuir, através da prestação de serviços qualificados e de proximidade, para o desenvolvimento de diferentes literacias, incluindo a digital.

4.3 Incrementar a notoriedade e atratividade turística da região, estruturar e promover os produtos turísticos, preservar e valorizar os recursos patrimoniais culturais e naturais, e estimular e alargar o acesso à cultura

Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal / Marca Viseu Dão Lafões

Conforme evidenciam os factos, a localização estratégica da região Viseu Dão Lafões, servida pelos principais eixos rodoviários, aliada às suas potencialidades turísticas são propícias ao seu desenvolvimento, pelo que é necessário alavancar a nossa gastronomia, os vinhos, as paisagens, a capacidade hoteleira instalada, o comércio de proximidade, e a animação de Verão, por forma a criar competitividade e notoriedade para o território.

Nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal, ao longo dos últimos anos, tem vindo a trabalhar na criação de uma marca identitária comum para o território, ancorada nos seus recursos e ofertas distintivas, enquanto meio de valorização do território.



Desse trabalho, destaca-se a candidatura designada “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”, aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, a qual visou dar continuidade ao desenvolvimento da estratégia delineada para Viseu Dão Lafões, na qual a competitividade e a notoriedade turística do território devem ser proporcionais à qualidade e importância dos seus recursos naturais e patrimoniais.

Com um investimento elegível de 2.193.823,53€ e um fundo associado de 1.864.750,00€, esta candidatura, concluída no final do ano de 2023, permitiu a criação, qualificação, ativação e promoção de produtos turísticos integrados, assente nos recursos endógenos do território (naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais), organizando-os e colocando-os no mercado, contribuindo, desta forma, para a qualificação da oferta turística e para a notoriedade e atratividade do destino.

No entanto é de referir que, esta candidatura, e os produtos turísticos integrados estruturados no âmbito da mesma, foram alavancados por via de outras candidaturas, financiadas, por exemplo, através do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e do Programa Valorizar.

Dar nota que os quatro produtos turísticos âncora identificados como diferenciadores e integrados, nomeadamente, a Gastronomia e Vinhos, o Turismo de Natureza, o Turismo Cultural e a Saúde e Bem-Estar, foram criados e qualificados através da implementação de várias ações, como sejam, o enogastroturismo e a qualificação da agenda de eventos, o turismo de natureza, o turismo cultural e patrimonial, a capacitação do sistema turístico e a comunicação, as quais se passam a descrever de seguida.

a) Enogastroturismo e Qualificação da agenda de eventos

No decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões participou, sempre que possível, em eventos e atividades potenciadoras do produto de enogastroturismo, e consequentemente da gastronomia e do enoturismo da região, associada aos produtos endógenos de Viseu Dão Lafões.

Neste âmbito, destacamos a participação na 32ª edição da Feira do Vinho do Dão, em Nelas, onde a CIM marcou presença, com um stande próprio, dando a conhecer as propostas turísticas que a região tem para oferecer, incluindo o seu património vínico associado à marca Dão.

Durante este certame, que decorreu entre os dias 1 e 3 de setembro de 2023, o stand da Comunidade Intermunicipal recebeu a visita da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira, do Presidente do Município de Nelas, Joaquim Amaral, do Presidente da Turismo Centro de Portugal, Raul Almeida, e do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho.



Para além disso, no decurso do ano de 2023, foi dada continuidade à implementação de projetos específicos que valorizam este produto turístico, como por exemplo:

Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão

Considerando que a Região Demarcada do Dão possui condições naturais e culturais de excelência para a realização de atividades de enoturismo, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a implementar, em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, abrangendo 16 municípios produtores de vinho, a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, agente fundamental na qualificação de recursos humanos para o conhecimento sobre o património vinhateiro único que a região possui, o Turismo Centro de Portugal, entidade responsável pela promoção turística da região, e a Viseu Marca, uma agência público-privada especializada em marketing territorial, uma candidatura no âmbito da valorização e potenciação do enoturismo.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2023, foi dada continuidade à execução da referida candidatura, aprovada pelo Programa Valorizar, em fevereiro de 2020, a qual prevê a ativação do enoturismo da Região Demarcada dos Vinhos do Dão, dinamizando a Rota do Vinho do Dão com propostas de ação diferenciadoras, tirando partido de outras iniciativas já em curso no território, com potencial turístico, nomeadamente ao nível da gastronomia, património histórico, tradições culturais e natureza, e do inegável valor histórico vitivinícola existente na região.



Assim, a parceria prosseguiu com os trabalhos associados à criação de uma nova dinâmica turística, tendo como foco central os vinhos do Dão e as atividades a ele relacionadas, através da capacitação de agentes locais, contribuindo para a qualificação da oferta e promoção enoturística no mercado nacional da região Viseu Dão Lafões.



O Programa BEST WINE SELECTION pretende dignificar e promover os vinhos portugueses

De entre as ações realizadas destacamos, a continuidade do programa “Best Wine Selection”, desenvolvido em articulação com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), e que tem como objetivo principal

dignificar e promover os vinhos portugueses, neste caso os vinhos do Dão, gerando uma rede de restaurantes que garanta a satisfação dos seus clientes, através da oferta de vinhos de qualidade e da prestação de um serviço irrepreensível.

Assim, na primeira quinzena de junho de 2023, os 15 restaurantes da região que se candidataram a receber o selo “Best Wine Selection”, que atesta a excelência do serviço prestado no domínio dos Vinhos do Dão, receberam visitas-surpresa por parte dos avaliadores, que apreciaram os serviços oferecidos aos clientes.

Após a realização destas visitas, os profissionais de mesa e bar dos estabelecimentos tiveram a oportunidade de frequentar um programa de mentoria, ministrado em contexto de trabalho, onde foram abordados os seguintes conteúdos: “tipos de vinhos”, “castas da região e seus descritores aromáticos”, “o processo e os mecanismos de venda”, “o vinho e as harmonizações gastronómicas”, entre outros.

Este processo de capacitação permitiu a estes restaurantes melhorarem o serviço que prestam no domínio dos vinhos do Dão, dignificando, assim, o selo de qualidade “Best Wine Selection”, que passaram a exibir.



De referir que, para poderem ser candidatos ao programa “Best Wine Selection”, os restaurantes têm de ser previamente aderentes ao programa “Seleção Gastronomia e Vinhos”, também da AHRESP, o qual visa promover a gastronomia enquanto património cultural, criando e desenvolvendo, em contínuo, uma rede que garanta a satisfação dos seus clientes, através

da adoção do receituário tradicional, da utilização preferencial dos produtos portugueses, da execução de boas práticas em higiene e segurança e da oferta de uma qualidade de serviço irrepreensível.

No decurso do ano de 2023, destacamos, ainda, a iniciativa “Portas Abertas”, que contou com a parceria da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, e cuja apresentação prévia ocorreu no dia 12 de setembro, no solar do Vinho do Dão, em Viseu.



Este evento, que se pretende que seja anual, é um convite à vivência de experiências diversificadas, que incluiu um roteiro de visitas, provas, passeios, atividades sensoriais e desafios proporcionados pelos produtores locais, tendo como ponto de partida o vinho, a cultura, a gastronomia e os produtos autóctones.

Assim, durante os dias 13 a 15 de outubro, os produtores proporcionaram provas de vinhos (de colheitas atuais e edições antigas), sessões de culinária com harmonizações, almoços e jantares temáticos com animação musical, onde estiveram sempre presentes os vinhos da Região Demarcada do Dão.



Esta primeira edição do Portas Abertas contou com a participação da Casa da Ínsua (Penalva do Castelo), da Quinta de Santa Maria - Magnum Wines (Carregal do Sal), da Quinta de Lemos (Silgueiros – Viseu), da Quinta da Taboadella (Silvã de Cima – Sátão), do Paço dos Cunhas de Santar (Santar – Nelas) e do Soito Wines (Mangualde).



Em complemento à promoção deste evento, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu, também, uma press trip e uma fam trip, com a participação de profissionais das respetivas áreas, de modo a atrair a atenção mediática e de operadores turísticos.

Dar ainda nota, que o Portas Abertas, que potencia o posicionamento do território enquanto destino de enoturismo de excelência, foi alvo de destaque por vários meios da comunicação social, nomeadamente, no programa “Essência” da RTP3, na Revista Visão, na Revista Evasões, e na “Fugas” do Público.

De referir que, com esta candidatura designada de “Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”, à qual foi atribuído um financiamento de 207.200,00€, de um investimento total de 296.000,00€, a CIM Viseu Dão Lafões e os restantes parceiros pretendem promover a oferta vitivinícola da região, incentivar o consumo de produtos regionais e qualificados, impulsionar as empresas de restauração e alojamento por via da capacitação, e atrair turistas, consumidores e visitantes para este destino vinhateiro de excelência que é Viseu Dão Lafões.

Mapa dos Segredos Gastronómicos

Considerando que Viseu Dão Lafões detém um importante património gastronómico e vínico identitário do território, cuja distinção e potencial de atratividade e notoriedade turística carecem de ser trabalhados, a CIM Viseu Dão Lafões em parceria com a ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva, que integra os



Municípios de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, têm vindo a implementar, desde o ano de 2021, a candidatura “Mapa dos Segredos Gastronómicos”, a qual visa a valorização dos produtos (agrícolas e pecuários) e do receituário existente no território.

Esta candidatura, aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, incidiu, assim, no desenvolvimento e estruturação de um produto turístico de natureza intermunicipal, com base na preservação, valorização e promoção dos ativos turísticos associados ao património cultural gastronómico e vínico, enquanto instrumentos de diferenciação e competitividade deste território.

O ano de 2023 iniciou com a prossecução da promoção da proteção dos produtos endógenos e do receituário da Carta dos Segredos Gastronómicos, a qual poderá ser consultada no site www.mapadossegredosgastronomicos.visitviseudaolafoes.pt.

Nesse âmbito, foram realizadas mais duas sessões da iniciativa Academia dos Segredos Gastronómicos, as quais decorrem no dia 17 de janeiro, na Escola Profissional de Vouzela, e no dia 24 de janeiro, na Casa do Adro, em Viseu, complementando, assim, a sessão que já havia sido realizada no dia 6 de dezembro de 2022, na Escola Profissional de Carvalhais, em São Pedro do Sul.

Estas sessões contaram com a colaboração do chef Diogo Rocha, Estrela Michelin no restaurante Mesa de Lemos, e da Chef Inês Beja, do restaurante de DeRaiz, que desafiaram os participantes a reinterpretar algumas das receitas da Carta dos Segredos Gastronómicos.



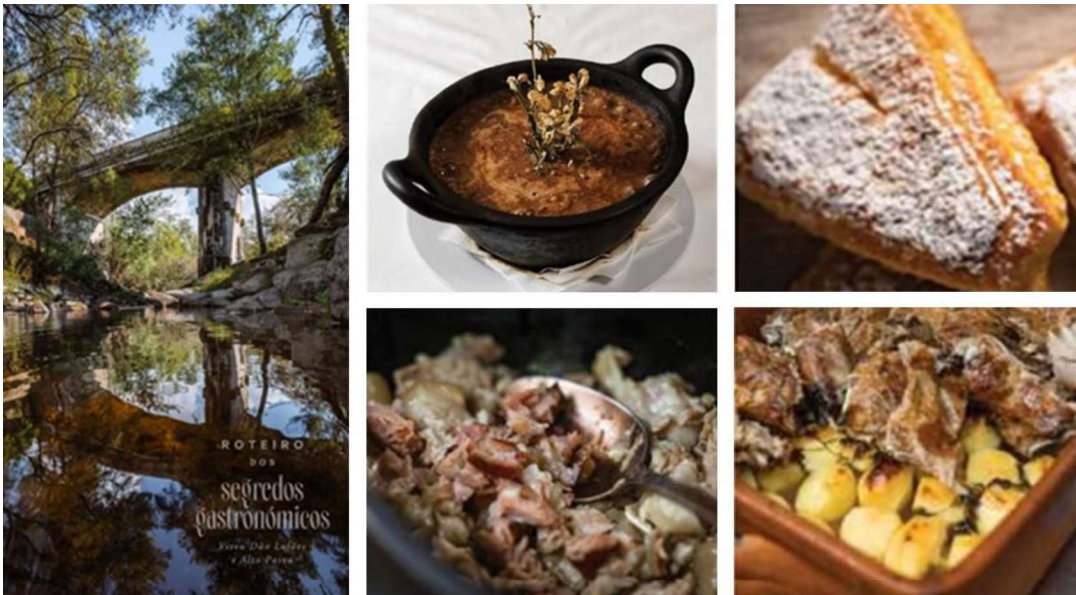
Em cada uma destas sessões, que contaram com a participação de convidados que ainda confeccionam o receituário da Carta, mantendo tradições gastronómicas que se pretendem preservar e transmitir às novas gerações, foi abordada uma temática diferente, nomeadamente, “Mãos que Trabalham o Pão, Do Nascer ao Morrer da Espiga:

Práticas agrícolas singulares no ciclo do centeio e milho”, “Os Segredos do Ir, do Vir e do Mercar: tabernas, casas de pasto, romarias” e “Os Segredos dos Dias Comuns e os Segredos dos Dias de Festa: A regra do quotidiano e a abundância dos dias de festa”.

O objetivo desta iniciativa passa, assim, por transportar as receitas agora recuperadas para as escolas profissionais, nomeadamente para os cursos de cozinha, pastelaria e serviço de restaurante, e fazê-las chegar às ementas dos restaurantes regionais.

De referir que, a Carta dos Segredos Gastronómicos, construída pela investigadora Olga Cavaleiro, é representativa do nosso património cultural e gastronómico, sendo por isso um desafio para a valorização de toda a restauração e da atividade turística associada.

Posteriormente, à elaboração da Carta de Segredos Gastronómicos, onde são desvendadas receitas ancestrais e contadas histórias de mulheres e homens, que contribuem para a memória coletiva do património gastronómico, foi criada a Rota dos Segredos Gastronómicos que integra uma seleção de experiências gastronómicas, para serem realizadas ao longo de todo o ano, considerando a relação da gastronomia com a paisagem e as estações do ano.



Este Roteiro dos Segredos Gastronómicos propõe, assim, uma viagem pela gastronomia e vinhos da região, onde é dada a oportunidade de conhecer e descobrir como as receitas, os produtores e a gastronomia se relacionam com a paisagem e com o património material e imaterial do território Viseu Dão Lafões.

A apresentação deste Roteiro ocorreu no 2 de junho de 2023, no Salão Multiusos de Fráguas, em Vila Nova de Paiva, marcando, assim, o culminar deste projeto que valoriza as tradições locais, associadas ao património gastronómico e vínico existente na região, o qual apresentou um investimento de 78.720,00€, dos quais 22.140,00€ foram geridos pela CIM Viseu Dão Lafões.



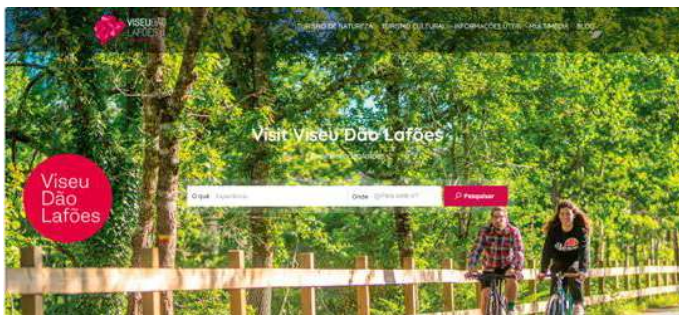
De referir que, este projeto que para além de honrar a nossa história e identidade, também partilha e dá a conhecer o legado gastronómico da região, foi objeto de destaque, pela estação televisiva SIC, pela Revista Fugas do Público, e pelo Jornal do Centro.



b) Turismo de natureza

Cada vez mais, os territórios estão a apostar no turismo de natureza enquanto meio de promoção dos mesmos, e Viseu Dão Lafões não é exceção, até porque a nossa região é bastante rica em corredores verdes, que é preciso explorar, melhorar e divulgar.

Assim, e perante as potencialidades e recursos naturais que a região dispõe, a CIM Viseu Dão Lafões definiu para o território uma estratégia que visa a criação de um produto composto de turismo de natureza que associa percursos pedestres com as grandes e pequenas rotas, as ecopistas, as subidas épicas e os centros de BTT e Trail.



No âmbito dessa estratégia, e tendo em vista a consolidação do território enquanto destino turístico de natureza, a Comunidade Intermunicipal, no decurso do ano de 2023, continuou a dinamizar o site (www.visitviseudaolafoes.pt), o qual apela à descoberta de Viseu Dão Lafões e da sua oferta na vertente de Walking & Cycling.

De referir que, o site disponibiliza diversa informação útil não só em termos da oferta regional do turismo de natureza, mas, também, ao nível da oferta cultural, gastronómica e hoteleira do território, possibilitando, assim, o melhor planeamento das atividades a realizar durante a visita a Viseu Dão Lafões.

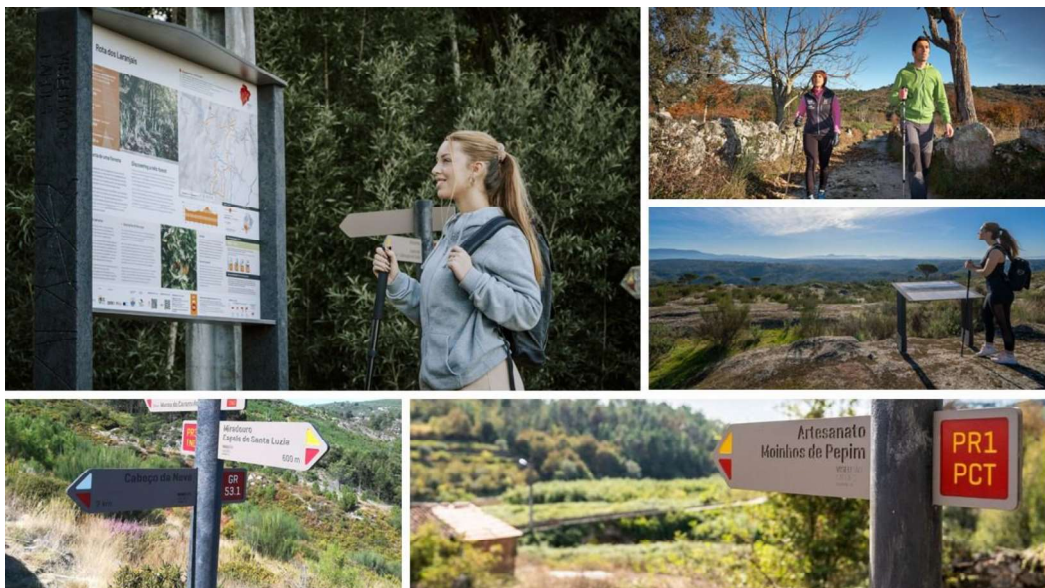
Por forma a prolongar a estadia dos visitantes na região Viseu Dão Lafões, que tanto tem para explorar, descobrir e desfrutar, têm, também, vindo a ser criados e estruturados programas de vários dias e de interesse diversificado para os cicloturistas e para os turistas em geral.

Para além disso, no ano de 2023, a Comunidade Intermunicipal deu continuidade ao trabalho de valorização dos recursos naturais da região (percursos pedestres, percursos de bicicleta e de Trail, bike roads/subidas épicas), nomeadamente através da sua qualificação e da integração da oferta, garantindo condições de acesso e visitação aos mesmos, por via da execução dos seguintes projetos:

Percursos pedestres, de trail e BTT e sinalização turística dos mesmos

Considerando que a valorização e qualificação do capital associado aos recursos e património naturais é um instrumento fundamental para a promoção do turismo de natureza, e conseqüentemente para a diferenciação e competitividade do território de Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a apostar na conservação e proteção desse capital.

Assim, e depois de ter sido efetuado um investimento considerável ao nível da sinalização dos percursos pedestres e dos centros de BTT do território, e de ter sido efetuada a homologação dos mesmos, no decurso do ano de 2023, a Comunidade Intermunicipal assegurou as suas condições de visitação e fruição, por forma a garantir uma visita de qualidade por parte dos amantes do turismo de natureza e atividades ao ar livre.



Para além disso, a Comunidade Intermunicipal apostou na divulgação e promoção da Rede de Percursos Pedestres de Viseu Dão Lafões, e no desenvolvimento de iniciativas que dinamizem a mesma e criem experiências aos visitantes e turistas que se deslocam à região, e que têm a oportunidade de descobrir e conhecer alguns dos melhores percursos e locais de interesse existentes em Viseu Dão Lafões, não apenas na área do turismo ativo, como também, no património natural, cultural e histórico, sem esquecer o enoturismo, a gastronomia e o bem-estar.

De referir que, o património e os recursos naturais existentes na região são vistos como fator diferenciador e catalisador de uma renovada atratividade turística, acrescentando visibilidade ao turismo de natureza que pode ser praticado em Viseu Dão Lafões.

Gestão da Ecopista do Dão

Conforme protocolado com os municípios de Santa Comba Dão, Tondela e Viseu, a Comunidade Intermunicipal assumiu, desde a sua inauguração (1 de julho de 2011), a gestão da Ecopista do Dão.

Nesse sentido, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões, também, no ano de 2023, assegurou o processo de manutenção e limpeza da Ecopista do Dão e desenvolveu um vasto conjunto de atividades de animação, promoção e gestão da referida infraestrutura.



Assim, para além da limpeza e manutenção regular da infraestrutura, a CIM Viseu Dão Lafões, efetuou, sempre que se justificou, algumas intervenções do ponto de vista corretivo, nomeadamente ao nível de reposição de material vegetal, reperfilamento de valetas, taludes e órgãos de drenagem, entre outros.



No que se refere à divulgação e promoção da Ecopista do Dão, a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2023, deu continuidade à disseminação deste recurso turístico, assegurando a sua dinamização nas redes sociais com notícias e

informações sobre a mesma, bem como a atualização e manutenção do site da Ecopista do Dão (www.ecopistadodao.pt).

De referir que, nestas ações de diferenciação e potenciação do recurso Ecopista do Dão, é efetuada a respetiva articulação com as potencialidades turísticas da sua zona envolvente, atraindo, assim, visitantes estrangeiros e nacionais à região, nomeadamente amantes da natureza, do desporto ao ar livre e de caminhadas.



Dar, ainda, nota que a Ecopista do Dão, ao longo dos últimos anos, tem vindo a assumir-se como um dos pilares estratégicos do desenvolvimento do território Viseu Dão Lafões, na medida em que atrai diversos visitantes nacionais e internacionais, promovendo, assim, o turismo de natureza.

Ecopista do Vouga

Conforme tem vindo a ser demonstrado ao longo dos últimos anos, os corredores verdes, aliados à valorização do património envolvente, têm um peso significativo na captação de turismo nacional e europeu, e um exemplo desse facto, é a Ecopista do Dão, que desde a sua entrada em funcionamento, tem atraído visitantes de inúmeros locais para a região.

Perante isto, a CIM Viseu Dão Lafões, desde o final do ano de 2020, que tem vindo a proceder à realização de uma empreitada de requalificação da antiga Linha do Vouga em



Ecopista do Vouga, a qual para além das intervenções no espaço canal, contemplou, também, intervenções em obras de arte, túneis ferroviários, pontes, estações e apeadeiros de inegável interesse e beleza arquitetónica e paisagística, num investimento total que ascendeu a 4,1 milhões de euros, dos quais 2 milhões resultam de um apoio do Turismo de Portugal, no seguimento de uma candidatura aprovada pelo Programa Valorizar, e o restante é investimento dos municípios.



Este investimento, para além de ter requalificado o piso da plataforma da antiga linha de caminho de ferro, dotou-a de equipamentos e infraestruturas que permitem à população local e aos visitantes apreciar esta paisagem com todo o conforto e segurança,

funcionando, assim, como portal de acesso ao reconhecimento de toda a paisagem exterior.

Esta infraestrutura, com um extensão total de 65 quilómetros, foi inaugurada no dia 6 de outubro de 2023, numa cerimónia presidida pela Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e que contou, também, com a presença de Fernando Ruas, Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Raul Almeida, Presidente da Turismo Centro de Portugal, Luís Filipe, em representação da CCDR-Centro, e dos autarcas dos restantes municípios por onde passa a Ecopista do Vouga: Rui Ladeira (Vouzela), Vítor Figueiredo (São Pedro do Sul) e João Valério (Oliveira de Frades).



Em complemento à cerimónia de descerramento da placa de inauguração da Ecopista do Vouga, os Municípios por onde passa a mesma, dinamizaram, nos dias seguintes, várias atividades relacionadas com a inauguração desta nova “via verde” de Viseu Dão Lafões.



De referir que, a Ecopista do Vouga passou a interligar-se com a Ecopista do Dão, em Viseu, pelo que agora já é possível percorrer, a pé ou de bicicleta, 114 quilómetros de forma ininterrupta.

Juntas, a Ecopista do Vouga e a Ecopista do Dão, percorrem seis municípios da CIM Viseu Dão Lafões (Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul, Viseu, Tondela e Santa Comba Dão), o que as torna a maior ecopista contínua do país, a qual está devidamente dotada de equipamentos e infraestruturas que permitem a sua fruição enquanto equipamento de desporto e lazer ao serviço das populações e dos turistas.

Acresce, ainda, que, numa das suas extremidades, em Santa Comba Dão, esta rede de Ecopistas da CIM Viseu Dão Lafões terá ligação com a futura Ecovia do Mondego, que irá até aos limites do concelho de Penacova, na CIM Região de Coimbra, e na outra extremidade, continuará por Águeda, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, municípios da CIM Região de Aveiro, ligando-se ao corredor ciclável EuroVelo 1 – Rota da Costa Atlântica, em Aveiro, aumentando, ainda mais, as possibilidades de deslocação por bicicleta na região.

Dar, ainda, nota que, a Ecopista do Vouga foi alvo de destaque por vários órgãos de comunicação social, nomeadamente pela RTP, que transmitiu uma reportagem que contou com a participação do Secretário Executivo da CIM, e pelo “Boa Cama Boa Mesa” do Expresso.



Desde a inauguração deste novo recurso turístico ao nível do Cycling & Walking, que o mesmo pode ser utilizado, em termos de desporto e de lazer, por parte das populações e dos turistas, constituindo-se, assim, como uma nova parte de entrada para os territórios de Viseu Dão Lafões.

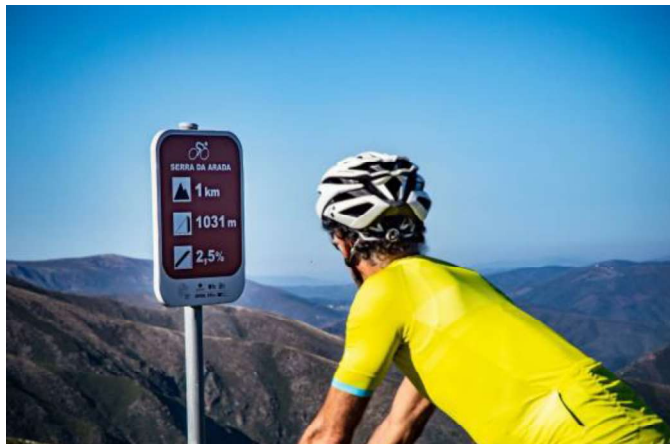
De referir que, no caso da Ecopista do Vouga, a limpeza e a manutenção está a ser assegurada pelos municípios que a mesma atravessa, nomeadamente, Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul e Viseu, cabendo à Comunidade Intermunicipal apoiar os mesmos nas ações de fiscalização e na promoção e divulgação desta infraestrutura.

Subidas Épicas

Conforme é sabido, no ano de 2020, a CIM Viseu Dão Lafões procedeu à criação de quatro bike roads, numa lógica de sinalização de subidas épicas, ou seja, contagens de montanha por forma a atrair cicloturistas desportivos para a região, a saber:

- São Pedro do Sul – Alto da Coelheira (São Pedro do Sul)
- Ponte Pedrinha – Portas de Montemuro (Castro Daire)
- Campo de Besteiros – Caramulinho (Tondela)
- Vouzela – Adsamo (Vouzela)

Desde então, os amantes do ciclismo passaram a poder desfrutar destes quatro circuitos, beneficiando, assim, das características técnicas associadas às subidas épicas (distância, desnível, altitude, inclinações e paisagem).



No decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a divulgar estes circuitos, em complemento com as demais atratividades da região, potenciando, assim, o tempo de permanência dos ciclistas e cicloturistas, que para além das subidas épicas acabam, também, por desfrutar da nossa gastronomia, dos vinhos, do património cultural, do património natural, etc.

De referir que, estas quatro subidas épicas traçadas nas encostas das Serras do Caramulo, Arada e Montemuro, têm atraído diversos atletas nacionais e internacionais para a região, dinamizando, assim, o Turismo Cycling em Viseu Dão Lafões.

Aldeias da Serra do Caramulo

Conforme é sabido, os núcleos rurais existentes na serra do Caramulo têm identidade e potencial turístico que se reflete na arquitetura vernacular, na gastronomia, nas tradições e noutros elementos culturais, como os cantares polifónicos de Lafões e o uso das capuchas de burel.

Perante este facto, a Comunidade Intermunicipal apresentou ao Programa Valorizar, o projeto “Aldeias da Serra do Caramulo”, o qual pretende identificar e criar uma rede de aldeias serranas com características distintivas e que sejam a base para a



criação de programas turísticos que explorem a serra, o seu património e as suas aldeias, recorrendo, especialmente, a modos suaves como o walking e o cycling.

Este projeto, aprovado pelo Turismo de Portugal com um investimento elegível de 493.392,00€, ao qual está associado um financiado de 400.000,00€, visa, assim, valorizar as aldeias da Serra do Caramulo, estimular a economia de montanha e fomentar o turismo responsável e sustentável.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões procedeu, em articulação com os Municípios de Oliveira de Frades, Tondela e Vouzela, à definição do traçado por onde irá passar a Rota, por forma a que, seja, entretanto, iniciada a requalificação das aldeias por onde a mesma irá passar.

Esta Rota irá ser complementada com outros produtos turísticos já existentes na região Viseu Dão Lafões, como por exemplo, a Ecopista do Dão e a Ecopista do Vouga, e os produtos culturais das vilas e cidades em redor, por forma a ser criado um programa de vários dias e de interesse diversificado para os cicloturistas e para os turistas em geral que nos visitam, que prolongue a sua estadia na região Viseu Dão Lafões, que tanto tem para explorar, descobrir e desfrutar.

c) Turismo cultural e patrimonial e capacitação do sistema turístico

No âmbito do turismo cultural e patrimonial, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar, nos últimos anos, ao nível da promoção e divulgação dos ativos patrimoniais que integram a Rede Patrimonial da Região Viseu Dão Lafões e, conseqüentemente, na ativação do Roteiro Turístico Intermunicipal.

Esse trabalho de promoção tem sido complementado com a capacitação do sistema turístico da região, através da realização de sessões de capacitação que tiveram como objetivo fornecer aos técnicos e operadores turísticos da região, conhecimento no âmbito da estruturação turística da região e da redescoberta das potencialidades dos ativos patrimoniais que integram a Rede Patrimonial do território, bem como sensibilizá-los para a importância de conhecer a motivação e os interesses dos turistas que visitam a região, e de saber acolher esses turistas.

Assim, no decurso do ano de 2023, a Comunidade Intermunicipal, em articulação com os técnicos municipais de turismo e responsáveis pelos recursos culturais e patrimoniais dos seus 14 municípios, continuou a promover e divulgar os recursos patrimoniais de Viseu Dão Lafões, dando a conhecer aos turistas e visitantes a vasta riqueza arquitetónica, arqueológica e patrimonial que compõe todo o território de Viseu Dão Lafões, nomeadamente, museus, quintas, solares, casas vinícolas, mosteiros, conventos, igrejas, entre outros.



Paralelamente a essas ações de promoção e divulgação, o turismo cultural e patrimonial da região continuou a ser potenciado por via dos seguintes projetos:

Rede Cultural Viseu Dão Lafões

A CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios associados, cientes de que as artes são um dos principais eixos do desenvolvimento social e humano da região, têm vindo a atribuir um papel de destaque à cultura, e nesse âmbito, desde o ano de 2017, que vêm a implementar no território projetos de “Programação Cultural em Rede”, no seguimento de candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020.

Com estes projetos a Comunidade Intermunicipal tem vindo a acrescentar notoriedade ao território e potenciar novas rotas de visitas na área do turismo cultural e patrimonial, através da organização de múltiplos eventos, aumentando, assim, a atratividade da região e a sua dinamização económica.



Salienta-se que estes projetos têm contado com o apoio dos atores e das estruturas culturais do território, a quem cabe a criação dos espetáculos que percorrem a região Viseu Dão Lafões, os quais decorrem, maioritariamente, junto de espaços patrimoniais, de modo a dinamizar o património cultural e natural, os seus bens e recursos, e promovendo um

grau de utilização mais elevada dos espaços existentes no território.

Muito embora o financiamento dos referidos projetos tenha terminado no final do ano de 2022, a Comunidade Intermunicipal continuou a apoiar os seus Municípios na divulgação e promoção dos espetáculos culturais que decorreram, ao longo do ano de 2023, nos respetivos concelhos, uma vez que os mesmos complementam e reforçam a oferta turística oferecida por Viseu Dão Lafões.

MEG – Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões

Portugal é um país riquíssimo em valores patrimoniais, e a região Centro não é exceção, sobretudo a que se refere á área que se prolonga desde a Plataforma do Mondego até, grosso modo, ao rio Douro, a qual, a par com o Alentejo, é a região que possui o maior conjunto de monumentos megalíticos que, por si só, criam uma forte e marcante unidade cultural. Por outro lado, é precisamente nesta área, sobretudo na região Viseu Dão Lafões, que se concentra o maior número de dólmens com pinturas conservadas do mundo.



Perante esta evidência, de que o megalitismo é um património fantástico, muito pouco conhecido e que urge divulgar por forma a potenciá-lo como um dos principais produtos, senão mesmo o principal, de turismo cultural que esta região pode oferecer, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com o Município de Sever do Vouga, tem vindo a implementar, desde o ano de 2020,

através do Programa Valorizar, o projeto “Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”.

Este projeto, ao qual foi concedido um financiamento de 300.000,00€, de um investimento total de 512.153,55€, visa, assim, desenvolver uma nova oferta turística regional partindo de um dos valores endógenos mais emblemáticos de Viseu Dão Lafões: os monumentos megalíticos.

De entre os trabalhos realizados no decurso do ano de 2023, destaca-se a continuidade dos trabalhos associados à colocação de sinalização turística, nomeadamente informativa e direcional, por forma a que a Rota, que irá funcionar num percurso circular, com início em Viseu, bem como os monumentos que a constituem possam ser visitáveis.



Esta Rota, que irá incorporar treze monumentos classificados (seis como Monumento Nacional e sete como Imóveis de Interesse Público), é fundamental para a valorização deste novo produto turístico, que é o património megalítico existente na região Viseu Dão Lafões, o qual, após esta intervenção, poderá ser usufruído em melhores condições por todos os visitantes, com especial os amantes do turismo cultural.

No ano de 2023, destacamos, também, o documentário: "MEG - Megalith Temples To Eternity", promovido pela CIM Viseu Dão Lafões, o qual foi distinguido com o primeiro prémio na categoria “Melhor Documentário: Investigação em Turismo”, no Festival Internacional de Cinema de Turismo - ART&TUR 2023, que decorreu no Centro Cultural e Congressos das Caldas da Rainha, entre os dias 24 e 27 de outubro.



Dar, ainda, nota que atendendo à importância internacional do património megalítico existente na região Viseu Dão Lafões, em resultado da sua grande concentração, da sua monumentalidade e da originalidade da sua arte pintada, a CIM Viseu Dão Lafões no final do ano de 2023 iniciou os trabalhos associados ao processo de classificação pela UNESCO dos dólmenes pintados de Viseu Dão Lafões, o qual irá reforçar a escala internacional da atratividade turística desta região.

CRAFT – Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões

Atendendo à excelência dos recursos endógenos existentes no território, mais concretamente os ligados ao artesanato, como sejam as matérias-primas, os artesãos e outros agentes associados ao saber-fazer regional, a CIM Viseu Dão Lafões em parceria



com a ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão, que integra os municípios de Aguiar da Beira, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e Sátão, têm vindo a implementar, desde o ano de 2021, a candidatura “CRAFT – Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões”, a qual visa valorizar, qualificar e promover esses recursos identitários.



Esta candidatura, aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, incidiu, assim, na estruturação e desenvolvimento de um produto turístico com base na preservação, valorização e promoção dos ativos turísticos associados ao património

cultural imaterial, relacionados com o saber-fazer e os modos de produção locais, convergindo para a qualificação da oferta e da cadeia de valor turístico destes territórios.

Das ações realizadas no decurso do ano de 2023, destaca-se o evento de capacitação e apresentação de resultados, que teve lugar no dia 23 de março, no espaço da Loja do Cidadão, em Penalva do Castelo, o qual, para além dos promotores e parceiros do projeto, designadamente a Associação de Desenvolvimento do Dão, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro,

contou com a presença de representantes da Direção Geral das Artes e da Diretora do Mestrado em Gestão de Turismo da ESTGV – Instituto Politécnico de Viseu.



Este evento contou com vários momentos, de entre os quais destacamos a apresentação da Estratégia Nacional para o Saber-Fazer, a visita à Exposição “Novas Formas de Artesanato – Design Feito à Mão” e o lançamento do Roteiro Saber-Fazer em Viseu Dão Lafões.



De referir que, a Exposição “Novas Formas de Artesanato – Design Feito à Mão” já havia tido o seu primeiro palco físico na Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu de 1 a 5 de março de 2023, na qual o projeto “Craft Turismo Criativo” foi alvo de destaque, não só com a exposição, mas também, com a realização de uma apresentação sobre o processo de trabalho e dos resultados que têm vindo a ser alcançados.

O projeto culminou com a criação da Rota do Saber-Fazer, a qual para além de trazer experiências novas e únicas, oferece a oportunidade de experimentar as diversas técnicas artesanais, as diferentes matérias-primas e o saber fazer in loco com os mestres de cada área (cerâmica, têxtil, cestaria, barro, vidro, etc.), conhecer a tradição e pôr à prova a criatividade individual e a capacidade artística de cada um.

O Roteiro CRAFT, disponível no site <https://craft.visitviseudaolafoes.pt/>, propõe, assim, três temáticas para três dias de descoberta, onde entre percursos pela natureza, visitas

aos monumentos e deleites gastronómicos, podem ser descobertas técnicas artesanais e saberes-fazer diretamente com mestres e artesãos que mantêm vivo o artesanato da região, e promovem o património associado às artes e ofícios tradicionais, enquanto fator de diferenciação e competitividade turística.



Com este projeto foi, assim, possível valorizar a cadeia de valor dos produtos manufacturados de âmbito regional, criando rotas turísticas e temáticas para a sua divulgação, dando relevância ao artesanato local, as quais podem ajudar a alavancar a economia e ao mesmo tempo dar a conhecer a riqueza patrimonial, os monumentos, a gastronomia e a cultura que o território Viseu Dão Lafões tem para oferecer.

d) Comunicação

Ao nível da comunicação dos produtos turísticos de Viseu Dão Lafões, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2023, continuou a apostar nas ações de comunicação com o objetivo de promover a região enquanto destino turístico de excelência, junto de um público alvo que procura aliar a tradição à modernidade, enquanto explora novos territórios que permitem estar em comunhão com a natureza, cultura e património, apresentando, ao mesmo tempo, uma proposta diversificada ao nível da gastronomia, saúde e bem-estar.

De entre as ações realizadas destaca-se a participação da CIM Viseu Dão Lafões, com um espaço próprio, na Bolsa de Turismo de Lisboa, realizada na FIL – Feira Internacional de Lisboa, entre os dias 1 e 5 de março.





Neste evento, cujo conceito da correspondente presença da CIM foi previamente apresentado em conferência de imprensa, no dia 22 de fevereiro de 2023, no Solar do Vinho do Dão, em Viseu, a Comunidade Intermunicipal apresentou uma programação recheada de momentos de interesse para os visitantes, alicerçada na diversidade dos produtos turísticos da região e nas principais

valências turísticas dos 14 municípios que a integram.

Dessa programação destacamos, por exemplo, o produto “Gastronomia e Vinhos” que ocupou um lugar de destaque, tendo sido realizado um showcooking e uma prova de vinhos por parte de Diogo Rocha, único chef Estrela Michelin na região Centro de Portugal, que reinterpreto algumas das receitas antigas que constam na Carta dos Segredos Gastronómicos, recentemente elaborada.

Em complemento, foram, também, realizados momentos de degustação de sabores regionais e provas de vinhos do Dão, da responsabilidade de escolas profissionais do território, assim como das confrarias gastronómicas, de enólogos e produtores da região.



O produto “Turismo de Natureza” também ocupou um lugar de referência neste certame, começando, desde logo, pelo próprio stand, ladeado pela representação das ecopistas, imagem de marca do território, e da presença de um baloiço, que convida a visitar as magníficas paisagens da região.



Também o produto “Cultura e Património” foi evidenciado neste espaço, por via do projeto “CRAFT – Turismo Criativo”, do “Roteiro Patrimonial Viseu Dão Lafões”, e da “Rota do Vinho do Dão”.

Entre os muitos presentes que circularam pelo stand da região Viseu Dão Lafões, destacam-se as visitas do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do Secretário de Estado do Turismo, Nuno Fazenda, da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, da Presidente da CCDR Centro, Isabel Damasceno, da cantora Carolina Deslandes, da atriz e apresentadora Liliana Santos, e da modelo e empresária Diana Pereira.



De referir, ainda, que no último dia deste certame, a TVI efetuou um direto a partir do Stand de Viseu Dão Lafões.

No âmbito da participação em feiras, salientamos, ainda, a presença da CIM Viseu Dão Lafões na 32ª edição da Feira do Vinho do Dão, que teve lugar em Nelas, de 1 a 3 de setembro; na 18ª edição do Caramulo Motorfestival, que decorreu de 8 a 10 de setembro; na 29ª edição da FICTON – Feira



Industrial e Comercial de Tondela, realizada de 13 a 17 de setembro; e na Feira dos Santos, em Mangualde, que decorreu de 4 a 6 de novembro, nas quais deu a conhecer aos visitantes o que de melhor tem a região.



Ao nível da comunicação, no ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões lançou, também, uma nova campanha de promoção turística “Esta é a Minha Praia”, a qual pretende fazer aumentar as visitas ao território, através da valorização dos variados recursos turísticos existentes em Viseu Dão Lafões.

A apresentação pública desta campanha decorreu no dia 27 de junho de 2023, no balneário romano das Termas de São Pedro do Sul, e contou com a presença de dirigentes da CIM, do presidente da Turismo Centro de Portugal, e dos 14 municípios que integram a Comunidade.



Embora tenha sido lançada para o verão, esta campanha tem uma mensagem intemporal e pretende atrair visitantes para a região durante todo o ano, atendendo às suas características únicas ao nível da natureza, da cultura, do património, da gastronomia, do Vinho do Dão, do termalismo, entre outras.

De referir que esta campanha foi concebida para ser exibida em diversos formatos e suportes, desde logo com uma forte presença digital, mas também em painéis nas autoestradas, mupis em espaço urbano, anúncios na rede multibanco, entre outras.

A título de exemplo, esta campanha, de âmbito nacional, marcou presença em Lisboa e no Porto, onde foram colocados vários mupis; nas principais vias rodoviárias (A1 e A25), onde foram



colocados outdoors estratégicos; e na rede de táxis do Porto. Para além disso a comunicação desta campanha foi, também, ativada em feiras e eventos.

Na época natalícia, a Comunidade Intermunicipal promoveu, também, nas redes sociais, a campanha “Natal é... Viseu Dão Lafões”, onde promoveu os principais ativos turísticos da região, bem como as atividades e os principais Mercados de Natal que se realizaram nos seus Municípios durante este período festivo, nos quais, os visitantes puderam encontrar produtos artesanais, regionais e biológicos, e um ambiente de festa com concertos, espetáculos, exposições, oficinas e muito mais.

Para reforçar a dinâmica e a interação online, a CIM organizou iniciativas, referentes ao Natal e ao Ano Novo, em que foram promovidos “giveaways” exclusivamente dedicados aos produtos que marcam as mesas da região nesta quadra.

Valorização Económica dos Recursos Territoriais

Conforme é sabido no período de programação 2014-2020, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a reforçar a necessidade de promover estratégias de competitividade territorial, suportadas nos recursos endógenos dos territórios, com o objetivo de prosseguir e melhorar a experiência do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

Nesse sentido, ao longo dos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a trabalhar ao nível da valorização económica de alguns recursos endógenos da região, não só para dar

visibilidade aos mesmos, mas, também, para que essa valorização cause impactos positivos na atividade económica local, na criação de emprego e no reforço da cadeia de valor.

Do trabalho realizado destaca-se a **valorização económica da pinha e do pinhão**, materializada através do projeto “**F4F – Forest for Future**”, aprovado pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, no seguimento de uma parceria,



liderada pelo SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta, e da qual fazem parte, para além da CIM Viseu Dão Lafões, a AIMMP - Associação das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Portugal, a ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, a Associação de Viveiristas de Coimbra, a BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação, o Centro Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova, o CATAA - Centro de Apoio Tecnológico AgroAlimentar, a Federação de Associações Florestais – Fórum Florestal, a FORESTIS - Associação Florestal de Portugal, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, o Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra, o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Viseu, o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Pinhal Maior - Associação Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, a Universidade de Aveiro, a Universidade da Beira Interior, a Universidade de Coimbra e a VOUZELAR - Associação de Promoção de Vouzela.



Este projeto, cujo principal objetivo é a demonstração de tecnologias inovadoras que permitam aumentar a cadeia de valor da fileira florestal, com particular ênfase para a fileira do pinho, serviu para materializar e colocar no terreno iniciativas tendentes à valorização da pinha e do pinhão da região Centro.

Assim, durante a execução do projeto, a CIM Viseu Dão Lafões trabalhou em estreita relação com o Instituto Politécnico de Viseu, tendo em vista alargar a cadeia de valor associada à produção da pinha e do pinhão e inserção em mercados globais emergentes, diversificando as formas de valorização da economia florestal do pinheiro manso e garantindo um aumento significativo da retenção de riqueza na região gerada com base neste recurso territorial, bem como incrementar as condições de atratividade e rentabilidade do investimento no pinheiro manso.

Com esse trabalho foi possível, por exemplo, estudar a identidade histórica e cultural do pinhão na região; aprofundar os estudos sobre as características do pinhão e as suas propriedades nutricionais; promover a inovação gastronómica na região com a incorporação de recursos endógenos da floresta, incluindo o pinhão, materializando, assim, o conceito “Cozinha da Floresta”; reforçar a confeção de bebidas com base no pinhão; produzir produtos de cosméticos com base no pinhão, seus derivados e/ou nos componentes do pinheiro manso;

estudar a possibilidade de utilizar os derivados da pinha e do pinheiro manso em novos produtos, reduzindo o impacto ambiental e promovendo a economia circular, entre outros.

O culminar deste projeto, foi simbolizado com o workshop “Pinheiro-Manso Conhecimento e Competências”, realizado no dia 6 de julho de 2023, no auditório do IPV, no qual foi efetuada a apresentação sintética das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados pelas diferentes e múltiplas linhas de intervenção que foram envolvidas no projeto.

Esta ação, que reuniu vários empresários de diferentes segmentos da cadeia de valor, associações de desenvolvimento local, autoridades públicas e entidades do sistema científico e tecnológico, foi finalizada com um “convívio com sabores de pinhão” onde foram degustadas várias iguarias à base de componentes de pinheiro-manso, desenvolvidas em estreita colaboração com a restauração local.

De referir que muito embora o financiamento tenha terminado, a CIM Viseu Dão Lafões irá continuar a colaborar com o IPV, por forma a aprofundar os estudos e prosseguir com as ações que já estão no terreno, na sequência de todo o trabalho realizado ao longo do projeto.



Dar, ainda, nota que, durante o período de execução do projeto “F4F – Forest for Future”, a CIM Viseu Dão Lafões, também, apoiou os restantes parceiros, divulgando nos seus meios de comunicação digitais e junto da sua rede de contactos as atividades que foram realizadas pelos mesmos, no âmbito deste projeto de valorização da floresta.

No âmbito da valorização dos recursos endógenos, destacamos, também, o projeto “**Rota Turística e Gastronómica: Queijos da Região Centro**”, promovido pela Inovcluster, o qual visa criar uma oferta sustentável e identitária, tendo como produtos âncora, os Queijos de cada uma das regiões DOP (Serra da Estrela, Beira Baixa e Rabaçal), visto serem produtos diferenciadores e de valor acrescentado, com uma profunda ligação ao saber fazer e à base identitária do território.

Nesse sentido, durante o ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a colaborar com a Inovcluster, efetuando a



interligação com os Municípios seus associados pertencentes à região DOP Serra da Estrela, na identificação de agentes turísticos que possam incluir experiências diferenciadoras e apelativas, visitas a pontos de interesse turístico e, também, a inclusão de informação relativa a alojamentos rurais e restaurantes que contemplem ou venham a contemplar os queijos DOP nos seus menus.

AgroTurismo sustentável para o desenvolvimento socioeconómico e a proteção do ambiente no espaço SUDOE ("AgroTour")

Embora Viseu Dão Lafões seja um território de atividades agrícolas, pecuárias e florestais, que têm deixado marcas no seu património cultural, material e imaterial, e no património natural e paisagístico, tem-se verificado o abandono das aldeias para os centros das vilas e cidades, mesmo nos concelhos de menor densidade populacional.

Desta forma, é necessário contrariar esta realidade, criando oportunidades e gerando novos fatores de atratividade, nomeadamente através da diversificação da estrutura económica dos territórios rurais impulsionando e apoiando o crescimento da atividade turística, em particular do agroturismo.

Não nos podemos esquecer que o turismo é uma atividade fundamental para a competitividade dos territórios rurais, uma vez que, contribui para diversificar as atividades agrícolas, pecuárias e florestais, para melhorar a rentabilidade dessas atividades, gerar mais riqueza, emprego e capacidade de fixar e atrair novos residentes para estes territórios.

Perante estes factos, e sendo crucial combater o despovoamento das áreas rurais e apostar no agroturismo enquanto meio para potenciar a coesão territorial, a CIM Viseu Dão Lafões integrou uma parceria, liderada por uma entidade francesa, que apresentou, em outubro de 2023, uma candidatura designada de "AgroTour", ao Programa Interreg Sudoeste, a qual tem



como objetivo reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social.



Este projeto, aprovado em dezembro de 2023, para um período de 36 meses, pretende, assim, o desenvolvimento de experiências-piloto inovadoras que contribuam para uma maior aproximação entre a sociedade urbana e rural, ao mesmo tempo que favorecem uma

mudança de paradigma do consumidor em relação tanto aos próprios produtos turísticos como aos produtos agroalimentares (valor acrescentado dos produtos locais, cadeias de abastecimento curtas, produtos sazonais, etc.).

O trabalho será iniciado com o levantamento dos atores chave no domínio do agroturismo em cada território, o que permitirá aos parceiros estabelecerem contactos com os organismos representativos do setor (associações de produtores, cooperativas, grupos LEADER, agências de desenvolvimento rural, gestores de zonas naturais, operadores turísticos, etc.), e

posteriormente, será realizada uma análise de referência para identificar e analisar exemplos de boas práticas a nível europeu que possam potencialmente ser incorporados na conceção das ações-piloto que serão implementadas em cada um dos territórios.

O “AgroTour”, com um investimento aprovado de 1.640.000,00€, dos quais 153.000,00€ serão da responsabilidade da CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de 75%, aprofundará os conhecimentos técnicos e científicos no seu campo de ação e testará soluções inovadoras que permitam o desenvolvimento económico e a fixação da população nas zonas rurais, e, complementarmente, lançará as bases estratégicas para a permanência dos seus resultados e a transferência das soluções testadas para as políticas públicas setoriais.

Estas soluções inovadoras irão permitir enfrentar o desafio demográfico das áreas rurais, a valorização das atividades tradicionais, da agricultura, da pecuária e da floresta, como atividades essenciais para a gestão e ordenamento do território, para a manutenção das paisagens, para a valorização das funções ambientais e de provisão de alimentos que o espaço rural possui e que é fundamental para a vida urbana.

4.4 Assegurar a prevenção e mitigação de riscos, combater as alterações climáticas, e valorizar os recursos e a biodiversidade

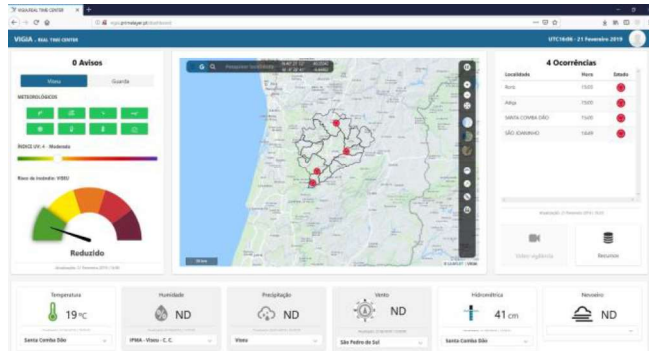
Proteção Civil à Escala Intermunicipal

Ao longo dos últimos anos, a proteção civil tem vindo a assumir um papel preponderante no campo de atuação da Comunidade Intermunicipal, em resultado das mudanças climáticas e dos fenómenos extremos (incêndios florestais, inundações, tempestades, ...) que se têm vindo a fazer sentir, também na nossa região, obrigando a que se tomem medidas ao nível da prevenção dos riscos coletivos, atenuando os seus efeitos e protegendo e socorrendo as pessoas e bens em perigo.

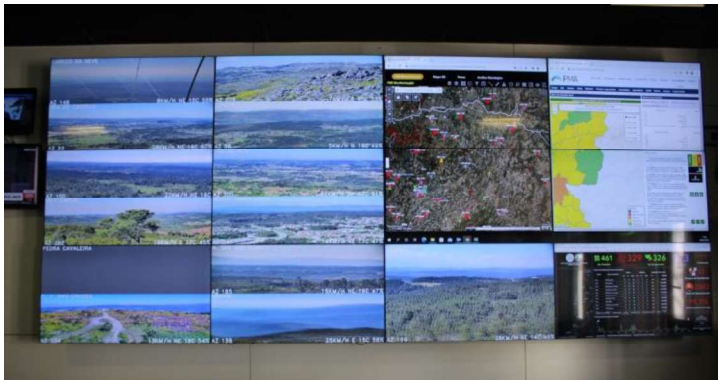
Nesse sentido, e dando seguimento à estratégia e às prioridades definidas para a região Viseu Dão Lafões no domínio da proteção civil, no decurso do ano de 2023, a Comunidade Intermunicipal continuou a trabalhar, em estreita articulação com os seus municípios e com a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no sentido de reforçar os conhecimentos e os meios disponibilizados aos agentes da proteção civil que operam no território, tornando, assim, o território mais resiliente e mais capacitado para fazer face a uma eventual catástrofe.

Das atividades desenvolvidas, destaca-se a continuidade da disponibilização da **Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal (VIGIA)** a todos os agentes da proteção civil, cujo funcionamento e manutenção continuou, durante o ano de 2023, a ser assegurada pela CIM Viseu Dão Lafões.

De referir que esta plataforma de base tecnológica, ao agregar diversa informação sobre a região, nomeadamente, cartografia temática relacionada com a erosão do solo, secas e escassez de água, ondas de calor e incêndios florestais, o estudo de caracterização dos incêndios florestais nas últimas três décadas, bem como informação proveniente das 14 estações meteorológicas instaladas em cada um dos municípios, e da estação hidrométrica instalada em Santa Comba Dão, tem sido uma mais valia para todos os atores do território na área da proteção civil, uma vez que permite uma melhor interligação entre os mesmos, tornando todo o processo de planeamento e de tomada de decisão mais simples e eficaz, e consequentemente uma resposta mais rápida quando se verifica uma ocorrência (ex: cheias, inundações, incêndios florestais, entre outros sinistros).



Destacamos, também, o **Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais**, implementado através de uma parceria entre a CIM Viseu Dão Lafões e a CIM da Região de Coimbra, e que visou a instalação de 37 torres de vigia, que permitem a deteção precoce, a monitorização e o apoio à deteção de ignições e recolha de informação para apoio a decisões no combate a incêndios nos espaços florestais, e garantem a cobertura do território



de ambas as Comunidades Intermunicipais, num total de 33 municípios, tendo a localização das mesmas tido em consideração as áreas de maior risco, as zonas sombra e as áreas com maior histórico de incêndios florestais.

Assim, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a garantir a operacionalidade das 17 torres de vigias que se encontram instaladas no seu território, nomeadamente, em Aguiar da Beira (Pico Gradiz), Carregal do Sal (Nossa Senhora das Febres), Castro Daire (Faifa e Picão), Mangualde (Vila Garcia e Senhora do Castelo), Nelas (Pedra Cavaleira), Oliveira de Frades (Posto de Vigia das Cruzes), Penalva do Castelo (Monte Real), São Pedro do Sul (Gravia e São Macário), Sátão (Fontainhas), Tondela (Cabeço da Neve), Viseu (Monte de Santa Luzia e Parque Eólico de São Marcos) e Vouzela (Adsamo e Campia), bem como dos dois Centros de Gestão e Controlo, localizados no Comando Territorial da GNR de Viseu e no Comando Distrital de Operações e Socorro (CDOS) de Viseu, e dos dezasseis Centros de Monitorização Remota localizados na sede da CIM Viseu Dão Lafões, nos seus 14 Municípios associados e no veículo de comando e comunicações da ANEPC afeto ao CDOS de Viseu.

Para além disso, no dia 15 de maio de 2023 foi realizada, por parte dos autarcas da CIM Viseu Dão Lafões, uma visita ao Comando Territorial da GNR, onde os mesmos tiveram a oportunidade de aferir o funcionamento do sistema de videovigilância florestal da região, e uma visita ao Comando Sub-Regional da ANEPC, onde foi dado a conhecer, de forma aprofundada, o mecanismo do DECIR 2023 - Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Rurais.



De referir que esta ferramenta de extrema importância para a prevenção operacional do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, conta, ainda, com uma rede de comunicações dedicada, via rádio, que garante a interoperabilidade com os Sistemas de Acompanhamento e Apoio à Decisão já instalados e em operação em outras regiões.

Ao nível da proteção civil, o ano de 2023 foi, também, marcado pela continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas **brigadas de sapadores florestais**, ao nível da silvicultura preventiva, gestão de faixas de combustíveis e manutenção e beneficiação de rede primária, trabalho esse que contribui para a diminuição da carga combustível, tornando o território mais resiliente a incêndios rurais, e facilitando o acesso de veículos de combate a incêndios rurais.

Assim, as brigadas de sapadores florestais, continuaram a executar, por todo o território Viseu Dão Lafões, quer serviço requisitado pelos Municípios da Comunidade Intermunicipal, quer serviço público, mandatado pelo ICNF.

De entre o serviço público, as brigadas de sapadores florestais da CIM Viseu Dão Lafões efetuaram, também, durante os meses de verão, diversas ações de apoio ao combate, rescaldo, vigilância e consolidação de incêndios rurais, tendo sido mobilizadas para os mais diversos locais e teatros de operações.



No campo de atuação da proteção civil, destaca-se, também, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo **Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal**, ao qual compete o desenvolvimento de várias atividades, como sejam:

- Acompanhamento das políticas florestais;
- Promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal;
- Acompanhar e promover a transposição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM);
- Promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais;
- Acompanhamento dos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Identificação, para efeitos de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, de unidades de planeamento e gestão;
- Produção e disponibilização de informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente cartográfica;
- Difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais;
- Outras atividades que sejam solicitadas pelo ICNF, em articulação com a entidade intermunicipal.

Assim, no decurso do ano de 2023, o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, apoiado pelo Fundo Florestal Permanente, continuou a trabalhar em estreita parceria com o ICNF e com os gabinetes técnicos florestais municipais, no sentido de articular e harmonizar as políticas que são implementadas no território ao nível da proteção civil e da defesa da floresta.

Nesse sentido, ao longo do ano, foram realizadas várias reuniões de trabalhos, de entre as quais se salienta a realizada no dia 7 de junho, na Casa do Adro, em Viseu, entre o Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil Viseu Dão Lafões, os Gabinetes Técnicos Florestais

e os Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios do território, a qual teve como objetivo analisar vários temas de interesse comum, no âmbito da defesa da floresta.



No ano de 2023, destacamos, também, a realização, da terceira reunião de caráter deliberativo da **Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Viseu Dão Lafões**, da qual fazem parte o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Florestais (AGIF), a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DFRAPC), a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), as Forças Armadas, a Liga dos Bombeiros, entre outros.



Esta reunião, que teve lugar no dia 13 de setembro, na Casa do Adro, em Viseu, teve como objetivo realizar o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Dar nota que, em virtude de não ter sido indicado, por parte da AGIF, entidade coordenadora do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, a metodologia a seguir no âmbito da definição espacial das faixas de gestão de combustível, nos termos do nº2 do artigo 49º do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro, dos edifícios isolados, conforme determinado no nº7 do artigo 49º do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro, na referida reunião foi, ainda,

deliberado suspender os trabalhos da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais Viseu Dão Lafões, de nível técnico, até à obtenção de uma resposta por parte da Comissão Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, às questões colocadas pela Comunidade Intermunicipal e conseqüente indicação de qual a metodologia a seguir.

De referir que a Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, tem como missão a execução da estratégia de gestão integrada de fogos rurais, a articulação dos programas de gestão do fogo rural e de proteção das comunidades contra incêndios rurais, assim como programas conexos de entidades públicas e privadas e o respetivo planeamento à sua escala.

Salienta-se, também, que sempre que se justificou, foram realizadas reuniões de trabalho, com os agentes da proteção civil a operar no território, nomeadamente, Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil Viseu Dão Lafões, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPEC), Corpos de Bombeiros da Região Viseu Dão Lafões, Gabinetes Técnicos Florestais Municipais, Serviços Municipais de Proteção Civil, entre outros.

Dessas reuniões destaca-se a realizada no dia 26 de abril de 2023, no Auditório Municipal de Tondela, onde foram analisados vários assuntos de interesse comum, como por exemplo as ações intermunicipais executadas no âmbito dos projetos da CIM e as ações relacionadas com o Programa Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Viseu Dão Lafões; a realizada no dia 6 de junho, na Casa do Adro, em Viseu, na qual foi analisada a estratégia intermunicipal, a desenvolver nos próximos anos, no domínio do ambiente e da proteção civil; e a realizada no dia 6 de dezembro, também, na Casa do Adro, em Viseu, onde foi realizado o balanço do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) 2023.



Dar, ainda, nota que para assinalar o Dia Internacional das Florestas e o Dia Mundial da Árvore, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu, no dia 21 de março de 2023, duas **iniciativas de plantação de árvores**.

A primeira ação teve lugar no local de Avelal, no concelho de Sátão, onde os técnicos, os gestores municipais e os demais envolvidos no projeto BUPi, procederam à plantação de 300 árvores de espécies autóctone (sobreiros, carvalhos, bétulas e freixos), num gesto que pretendeu compensar as emissões de CO2 libertadas para a atmosfera, pelas viaturas utilizadas pelas equipas móveis de cadastro, desde janeiro de 2022.

A segunda iniciativa decorreu no concelho de Santa Comba Dão, tendo sido plantadas pela comunidade escolar 50 árvores no Centro Escolar do Sul (Freguesia de São João de Areias) e no Centro Escolar do Centro (União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro), como forma de sensibilizar as crianças para a importância de preservar e defender a floresta.

Estas ações de reflorestação e sensibilização contaram com o apoio do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal e das equipas de Sapadores Florestais da Unidade de Ambiente e Proteção Civil Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões.



Life Landscape Fire

Para além dos projetos apresentados ao Portugal 2020, no campo da proteção civil, a CIM Viseu Dão Lafões tem, também, integrado algumas parcerias no âmbito da apresentação de projetos a Programas Europeus, de entre os quais se destaca o Programa Europeu LIFE – Environment and Resource Efficiency, ao qual foi apresentada uma candidatura denominada “Life Landscape Fire Project”.

Este projeto, aprovado em agosto de 2019, tem como objetivo o desenvolvimento de medidas, de grande escala, de prevenção contra os fogos florestais, a conservação da biodiversidade, o aumento da resiliência florestal, a capacitação dos decisores relativamente aos benefícios da prevenção, bem como, a identificação de um conjunto de opções e medidas de adaptação local que irão permitir identificar e propor ações de redução da vulnerabilidade territorial atual e futura da região.

Assim, no decurso do ano de 2023, foi dada continuidade à implementação deste projeto que apresenta um investimento elegível aprovado de 2.377.698,00€, dos quais 1.206.971,00€ são geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de aproximadamente 54%, sendo o valor remanescente da responsabilidade dos restantes membros da parceria, nomeadamente, do Instituto Politécnico de Viseu, da Universidade da Extremadura, da Junta da Extremadura e da Mancomunidade de Sierra de San Pedro.

Relativamente às atividades da responsabilidade da CIM Viseu Dão Lafões, foi concluído o processo de capacitação dos 25 técnicos superiores em fogo controlado e dos 75 operacionais de queima, o qual permitiu dotar os recursos humanos provenientes de diversas estruturas do território da CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente, Gabinetes Técnicos Florestais, Serviços Municipais de Proteção Civil, Bombeiros Sapadores Municipais, Bombeiros Voluntários, Sapadores Florestais, Organizações de Produtores Florestais e da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR, de conhecimentos e de ferramentas que lhes permitam realizar planos de fogo controlado e executar técnicas de ignição para queima prescrita, bem como a posterior avaliação dos impactos da queima.

Nesse seguimento, ao longo do ano, foram realizadas várias ações práticas de fogo controlado, dirigidas aos formandos do curso operacional de queima, as quais decorreram na localidade de Caselho, Freguesia de Guardão (Município de Tondela), na aldeia de Coelheira, União de Freguesias de Carvalhais e Candal (Município São Pedro do Sul), em áreas da freguesia de Avelal, Município de Sátão e na freguesia de Vila Cova à Coelheira, Município Vila Nova Paiva.



De referir que o fogo controlado é uma importante ferramenta da silvicultura preventiva, que consiste no uso do fogo sob condições, normas e procedimentos previamente definidos, e que permite, em comparação com as outras técnicas de gestão da vegetação, alcançar diversos objetivos: silvícolas, silvopastoris, cinegéticos e ecológicos.

Dar nota que, uma dessas ações práticas, contou com a presença do Comissário Europeu do Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginus Sinkevičius, no seguimento de uma visita ao território da CIM Viseu Dão Lafões, realizada no dia 24 de fevereiro de 2023.

Assim, o Comissário teve a oportunidade de assistir, in loco, a uma ação de treino com fogo controlado, a qual decorreu junto ao Lago da Garça, na Aldeia da Coelheira, pertencente ao município de São Pedro do Sul.



Ao nível da capacitação destaca-se, também, a realização, entre o dia 9 e o dia 25 de janeiro de 2023, de uma ação sobre o “Uso de ferramentas de análise de incêndios rurais”, a qual decorreu nas instalações da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela.

Esta ação de capacitação, com uma duração de 42 horas, pretendeu habilitar os técnicos e profissionais do setor, para o uso de ferramentas tecnológicas destinadas à prevenção e gestão da emergência em grandes incêndios florestais, com o fim de identificar as áreas estratégicas de gestão de combustível, as zonas críticas de potenciais incêndios e os elementos expostos ao risco da propagação.

Assim, foram abordados os seguintes temas: comportamento do fogo; deteção remota e análise especial de risco; simulação da propagação do fogo e meteorologia operacional aplicada a incêndios; preparação e elaboração dos inputs para uso nas aplicações de análise espacial; uso das ferramentas de SIG; introdução às ferramentas de análise de propagação e comportamento do fogo: Flammapp e Farsite; modelação do vento com a aplicação WindNinja;

estimar a severidade do fogo com recurso a deteção remota; recursos de análise e previsão de meteorologia associada incêndios rurais.

Os 30 formando que participaram nesta ação de capacitação, entre técnicos pertencentes aos municípios da região Viseu Dão Lafões, da CIM, do ICNF, do CDOS e da GNR, ficaram, assim, capacitados a usar simuladores de incêndios, bem como outras aplicações úteis para um desenho mais eficiente das infraestruturas de prevenção florestal, no apoio à tomada de decisão na gestão de emergências e na recuperação das áreas ardidas.



Em complemento à ação formativa “Uso de Ferramentas de Análise de Incêndios Rurais”, a Comunidade Intermunicipal desenvolveu o "Manual de apoio ao uso de ferramentas de análise de incêndios - Simuladores de propagação de fogos florestais", o qual visa apoiar os técnicos dos diversos agentes de proteção civil do território da CIM Viseu Dão Lafões.

Esta obra constitui-se, assim, como uma ferramenta de trabalho destinada a todos os que se interessam pela análise de incêndios rurais, sejam técnicos dos municípios, dos serviços florestais e da proteção civil, operacionais do dispositivo de extinção, responsáveis pela investigação de causas e elementos da academia ou simplesmente curiosos pelo tema.



Entre os dias 27 e 29 de março de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões realizou uma nova ação formativa, no âmbito da prevenção aos incêndios rurais na região, a qual visou o intercâmbio na divulgação e experimentação de conhecimentos e práticas de uso do fogo controlado e impacto dos incêndios.

Durante estes três dias os participantes, em regime de internato, tiveram a oportunidade de realizar ações práticas de fogo controlado e de analisar os seus métodos e resultados. As ações práticas decorreram nos concelhos de Castro Daire e Vouzela, enquanto a parte teórica teve lugar em Mangualde, na Base de Apoio Logístico dos Bombeiros Voluntários.

Esta ação foi dirigida a técnicos e profissionais do setor, nomeadamente Técnicos de Fogo Controlado e Operacionais de Queima provenientes dos municípios da região, bem como a elementos das Unidades de Emergência da Proteção Civil da GNR, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e das corporações de bombeiros.



No decurso do ano de 2023, foram, também, instalados bebedouros e painéis informativos para apoio à manutenção do pastoreio extensivo em São Pedro do Sul, na Serra de São Macário, e em Aguiar da Beira, na União



das freguesias de Aguiar da Beira e Coruche, localizações estas que resultaram de um estudo técnico e financeiro direcionado para a importância do pastoreio extensivo na prevenção de incêndios, elaborado pela Actyva – Sociedad Cooperativa Integral del Suroeste.

De referir que, o pastoreio bem gerido melhora a fertilidade do solo, previne a erosão e é compatível com a regeneração das árvores. Para além disso, a presença de animais ajuda à dispersão de sementes, promove o ciclo de nutrientes à escala de paisagem e reduz a acumulação de biomassa vegetal, minimizando assim o impacto dos incêndios rurais.

Neste âmbito é de salientar que, entre os dias 13 e 16 de junho de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões recebeu uma visita de monitorização, por parte de um representante da Universidade de Extremadura (Espanha), a áreas onde tem vindo a ser realizado o pastoreio extensivo e ações de fogo controlado, localizadas nos concelhos de Aguiar da Beira, São Pedro do Sul e Tondela.

Esta visita, que foi, também, acompanhada por técnicos municipais capacitados no âmbito deste projeto, permitiu efetuar a monitorização do estado dessas



pastagens, e a análise das espécies vegetais existentes nos locais referidos, em termos de densidade, tamanho, estado de desenvolvimento, etc.



A CIM Viseu Dão Lafões recebeu, também, no dia 22 de novembro, uma visita, por parte da equipa do Klimahaus Bremerhaven (museu do clima), a uma das áreas intervencionadas com ações de fogo controlado e onde decorre pastoreio extensivo, no âmbito do projeto Life Landscape Fire.

O material audiovisual recolhido nesta visita de campo será exibido no museu, localizado na cidade de Bremerhaven (Alemanha), numa mostra subordinada ao tema "Calor, Secas e Incêndios".

De entre as ações desenvolvidas durante o ano de 2023, destaca-se, ainda, a realização do 3º Webinar Internacional, o qual teve como objetivo fomentar o debate e a partilha de

experiências sobre temas como a prevenção de incêndios florestais, a conservação da biodiversidade e o aumento da resiliência florestal, entre outros.

Este seminário, que pela primeira vez foi organizado em formato presencial, decorreu nos dias 30 e 31 de março, no Montebelo Viseu Congress Hotel, em Viseu, e juntou especialistas de vários países, que ao longo dos três painéis, debateram os desafios que a floresta enfrenta e os incêndios rurais.



Assim, o Painel 1, sob o tema “Propriedade Florestal no Século XXI”, foi moderado por Hélder Viana, professor da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu, e teve como orador principal Miguel Freitas, Professor da Universidade do Algarve. Neste painel participaram, ainda, os portugueses Paulo Madeira, Coordenador-adjunto da eBUPi – Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado; José Carlos Almeida, Presidente da Associação Turística e Agrícola da Serra da Arada; e Pedro Gomes, Diretor da Federação Nacional dos Baldios, assim como os espanhóis Pedro Gracia Jiménez, da Associação Florestal de Sória; António Mateos, da Associação para a Criação e Recuperação da Cabra Jurdana; e Óscar Conejero, Diretor da Associação dos Proprietários Florestais do Vale de Arrago.

“Serviços Ambientais vs Fogos Rurais” foi o tema do Painel 2, moderado por Emanuel Oliveira, consultor na área de Riscos Naturais e Fogos Florestais. O orador principal foi João Quadrado, da AGIF – Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, e na mesa participam, também, Natividad Alviz, Presidente da Associação Mosaico Agrosilvopastoral (Espanha); Carlos Aguiar, Professor do Instituto Politécnico de Bragança; e Elsa Varela, investigadora da Universidade de Goettingen.

O Painel 3, dedicado à “Gestão da Paisagem”, foi moderado por Sebastian Hidalgo, da Universidade da Extremadura, e teve como orador principal José Gaspar, Professor da

Universidade de Coimbra. Este painel integrou, também, Álvaro Gómez Nuñez, da Universidade da Extremadura; Tim Van der Schriek, do Instituto para a Investigação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Grécia); e os portugueses Fátima Bacharel, Diretora da Direção-Geral do Território; e Francisco Rego, Coordenador do Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves – Instituto Superior de Agronomia.

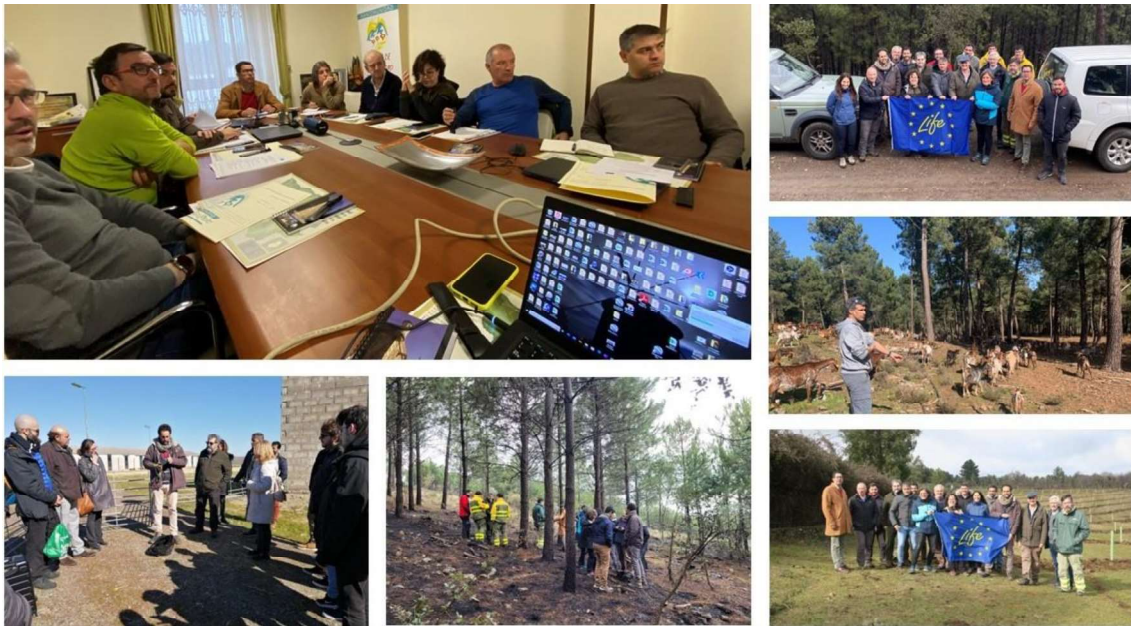
A sessão de abertura deste evento contou com a presença de João Paulo Gouveia, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu; José dos Santos Costa, Presidente do Instituto Politécnico de Viseu; Manuel Moreno, Administrador da Mancomunidade Sierra de San Pedro; e Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões.

Para além disso, foram, ainda, apresentadas mensagens remetidas por Fernandez Salgueiro, Reitor da Universidade da Extremadura; e Pedro Barco, Diretor Geral de Política Florestal da Junta de Extremadura.



Entre os dias 8 e 10 de fevereiro de 2023, representantes da CIM Viseu Dão Lafões, da Mancomunidade Sierra de San Pedro, da Junta de Extremadura, da Universidade de Extremadura e do Instituto Politécnico de Viseu, participaram numa reunião de trabalho do consórcio, a qual decorreu em Valência de Alcântara (Comunidade Autónoma da Extremadura, Espanha).

Esta reunião teve por objetivo realizar um ponto de situação do projeto, promover o planeamento de ações futuras e desenvolver visitas de campo aos locais de intervenção executados pelas entidades parceiras de Espanha.



Ambiental, em Paredes de Coura, no qual apresentou o projeto “Life Landscape Fire”.

Destacamos, ainda, a participação da CIM Viseu Dão Lafões, entre os dias 17 e 19 de outubro, no "European Meeting On The Ecology and Fire uses For Landscape Management", que decorreu no CEIA – Centro de Educação e Interpretação

Esta iniciativa, subordinada ao tema "Recovering Traditional Fire for the Conservation of Europe's Landscapes", teve como objetivo identificar e avaliar as boas práticas em termos de uso do fogo controlado, por comunidades rurais, e analisar o seu papel na conservação de ecossistemas e gestão de pastagens.

No âmbito do projeto “Life Landscape Fire”, a CIM Viseu Dão Lafões e a Escola Superior Agrária de Viseu, em articulação com os técnicos do Gabinete Técnico Florestal e do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Viseu, organizaram, no dia 19 de maio de 2023, uma ação de sensibilização sobre espécies invasoras, a qual teve lugar na Mata do Fontelo, em Viseu.

Esta iniciativa, integrada na Semana sobre Espécies Invasoras 2023 (SEI2023), foi dirigida a alunos do Curso Técnico Superior Profissional em Proteção Civil da Escola Superior Agrária de Viseu, e teve como objetivo identificar/distinguir plantas invasoras existentes naquele local,

bem como visualizar o impacto que estas podem ter na paisagem e no ecossistema em que foram introduzidas, sensibilizando os alunos para esta temática.



A CIM Viseu Dão Lafões recebeu, também, no dia 27 de abril de 2023, uma visita por parte da entidade gestora do Projeto Capacitação AwaRaEst LIFE - Sensibilização e melhoria da qualidade da aplicação do programa LIFE na Estónia, a qual teve como objetivo a troca de experiências e a análise de possíveis intercâmbios ou parcerias a realizar no âmbito do projeto Life.

Esta visita, que contou com a presença de elementos do Ministério do Ambiente e do Centro de Investimento Ambiental da Estónia, foi iniciada com uma reunião na sede da CIM, seguida de uma visita de campo a dois locais de intervenção do projeto Life Landscape Fire na região.



Dar, ainda, nota que este projeto, inovador para a região, tem sido alvo de destaque por vários órgãos de comunicação social internacional, nomeadamente, por parte da European Climate, Infrastructure and Environment Executive Agency (CINEA), que publicou um artigo sobre diversos projetos LIFE que, por toda a Europa, estão a testar formas inovadoras de reduzir o número dos incêndios rurais e o seu impacto, de entre os quais o Life Landscape Fire; do canal de notícias francês BFMTV, que esteve em Viseu Dão Lafões para conhecer este projeto e efetuar uma reportagem sobre o mesmo; da revista alemã DER SPIEGEL, que efetuou uma visita a uma das áreas intervencionadas com ações de fogo controlado no âmbito do projeto; e da ENDS Europe.



Para além disso, o projeto Life Landscape Fire contribuiu para o estudo realizado no âmbito do projeto de investigação “ArRiscO – Exposição ocupacional dos bombeiros à poluição atmosférica”, o qual incidiu sobre a análise à exposição dos bombeiros ao fumo resultante das emissões dos incêndios, medindo poluentes atmosféricos com monitores de exposição pessoal durante o combate aos incêndios florestais.



Nesse sentido, parte da informação que contribuiu para a avaliação dos efeitos da exposição a longo prazo à poluição atmosférica, proveniente do combate aos incêndios florestais, em bombeiros, foi recolhida no decorrer de ações de fogo controlado realizadas no território Viseu Dão Lafões.

Drysense – Sistema de alerta prematuro e de gestão de secas e erosão do solo (“ClimAlert”)

Os recursos hídricos são essenciais, em termos estratégicos, para todos os setores produtivos, pelo que, a sua gestão requer a atenção de todos os responsáveis pelas políticas públicas, dada a imprescindibilidade deste recurso para a sociedade.

Para além disso, nos últimos tempos, a Europa tem vindo a ser afetada por eventos climáticos extremos, como sejam a queda de chuvas e o aumento das temperaturas, os quais têm impactos ao nível da diminuição da disponibilidade de água e rendimento das culturas, do



aumento do risco de seca e incêndios florestais, perda de biodiversidade e impactos adversos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas e o gado.

Estes acontecimentos dão origem a um pronunciado déficit hídrico para os territórios, o que gera incerteza significativa sobre a disponibilidade do recurso hídrico, pelo que é essencial, criar meios para uma cooperação territorial ao nível da água, garantindo a sustentabilidade deste recurso.

Nesse sentido, é necessário melhorar a capacidade dos agentes políticos, económicos e sociais para racionalizar o uso dos recursos hídricos, gerindo, de forma eficaz, a quantidade de informação existente, e desenvolvendo ferramentas que permitam adaptar essas informações às necessidades das diferentes áreas territoriais.

Perante isto, e considerando que a problemática associada a este recurso hídrico, também, afeta a região Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal, após convite, integrou uma parceria, liderada por uma entidade francesa, no âmbito de uma candidatura apresentada à 3ª convocatória do INTERREG SUDOE, a qual tem vindo a ser implementada desde o ano de 2019, na sequência da sua aprovação.



Este projeto, designado de “ClimAlert”, e que visou contribuir para o desenvolvimento de um serviço transnacional de alerta precoce de riscos climáticos relacionados com a água (secas, incêndios e inundações) na área de cooperação de Portugal, França e Espanha, foi concluído no decurso do ano de 2023, com a colocação de sensores de humidade nos solos, em zonas previamente definidas do nosso território, os quais permitem a recolha de informação hídrica dos mesmos até uma profundidade de cerca de 90cm.

A informação recolhida por estes sensores, para além de ter sido disponibilizada na plataforma anteriormente desenvolvida no âmbito do projeto, e na “Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal - VIGIA”, foi objeto de comparação com a informação recolhida via satélite, a fim de serem retiradas conclusões em termos de comparação dos resultados obtidos.



Assim, este projeto, que veio ajudar a prever e compreender o comportamento de eventos climáticos extremos e a gestão da água nos níveis rural (erosão do solo) e urbano (ondas de calor), reveste-se de grande importância para os agentes do território Viseu Dão Lafões, uma vez que os ajuda a tomar medidas que minimizem os efeitos dos fenómenos meteorológicos extremos, através da sua previsão e da gestão dos riscos associados.

Adaptação às Alterações Climáticas em Viseu Dão Lafões

Considerando que os eventos climáticos extremos, que se têm vindo a registar, são responsáveis por impactos negativos muito significativos nos sistemas naturais, sociais e económicos, e em face da inexistência de uma estratégia territorial assente em medidas de adaptação às alterações climáticas para o território, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar, ao longo dos últimos anos, na promoção do desenvolvimento sustentável por via das alterações climáticas.

Assim, têm vindo a ser realizados investimentos, que para além de proporcionarem um melhor conhecimento do território, permitem criar uma cultura de adaptação transversal aos vários setores e atores, reforçando a resiliência territorial e preparando esta comunidade para os significativos desafios que as mudanças do clima estão a criar.

Desse trabalho destacamos, por exemplo, a elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas para Viseu Dão Lafões, a elaboração de cartografia sobre as

vulnerabilidades/riscos associados às alterações climáticas, nomeadamente, ao nível da erosão dos solos, ondas de calor, secas e escassez de água, e incêndios florestais, e a realização de ações de sensibilização municipais, junto da população escolar, sobre os riscos associados às alterações climáticas.

Posto isto, e tendo em vista dar seguimento a todo este trabalho, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a promover a literacia ambiental, junto da comunidade escolar, incentivando os alunos a responder a desafios sobre diversas temáticas, como por exemplo, energias renováveis, saúde humana, temperaturas elevadas vs níveis de água mais baixos, agricultura vs impacto sobre os produtos endógenos, entre outros.

Nesse sentido, essas iniciativas que visam promover a adoção de atitudes e comportamentos que atenuem e mitiguem os impactos negativos das alterações climáticas no território, têm vindo a ser implementadas no



âmbito do projeto de “Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”, o qual se descreve de forma mais pormenorizada no referido ponto deste documento.

Para além disso, e na sequência da vontade manifestada por 13 municípios da CIM, em ser esta a liderar o processo aquisitivo, agregando, assim, as respetivas necessidades, a CIM Viseu Dão Lafões, em novembro de 2023, contratou a aquisição de serviços para a elaboração dos planos municipais de ação climática, para os municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, os quais são uma obrigatoriedade de acordo com a Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro.

De referir que, estes planos irão traduzir o contributo dos Municípios para os objetivos nacionais em matéria de política climática, devendo contemplar os objetivos e metas traçados a nível municipal, quer em termos da redução de emissões de gases com efeito de estufa, quer em termos de preparação e resposta aos efeitos das alterações climáticas, bem como as ações a desenvolver e o investimento associado.

Life Nieblas – Reforestation & Climate Change Mitigation

Embora as mudanças climáticas sempre tenham existido, a verdade é que o ritmo entre estas variações climáticas tem sofrido uma forte aceleração, e a tendência é que tome proporções ainda mais caóticas se não forem tomadas medidas.

Este facto, faz com que as mudanças climáticas sejam a maior ameaça ambiental do século XXI, com consequências profundas e transversais a várias áreas da sociedade: económica, social e ambiental, pelo que é essencial tomar medidas para mitigar os seus impactos.

Ao nível dessas medidas, vários estudos têm demonstrado que, atualmente, a reflorestação do planeta é a melhor solução disponível para combater as alterações climáticas, com um potencial de capturar dois terços das emissões de dióxido de carbono produzidas pela humanidade.

A esse facto, acresce, ainda, que é expectável que as alterações climáticas venham a originar condições de baixa pluviosidade e a desertificação em zonas substanciais do Sul da Europa e das regiões ultraperiféricas da União Europeia.

Neste sentido, e por forma a tentar colmatar esta problemática, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a Empresa Pública Gesplan, o Cabildo de Gran Canária, o Instituto Canario de Investigaciones Agrarias (ICIA), o Instituto Tecnológico de Canarias, a Universidad de La Laguna, a Heredad de Aguas de Arucas y Firgas, e o Centro de Investigación Ecológica y Aplicaciones Forestales de Cataluña, têm vindo a implementar, desde o ano de 2020, um projeto no âmbito da reflorestação e da mitigação das mudanças climáticas.

Financiado pelo Programa Europeu Life, com um investimento de 2.195.242,00€, dos quais 100.745,00€ são geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, este projeto designado de Nieblas, visa mitigar os efeitos das alterações climáticas no Sul da Europa e regiões ultraperiféricas da União Europeia, através da utilização de protótipos de coletores de neblina, que permitem a recolha de água e o seu posterior aproveitamento para recuperação de áreas florestais, facilitando, dessa forma, o crescimento sustentado do coberto vegetal.



Assim, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões prosseguiu com o desenvolvimento dos trabalhos de monitorização das plantações realizadas nos concelhos de Carregal do Sal e Vouzela, num total de 10 hectares, por forma a analisar a taxa de sobrevivência, do estado e

do crescimento das três espécies arbóreas plantadas (sobreiro, carvalho alvarinho e carvalho negro), e sobre as quais estão a ser testados os diversos métodos de reflorestação utilizados.



De referir que, alguns destes trabalhos foram acompanhados pela GESPLAN e pelo CREAM (Centre for Ecological Research and Forestry Applications), que acompanharam a Comunidade Intermunicipal neste processo de monitorização durante a primeira semana do mês de maio.

Esta colaboração internacional exemplifica, assim, a determinação e os esforços desenvolvidos, pelos parceiros deste

projeto, para devolver florestas e bosques ao seu estado original e incentivar a infiltração natural de água no subsolo.

Para além dos trabalhos de monitorização das plantações, destacamos a disponibilização da Restoration Management Tool (RMT), uma ferramenta que permite replicar, de forma personalizada, os métodos de reflorestação implementados no projeto Life Nieblas.

Esta calculadora online, destinada ao apoio à tomada de decisões, entre outros parâmetros relacionados com ações de reflorestação, permite avaliar custos, calcular taxas de sobrevivência nas plantações e promover uma melhor gestão da água.

No ano de 2023, destacamos, ainda, a presença da CIM Viseu Dão Lafões na 3ª reunião do consórcio deste projeto, a qual decorreu nos dias 16 e 17 de março, em Gran Canária (Espanha), e teve como objetivo efetuar o acompanhamento das ações desenvolvidas por cada um dos parceiros.



A Comunidade Intermunicipal recebeu, também, no dia 22 de novembro, uma visita, por parte da equipa do Klimahaus Bremerhaven (museu do clima), que veio a Viseu Dão Lafões para descobrir o projeto Life Nieblas, e recolher algum material audiovisual sobre o mesmo, o qual será exibido no museu, localizado na cidade de Bremerhaven (Alemanha), numa mostra subordinada ao tema "Calor, Secas e Incêndios".



De referir que este projeto, que irá permitir a recuperação sustentável das florestas, e, conseqüentemente, o reforço da resiliência dos ecossistemas de Viseu Dão Lafões, foi, também, ele alvo de destaque pela revista alemã DER SPIEGEL, que deu destaque a um trabalho sobre a seca na Europa e que medidas estão a ser tomadas para combater este flagelo, onde foi apresentado o Life Nieblas.

No decurso do ano de 2023, foi, ainda, dada continuidade à publicação da newsletter “Life Nieblas”, na qual são difundidos diversos artigos relacionados com este projeto, nomeadamente, os resultados relativos às taxas de sobrevivência obtidos nas áreas de reflorestação afetas a este projeto, os resultados sobre o uso e poupança da água que têm vindo a ser alcançados, um estudo relativo à quantidade de árvores que seria possível cuidar utilizando apenas a água de neblina recolhida pelos coletores de nevoeiro, para cada metodologia de reflorestamento testada em campo, entre outros.

Dar, ainda, nota que, a reportagem "Há caçadores de água que querem criar novas florestas em Portugal", assinada pelo jornalista Daniel Dias (Público) em torno do projeto Life Nieblas, venceu o prémio "Gazeta Revelação”.

Deteção e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina

A presença de espécies exóticas invasoras é considerada uma das principais causas de perda de biodiversidade, pelo que é prioritário investir em intervenções orientadas para o controlo dessas espécies e para a prevenção e deteção precoce de focos de dispersão dessas mesmas espécies, bem como intervenções a montante que impeçam a sua entrada em todo o território.



De entre as diversas espécies exóticas invasoras existentes, destaca-se a vespa velutina Lepeletier, que é predadora natural da abelha europeia (*Apis mellifera*) e de outros insetos, e que pode vir a originar, a médio prazo, impactos significativos na biodiversidade, em particular nas espécies de abelhas e de vespas

nativas e nas populações de outros insetos polinizadores e nos serviços dos ecossistemas que asseguram a polinização.

Face à sua estratégia de reprodução, caracterizada por um sucesso reprodutor mais agressivo do que o de outras espécies semelhantes, e à sua elevada capacidade de disseminação, a presença da vespa velutina representa um risco sob diferentes pontos de vista: para a apicultura, para a produção agrícola, para o bem-estar e segurança dos cidadãos e para o ambiente.

Posto isto, a Comunidade Intermunicipal, consciente dos riscos provenientes desta espécie exótica invasora, e dos impactos negativos que a sua propagação pode ter para a região Viseu Dão Lafões, tem vindo a implementar, desde janeiro de 2022, um projeto no âmbito da deteção e combate à espécie exótica invasora vespa velutina, o qual foi objeto de aprovação pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

Com um investimento elegível de cerca de 335 mil euros, financiados a uma taxa de 85%, este projeto pretende contribuir de forma direta para a mitigação dos efeitos provocados por esta espécie na atividade agrícola, bem como para a segurança dos cidadãos e para a minimização dos impactos sobre a biodiversidade e ecossistemas presentes nos catorze municípios da região.

Assim, e depois de terem sido adquiridos equipamentos de proteção individual, kits de destruição de ninhos, hipsómetros, entre outros equipamentos para a deteção e combate a esta espécie, e de ter sido instalada uma



rede de armadilhas entomológicas pelo território de Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal continuou a efetuar a monitorização quinzenal dessas armadilhas, tendo em vista a deteção precoce da presença de exemplares ou ninhos de vespa velutina e o posterior mapeamento/estudo da sua dispersão por todo o território da CIM.

Para além disso, em janeiro de 2023 foi iniciada, pelas escolas do território, a realização de ações de sensibilização relativas ao combate à vespa velutina, nas quais os alunos do 8º e 9º ano puderam aprender comportamentos e procedimentos a adotar quando detetada a presença da vespa asiática, ou velutina.

Estas ações, dinamizadas pela Coopbei (Cooperativa Agrícola e Apícola das Beiras), arrancaram no dia 4 de janeiro, na Escola Básica Gomes Eanes de Azurara, em Mangualde, e posteriormente, prosseguiram com a sensibilização junto dos alunos da Escola Básica D. Duarte, em Vil de Soito, Viseu (12 de janeiro), da Escola Secundária de Viriato, em Viseu (17 de janeiro), da Escola Básica Dr. Azeredo Perdigão, em Abraveses, Viseu (19 de janeiro), da Escola Básica de Castro Daire (2 de fevereiro), da Escola Básica e Integrada de Mões, em Castro Daire (2 de fevereiro), da Escola Secundária de Tondela (2 de março), da Escola Básica Dr. Fortunato de Almeida, em Nelas (16 de março), da Escola Básica Dionísio Augusto Cunha, em Canas de Senhorim, Nelas (20 de março), da Escola Básica do Caramulo, em Tondela (28 de março), e da Escola Básica Aquilino Ribeiro, em Vila Nova de Paiva (3 de abril).

Estas ações de sensibilização, que vão ao encontro das orientações do “Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa Velutina em Portugal”, visaram, assim, consciencializar os alunos para a importância atempada da deteção desta espécie invasora, e despertá-los para esta problemática que afeta a biodiversidade do nosso território.



Paralelamente a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com os seus municípios e as organizações de apicultores da região, realizaram, por todo o território, ações de sensibilização dirigidas ao público em geral, incluindo apicultores identificados pelos municípios, as quais decorram durante o mês de fevereiro de 2023 no Município de Castro Daire (dia 6), no Município de São Pedro do Sul (dia 6), no Município de Oliveira de Frades (dia 7), no Município de Vouzela (dia 7), no Município de Carregal do Sal (dia 10), no Município de Sátão (dia 11), no Município de Viseu (dia 11), no Município de Penalva do Castelo (dia 11), no Município de Vila Nova de Paiva (dia 13), no Município de Aguiar da Beira (dia 13), no Município de Mangualde (dia 14), no Município de Nelas (dia 14), no Município de Tondela (dia 18), e no Município de Santa Comba Dão (dia 18).



Nestas sessões, para além de terem sido distribuídas armadilhas aos participantes, para a captura desta espécie invasora, foram dados a conhecer mais pormenores sobre esta praga, nomeadamente as suas características e biologia, os seus impactos, como identificar um ninho, como agir perante um ninho, novos métodos utilizados na destruição dos ninhos, alterações no manejo apícola e outras questões relacionadas com a atividade.

Com todas estas iniciativas de sensibilização pretendeu-se, assim, alargar a aplicação de medidas preventivas e tornar mais eficaz o controlo e minimização dos efeitos nefastos desta espécie sobre a biodiversidade e os ecossistemas.

A conclusão deste projeto foi assinalada com a realização de um seminário final, no dia 21 de junho de 2023, no auditório do Edifício Multiusos, em Nelas, onde foram apresentadas as conclusões deste projeto.

Este seminário contou com uma sessão de boas-vindas, a cargo de Joaquim Amaral, Presidente da Câmara Municipal de Nelas, e de Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, à qual se seguiu um painel alargado, com especialistas sobre o tema, onde Paula Casteleira, da Cooperativa Agrícola e Apícola das Beiras, foi autora de uma intervenção sobre o “Impacto na Apicultura e Importância da Sensibilização” que o projeto teve na região, e Nuno Capela, da Universidade de Coimbra, abordou os resultados e a proposta de estratégia de atuação do projeto.



Este evento contou, ainda, com uma mesa-redonda intitulada “A Vespa Velutina: Impactos, Metodologias, Constrangimentos...”, moderada por Cristina Amaro da Costa, da Escola Superior Agrária de Viseu, e com a participação de Mónica Lopes, da Associação de Produtores

Florestais de Montemuro e Paiva, dos apicultores Rafael Guimarães e Jorge Oliveira, e de Márcio Pereira, coordenador municipal de Proteção Civil do Município de Oliveira de Frades.

De referir que as ações realizadas, durante os 18 meses de duração deste projeto, contribuíram para aumentar o conhecimento, tanto de técnicos como da população, sobre os hábitos desta espécie invasora, assegurando, assim, a prevenção, vigilância e controlo precoce da presença de exemplares ou ninhos de vespa velutina, e, conseqüentemente, permitiram minimizar os impactos sobre a biodiversidade e os ecossistemas de Viseu Dão Lafões.

Aviso e controlo do risco de geadas de primavera na agricultura e arboricultura (“An-Gel”)

Embora o processo de alterações climáticas e o aquecimento global esteja intuitivamente associado a fenómenos como secas, incêndios florestais e ondas de calor, está também na origem de outros episódios com efeitos muito prejudiciais para a produção tradicional de plantas.



Neste sentido, o aquecimento global aumentou significativamente o risco de geadas primaveris que, nos últimos anos, tiveram efeitos catastróficos em diferentes culturas, tais como árvores de fruta de caroço, amendoeiras, kiwis e vinhas. O problema não é que estas geadas sejam mais intensas do que há 30 ou 50 anos atrás, mas que ocorrem fora da sua estação habitual, afetando

culturas em fases críticas de crescimento e causando, em muitos casos, perdas de até 80% ou 100% da produção.

Desta forma, o aumento das temperaturas, devido às alterações climáticas, está progressivamente a antecipar fases críticas do desenvolvimento das plantas, como a floração, tornando as espécies extremamente vulneráveis a episódios de frio e seca.

Neste sentido, e uma vez que a maioria das produções agrícolas não têm quaisquer meios para prevenir e combater este risco, e as que o fazem baseiam-se em sistemas muito intensivos em energia, caros e insustentáveis, a CIM Viseu Dão Lafões ciente desta problemática, integrou uma parceria, liderada por uma entidade francesa, que apresentou, em outubro de 2023, uma candidatura ao Programa Interreg Sudoe.

Este projeto, aprovado em dezembro de 2023, para um período de 36 meses, visa, assim, o desenvolvimento e testagem de soluções inovadoras para a prevenção e adaptação ao risco de geadas, bem como um sistema de alerta precoce para os produtores.

O trabalho será iniciado com a realização de um estudo, para aumentar e sistematizar a informação sobre o risco de geadas na agricultura e a gama de soluções existentes, o qual terá em consideração as particularidades das culturas e territórios, com o objetivo de adaptar as soluções desenvolvidas para eles e assegurar que estas soluções sejam válidas no contexto das culturas representativas do SUDOE a proteger, tanto do ponto de vista agronómico como económico.

Para além disso, será realizado um mapeamento térmico de alta precisão das áreas piloto, coincidindo com episódios de geadas de primavera, a fim de dispor de informações básicas detalhadas que permitam compreender os efeitos das soluções propostas e testadas no âmbito das ações-piloto que serão implementadas, sendo que as técnicas utilizadas para a cartografia serão adaptadas à dimensão das parcelas piloto e das culturas presentes, e poderão basear-se em imagens de satélite ou na recolha de dados no terreno, utilizando drones equipados com câmaras térmicas.

O carácter inovador das soluções propostas executar no âmbito desta candidatura, designada de “An-Gel”, reside no facto de, ao contrário das alternativas tradicionais, não implicarem a utilização de combustíveis fósseis (poluentes e muito dispendiosos), mas basearem-se principalmente na antecipação e na prevenção, atuando sobre variáveis agronómicas como a humidade do solo, a circulação do ar ou a mobilização do solo (técnicas passivas ou semi-passivas).

Estas ferramentas, pouco estudadas e, sobretudo, muito pouco aplicadas pelos agricultores, serão complementadas por outros meios sustentáveis de controlo ativo, como pulverizações de alta precisão, torres eólicas de nova geração ou cobertura do solo e gestão da humidade.

Assim, esta candidatura, com um investimento aprovado de 1.675.000,00€, dos quais 159.000,00€ serão executados pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de 75%, irá permitir ultrapassar a abordagem baseada na reação e substituí-la por uma abordagem baseada na prevenção e antecipação, complementada por sistemas ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental e financeiro.

O “An-Gel” irá, ainda, permitir influenciar as estratégias regionais e nacionais de adaptação às alterações climáticas e de gestão dos acontecimentos negativos na agricultura, na medida em que irá gerar uma base de conhecimentos transnacional tangível e assimilável para adaptação ao risco de geadas, aumentando a resiliência das produções representativas da área do Sudoe através de soluções sustentáveis, de baixo custo e que podem ser transferíveis para outros territórios do Sudoe ou da União Europeia.

4.5 Melhorar a qualidade do ambiente e a transição energética, e promover a reutilização de resíduos e a economia circular

RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos

As políticas relativas à gestão de resíduos têm evoluído no sentido da gestão sustentável dos materiais, a fim de proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana, assegurar uma utilização prudente, eficiente e racional dos recursos naturais, reduzir a pressão sobre a capacidade regenerativa dos ecossistemas, promover os princípios da economia circular, reforçar a utilização da energia renovável, aumentar a eficiência energética, reduzir a dependência de recursos importados, proporcionar novas oportunidades económicas e contribuir para a competitividade a longo prazo.



Nesse sentido, têm vindo a ser introduzidas normas relativas à prevenção da produção de resíduos, estipulando objetivos e metas de redução tanto ao nível da produção de resíduos urbanos, como medidas com vista à promoção da reutilização, bem como normas relativas à prevenção de resíduos alimentares no contexto do combate ao desperdício

alimentar, e à redução da deposição em aterro, de resíduos com potencial de reciclagem ou outro tipo de valorização.

Assim, é necessário promover a reutilização e a reciclagem de resíduos, e assegurar a recolha seletiva de biorresíduos, e para atingir esse desígnio têm vindo a ser penalizadas as operações de tratamento menos nobres na hierarquia dos resíduos, por via do aumento do montante da taxa de gestão de resíduos (TGR), enquanto instrumento determinante da modelação de comportamentos de todos os envolvidos.

Nesse seguimento, o Fundo Ambiental tem vindo a proceder à devolução das receitas relativas à TGR aos municípios, com vista à sua aplicação no apoio a investimentos no domínio dos resíduos e da economia circular, tendo no final do ano de 2022, sido lançado um aviso para os Municípios apresentarem projetos no âmbito do Programa RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos.

De referir que, o Fundo Ambiental chamou as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas, para colaborarem ativamente na avaliação dos projetos submetidos pelos Municípios, tendo para o efeito sido assinado um protocolo de colaboração que visa estabelecer o modo de operacionalização do referido Programa e regular os termos e condições de natureza técnica e financeira da colaboração entre o Fundo Ambiental e a CIM Viseu Dão Lafões.

Concluído o prazo para a submissão das candidaturas, a CIM Viseu Dão Lafões procedeu à análise e conseqüente aprovação dos projetos apresentados pelos seus Municípios, os quais totalizam um investimento superior a 540 mil euros.

A assinatura dos contratos de financiamento destes projetos, que em termos genéricos incluem a infraestruturação e a aquisição de equipamentos associados a esse serviço e, subsidiariamente, a sensibilização dos utilizadores para melhorar as suas práticas, ocorreu no dia 23 de janeiro de 2023, no Auditório Carlos Paredes, em Vila Nova de Paiva.



Após a formalização da atribuição do financiamento, os Municípios iniciaram a implementação dos seus projetos, os quais irão contribuir para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos, com particular ênfase nos biorresíduos (resíduos alimentares e os resíduos biodegradáveis de jardins e parques), promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro.



Quanto à CIM Viseu Dão Lafões, e de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas pelo protocolo de colaboração estabelecido com o Fundo Ambiental, coube-lhe acompanhar os referidos projetos, e verificar e analisar a despesa que foi sendo apresentada pelos Municípios, por forma a libertar o financiamento definido e aprovado para cada um dos projetos municipais.

De referir que, aquando do encerramento dos projetos, o qual terá de ocorrer até 31 de julho de 2024, na sequência da prorrogação de prazo concedida pelo Fundo Ambiental, será quantificado o aumento que este apoio proporcionou na recolha de biorresíduos e/ou no aumento das quantidades de resíduos recolhidos de forma seletiva e encaminhados para tratamento e valorização.

STOP_WASTE - Enhancing the efficiency of policy instruments for accelerating waste generation prevention

Conforme é sabido, a produção e o tratamento de resíduos são um dos maiores problemas ambientais, sociais e económicos da Europa. Por exemplo, só na União Europeia, mais de 3 biliões de toneladas de lixo são descartadas todos os anos e 90% dos recursos utilizados tornam-se resíduos após a sua primeira utilização.



Assim, a prevenção e a diminuição da produção de resíduos é fundamental para reduzir os impactos negativos e as consequências da atividade humana sobre o meio ambiente, e nesse sentido a Diretiva-Quadro dos Resíduos (WFD – Waste Framework Directive), adotada pelos países da União Europeia, veio definir a redução e o tratamento de resíduos como a estratégia prioritária para combater esta situação, estabelecendo, como

obrigação legal para todos os Estados-Membros a tomada de medidas para prevenir a produção de resíduos.

No entanto, e apesar da adoção de programas e de estratégias de prevenção de resíduos, e do esforço empregue na mobilização e sensibilização da sociedade, os diversos países europeus têm apresentado resultados muito aquém do que seria expectável, traduzindo-se numa reduzida diminuição da produção e tratamento dos resíduos.

Portugal, por exemplo, apresenta, desde 2016, um crescimento da quantidade de resíduos produzidos na ordem dos 70 kg /ano por habitante, situação que se deve, em parte, ao facto de a maioria dos estados-membros da União Europeia terem concentrado os esforços e o investimento na fase do tratamento dos resíduos, ao invés de terem procurado atenuar a produção de resíduos nas fases anteriores do ciclo de vida do produto.

Este contexto levou a que a aposta na investigação, desenvolvimento e implementação de instrumentos que promovam a redução da produção de resíduos, e fomentem a sua reutilização, tenha sido muito reduzida, situação que está a tentar ser minimizada, por via da

candidatura “STOP_WASTE”, apresentada, ao Programa Interreg 2021-2027, pela CIM Viseu Dão Lafões em associação com quatro parceiros europeus, nomeadamente a JSC – Alytus Region Waste Management Center, na Lituânia, a Bucharest-Ilfov Regional Development Agency, na Roménia, o Município de Almere, nos Países Baixos, e o CEDES – Centro de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável.

Esta candidatura, que visa promover o desenvolvimento de estratégias e a adoção de políticas que permitam reduzir a produção de resíduos, foi aprovada em fevereiro de 2023, com um investimento elegível de cerca de 1,2 milhões de euros, financiados a uma taxa de 80%, dos quais 339.600,00€ são destinados ao financiamento das atividades da responsabilidade da CIM Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, com este projeto, que terá uma duração de 36 meses, pretende-se aumentar o conhecimento e o desempenho das entidades/territórios envolvidos na prevenção e redução da produção de resíduos, dando especial atenção às fases de conceção, reutilização, reparação, redistribuição, renovação, e refabrico, do ciclo de vida dos produtos.

No seguimento da aprovação do projeto, a CIM Viseu Dão Lafões deslocou-se a Estocolmo, na Suécia, para participar num seminário de acolhimento e preparação das entidades líderes dos projetos.

Durante este seminário, que decorreu entre os dias 14 e 15 de março de 2023, os representantes dos projetos tiveram a oportunidade de se conhecerem e trocaram experiências, bem como de se inteirarem das metodologias de gestão dos projetos e de outros aspetos mais técnicos que a Autoridade de Gestão Europeia pretendeu transmitir de forma a garantir a sua uniformização ao nível dos 72 projetos que foram aprovados, num universo de mais de 300 candidaturas apresentadas.



No ano de 2023, destaca-se, ainda, a realização do primeiro workshop inter-regional do StopWaste - "Abraça a Mudança de Resíduos Zero - Trabalhando para Reduzir a Pegada de Plástico e o Desperdício Alimentar", que teve lugar nos dias 27 e 28 de junho, no Hotel Montebelo, em Viseu, e que contou com a presença de representantes das regiões europeias que integram este projeto.

Este evento foi iniciado com uma descrição do projeto, à qual se seguiram apresentações efetuadas por várias entidades, no âmbito de diversos painéis temáticos, nomeadamente, o painel "Programa Regional Centro 2030", apresentado por Luís Francisco Filipe, Vogal Executivo do Programa Operacional CENTRO 2030; o painel "Redução do Desperdício Alimentar", que esteve a cargo de Bárbara Garção, em representação da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, de Ondina Afonso, Presidente do Clube de Produtores Continente, e de Susana Freitas, em representação da LIPOR; o painel "Reduzir a Pegada dos Plásticos", onde José Portela, Secretário Executivo da Associação de Municípios do Planalto Beirão, caracterizou o sistema de gestão de resíduos da região Viseu Dão Lafões; e o painel "Estado da Arte e Desafios das Políticas", que contou com intervenções de Patrícia Carvalho, Coordenadora do Pacto Português para os Plásticos – Smart Waste Portugal, de Paula Quinteiro e Ana Timmons-Barros, em representação do Centro para os Estudos de Ambiente e Marinhos (CESAM), da Universidade de Aveiro, de João Leão, em representação da VIVA Lab, e de Ricardo Morgado, da THE LOOP.



O segundo workshop inter-regional e a primeira visita de estudo deste projeto, que visa a adoção e partilha de boas práticas no combate aos resíduos, com o objetivo de melhorar e influenciar as políticas regionais e locais de prevenção da geração de resíduos, decorreram em Bucareste, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2023.

Este encontro, organizado pela Bucharest-Ilfov Regional Development Agency, e sob o mote "Embalagem e resíduos de embalagens - um desafio comum em termos de design e gestão", contemplou reuniões de trabalho com stakeholders locais associados à gestão de resíduos e instituições de I&D dedicadas à procura de soluções para reduzir e tratar adequadamente os

resíduos de plástico, que permitiram, aos diversos parceiros do projeto, avaliar soluções inovadoras para a gestão de resíduos plásticos.



Dar nota que, estes momentos de partilha de boas práticas permitem a todos os parceiros obter um conhecimento mais aprofundado em matéria de prevenção da produção de resíduos, que os irá permitir implementar os projetos-piloto mais indicados nos seus territórios, e alcançar melhores resultados.

De referir que, para além dos parceiros internacionais, este projeto, que já foi alvo de destaque pelo Observador, conta ainda com o envolvimento e participação dos municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões e das seguintes entidades: CCDR Centro, Agência Portuguesa do Ambiente, Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, Ecobeirão - Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão, E.I.M., S.A., Instituto Politécnico de Viseu (IPV), Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV), e da Interecycling - Empresa de Reciclagem de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos.

Cantinas Verdes - Estruturação do Mercado Institucional de Alimentos em Viseu Dão Lafões

Está comprovado que a adoção de sistemas alimentares inadequados leva ao desenvolvimento de consequências negativas para a saúde humana, que se traduzem em dietas pobres do ponto de vista nutricional e no aumento das taxas de obesidade, com consequências na qualidade de vida das populações e nos sistemas de saúde pública, pelo que é imperativo desenvolver sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis que se baseiem em produtos frescos, naturais e sazonais.

Dos atuais sistemas alimentares, o das refeições fornecidas em contexto escolar é o que carece de uma especial atenção por parte das entidades públicas, a quem cabe a responsabilidade de definirem prioridades nas compras alimentares, as quais representam um volume anual considerável.

Nesse sentido, ao longo dos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar no desenvolvimento de uma estratégia para a estruturação do mercado institucional de

alimentos em Viseu Dão Lafões, através da construção de uma cadeia alimentar que beneficie consumidores e produtores do setor primário.

Nesse âmbito, foi realizado um estudo para caracterizar o mercado atual e identificar as modalidades de compras públicas, as oportunidades e os constrangimentos, o qual originou um plano de ação, onde foram identificadas ações piloto, que visam testar novos modelos e instrumentos de contratação pública para a introdução de alimentos saudáveis e sustentáveis nas refeições escolares de alguns estabelecimentos de ensino da região Viseu Dão Lafões.



Assim, e tendo em vista a implementação dessas ações, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com os quatro Grupos de Ação Local do território (ADD, ADDLAP, ADICES e ADRIMAG), apresentaram uma candidatura, ao PDR 2020, no âmbito do Plano Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES), a qual foi objeto de aprovação em janeiro de 2023.

Esta candidatura designada de “Identidade Alimentar em Viseu Dão Lafões”, com um investimento de 238.197,32€, dos quais 37.662,60€ serão executados pela CIM Viseu Dão Lafões e financiados a uma taxa de 100%, visa, assim, a promoção da dieta mediterrânica e da literacia alimentar, bem como a educação e o combate ao desperdício alimentar, através da sensibilização da comunidade escolar da região, para uma alimentação sustentável e equilibrada.

Para atingir esse desígnio é necessário introduzir nas cantinas escolares alimentos produzidos a partir de métodos ambientalmente mais sustentáveis tais como, a produção integrada, o modo de produção biológica, os regimes de qualidade (DOP/IGP), a partir de raças autóctones e distribuídos através de circuitos curtos.



Posto isto, no decurso do ano de 2023, os parceiros deste projeto, trabalharam ao nível da estruturação de uma cadeia curta de fornecimento de produtos alimentares aos refeitórios públicos, a partir dos produtores de Viseu Dão Lafões, da introdução de critérios de sustentabilidade nas compras públicas de alimentos, e da fundamentação da mudança para um sistema alimentar das refeições escolares, mais saudável e sustentável.

Nesse sentido, foram realizadas várias reuniões de trabalhos com os municípios, no sentido de apresentar e delinear o Acordo Quadro para fornecimento de produtos hortofrutícolas no âmbito do regime de fruta escolar, bem como os programas piloto da fruta e da refeição BIO, que se pretendem implementar nas escolas do território.

O público-alvo a atingir pelo projeto é constituído por crianças do 1.º ciclo do ensino básico, numa faixa etária entre os 6 e os 10 anos de idade, a que acrescem diretores, funcionários e utentes das instituições de âmbito social, diretores e docentes dos estabelecimentos escolares, autarcas, produtores e comunidade local em geral.

De referir que, este projeto, que vai vigorar até dezembro de 2024, tem como objetivos:

- Incentivar o consumo de produtos locais, em consonância com os princípios da dieta mediterrânica;
- Promover o consumo com identidade alimentar mediterrânica territorial, melhorando a qualidade nutricional da oferta alimentar e combatendo a precariedade alimentar;
- Realizar ações de aconselhamento e de sensibilização sobre a dieta mediterrânica, promovendo e valorizando os produtos endógenos, os produtos de qualidade certificada e a dieta mediterrânica;
- Promover a adoção de uma alimentação sustentável, através da educação;
- Promover a economia e o desenvolvimento socioeconómico na região de Viseu Dão Lafões.

4.6 Fomentar o desenvolvimento da região, e promover e incrementar a inovação, a competitividade empresarial, a qualificação profissional, a aprendizagem ao longo da vida, a empregabilidade e o empreendedorismo

Acompanhamento dos Investimentos na Região

O desenvolvimento das regiões está em muito condicionado pelos investimentos estratégicos que o país é capaz de realizar, pelo que, a Comunidade Intermunicipal considera que deverá ser dada prioridade a determinados investimentos infraestruturais estratégicos, uma vez que estes terão reflexos no desenvolvimento da região Viseu Dão Lafões, quer ao nível da competitividade do território, quer ao nível da sua coesão económica e social.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, tem vindo a acompanhar e a avaliar as políticas de desenvolvimento e coesão definidas para esta região, com especial incidência para as relacionadas com o desenvolvimento regional.

Dos dossiers que têm merecido uma maior atenção por parte da CIM Viseu Dão Lafões, destaca-se, no campo das infraestruturas, a requalificação do IP3 e a modernização da Linha da Beira Alta, e, no campo da saúde, a construção do Centro Ambulatório de Radioterapia do Centro Hospitalar Tondela – Viseu, investimentos essenciais para o desenvolvimento da região e para o aumento da qualidade de vida dos seus residentes.

Para além destes investimentos cruciais para a região Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a sinalizar, junto da CCDRC e do Governo, outras intervenções estruturantes para a região nos mais variados domínios, como sejam, a saúde, a gestão hídrica, a ferrovia, a rodovia, os “missing links”, as áreas de acolhimento empresarial, a floresta, a adaptação às alterações climáticas, a escola digital e a administração pública digital, a transição digital e as condições habitacionais.

Todas estas intervenções, que irão contribuir para a promoção da coesão territorial e social, assegurando melhores acessibilidades às atividades económicas e melhor qualidade de vida, encontram-se identificadas na Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, cuja consulta poderá ser efetuada através do link <https://www.cimvdl.pt/portugal-2030/>.

Assim, e por forma a acompanhar a evolução destes investimentos, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2023, solicitou a realização de reuniões com as equipas governamentais, à



data, e com entidades representativas da região nas mais diversas áreas, de entre as quais se destacam, a realizada no dia 27 de março, com o Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Nuno Fazenda, no dia 30 de junho, com o Ministro das Infraestruturas, João Galamba, e no dia 31 de agosto, com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

Neste âmbito, damos, também, nota que, nos dias 26 e 27 de janeiro de 2023, uma delegação da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, constituída por autarcas e pelo Secretário Executivo, realizou uma visita de trabalho à Comissão Europeia, a qual teve como objetivo aprofundar o conhecimento dos autarcas relativamente às estruturas da Comissão Europeia e a outras entidades e projetos relevantes na área da economia circular, energia, transição digital e desenvolvimento regional.

Nesta deslocação a Bruxelas, a comitiva da Comunidade Intermunicipal reuniu com Elisa Ferreira, Comissária Europeia com a pasta da Coesão e Reformas, com a qual partilhou pontos de vista sobre os problemas e as dificuldades específicas que um território como Viseu Dão Lafões enfrenta à escala nacional e europeia, em termos de coesão e de demografia, e abordou questões relacionadas com o PRR e com o Quadro Financeiro Plurianual 2030.

Foram, também, realizadas reuniões com o responsável pela gestão de políticas da Direção-Geral da Política Regional e Urbana para Portugal e Espanha, com a “Energy Cities”, uma rede que reúne representantes de autoridades locais de 30 países na área da transição energética e neutralidade carbónica nas cidades, e com o responsável pela gestão de políticas da Direção-Geral de Redes de Comunicações, Conteúdos e Tecnologia, entidade que é responsável pelas políticas e soluções relacionadas com as “smart communities”.



CR Inove – Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-Região Viseu Dão Lafões

A Região Centro assumiu na “Visão Estratégica para a Região Centro 2030”, a necessidade de aprofundar e intensificar as dinâmicas de inovação para reforçar um modelo territorial mais equilibrado na região, mas para atingir esse desígnio, é fundamental dinamizar e promover as necessárias políticas e programas de proximidade que envolvam as entidades do Sistema Regional de Inovação e o tecido empresarial na promoção da consolidação de um território inovador e mais competitivo.

Nesse sentido, a CCDRC, no âmbito das suas atribuições, e tendo em vista promover e intensificar as dinâmicas regionais de inovação, considerou relevante proceder ao desenvolvimento e implementação da iniciativa “CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro”, a qual é composta por uma rede informal de entidades do Sistema Regional

de Inovação, que pretende promover um processo estruturado de cooperação e partilha de informação entre as Comunidades Intermunicipais, as Entidades do Sistema Científico e Tecnológico e as Associações Empresariais da Região Centro.

A constituição do CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-Região de Viseu Dão Lafões, foi formalizada no dia 30 de setembro de 2022, por via da assinatura de um protocolo de cooperação entre a CCDRC, a CIM Viseu Dão Lafões, o Instituto Politécnico de Viseu, a Associação Empresarial da Região de Viseu e o dinamizador sub-regional José Alberto Ferreira, através do qual estas entidades se comprometem a desenhar e executar um Programa de Ação, centrado nos fatores territoriais de promoção da competitividade e inovação.



Assim, no decurso do ano de 2023, os parceiros do CR Inove, trabalharam, de forma concertada e participada, no desenvolvimento de iniciativas conjuntas em temáticas relevantes para o processo de promoção da inovação, na sistematização e atualização de informação e competências das entidades do Sistema Regional de Inovação pertencentes à sub-região, na criação de mecanismos de partilha e divulgação de informação, na promoção do desenvolvimento de conteúdos, instrumentos e metodologias de capacitação de atores e de transferibilidade do conhecimento e de tecnologias.

De referir que o CR Inove para além de potenciar e promover os recursos e competências existentes no domínio da inovação na Região Centro, através de uma melhor interação entre os produtores de conhecimento e tecnologia e as empresas e entidades da administração pública e do terceiro setor, contribui, também, para a internacionalização da Região Centro, ao nível da captação e instalação de capital/empresas e divulgação de competências e recursos em mercados internacionais.

Empreendedorismo e Promoção do Espírito Empresarial em Viseu Dão Lafões

Conforme é sabido, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com diversas entidades da região ligadas ao empreendedorismo, nomeadamente a AIRV, as instituições de ensino superior (Instituto Politécnico de Viseu, Instituto Piaget e Universidade Católica – Centro Regional das Beiras), as associações de desenvolvimento local (ADD, ADICES e ADDLAP), e o Clube Business Angels Viseu Dão Lafões, tem vindo a trabalhar, ao longo dos últimos anos, esta temática, tendo em vista a criação de um ecossistema empreendedor.

Esse trabalho tem vindo a ser desenvolvido no seio da Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo, criada no âmbito da Plataforma de Cooperação organizada em redes, onde são definidas estratégias e atividades que contribuam para a fomentação e promoção do empreendedorismo e para a instalação e criação de novas empresas e negócios no território.

No entanto, e não obstante todo o trabalho realizado, é necessário ir mais além e reforçar o ecossistema e a capacidade de financiamento das empresas tecnológicas, e fomentar a competitividade da economia, pela atração de investimento estrangeiro na área tecnológica, renovação do tecido económico e criação de mais emprego qualificado.

Assim, é necessário potenciar os resultados das empresas e a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as que se encontram associadas a fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva, e que se materializem na disponibilização de bens coletivos ou públicos capazes de induzir efeitos de arrastamento na economia.

Neste sentido, e tendo em vista estimular o espírito empresarial da região, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu, o IPV – Instituto Politécnico de Viseu e a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, apresentaram, ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, uma candidatura no âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas, a qual foi objeto de aprovação em fevereiro de 2022, com um investimento elegível de 494.125,04€, financiados a uma taxa de 85%, dos quais 248.138,90€ foram geridos pela CIM Viseu Dão Lafões.

Esta candidatura, designada **“Mais e Melhor Empreendedorismo em Viseu Dão Lafões”**, e que visa estimular a criação de empresas em Viseu Dão Lafões, criar empregos e atrair e fixar talento na região, foi apresentada numa sessão pública que decorreu no dia 9 de fevereiro de 2023, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mangualde.



Nesse seguimento, os parceiros deram início à implementação de um plano de atividades capaz de dar resposta a desafios sociais atuais que dependem da criação de mecanismos adequados à promoção do espírito empresarial e à capacitação das estruturas de apoio e dinamização de iniciativas de mentoria de ideias inovadoras na região Viseu Dão Lafões.

De entre as atividades desenvolvidas, destacamos o Concurso de Ideias de Negócio, apresentado publicamente no dia 31 de maio de 2023, numa sessão que decorreu na Casa do

Adro, em Viseu, e cujo objetivo era estimular a criação de ideias e projetos que respondessem a desafios setoriais com impacto na região de Viseu Dão Lafões, com destaque para as áreas do Turismo, Agroalimentar, Desenvolvimento Rural, Economia Circular, Artesanato e Cultura, entre outras.



Este Concurso, dirigido a desempregados que pretendessem criar o seu próprio emprego ou empresa, empreendedores jovens com ou sem ideia de negócio, e empresas recém-criadas (start-ups com menos de 1 ano), contou com a apresentação de 63 ideias de negócio, as quais, começaram por participar num programa de aceleração, completamente gratuito, composto por cinco sessões teóricas e práticas que ensinaram os candidatos a pensar sobre as iniciativas empresariais e a estruturá-las da melhor forma para a sua concretização no mercado.

Estas sessões de aceleração, realizadas durante o mês de julho, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viseu, foram dedicadas às seguintes temáticas: “Equipa e Liderança” (dia 17), “Produto – Design Thinking e MVP” (dia 19), “Marketing” (dia 24), “Análise Financeira” (dia 26) e “Comunicação e Pitch” (dia 31).



Posteriormente, seguiu-se a fase de avaliação das ideias candidatas e a seleção das 15 melhores ideias/projetos, as quais integraram um “Hackathon”, de três dias, de 13 a 15 de setembro, durante os quais foram promovidas ações de mentoria com o objetivo de acelerar os projetos, culminando numa sessão de pitch, que premiou as três melhores ideias, com a atribuição de um 1º prémio de 3.000€, um 2º prémio de 1.500€, e um 3º prémio de 500€.

Durante os três dias do evento, que decorreu no Hotel Grão Vasco, em Viseu, o Hackathon contou com um programa diversificado, que incluiu atividades como “Liderança e Animação de Equipas”, “Atividades de Design Thinking”, “Atividades de Networking”, “Prototipagem e Testes”, “Modelo de Negócio” e “Customer Experience”, entre outras.



No âmbito deste concurso, que disponibilizou aos jovens empreendedores um conjunto de ferramentas e soluções que os ajudará a imprimir um novo ritmo à inovação e à criação de negócios, o primeiro prémio foi arrecadado pela ideia “HealthCare Support Center”, da autoria de Paulo Nogueira, Luís Ribeiro e Simão Ribeiro, o segundo pela ideia “Quizzability”, de Narciso Antunes, e o terceiro prémio foi para a ideia “Wave” de Nicole Pocepicky, André Almeida, Rodrigo Freitas, e Isménio Camará.



Outra das atividades prendeu-se com a realização do Roadshow “Empreender no Interior”, onde um clássico “Pão de Forma” percorreu, de forma itinerante, o território, ficando estacionado em pontos estratégicos dos 14 municípios do território, desafiando os mais jovens e o público em geral a participar em atividades relacionadas com o empreendedorismo.

Para os jovens entre os 15 e os 20 anos, foi proposto um pequeno jogo, em formato de quizz, cujo resultado determinou o seu perfil de empreendedor, e o público em geral foi convidado a responder a um breve questionário, que permitiu aferir a perceção do tipo de empresas cuja criação seria mais valorizada na ótica do cidadão-consumidor.

Estas atividades foram complementadas com a distribuição de brindes simbólicos por todos os participantes, que ficaram, também, habilitados a receber 3 smartphones, que foram sorteados no final do circuito percorrido pela carrinha “Wanted”.

De referir que, esta iniciativa, que foi objeto de destaque pelo jornal online ECO, começou a 10 de setembro de 2023, na Feira de São Mateus, em Viseu, onde a carrinha “Wanted” permaneceu dois dias, tendo-se seguido o Parque Urbano de Tondela (dias 13 e 14), o Largo do Município de Santa Comba Dão (dia 15), a Escola Secundária de Carregal do Sal (dia 15), a zona junto às Piscinas Municipais de Mangualde (dias 17 e 18), a Praça Paulo VI, em Sátão (dia 19), a zona junto ao edifício dos Paços do Concelho de Aguiar da Beira (dia 19), a Praça D. Afonso Henriques, em Vila Nova de Paiva (dia 20), o Jardim Municipal de Castro Daire (dia 20), a Praça Rainha D. Amélia, nas Termas de São Pedro do Sul (dias 21 e 22), o Jardim Dr. Francisco Sá Carneiro, em Oliveira de Frades (dia 23), a Alameda D. Duarte de Almeida, em Vouzela (dia 23), a Praça do Município de Nelas (dia 24), e a Rua Heróis do Ultramar, em Sezures, Penalva do Castelo (dia 24).



Para além destas atividades, este projeto compreendeu, ainda, a elaboração de um catálogo de oportunidades e desafios para o empreendedorismo, a elaboração de um plano de ação para expansão do ecossistema Viseu Dão Lafões, a avaliação do potencial de criação de marcas

e produtos da região que promovam a criação de novas empresas, e a realização de masterclasses de empreendedorismo.

Ao nível do empreendedorismo, dar, também, nota da continuidade do **Programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões**, promovido pela Comunidade Intermunicipal em articulação com os seus municípios associados, desde o ano de 2011, o qual tem como objetivo desafiar os jovens para a importância do empreendedorismo, bem como para a criação de novas oportunidades de negócio, aproveitando o que de melhor se faz na Região Viseu Dão Lafões.

De referir que este programa, que tem alcançado resultados significativos em matéria de empreendedorismo, junto dos mais jovens, está a ser implementado no âmbito do projeto “Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”, conforme se descreve mais pormenorizadamente neste ponto deste documento.

Programa de Captação de Investimento

A transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, regulamentada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto de 2018, abrangeu os mais diversos setores, sendo um deles o respeitante aos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, tendo, a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no âmbito do referido domínio sido concretizada por via do Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro.

Esta transferência de competências foi aceite pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em reunião realizada a 23 de janeiro de 2019, e nesse seguimento, a Comunidade Intermunicipal elaborou uma estratégia e um programa de ação no domínio da competitividade e captação de investimento, o qual tem como principais objetivos:

- Aumentar a **competitividade** do território e seus agentes económicos no contexto regional, nacional e internacional;
- Atrair maior **investimento** (interno e externo);
- Melhorar os indicadores de **desempenho económico** de Viseu Dão Lafões;
- Disponibilizar melhores **condições de vida** e trabalho à população;
- Contribuir para o reforço do investimento das empresas regionais através de novas soluções de **financiamento**;
- Afirmar a **identidade e a imagem** de Viseu Dão Lafões junto das empresas e dos empresários.

Com esta estratégia e programa de ação, aprovados pelo Conselho Intermunicipal a 7 de setembro de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões pretende tornar a região mais competitiva, mais atrativa e mais conectada, e para alcançar esse desígnio foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- OE1: Competitiva pela Dinâmica

- OE2: Competitiva pelo Acolhimento
- OE3: Competitiva pelos Recursos Humanos
- OE4: Competitiva pela Inovação
- OE5: Competitiva pelo Ecossistema Local
- OE6: Atrativa pela Simplificação
- OE7: Atrativa pelos Incentivos
- OE8: Atrativa pela Qualidade de Vida
- OE9: Atrativa pela Promoção e Marketing
- OE10: Conectada com a Diáspora
- OE11: Conectada na Transição Digital
- OE12: Conectada pela Mobilidade Sustentável

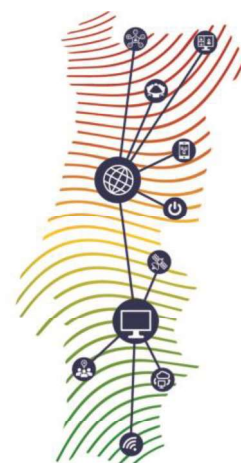
Estes objetivos específicos identificam, de forma sintética, as principais necessidades de Viseu Dão Lafões, e traduzem-se num conjunto de 40 ações concretas, que irão ser desenvolvidas a curto (2 anos), médio (4 anos) ou longo prazo (7 anos), conferindo, assim, à Comunidade Intermunicipal um papel, ainda, mais ativo na dinamização e promoção, a nível nacional e internacional, no potencial económico da região, bem como na captação de empresas e investimentos para Viseu Dão Lafões.

Assim, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões esteve atenta aos avisos de concurso que foram sendo publicados pelos vários Programas, identificando eventuais oportunidades que permitam financiar a implementação das ações identificadas no Programa de Ação, anteriormente elaborado.

Rede de Espaços de Coworking / Teletrabalho

O teletrabalho e o coworking representam uma evolução sequencial lógica das atuais dinâmicas laborais, em consonância com a remotização de serviços ou a imaterialização de processos administrativos e laborais, processo este que ganhou uma maior relevância com a pandemia da COVID-19, com a qual muitos trabalhadores passaram a exercer as suas funções em regime de teletrabalho.

Para além disso, o teletrabalho e o coworking representam uma grande vantagem do ponto de vista da redução da assimetria geográfica de ofertas profissionais, democratizando as oportunidades entre as regiões de elevada densidade populacional e as de menor densidade, onde a criação de emprego e a fixação de pessoas assumem maior importância.



**TELETRABALHO NO INTERIOR:
VIDA LOCAL, TRABALHO GLOBAL**

Assim, e por forma a contribuir para um país mais coeso, mais inclusivo e mais competitivo, a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, do Ministério da Coesão Territorial, lançou a iniciativa “Redes de Espaços de Coworking/Teletrabalho”, a qual visou a criação destes espaços, que irão dinamizar os territórios de baixa densidade, pelo seu efeito de atração e eventual fixação de pessoas, com efeitos positivos no cumprimento das metas ecológicas, diminuindo a necessidade de deslocações e a consequente pegada carbónica, e estimulando os índices de bem-estar social e familiar, ao permitir uma melhor conjugação da vida familiar e profissional.

No âmbito dessa iniciativa, foram criados, no ano de 2021, seis espaços de coworking no território da CIM Viseu Dão Lafões, tendo a sua criação sido formalizada através da assinatura de um Acordo de Cooperação, entre a CCDR do Centro, o IEFP, a CIM Viseu Dão Lafões e cada um dos Municípios aderentes, às quais se juntou, posteriormente, o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP), através da Direção-Geral da Administração e do Emprego (DGAEP).

Assim, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões apoiou os municípios nos quais os referidos espaços de coworking se encontram sediados, nomeadamente, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão e Vouzela, na divulgação dos mesmos, e na intermediação de contactos com empresas que demonstraram interesse em deslocar e/ou contratar trabalhadores para exercer as suas funções a partir de um espaço de coworking instalado em Viseu Dão Lafões.

Para além disso, e na sequência da aprovação, em outubro de 2022, da candidatura apresentada ao aviso n.º 03/C19-i07.05/2021 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para a criação de espaços de coworking nos Municípios de Castro Daire e Vila Nova de Paiva, a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto entidade beneficiária do apoio, também lançou, no ano de 2023, os procedimentos concursais para a realização das empreitadas de adaptação e requalificação dos edifícios onde irão funcionar os referidos espaços de coworking, os quais serão destinados, maioritariamente, a trabalhadores da administração pública ou organismos da administração pública.



Assim, e depois de algumas dificuldades em proceder à adjudicação dos procedimentos concursais para a realização das correspondentes empreitadas de adaptação dos edifícios, em virtude de não serem apresentadas propostas e os procedimentos ficarem desertos, foi consignada, no

passado dia 31 de janeiro, a empreitada associada ao espaço de coworking de Vila Nova de

Paiva, e foi adjudicada no passado dia 5 de março a empreitada relativa ao espaço de Castro Daire.

De referir que, esta candidatura, à qual foi atribuído um financiamento de 127.000,00€, irá alargar o leque de possibilidades para quem quer exercer as suas funções de forma descentralizada e desconcentrada na região de Viseu Dão Lafões.

Acresce, ainda, que estes dois novos espaços de coworking, em complemento aos já existentes, irão promover modos mais ágeis e flexíveis de desempenho do trabalho, modificando o paradigma de que o trabalho tem de ser prestado no local sede da empresa e/ou do serviço da Administração Pública à qual pertence o trabalhador.

4.7 Investir na educação, nas competências da população e na promoção do sucesso escolar

Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões

A educação e a promoção do sucesso educativo têm vindo a assumir um papel preponderante nas políticas públicas, e nesse sentido, nos últimos anos, foi exigido à região Viseu Dão Lafões, um redobrado esforço e foco de intervenção na escolaridade e no desenvolvimento de percursos educativos, bem como, no desenvolvimento de medidas de combate ao abandono escolar precoce, as quais se encontram fortemente associadas à concretização dos objetivos de coesão social e competitividade definidos para Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, e em resultado do trabalho proveniente das reuniões da Rede da Educação e da Rede da Qualificação e Mercado de Trabalho, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a implementar, desde o final do ano de 2017, iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar, as quais são apoiadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, no seguimento de candidaturas intermunicipais, apresentadas para períodos de 3 anos, no âmbito da promoção do sucesso educativo em Viseu Dão Lafões.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios, contando com a colaboração das escolas e dos centros de formação de professores da região, prosseguiram com a implementação das atividades programadas, por forma a atingir a conclusão da segunda candidatura, e o alcance dos objetivos estabelecidos ao nível do reforço da igualdade no acesso ao ensino, da melhoria do sucesso educativo dos alunos, e do reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.



De referir que, muito embora o financiamento da segunda candidatura, aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, tenha terminado em julho de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios associados pretendem dar continuidade a este projeto, e nesse sentido, no dia 17 de outubro foi realizada, no auditório da ACERT (Tondela), uma reunião de trabalho, entre o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, os Vereadores(as) com o pelouro da educação, os Diretores(as) dos Agrupamentos de Escolas de Viseu Dão Lafões, e os interlocutores(as) do projeto, a qual teve como objetivo analisar o trabalho desenvolvido e perspetivar o futuro deste projeto, apostando em intervenções que reforcem a orientação para os resultados relacionados com o sucesso dos alunos ao longo do seu percurso escolar.



Assim, no ano letivo de 2023/2024 está a ser dada continuidade a algumas das iniciativas que têm vindo a ser implementadas nas escolas do território, ao longo dos últimos, aguardando-se, pela publicação de um aviso de concurso, no âmbito do Portugal 2030, que permita candidatar a financiamento as mesmas.

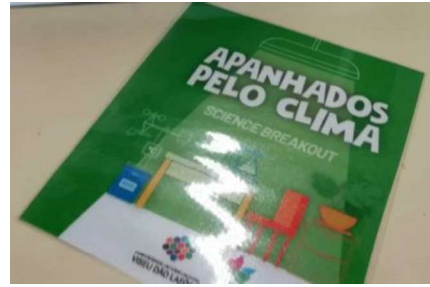
Posto isto, e de entre as atividades intermunicipais, destacamos, a continuidade da itinerância do **“Laboratório Móvel das Ciências – Viseu Dão**



Lafões” pelos agrupamentos de escolas do território, proporcionando aos alunos dos 3º e 5º anos de escolaridade, um ambiente pedagogicamente inovador, que alia a aquisição de conhecimento e a animação, em diversas temáticas, nomeadamente “Fábrica de Robôs”, “Corpo Humano”, “Fenómenos Atmosféricos e Alterações Climáticas”, “Engenhos e Engenhocas”, “A Nossa Escola no Cosmos” e “Tu e os Outros”.

De referir que os desafios disponibilizados pelo laboratório para além de potenciarem as capacidades dos alunos, acrescentam valor ao processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os mesmos podem planear, programar, criar e testar soluções no domínio tecnológico, programação e robótica, através de atividades participativas e colaborativas.

Também a iniciativa “**O Futuro é Amanhã**”, através do jogo de tabuleiro Science Breakout “Apanhados pelo Clima”, continuou a sua itinerância pelas escolas do território da CIM Viseu Dão Lafões, promovendo a literacia ambiental junto dos alunos do 3º ciclo do ensino básico, sensibilizando-os para os fenómenos das alterações climáticas e as suas consequências nos vários setores.



Com este jogo, os alunos foram incentivados a responder a desafios sobre diversas temáticas, como por exemplo, energias renováveis, saúde humana, temperaturas elevadas vs níveis de água mais baixos, agricultura vs impacto sobre os produtos endógenos, entre outros.

Assim, o laboratório e o breakout concluíram a itinerância correspondente ao ano letivo 2022/2023, tendo marcado presença, em simultâneo, no Agrupamento de Escolas Grão Vasco – Viseu (de 3 a 13 de janeiro), no Agrupamento de Escolas Viseu Norte (de 17 a 27 de janeiro), no Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro (de 31 de janeiro a 2 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo (de 6 a 10 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão (de 14 a 16 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim – Nelas (de 23 a 24 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas de Nelas (de 28 de fevereiro a 2 de março), no Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal (de 6 a 8 de março), no Agrupamento de Escolas de Mangualde (de 10 a 17 de março), no Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo (de 21 a 23 de março), no Agrupamento de Escolas de Sátão (de 27 a 30 de março), no Agrupamento de Escolas Padre José Augusto da Fonseca – Aguiar da Beira (de 17 a 18 de abril), no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva (de 20 a 21 de abril) e no Agrupamento de Escolas de Mundão – Viseu (de 26 a 28 de abril).





Para além disso, o Laboratório Móvel das Ciências marcou, também, presença na FICA – Feira Industrial, Comercial e Agrícola de Castro Daire, entre os dias 21 a 24 de setembro de 2023, proporcionando aos visitantes momentos de aprendizagem e animação.

No ano letivo de 2023/2024, a CIM Viseu Dão Lafões está a levar novamente estas duas iniciativas da ciência, “Laboratório Móvel das Ciências” e o Breakout Educativo “Apanhados pelo Clima”, aos agrupamentos de escolas do território, proporcionando novas experiências e desafios aos alunos.

Assim, o “Laboratório Móvel das Ciências” neste novo ano letivo, está a visitar os alunos dos 2º e 3º anos de escolaridade, tendo já marcado presença no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa – São Pedro do Sul (de 21 a 22 de novembro), no Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (de 24 a 28 de novembro), no Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades (de 30 de novembro a 5 de dezembro), no Agrupamento de Escolas de Vouzela (de 6 a 7 de dezembro), e no Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia – Vouzela (de 11 a 12 de dezembro).



Quanto, ao Breakout Educativo “Apanhados pelo Clima”, este está a visitar os alunos do 3º ciclo do ensino básico, tendo já marcado presença no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa – São Pedro do Sul (de 21 a 22 de novembro), no Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (de 27 a 28 de novembro), no Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia – Vouzela (de 11 a 12 de dezembro), e no Agrupamento de Escolas do Mundão – Viseu (de 14 a 15 de dezembro).



De referir que neste novo ano letivo, o arranque destas iniciativas criativas, que têm como propósito promover a educação em ciências e o sucesso educativo, coincidiu com a Semana da Ciência e da Tecnologia (de 20 a 26 de novembro) e com a Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (de 18 e 26 de novembro).

No âmbito do sucesso educativo, destacamos, também, a conclusão da iniciativa “**No poupar está o ganho!**”, correspondente ao ano letivo 2022/2023, a qual teve como objetivo transmitir aos alunos, entre o 3º e 9º ano de escolaridade, conhecimentos de educação financeira, para que tenham consciência da importância do dinheiro e adquiram

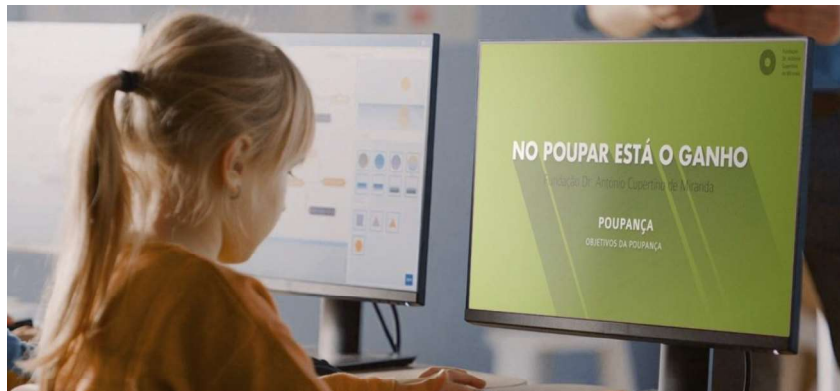


competências que lhes permitam assumir comportamentos financeiros responsáveis, em temas como a poupança, o consumo responsável, a gestão e importância do dinheiro.

Esta iniciativa, que no referido ano letivo contou com o envolvimento de mais de 3.200 alunos de 180 turmas dos diferentes municípios da CIM, para além de ter proporcionado aos alunos um vasto conjunto de atividades em sala de aula, que incluiu o acesso a uma plataforma virtual com materiais didáticos, planos de aula, vídeos, exercícios, jogos e desafios, bem como uma visita ao Museu do Papel Moeda, compreendeu, ainda, sessões de formação para professores e interlocutores, por forma a capacitar os mesmos a sentirem-se preparados para aplicar nas suas escolas os conceitos de literacia financeira.



Assim, no ano de 2023, foi dada continuidade a essas ações de formação de curta duração, iniciadas no final do ano de 2022, e nas quais foram abordados temas como “Planeamento



e Gestão do Orçamento”, “Sistemas e Produtos Financeiros”, “Poupança”, “Direitos e Deveres” e “Ética”. Estas ações, num total de seis horas, decorreram em formato online, no dia 15 de dezembro de 2022 e nos dias 5, 12 e 19 de janeiro de 2023.

Paralelamente, foram fornecidas, aos alunos, ferramentas essenciais para um consumo responsável, para uma boa gestão dos orçamentos familiares, e para a importância do dinheiro e da poupança, dotando-os de conhecimentos que lhes permitiram participar nas Olimpíadas de Educação Financeira, uma competição interescolas em que participaram milhares de crianças e jovens a nível nacional.

Entre os vencedores desta competição online, onde os alunos foram desafiados a responder a 60 questões sobre temas de literacia financeira que abordaram no projeto educativo “No Poupar Está o Ganho”, estão dezanove turmas da CIM Viseu Dão Lafões.

De entre essas turmas, destacamos, o 7.º C da Escola Básica n.º 3 de Mundão, em Viseu, que alcançou, entre todas as turmas do 3.º ciclo que participam a nível nacional, o maior número de respostas certas no menor tempo, tendo por isso sido premiado como o Grande Vencedor neste escalão de ensino.



No final do ano letivo, as turmas que fizeram parte deste projeto, puderam, também, candidatar-se a um concurso municipal, através da apresentação de um trabalho criativo, sob a forma de vídeo, artes performativas ou trabalhos manuais, onde mostraram e evidenciaram os conhecimentos de educação financeira que aprenderam ao longo do ano escolar.

Nesse concurso municipal foram selecionadas 14 turmas, as quais tiveram oportunidade de se candidatar ao concurso final do “No poupar está o ganho”, realizado a nível nacional, pela Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, criadora deste programa, e que decorreu no dia 7 de junho de 2023, na cidade do Porto.

No concurso nacional foram premiadas 3 turmas da CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente, o 9.º A da Escola Básica de Santa Cruz da Trapa, em São Pedro do Sul, que alcançou o 1.º lugar entre todas as turmas do 3.º ciclo que entraram na competição, com o trabalho “Literacia financeira – uma decisão à maneira”; o 7.º D da Escola Básica de Carregal do Sal, que arrecadou o 2.º lugar do 3.º ciclo, por via do trabalho “Comer bem, comer saudável”; e o 5.º B da Escola Básica n.º 2 de Castro Daire, que alcançou o 3.º lugar do 2.º ciclo, com o trabalho “Provérbios”.



Outras das iniciativas à qual foi dada continuidade, no ano letivo de 2022/2023, foi a “**Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões**”, que visa dar a conhecer todas as infraestruturas, recursos e iniciativas com relevância pedagógica que existem nos catorze municípios do território Viseu Dão Lafões e que podem ser visitados pelas escolas de toda a região, aliando, assim, a descoberta da região ao processo de ensino/aprendizagem.

Assim, e depois de terem sido concluídas as ações de formação de curta duração para educadores e professores, as quais tiveram como objetivo dar a conhecer este projeto, foram realizadas visitas de estudo a alguns dos locais com relevância pedagógica que foram identificados no território Viseu Dão Lafões, de entre os quais se destacam as Termas de São Pedro do Sul, o Museu Nacional Grão Vasco (Viseu), o Museu do Quartzzo (Viseu), as Olarias de Molelos (Tondela), o Museu do Caramulo (Tondela), o Museu Terras de Besteiros (Tondela), entre outros.



No ano de 2023, salienta-se, também, a conclusão da 2ª fase do “PISA for Schools” (PISA para as Escolas), a qual visou apoiar os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas num processo de reflexão e melhoria interna, partindo da informação recolhida na 1ª fase, ou seja, dos relatórios de diagnóstico onde foram definidas as estratégias de superação das lacunas identificadas nos testes realizados pelos alunos.

Assim, e depois de terem sido realizados workshops de discussão dos resultados, passou-se à fase da construção e elaboração dos planos de melhoria a implementar em cada um dos Agrupamentos de Escolas, nos quais foram identificadas estratégias e medidas ajustadas à correspondente realidade, tendo para o efeito sido realizadas várias sessões de trabalho com cada um dos Agrupamentos.

Esta 2ª fase do projeto culminou no início do ano de 2023, com a apresentação de uma proposta de intervenção por cada Agrupamento de Escolas, a qual resultou da reflexão realizada acerca dos resultados do relatório PISA e das sessões de trabalho sobre as temáticas escolhidas.



Estes planos de melhoria respondem aos problemas do contexto educativo atual e consistem em ideias que poderão de facto fazer a diferença em cada uma das escolas, não só pelo seu caráter inovador, mas por responderem a necessidades comuns entre todos, e aos novos desafios que se colocam às escolas.

Também, o **Programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões**, promovido desde o ano de 2011 pela Comunidade Intermunicipal em articulação com os seus municípios associados, continuou a marcar presença no território, tendo no ano letivo de 2022/2023, sido implementada a 11ª edição deste programa, a qual mudou de paradigma, face às edições anteriores, tendo passado o foco a incidir sobre o acompanhamento mais próximo dos alunos, e na realização de mais momentos de capacitação com empresários e mentores.

Assim, passou-se a apostar em momentos de partilha intermunicipais, em detrimento dos tradicionais momentos municipais, por forma a dar uma visão mais regional aos alunos do ensino secundário e profissional.

Nesse sentido, este programa foi iniciado com as Conferências Teen, realizadas entre os dias 25 de janeiro e 17 de fevereiro de 2023, pelos 14 municípios da CIM Viseu Dão Lafões, nas quais a jovem empresária Joana Saavedra contou e deu a conhecer as suas histórias, inspirando e motivando os alunos para a importância do empreendedorismo e para a criação de novas oportunidades de negócio.

De referir que, Joana Saavedra tem-se destacado a nível internacional pela utilização que faz do bambu enquanto material sustentável, nomeadamente na área da mobilidade, tendo passado por Espanha, México, Holanda e China, antes de ser ter tornado cofundadora da empresa Bam.bu Bicycles, uma marca de bicicletas artesanais feitas com este material.



Estas conferências permitiram, assim, que os cerca de 900 alunos do ensino secundário e profissional que assistiram às mesmas, formassem, uma maior compreensão e crítica sobre os próprios caminhos futuros, abrindo-lhes o mundo do empreendedorismo, tanto ao nível do prosseguimento de estudos como da empregabilidade, através de um momento de partilha de ideias e experiências entre jovens empreendedores com “escalas” diferentes.

Posteriormente, foi realizado um roadshow pelas escolas do território, o qual se baseou em duas sessões de trabalho, com uma duração média de 90 minutos. Assim, na primeira sessão foi trabalhada com os alunos a temática da criatividade e desenvolvida a capacidade de geração de ideias, e na segunda sessão, e depois de geradas as ideias pelos alunos envolvidos, foi abordado o tema do modelo de negócio, de forma a permitir que os alunos, já organizados em grupos nesta fase, pudessem transformar as suas ideias em ideias de negócio.

A fase seguinte deste programa, que pretende estimular o empreendedorismo e a criatividade dos jovens, bem como o desenvolvimento de competências de comunicação e de definição de modelos de negócio, foi a apresentação das candidaturas com as ideias de negócio, sendo que cada escola só podia apresentar no máximo três ideias.

Assim, foram submetidas 48 ideias de negócio, por parte de 17 escolas de Viseu Dão Lafões, envolvendo um total de 126 alunos do ensino secundário e profissional, aos quais lhe foi proporcionado um dia de formação mais intensiva, para acelerar e potenciar as suas ideias de negócio.

Nesse sentido, foram realizados quatro bootcamps, todos com o mesmo programa e intitulados de “Cria o Teu Futuro”, os quais passaram por São Pedro do Sul, a 8 de maio, por Aguiar da Beira, a 10 de maio, por Viseu, a 11 de maio, e por Nelas, a 12 de maio.

No bootcamp os alunos assistiram a uma palestra online com o empresário António Parente, presenciaram a vários workshops temáticos, nomeadamente, “Comunicação e Pitch” e “Vídeo Pitch”, participaram nas “Olimpíadas Empreendedoras”, e usufruíram de períodos de trabalho personalizado.

Estes bootcamps foram complementados com a realização de mais um momento formativo, nomeadamente a realização de um workshop por escola, onde foram abordadas diferentes

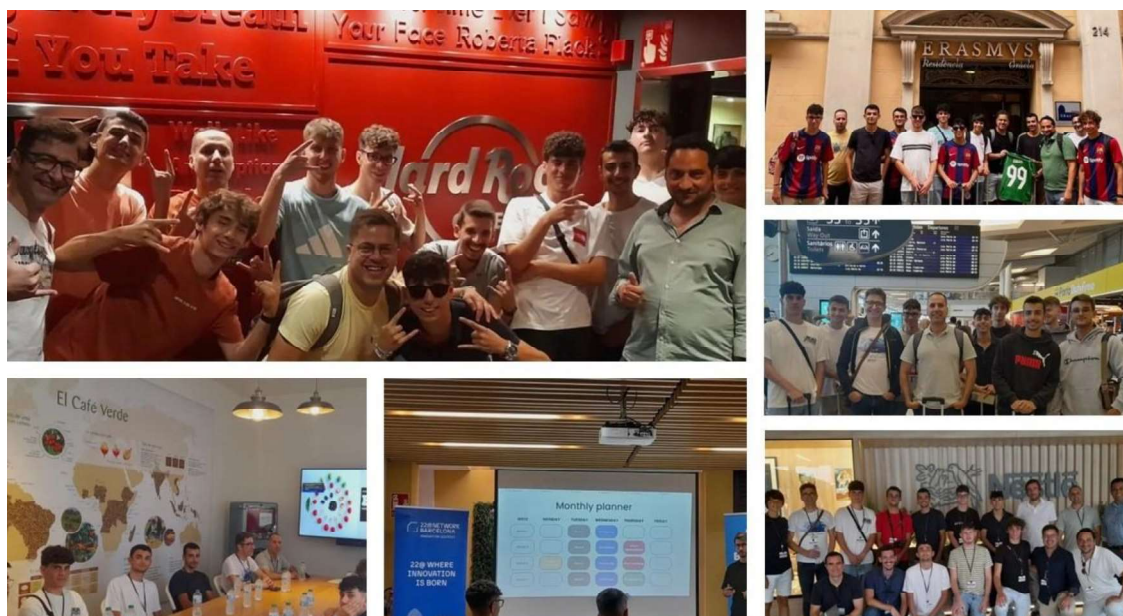


ferramentas e estratégias, que ajudaram os alunos a criarem os seus videopitchs, para apresentarem as suas ideias.

Os videopitch, criados por parte de cada equipa concorrente, foram avaliados por um júri que selecionou as 12 melhores ideias de negócio para participarem no Bootcamp e na final do Concurso Intermunicipal, que decorreu nos dias 1 e 2 de junho de 2023, no Auditório da Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Instituto Politécnico de Viseu.



Os alunos cujos projetos se distinguiram na final do Concurso de Ideias de Negócio tiveram a oportunidade de usufruírem de viagens de conhecimento a grandes cidades europeias, onde visitaram empresas start-up, hubs de inovação, incubadoras de empresas e conheceram as principais atrações das cidades, e disfrutaram de momentos de diversão e de lazer.



Assim, o projeto classificado em 1º lugar "Genius DHD", da Escola Secundária de Nelas, e o projeto classificado em 2º lugar "HSC", da Escola Secundária de Tondela, foram contemplados com uma missão empreendedora a Barcelona, de 24 a 27 de julho de 2023, e o projeto classificado em 3º lugar "Rissol da Serra", da Escola Profissional de Tondela, usufruiu de uma missão empreendedora a Madrid, de 5 a 8 de outubro de 2023.

Dar, ainda, nota que a ideia "Genius DHD", enquanto vencedora do Concurso de Ideias de Negócio da CIM Viseu Dão Lafões, teve a oportunidade de participar na final regional, que decorreu no dia 7 de junho de 2023, no Instituto Politécnico de Castelo Branco, tendo, também, conquistado o primeiro lugar.



No campo da educação destacamos, também, a iniciativa de inovação social "**Comer bem, sorrir melhor**", que conjuga a promoção da literacia em saúde oral, com a promoção de hábitos alimentares saudáveis, intervenções de cariz preventivo e a disponibilização de documentação com diagnósticos e recomendações, prosseguiu, durante o ano letivo de 2022/2023, a sua itinerância pelas escolas do território.

Assim, o "consultório móvel" e um grupo de profissionais constituído por Médicos Dentistas e Nutricionistas, continuaram a visitar os alunos do 1º ao 4º ano de escolaridade, realizando junto dos mesmos um conjunto de dinâmicas, entre as quais, a realização de consultas/avaliações de medicina dentária e de nutrição.





Importa ainda referir que, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a assegurar a dinamização e manutenção do site www.valorizateviseudaolafoes.pt, divulgando e dando a conhecer todas as iniciativas, de caráter intermunicipal e municipal, realizadas no território Viseu Dão Lafões, no âmbito da promoção do sucesso educativo.

Para além disso, e por forma a efetuar o acompanhamento de todas estas iniciativas, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2023, realizou, sempre que se justificou, reuniões de trabalho com os Vereadores(as) e Técnicos(as) municipais da Educação, bem como com os Diretores(as) das escolas e agrupamentos de escolas do território.

Nesta área de atuação destacamos, ainda, a realização, no dia 8 de fevereiro de 2023, do **seminário “Valorizar e Des(a)fiar a Escola”**, o qual teve lugar na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu (ESTGV), do Instituto Politécnico de Viseu (IPV).

Neste evento, que contou com a participação de diversos especialistas nacionais de educação, foram partilhadas as melhores práticas, locais e nacionais, de projetos e iniciativas socioeducativas inovadoras e promotoras de novas metodologias e abordagens do processo ensino-aprendizagem.

A sessão de abertura desta iniciativa, que contou com cerca de 200 participantes, esteve a cargo de João Paulo



Gouveia, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu; de Fernando Bexiga, Diretor da Visprof; de Nuno Martinho, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões; de Cristina Oliveira, Diretora Regional de Educação do Centro; entre outros.

Este evento, que valorizou a educação, enquanto base de todas as competências, e consequentemente assumiu como prioridade máxima, numa estratégia intermunicipal, a

valorização das escolas, versou sobre o conceito de escola feliz e inspiradora, a inclusão, o sucesso educativo, entre outros.

No campo da educação salienta-se, ainda, a participação da CIM Viseu Dão Lafões no **IX Fórum VISEU EDUCA**, promovido, entre os dias 11 e 13 de julho de 2023, pelo Município de Viseu e pelo Centro de Formação da Associação de Escolas de Viseu VISprof, e que nesta edição teve como mote os “Direitos Humanos: questões de Educação e Igualdade”.

O Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, participou na sessão de abertura deste fórum que contou, ainda, com o Vereador da Educação da Câmara Municipal de Viseu, Pedro Ribeiro; com o Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, João Paulo Balula; com o Diretor do Instituto de Gestão e das Organizações da Saúde da Universidade Católica Portuguesa - Pólo de Viseu, Paulo Pereira; com o Presidente do Instituto Piaget de Viseu, Paulo Alves; entre outros.



No ano de 2023, destacamos, também, a organização do **Congresso “Rede Escolar: 20 Anos de Transformação”**, numa parceria entre a Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), o Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra, a CIM Viseu Dão Lafões, e com a colaboração das CIM da região Centro e dos municípios que as integram.

Este congresso, que decorreu nos dias 25 e 26 de maio, na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, incidiu na reflexão sobre o trabalho realizado na arquitetura escolar e na promoção das suas melhores práticas numa perspetiva multidimensional, com relevância para diversas abordagens: a reorganização da rede escolar, as novas práticas pedagógicas em espaços

requeridos, os financiamentos, os referenciais técnicos de construção, a sustentabilidade dos edifícios, entre outros aspetos.

Este evento, cuja abertura contou com a intervenção do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, contemplou, ainda, uma exposição composta por 95 painéis que documentaram os bons exemplos da aplicação de fundos europeus no parque escolar na região Centro.



Antecipação de Necessidades de Qualificação

Conforme é sabido, desde o ano letivo 2015/2016, que a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a trabalhar na rede de oferta formativa de cursos profissionais em Viseu Dão Lafões, através do SANQ – Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações, sustentado num diagnóstico de aprofundamento regional das necessidades de qualificações.

Este trabalho, desenvolvido em parceria com a ANQEP, a DGEstE, os Municípios, as Escolas e os restantes atores chave da região, tem como objetivo contribuir para que o esforço desenvolvido na região ao nível da produção de qualificações e desenvolvimento de competências por via da formação profissional, melhore a sua articulação com as necessidades do tecido produtivo e do mercado de trabalho regional.

Assim, estas entidades concertam a rede de oferta de cursos profissionais que irão ser ministrados pelas escolas em cada ano letivo, sendo que, existe sempre a preocupação da oferta dar resposta às necessidades educativas dos alunos e dos empregadores da região.

Relativamente ao processo de concertação relativo à oferta formativa para o ano letivo de 2023/2024, o mesmo sofreu alguns atrasos face aos anos anteriores, tendo o mesmo apenas

sido iniciado no dia 22 de maio de 2023, com a realização de uma reunião de trabalho, na qual foram sistematizados os procedimentos e metodologias a observar no processo subjacente ao referido ano letivo.

Esta reunião, que teve lugar no Auditório Municipal de Tondela, além do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, contou com a presença da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e de diretores das Escolas Profissionais e dos Agrupamentos de Escolas com cursos profissionais do território de Viseu Dão Lafões.



Posteriormente, foram realizadas várias reuniões de trabalho com as Escolas e Agrupamentos de Escolas com cursos profissionais e cursos CEF, e com a DGEstE, no sentido de definir e concertar a rede de oferta formativa para o ano letivo 2023/2024, a qual foi aprovada pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, no dia 6 de junho de 2023.

Esta rede de cursos profissionais e cursos CEF assegura tanto a coerência como a coesão e equilíbrio territorial significativo na resposta à população escolar, à relevância das ofertas, ao compromisso com as escolas e no respeito pelos critérios de planeamento e concertação definidos pela tutela.

Living the Future Academy

A Universidade de Coimbra viu aprovado pelo PRR, no âmbito do Programa Impulso Jovens STEAM e Programa Impulso Adultos, o projeto “Living the Future Academy”, o qual está focado na promoção de programas e cursos de formação inovadores, adaptados a diferentes segmentos da população e em coordenação com empregadores e organizações económicas, sociais, políticas e territoriais.

Este projeto, que conta com a parceria da CIM Viseu Dão Lafões, pretende criar oportunidades de formação de jovens STEAM e profissionais, promover uma estreita conexão entre capacitação, investigação e partilha de conhecimento, e construir processos de proximidade e coordenação entre a Academia, o mercado de trabalho, os territórios e as populações.

Esta parceria foi formalizada com a assinatura de um protocolo de colaboração, a 22 de junho de 2022, onde a Comunidade Intermunicipal se compromete a colaborar no desenvolvimento de ações territoriais conjuntas, dando a conhecer as necessidades e expectativas de Viseu Dão Lafões por forma a ser desenhado um conjunto de formações gerais e/ou customizadas adaptadas às especificidades do território e da sua população.

Este projeto prevê, assim, que sejam estabelecidas parcerias com empregadores públicos e privados, para alavancar as qualificações das pessoas que estão no mercado de trabalho, garantindo a reconversão e atualização de competências através do desenvolvimento de soluções de qualificação flexíveis, de qualidade e capazes de dar resposta à transformação dos mercados de trabalho e aos novos requisitos da empregabilidade.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a cooperar com a Universidade de Coimbra, efetuando a articulação com os stakeholders presentes no território, tendo em vista a definição e concretização dos trabalhos e domínios de colaboração estabelecidos, nomeadamente:

- Desenvolvimento de ações territoriais conjuntas, implementando um modelo renovado de interface Academia-Sociedade com presença de múltiplas valências universitárias na região;
- Definição conjunta de estudos e processos de monitorização do impacto nos territórios locais, bem como recomendações para uma Transição Suave e Estratégica nos domínios Digital e Ambiental em Territórios Inteligentes;
- Desenho conjunto de formações gerais e/ou customizadas adaptadas às necessidades /expectativas dos territórios e populações locais (upskilling e reskilling) nos domínios da transição digital e da transição para a economia verde;
- Atividades científicas relacionadas com o desenvolvimento e otimização de equipamentos, infraestruturas, atividades culturais e de formação;
- Atividades de inovação, ciência-cidadã e transferências de saber;
- Promoção de fóruns de debate e governança estratégica de territórios inteligentes.

De entre as atividades desenvolvidas, destaca-se a realização de uma reunião de trabalho com os stakeholders presentes no território, no dia 21 de março de 2023, no auditório da ACERT, em Tondela, a qual teve como objetivo proceder à apresentação do projeto para o ecossistema educativo, empresarial e cultural, intitulado "Natura Docet".



De referir que, o ecossistema "Natura Docet" é uma intervenção pedagógica que pretende criar sinergias entre a escola, a comunidade e a universidade como agentes educativos

formais, informais e não formais cooperantes, aproximando as pessoas, o património e as organizações através da educação pelo território.

Esta reunião de trabalho contou com a presença do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, da Vice-reitora da Universidade de Coimbra, Cristina Albuquerque, de Vereadores(as) com pelouro da Educação, de Diretores(as) de Agrupamentos de Escola, entre outros.

Planos Estratégicos Municipais Cultura-Educação

A Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) realizou um estudo de diagnóstico sobre a “Cultura no Pós-Centro 2020” com o objetivo de, entre outras dimensões, realizar um diagnóstico às políticas culturais locais da região Centro e identificar a visão estratégica dos municípios da região para as políticas culturais municipais até 2030.

Esse estudo evidenciou a necessidade de criar condições, à escala local e regional, para entender e pensar a Cultura e a Educação como domínios centrais de governação dos territórios que, associadas às demais estratégias de desenvolvimento territorial, contribuam para os objetivos previstos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro para os próximos dez anos.

Nesse seguimento, a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) e o Plano Nacional das Artes (PNA) estabeleceram uma parceria com vista ao desenvolvimento do projeto-piloto “Planos Estratégicos Municipais Cultura e Educação”, que teve como universo de trabalho os 77 municípios que integram a região Centro.

O objetivo desta parceria consistiu, assim, em estabelecer, à escala nacional, um racional de informação/formação comum e integrado sobre os Planos Estratégicos Municipais de Cultura e Educação, enquanto novo instrumento estratégico de gestão municipal.

O seminário de abertura deste projeto piloto ocorreu no dia 12 de abril de 2023, no Auditório do Centro Paroquial de São Pedro, em Cantanhede, e contou com a presença dos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões.



Posteriormente, foi iniciado o programa de formação e de capacitação dirigido aos técnicos municipais da educação, da cultura e de outras áreas de interesse previamente identificadas pelos municípios do território Viseu Dão Lafões.

Assim, no dia 17 de abril, foi ministrado o módulo 1 “O papel central do poder local nas políticas culturais...” e o módulo 2 “Guidelines para o Desenho de Planos Estratégicos Municipais Cultura-Educação”, e no dia 8 de maio, os módulos 3 e 4 sob os temas “Metodologias multidisciplinares para diagnósticos transdisciplinares das dinâmicas culturais municipais” e “Metodologias participativas para a elaboração de planos estratégicos municipais Cultura-Educação”, sessões estas que tiveram lugar no Solar dos Peixotos em Viseu.

Quanto ao módulo 5 sob o tema “O 2CN-CLab em ação...”, o mesmo decorreu, em formato online, no dia 5 de junho.



O fórum de encerramento deste projeto piloto, decorreu no dia 29 de junho de 2023, no Auditório do Centro Cultural de Carregal do Sal, e consubstanciou-se num momento de partilha e discussão dos projetos concebidos em contexto de formação, tendo, ainda, havido lugar à apresentação de boas práticas e exemplos de Planos Estratégicos de Cultura, nacionais e internacionais, e à análise dos impactos gerados na sustentabilidade e desenvolvimento local.



4.8 Promover a sustentabilidade demográfica, a coesão social, a qualidade de vida das famílias, o envelhecimento ativo e a saúde

+igual Viseu Dão Lafões

A Comunidade Intermunicipal consciente da responsabilidade social que tem enquanto interveniente ativo em várias esferas da sociedade, e reconhecendo a igualdade e a não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para a região Viseu Dão Lafões, enquanto território, que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todas e de todos, iniciou, no ano de 2021, a implementação do projeto “+igual Viseu Dão Lafões”.

Este projeto, aprovado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito da tipologia “Apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade”, visou apoiar ações relativas ao desenvolvimento de diagnósticos, à elaboração, implementação, divulgação e avaliação de planos para a igualdade, definindo uma estratégia de territorialização das políticas de igualdade e não discriminação.

Nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal em estreita articulação com os seus municípios associados, tem vindo a implementar este projeto que tem como objetivo definir e implementar medidas intermunicipais capazes de adequar as políticas públicas de igualdade e não discriminação às necessidades reais do território Viseu Dão Lafões.

Assim, e depois de terem sido realizados os diagnósticos às questões de igualdade praticadas por cada um dos Municípios, nos quais foram abordadas matérias de não discriminação em razão de sexo e igualdade entre mulheres e homens; de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica; e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, e de terem sido elaborados os Planos para a Igualdade dos 14 municípios da CIM Viseu Dão Lafões, passou-se para a fase de implementação dos mesmos.



Nesse seguimento, no ano de 2023, foi dada continuidade a um conjunto de atividades de carácter formativo, informativo e de sensibilização orientado para públicos definidos com base nas necessidades prioritizadas nos Planos de Igualdade.

Essas ações de formação/sensibilização foram realizadas em cada um dos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, e abordaram diversas matérias, como por exemplo, a igualdade, a violência doméstica e o tráfico de seres humanos; a orientação sexual, a identidade e expressão de género e as características sexuais; a importância do homem na prestação de cuidados na área

social; a maior participação das mulheres nos órgãos sociais das IPSS; a conciliação entre a vida profissional e familiar; entre outras.



A última fase foi marcada pela monitorização e avaliação dos Planos, tendo para o efeito sido realizado um questionário, junto da população em geral, para aferir a relevância da aplicação das políticas de igualdade e não discriminação inscritas nos mesmos.

O encerramento do projeto foi assinalado com a realização de uma sessão de partilha de boas práticas, a qual decorreu no dia 30 de junho de 2023, na Casa do Adro, em Viseu, e teve como objetivo a troca de experiências entre os diversos interlocutores municipais afetos ao projeto.



De referir que, estes Planos para a Igualdade ao responderem às necessidades efetivas da organização e do território, melhoram a qualidade de vida das pessoas, e, conseqüentemente, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, assente nos valores partilhados da solidariedade e da coesão social.

Todas as etapas deste projeto e as atividades que foram realizadas ao nível da promoção da igualdade e não discriminação em toda a região, foram divulgadas no site <https://maisigual.cimvdl.pt/>, dinamizado pela CIM Viseu Dão Lafões.



Unidades Móveis de Saúde

Um dos objetivos da estratégia “Europa 2020” é transformar a União Europeia numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, capaz de promover o crescimento para todos, mas para alcançar a realização desse objetivo é fundamental promover a boa saúde da população.

No entanto, a área da saúde, e a sustentabilidade do próprio sistema, tem vindo a ser significativamente influenciada pela dinâmica de envelhecimento da população, onde a falta pontual de serviços de proximidade e as necessidades decorrentes de população mais envelhecida criam assimetrias regionais e intrarregionais que há necessidade de colmatar.

Assim, torna-se prioritário promover a sustentabilidade do sistema, tanto por via da racionalização dos recursos existentes, como da promoção e intervenção integrada dos cuidados de saúde e sociais junto das populações.

Para além disso, é necessário realizar intervenções que visem a prevenção de comportamentos de risco, bem como o rastreio e o diagnóstico precoce de doenças, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos cidadãos, dotando os profissionais de trabalho de meios e equipamentos para fazer face às necessidades da comunidade.



Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com os seus municípios associados, apresentou uma candidatura ao aviso de concurso n.º CENTRO-42-2021-20, o qual visava apoiar investimentos que melhorassem e reforçassem os serviços de saúde primários e de proximidade.

Contudo, em resultado do número de candidaturas apresentadas e da dotação disponível no aviso, a candidatura não obteve aprovação, tendo nesse seguimento, sido publicado um aviso

de concurso no PRR, aviso n.º 8/C01-i01/2022, para financiar os projetos que não tiveram provimento no PO Centro 2020, no entanto, neste novo aviso a CIM Viseu Dão Lafões não constava como entidade beneficiária, facto que a impedida de poder candidatar a operação a financiamento do PRR, apenas se podia candidatar a ARS Centro.

Posto isto, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a acompanhar a implementação da candidatura apresentada pela ARS Centro, e os consequentes atrasos registados ao longo de todo este processo, os quais, consequentemente, têm implicações na disponibilização das viaturas adaptadas para unidades móveis de intervenção precoce/unidades de cuidados na comunidade, para o território Viseu Dão Lafões.

De referir que, a implementação destas unidades móveis de saúde irá proporcionar um acompanhamento de proximidade e continuado, facilitando o acesso a serviços de saúde e de apoio social, na medida em que irá levar cuidados de saúde com qualidade, a quem o acesso se encontra muito limitado, contribuindo para minimizar as diferentes fragilidades e assimetrias existentes.

Para além disso, a aquisição destas viaturas irá reforçar a rede de unidades móveis de saúde, e consequentemente, irá contribuir para o reforço do investimento nos cuidados de saúde primários às populações, especialmente dos cuidados de saúde domiciliários, doença mental e cuidados paliativos.

4.9 Promover a mobilidade sustentável e os transportes em Viseu Dão Lafões

Autoridade de Transportes

Nos últimos anos, as opções estratégicas de intervenção da CIM Viseu Dão Lafões passaram a integrar a temática da mobilidade e dos transportes, fruto da crescente complexidade e alteração dos padrões da mobilidade, sustentados na intensificação das taxas de motorização, que têm originado, nomeadamente nas áreas urbanas, uma degradação progressiva da qualidade de vida das populações.

Assim, o trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal neste campo de atuação, foi iniciado com a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, o qual aborda todas as componentes da mobilidade, que as avalia, que mede as suas potencialidades e as suas insuficiências e, mais importante, que aponta caminhos para a resolução de muitos dos atuais problemas de mobilidade sentidos pelas populações, o que faz dele, também, um importante documento estratégico para a competitividade do território e para a sua coesão económica e social.



Posteriormente, e com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprova o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), a CIM Viseu Dão Lafões, além de ver serem-lhe atribuídas competências de Autoridade de Transportes, viu, também, serem-lhe delegadas as competências dos seus municípios associados em matéria de transporte público de passageiros.

Essas competências incluem a organização e planeamento das redes e infraestruturas, determinação das obrigações de serviço público, aprovação de regimes tarifários, fiscalização, divulgação do serviço público de transporte de passageiros, entre outros.

Com a assunção destas competências, a Comunidade Intermunicipal passou a ter um papel vital na estruturação de uma proposta de rede de serviço público de transporte de passageiros, que sirva a população e que ao mesmo tempo seja sustentável.

Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a trabalhar nas metas fixadas na estratégia territorial de mobilidade definida para Viseu Dão Lafões, as quais compreendem a otimização do sistema de transportes, a diminuição da dependência do transporte individual, o aumento da eficiência de todo o sistema e, conseqüentemente, o aumento da atratividade do transporte público e a progressiva descarbonização associada à mobilidade.

Assim, o trabalho desenvolvido procurou estabelecer um modelo de organização e exploração adequado à procura e que seja economicamente sustentável e racional, tendo em conta os níveis mínimos de serviço público, impostos pela Lei n.º 52/2015, assegurando, assim, um sistema de transportes públicos adequado às necessidades de mobilidade das populações e ao volume de recursos públicos necessários e disponíveis para o seu financiamento, tendo em consideração os serviços regulares, os serviços flexíveis e os serviços especializados de transporte escolar, os quais passamos a descrever:

Serviço Público de Transporte de Passageiros

Ao nível do serviço público de transporte de passageiros, a CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade à implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), o qual tem permitido financiar, desde o ano de 2019, as Autoridades de Transporte a operar no território, para o desenvolvimento de ações que promovem a redução tarifária nos sistemas de transportes públicos coletivos, bem como a oferta de serviços e expansão da rede.

De acordo com a candidatura anual apresentada ao Fundo Ambiental, as duas Autoridades de Transporte a operar no território, isto é, a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Viseu, receberam, durante o ano de 2023, o montante total de 892.575,00€, o qual permitiu implementar medidas de estímulo à utilização dos transportes públicos no território.

Neste sentido, o apoio à redução tarifária, por parte da CIM Viseu Dão Lafões, durante o ano de 2023, consistiu em descontos de 25% na aquisição dos títulos de transporte ocasional (bilhetes simples inteiros, simples meio bilhete e pré-comprados), e de 35% na aquisição de passes mensais por utilizadores que não beneficiem de qualquer regime especial, legal ou regulamentar, de redução ou isenção tarifária, os quais se mantiverem iguais aos descontos praticados no ano anterior.

De referir que o valor do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), referente ao ano de 2023, foi objeto de reforço, tendo o Fundo Ambiental concedido um montante adicional de 298.799,05€, para as duas Autoridades de Transportes, o qual permitiu financiar o congelamento do preço dos passes dos transportes públicos, uma vez que o Governo decretou que os preços dos mesmos se manteriam iguais aos praticados no ano anterior.

Dar nota que, o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos irá continuar no ano de 2024, tendo sido mantidos pela CIM Viseu Dão Lafões os descontos que têm vindo a ser praticados desde 2021, e pelo Governo os preços dos passes praticados desde o ano de 2022.

No ano de 2023, foi, também, dada continuidade à implementação do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), o qual tem permitido financiar o desenvolvimento de ações que promovem o reforço e a densificação da oferta de transporte público coletivo em zonas onde a penetração deste modo de transporte é mais reduzida e onde o potencial de ganhos de procura ao automóvel é superior, contribuindo, assim, para a promoção do transporte público coletivo, indução de padrões de mobilidade mais sustentáveis e descarbonização da mobilidade.

Este financiamento permitiu à CIM Viseu Dão Lafões prosseguir com a reorganização e com o reforço das linhas de transportes da região.

Para além disso, no decurso do ano de 2023, continuou a manter-se a necessidade de efetuar o pagamento de compensações aos operadores por obrigações de serviço público de transporte de passageiros, tendo em vista minorar os défices de exploração subjacentes à prestação deste serviço.

No ano de 2023 destacamos, ainda, o lançamento do concurso público internacional para a contratação de serviço público de transporte rodoviário de passageiros, no valor aproximado de 50 milhões de euros, através do qual a CIM Viseu Dão Lafões se propõe gerir todo o serviço público de transporte de passageiros no território através de um só operador, em todas as linhas municipais (excluindo a rede e serviços concessionados pelo Município de Viseu), intermunicipais e inter-regionais, bem como em dois novos circuitos urbanos a criar, nas cidades de Mangualde e Tondela.

Este concurso visa, assim, assegurar o serviço em todo o território, durante cinco anos, e garantir um elevado nível de qualidade para os utentes, na medida em que o mesmo

contempla a obrigatoriedade de ar condicionado e de internet WiFi gratuita nos autocarros, bem como de um sistema de GPS integrado, para que seja possível conectar os transportes a plataformas digitais, permitindo que o utente possa confirmar informações diversas, tal como o tempo de espera do próximo veículo.

A frota, que irá garantir a exploração deste serviço público de transportes, será composta por um número estimado de 137 autocarros para a rede geral e de 2 para a rede urbana, sendo que a idade média da frota mais nova vai ser reduzida em relação à atual, uma vez que o concurso prevê veículos com menos de 16 anos, para a rede geral, e menos de 8 anos, para a rede urbana.

Para além disso, os novos veículos, caracterizados com o logotipo da CIM Viseu Dão Lafões, deverão apresentar uma classe de emissões igual ou inferior àquela dos substituídos.

Relativamente à bilhética será usado um sistema sem contacto, para maior facilidade de utilização por parte dos passageiros, sendo que estes poderão utilizar todos os autocarros ao longo do percurso para o qual tenham adquirido passe, sendo a bilhética e os tarifários únicos e integrados para toda a CIM Viseu Dão Lafões.

Está, também, previsto assegurar a interoperabilidade do sistema de bilhética com os operadores adjacentes, viabilizando, assim, a criação de títulos intermodais.

Quanto aos tarifários a aplicar, estes terão cobertura anual, à exceção dos títulos escolares que, nos termos da legislação, se aplicam apenas ao período escolar, e não foram previstos aumentos tarifários face aos atualmente existentes, por forma a não sobrecarregar os passageiros.

Serviço de Transporte Flexível (“Ir e Vir”)

Relativamente ao transporte flexível, a Comunidade Intermunicipal, com o objetivo de complementar e melhorar a oferta existente, realizou um estudo que identificou as lacunas na oferta do Serviço Público de Transporte de Passageiros, no território Viseu Dão Lafões, as quais se podem refletir na cobertura espacial – territórios não servidos, ou mal servidos - e na cobertura temporal – territórios não servidos nos períodos letivos e/ou nas férias escolares.

Com base na informação e nos resultados desse estudo, a CIM Viseu Dão Lafões analisou as melhores soluções a aplicar em cada concelho, aliando os horários dos vários serviços disponíveis, em cada município, com os horários do futuro transporte flexível, e decidiu implementar um projeto piloto no âmbito do serviço de transporte flexível, designado de “Ir e Vir”.



Este projeto a pedido, apoiado em serviço de táxi, tem como principal objetivo alargar e reforçar a oferta de transporte público de passageiros, conferindo, assim, uma nova mobilidade a populações que residem em áreas que não dispõem de um serviço regular de transporte público de passageiros.

Iniciado em outubro de 2021, o “Ir e Vir” começou por ser implementado em zonas de menor densidade demográfica, nomeadamente, nos municípios de Aguiar da Beira, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela e Vouzela, e no dia 18 de julho de

2022 foi alargado aos restantes municípios pertencentes à CIM Viseu Dão Lafões.

Desde então, tem vindo a ser assegurado, em todos os municípios da CIM Viseu Dão Lafões, serviço municipal que liga todas as localidades (sem acesso a transporte público, ou que apenas tinham esse transporte em alguns horários) aos centros dos municípios, o serviço Intermunicipal, que assegura as ligações entre as sedes de concelho e os municípios abrangidos, quando essa ligação não existia através de carreira pública, e o serviço de comboio, que liga todas as localidades dos municípios às estações e apeadeiros da linha da Beira Alta presentes em Viseu Dão Lafões.

Agora pode ir de casa para onde quiser em Viseu Dão Lafões.

- Serviço Municipal
- Serviço Intermunicipal
- Ligação ao Comboio

Aproveite as três modalidades do serviço de transporte flexível em Viseu Dão Lafões ao preço de um bilhete de autocarro. Saiba mais em www.irevir.cimvdl.pt



MUNICÍPIO DE VISEU DÃO LAFÕES



800 10 20 30

Ir e Vir

Estas modalidades de serviço de transporte flexível, permitem que um morador de entre as cerca de 850 localidades da região, se desloque, de forma cómoda, entre concelhos ou seja levado a uma estação ou apeadeiro ferroviário da Linha da Beira Alta, em qualquer dia útil da semana.

Durante o ano de 2023, este serviço de transporte flexível foi utilizado por 13.294 passageiros, tendo sido deslocados, em termos médios 916 passageiros por mês em período escolar e 1.988 passageiros por mês em período de férias, processo este que envolveu 79 taxistas.

São Pedro do Sul foi o município em que mais pessoas usaram o serviço, num total de 3.168 passageiros, seguindo-se Oliveira de Frades, com 2.598, e Castro Daire, com 2.261 passageiros. O mês de julho foi o que recebeu mais passageiros, nomeadamente 2.437.



O “Ir e Vir” funciona com horários e paragens pré-definidas, e as tarifas pagas podem oscilar entre os 0,80 euros e os 5,80 euros, dependendo do percurso, estando disponível todos os dias da semana, exceto sábados, domingos e feriados, em quatro horários: dois de ida e dois de volta.

De referir que o projeto “Ir e Vir” vem anular, de uma forma definitiva, carências do transporte público de passageiros nas zonas mais isoladas do território Viseu Dão Lafões, assegurando, assim, uma maior coesão territorial, na medida em que garante a mobilidade e acesso a serviços essenciais, por parte de setores da população mais isolados e com maior dificuldade de deslocação.

Dar, ainda, nota que, no dia 20 de outubro de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões recebeu a visita de uma delegação de Eurodeputados do Partido Socialista, a qual teve como propósito conhecer o serviço de transporte flexível a pedido “Ir e Vir”.

Na apresentação deste serviço, realizada no Centro Europe Direct, marcou presença o Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, o Secretário Executivo, Nuno Martinho, as eurodeputadas, Maria Leitão Marques e Isabel Carvalhais, e os eurodeputados, Pedro Marques, Carlos Zorrinho e João Albuquerque.

Esta visita passou, ainda, por São Pedro do Sul, onde os eurodeputados tiveram a oportunidade de entrar em contacto com passageiros e operadores deste serviço, num momento em que o Presidente do Município, Vítor Figueiredo, marcou presença.



Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões

Conforme é sabido, no ano de 2016, a CIM Viseu Dão Lafões concluiu a elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Viseu Dão Lafões, o qual para além de incluir a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, contém, também, medidas que promovem a redução da emissão de gases com efeito estufa, e a diminuição da intensidade energética, promovendo, simultaneamente, o aumento da quota do transporte coletivo e dos modos suaves nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana.

Este importante instrumento de planeamento, ancorado numa estratégia de baixo teor de carbono, consubstancia-se num conjunto de objetivos gerais e específicos compatíveis com o desenvolvimento económico, indutores de maior coesão social e orientados para a melhoria do ambiente urbano e da eficiência energética.

Desta forma, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Viseu Dão Lafões configura um programa de ação de curto/médio prazo que articulará medidas de natureza técnica e política com intervenções infraestruturais, procurando maximizar a relação custo-benefício, em termos de objetivos preconizados, nomeadamente, os ambientais e energéticos.

Posto isto, e atendendo à importância de promover investimentos em ações de descarbonização do território, em especial no que diz respeito ao setor dos transportes, a Comunidade Intermunicipal, em parceria com os seus municípios associados, tem vindo a implementar, desde o ano de 2022, a candidatura “Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões”, aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020.

Com um investimento elegível de aproximadamente 4,98 milhões de euros, comparticipados a uma taxa de 85%, esta candidatura de carácter intermunicipal visa promover a mobilidade urbana multimodal sustentável e a descarbonização do território Viseu Dão Lafões, com



especial enfoque no transporte nas zonas urbanas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e apoiando a transição para uma economia de baixo teor de carbono.

Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados, pretendem dinamizar, um pouco por todo o seu território, a adoção de uma política de mobilidade de baixo teor carbónico, tendo

presente as vantagens ambientais, sociais e económicas que a adoção de políticas públicas de proteção do meio ambiente e de valorização dos recursos endógenos tem na melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes.

Para alcançar esse desígnio, e por forma a criar condições mais favoráveis para a utilização da bicicleta enquanto meio de transporte preferencial pela população do nosso território, os

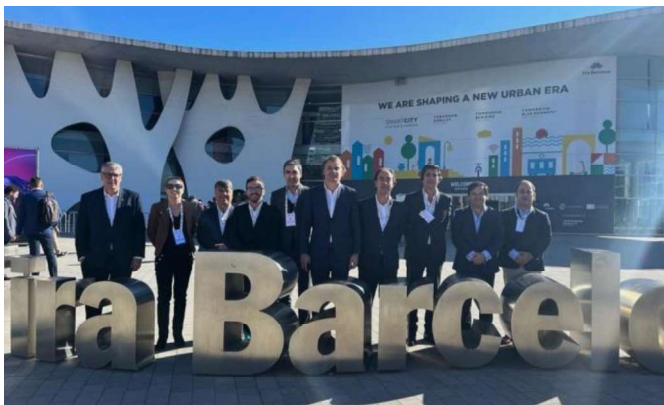
municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva e Vouzela, concluíram, no final do ano de 2023, as empreitadas subjacentes às novas ciclovias/vias pedonais, que foram criadas no perímetro urbano dos referidos municípios, num total de 33 quilómetros.

Estes investimentos municipais foram complementados com um sistema público de bicicletas partilhadas para a população, criado pela CIM Viseu Dão Lafões, através do qual foram disponibilizadas, mais de uma centena de bicicletas, com uma distribuição suportada por 37 estações e 235 docas.



No âmbito dos investimentos da responsabilidade da CIM Viseu Dão Lafões, destaca-se, também, a implementação de uma Plataforma de Mobilidade, de suporte à

operação e gestão da mobilidade no território, a qual integra dados recolhidos de várias fontes, como por exemplo, do serviço de transporte flexível a pedido “Ir e Vir”, e dos transportes públicos da região, permitindo conhecer em detalhe os locais de afluência, a acessibilidade dos serviços e a evolução da bilhética, bem como analisar os congestionamentos, entre muitas outras métricas possíveis.



Esta Plataforma, que permite fazer uma leitura dos movimentos pendulares e perceber de forma mais precisa como as pessoas se deslocam na região, apoiando, assim, a tomada de decisões por parte das autarquias, foi apresentada na Smart City Expo World Congress 2023, que decorreu entre os dias 7 e 9 de novembro, em Barcelona.

A apresentação da Plataforma, que decorreu durante a conferência “Mobilidade Inteligente”, gerou bastante curiosidade entre a assistência, que encheu o Pavilhão de Portugal durante a conferência, para conhecer este novo paradigma na governança pública local, em que as pessoas e as suas necessidades são o centro da política pública

De referir que, este evento sobre a temática das Cidades e Regiões Inteligentes, é o maior e mais influente evento mundial em inovação urbana, que junta líderes das empresas mais inovadoras, governos e organizações, além de milhares de especialistas de todo o mundo, e por isso mesmo, os autarcas de Viseu Dão Lafões, também, marcaram presença no mesmo,

tendo tido a oportunidade de visitar a exposição e de participar nas apresentações, workshops e sessões informativas que melhor se adequavam às necessidades e ao perfil da região.

O certame de 2023, que contou com mais de 1.000 expositores, 25.000 participantes profissionais e representantes de mais de 800 cidades e 140 países, mostrou as soluções inteligentes que moldam a “Nova Era Urbana” que está a emergir, ajudando as cidades a prosperar e a criar espaços urbanos mais seguros, ecológicos e eficientes.



Os investimentos realizados no âmbito da candidatura “Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões”, concluída em dezembro de 2023, permitiram tornar a região Viseu Dão Lafões mais desperta e ativa para atitudes ambientalmente mais responsáveis e, por outro lado, criaram condições mais favoráveis para a utilização da bicicleta enquanto meio de transporte preferencial pelos cidadãos.

No campo da mobilidade, dar, ainda nota, que na sequência da vontade manifestada pelos Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Vila Nova de Paiva, em implementarem novas infraestruturas de mobilidade suave nos seus territórios, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2023, iniciou a elaboração de um plano de ecovias para a região, abrangendo os referidos concelhos, o qual irá integrar algumas das infraestruturas de mobilidade suave existentes, com novas infraestruturas que se pretende que sejam criadas de forma faseada ao longo do tempo, conectando os centros urbanos da região aos vários equipamentos e espaços verdes da região.

Assim, este plano irá desenvolver e concretizar propostas de organização espacial de uma rede de mobilidade suave integrada definindo com detalhe a orientação dos traçados, perfis e soluções construtivas, bem como irá definir todo o modelo de gestão e promoção da rede com vista a assegurar o sucesso e sustentabilidade da infraestrutura.

Econnecting: Decisões Cívicas Verdes para Territórios de Proximidade

A União Europeia está a ser confrontada com duas prioridades fundamentais, a transição para uma economia sustentável e hipocarbónica, na medida em que terá de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030 e de alcançar neutralidade até 2050, e a sustentabilidade, no contexto do desafio demográfico.

Contudo, e conforme é sabido, à medida que a população da Europa envelhece e as taxas de natalidade diminuem, as cidades e os seus ambientes enfrentam novos desafios em termos de acesso a serviços e oportunidades, e da garantia de um ambiente saudável e sustentável para a população.

Assim, e para enfrentar estes desafios e para garantir um futuro próspero para as cidades e seus ambientes, é necessário promover soluções inovadoras e sustentáveis para garantir a sobrevivência do planeta e a qualidade de vida da população.

Perante este desígnio, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões estabeleceu uma parceria com outras oito cidades e regiões da Europa, que apresentou uma candidatura, designada de “Econnecting: Decisões Cívicas Verdes para Territórios de Proximidade”, ao Programa Europeu URBACT, direcionado para a aprendizagem e troca de experiências na promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

Esta Rede Econnecting, liderada pela Comunidade da Romagna Faentina, de Itália, e que integra, para além da CIM Viseu Dão Lafões, cidades e regiões da Eslovénia, Espanha, Estónia, Grécia, Hungria, Irlanda e Montenegro, procura criar territórios de proximidade baseados em conceitos como comunidades verdes, mobilidade sustentável e humanizada, acessibilidade, cidades inteligentes e desenvolvimento integrado sustentável.

Para além dos parceiros internacionais, o Econnecting conta com o envolvimento e participação dos municípios associados da CIM, e de outras entidades da região, nomeadamente a CCDR Centro, o Instituto Politécnico de Viseu, a Associação Empresarial da Região de Viseu, entre outras.

Assim, pretende-se construir estratégias de proximidade e de relacionamento entre as áreas rurais e urbanas dos territórios, e conciliar o desenvolvimento urbano sustentável e o bem-estar, com o desenvolvimento de fortes ligações sociais, procurando o envolvimento dos cidadãos.

Esta candidatura, com um investimento de 834.121,05€, dos quais 86.986,80€ são destinados às atividades a executar pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de 80%, foi aprovada, em junho de 2023, pelo Comité de Monitorização URBACT IV, que aprovou um total 30 novas Redes de Planeamento de Ação deste programa, as quais envolvem 28 países europeus.

Nesse sentido, durante a execução da candidatura os nove parceiros, que partilham diversas características comuns, incluindo a dimensão, a demografia, a estrutura geográfica e

necessidades semelhantes, irão dinamizar, concertar e partilhar experiências, realizar reuniões de trabalho, seminários e visitas de estudo, aprender uns com os outros e reforçar as suas competências, no sentido de promover mudanças positivas nas respetivas comunidades.

De entre os encontros de troca de experiência e de conhecimento realizados no decurso do ano de 2023, destacamos, a participação da CIM Viseu Dão Lafões, entre os dias 28 e 30 de agosto, na



Universidade URBACT 2023, um evento de capacitação dedicado aos representantes das Cidades URBACT de toda a Europa, que decorreu na cidade de Malmö (Suécia).

Este evento que contou com a participação de 460 participantes, oriundos de mais de 30 países, em representação de diversas regiões e cidades europeias, teve como objetivo qualificar estes profissionais com competências úteis para o desenvolvimento de Planos de Ação Integrados para enfrentar vários desafios das suas regiões.

No ano de 2023, destacamos, também, a presença da CIM Viseu Dão Lafões nas jornadas URBACT “Econnecting”, que decorreram em Orihuela (Espanha), entre os dias 16 e 18 de outubro, nas quais os representantes das nove regiões/cidades europeias que integram este projeto, tiveram a oportunidade de realizar visitas de estudo e partilhar experiências, conhecimentos e boas práticas em matéria de mobilidade.



No âmbito deste projeto damos, ainda, nota que, nos dias 30 e 31 de outubro, dois especialistas europeus em Mobilidade e Planeamento Urbano efetuaram uma visita de estudo à região Viseu Dão Lafões, a qual incluiu sessões de trabalho com responsáveis da região e workshops para verificação e estudo on-site dos constrangimentos com que a região se debate em termos de acessibilidade, mobilidade e no fortalecimento da ligação entre as zonas rurais e urbanas da nossa região, e em particular nos resultados do serviço de transporte flexível “Ir e Vir”.

O trabalho desenvolvido, durante esta visita, focou-se na análise dos resultados e oportunidades de melhoria do “Ir e Vir”, na identificação e caracterização de zonas peri-urbanas da cidade de Viseu candidatas à implementação de Intermodal Mobility Hubs, e na análise de alguns problemas localizados de circulação e de congestionamento de trânsito.



De referir que, estas atividades irão permitir desenvolver abordagens focadas em pequenas cidades que funcionam como polos de ligação entre zonas rurais e urbanas, propondo modelos de gestão mais eficientes e sustentáveis do espaço urbano e da procura de mobilidade, fundamentais para o planeamento integrado e para a aplicação de políticas urbanas sustentáveis.

Para além disso, ao promover transportes ecológicos, a inclusão digital e a igualdade de oportunidades, o projeto não só melhorará a vida quotidiana dos residentes, como também contribuirá para um futuro mais sustentável e equitativo para todos.

4.10 Gestão da Contratualização no âmbito do quadro financeiro plurianual

Assistência Técnica – contratualização no âmbito do Portugal 2020

Ao longo do ano de 2023, a Estrutura de Apoio Técnico da CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade às suas funções enquanto Organismo Intermédio, na sequência da delegação de competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, na CIM Viseu Dão Lafões, formalizada a 31 de dezembro de 2015, por via de uma adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Neste sentido, e à semelhança das tarefas que já vinham sendo desempenhadas, a Estrutura de Apoio Técnico, no âmbito das suas competências, procedeu à análise da admissibilidade, técnico-financeira e de mérito das candidaturas apresentadas, à análise de pedidos de reprogramação/alteração às operações aprovadas, à validação da despesa associada às operações e à realização de verificações e elaboração dos relatórios finais de encerramento das operações.

Este trabalho realizado por parte do Organismo Intermédio incidiu, não só, nas candidaturas sinalizadas, pelos Municípios, no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, no âmbito das prioridades de investimento 4.3 (Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas), 6.3 (Infraestruturas Culturais), 9.7 (Infraestruturas da Saúde) e 10.5 (Infraestruturas de Educação), mas, também, nas candidaturas apresentadas pelas empresas ao SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego e ao PAPN – Programa de Apoio à Produção Nacional, no âmbito das prioridades de investimento 8.3 (Criação de emprego) e 8.8 (Desenvolvimento e criação de empresas).

De referir que a articulação, de carácter genérico e transversal, entre a CIM enquanto organismo intermédio e a Autoridade de Gestão foi assegurada, durante o ano de 2023, pela Coordenadora da Estrutura de Apoio Técnico (EAT) e pelo Secretário Executivo.

Este acompanhamento e coordenação permanente visaram, por um lado, garantir a aplicabilidade da delegação de competências na CIM, enquanto organismo intermédio, e, por outro lado, acompanhar a execução dos projetos aprovados.

Nesse sentido, para além dos contactos por via telefónica ou correio eletrónico, sempre que necessário foram realizadas reuniões presenciais ou por videoconferência com a Comissão Diretiva, e/ou com os Secretários Técnicos e respetivas equipas, tendo em vista uniformizar procedimentos e métodos de trabalho.

De entre as várias reuniões de trabalho realizadas, destaca-se a efetuada a 1 de fevereiro de 2023, entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e os Presidentes dos municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões, a qual teve lugar nas instalações da CIM, em Tondela.

Nesta reunião, que contou com a presença da Presidente da CCDR do Centro, Isabel Damasceno, e dos vogais executivos do PO, foi analisado o ponto de situação da execução dos

projetos aprovados no âmbito do Programa Operacional Regional Centro 2020 e efetuada a apresentação do Programa Regional do Centro 2030.



Execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Visu Dão Lafões

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Visu Dão Lafões assinado, a 31 de agosto de 2015, entre a CIM e as Autoridades de Gestão dos vários Programas Operacionais, foi já objeto de duas alterações, formalizadas a 2 de agosto de 2017 e a 7 de junho de 2019, respetivamente.



Assim, e de acordo com esta última alteração, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Visu Dão Lafões contempla um apoio global de fundo que totaliza 50.310.554,98€, repartido do seguinte modo:

- Programa Operacional Regional do Centro 2020 – 49.225.251,98€
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos – 280.000,00€
- Programa de Desenvolvimento rural do Continente 2014-2020 – 805.303,00€

No final do ano de 2023, do montante total do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Visu Dão Lafões, encontrava-se contratualizado pela CIM Visu Dão Lafões e pelos seus Municípios um montante de 49.005.146,54€, correspondendo a 97,41%, conforme se encontra refletido no quadro abaixo:

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Valor Fundo	Valor Fundo Contratualizado (31/12/2023)	Valor Fundo Validado (31/12/2023)
CENTRO 2020	2.3	2 299 165,00 €	2 299 165,00 €	2 441 449,73 €
	4.3	4 141 490,20 €	2 692 452,88 €	2 290 238,74 €
	6.3	5 228 693,37 €	6 190 833,76 €	4 775 607,60 €
	8.3	11 442 482,05 €	204 192,42 €	106 482,58 €
	8.8	4 100 767,60 €	11 730 224,27 €	9 228 097,01 €
	9.1	3 578 435,89 €	0,00 €	0,00 €
	9.7	3 465 177,52 €	2 713 781,13 €	2 774 320,15 €
	10.1	5 011 588,01 €	5 887 171,65 €	5 549 080,45 €
	10.5	9 957 452,34 €	16 262 438,94 €	14 484 988,16 €
Sub-Total		49 225 251,98 €	47 980 260,05 €	41 650 264,42 €
POSEUR	5.1	140 000,00 €	153 584,06 €	153 584,06 €
	5.2	140 000,00 €	134 368,66 €	134 368,66 €
Sub-Total		280 000,00 €	287 952,72 €	287 952,72 €
PDR 2020	03.M04	805 303,00 €	736 933,77 €	S/Informação
Sub-Total		805 303,00 €	736 933,77 €	0,00 €
TOTAL GERAL		50 310 554,98 €	49 005 146,54 €	41 938 217,14 €
Taxa de Aprovação / Taxa de Execução (%)			97,41%	83,36%

Da análise à informação constante no referido quadro, verifica-se que todas as prioridades de investimento associadas ao Programa Operacional Regional do Centro 2020 registam contratualização de fundo, com exceção da PI 9.1, uma vez que em resultado do processo de reprogramação deste Programa Operacional, desencadeado no ano de 2020, que visou dar respostas imediatas à situação de emergência vivida no país fruto da pandemia COVID-19, as verbas da referida prioridade de investimento foram alocadas a outras que se afiguravam mais prioritárias.

Assim, esse processo de reprogramação previu o reforço de algumas prioridades de investimento, o que permitiu a contratualização de montantes superiores aos identificados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, nomeadamente nas prioridades de investimento 6.3, 8.8, 10.1 e 10.5, conforme se evidencia no quadro acima.

Relativamente ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos a CIM Viseu Dão Lafões tem os projetos executados, sendo os mesmos respeitantes ao Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e à Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, ambos já encerrados pelo PO.

No que se refere ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, no final do ano de 2023 encontravam-se aprovadas intervenções na Barragem da Várzea de Calde (Viseu), na Barragem de Pereiras (Oliveira de Frades), no regadio tradicional de São Joaninho (Castro

Daire), no regadio tradicional de Vila Nova de Paiva, no regadio tradicional da Bodiosa a Nova (Viseu), e no açude da Corvaceira (São Pedro do Sul), não estando disponível informação sobre o fundo já validado.

4.11 Novo quadro financeiro plurianual e Plano de Recuperação e Resiliência

Plano de Ação Viseu Dão Lafões 2030

A reflexão estratégica sobre o futuro de Portugal no médio e longo prazo é um exercício da maior importância, que o Governo quer realizar de forma abrangente, envolvendo os mais variados atores económicos e sociais, de entre os quais se destacam as Comunidades Intermunicipais, as quais têm vindo a assumir, nos últimos períodos de programação, um papel e uma importância crescentes no planeamento, gestão, monitorização e execução dos Fundos Europeus Estratégicos de Investimento, nos respetivos territórios NUTS III.

Nesse sentido, a preparação do período de programação 2021-2027 voltou a contar com o contributo das Comunidades Intermunicipais, tendo a CIM Viseu Dão Lafões concluído, no ano de 2021, a Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, cujo conteúdo pode ser consultado na íntegra em <https://www.cimvdl.pt/portugal-2030/>.

Com esta estratégia, que é a base de negociação da Região Viseu Dão Lafões com as entidades nacionais e europeias para o quadro financeiro plurianual do 2030, pretende-se que o território de Viseu Dão Lafões seja capaz de atrair e fixar pessoas, iniciativas e investimentos, e que se afirme pela sua capacidade de criar valor e gerar emprego qualificado, bem como de proporcionar qualidade de vida e segurança aos seus cidadãos, ao responder eficazmente aos desafios colocados pelas transformações climática, energética e digital.

Depois de concluída a Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, a Comunidade Intermunicipal iniciou o processo de elaboração do Plano de Ação Viseu Dão Lafões 2030, tendo nesse âmbito sido realizadas reuniões individuais com os municípios, e identificados por estes as intenções e/ou necessidades prioritárias de investimento, suscetíveis de virem a ser enquadradas nos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), que, recentemente, foram contratualizados entre esta CIM e a Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro.

Nesse sentido, foram identificados, para cada linha de ação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, os projetos concretos de cariz municipal e/ou supramunicipal, e construídas as respetivas fichas de caracterização, os quais irão garantir não só a concretização da Estratégia definida para o território, mas também, o alinhamento e a coerência com as estratégias nacionais.

De referir que, este processo de identificação dos Investimentos Territoriais Integrados teve de ter em consideração o envelope financeiro adstrito à região Viseu Dão Lafões (118.018.984€).

O Plano de Ação para operacionalização dos ITI foi apresentado pela CIM Viseu Dão Lafões à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2030, em outubro de 2023, e a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões para o período do 2030, ocorreu no passado dia 27 de março.

Apresenta-se, de seguida, a síntese dos investimentos consagrados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões:

Objetivo Específico	Montante
1.2 Digitalização da administração pública local	2 549 165,00 €
1.3 Sistema de incentivos base territorial e AAE nova geração e espaços de coworking	14 546 120,73 €
1.4 Dinamização de ecossistemas de inovação	600 000,00 €
2.1 Eficiência energética em edifícios da Administração pública local	9 891 061,00 €
2.2 Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	453 217,00 €
2.4 Meios materiais para a proteção civil	5 490 350,00 €
2.5 Ciclo urbano da água em baixa (sistemas municipais)	23 881 319,61 €
2.6 Gestão de resíduos: subinvestimentos em baixa	250 000,00 €
2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	8 339 200,00 €
2.8 Mobilidade urbana suave	4 355 543,00 €
4.a +CO3SO Emprego	211 259,87 €
4.k Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo	5 577 851,74 €
5.1 Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial	41 873 896,56 €
TOTAL	118 018 984,51 €

Plano de Recuperação e Resiliência

No decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a acompanhar o processo de implementação do Plano de Recuperação e Resiliência, tão importante para o desenvolvimento do território, e para tornar a economia de Viseu Dão Lafões mais sustentável social, ambiental e economicamente, mais resiliente, mais inclusiva, mais eficiente na gestão dos recursos, mais digitalizada, mais inovadora, mais interconectada e capaz de competir à escala nacional.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões esteve atenta aos avisos de concurso que foram sendo publicados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, divulgando essas oportunidades de financiamento pelos atores do território, nomeadamente, municípios, empresas, entidades do setor social, etc., por forma a maximizar a captação de financiamento para a implementação de iniciativas e investimentos essenciais ao desenvolvimento da região Viseu Dão Lafões.

Para além disso, no decurso do ano de 2023, a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto entidade executora, continuou a implementar a candidatura relativa à “Criação de Espaços de Cowork”,

nos municípios de Castro Daire e Vila Nova de Paiva, e enquanto entidade parceira, continuou a colaborar na implementação da candidatura “Living the Future Academy”, liderada pela Universidade de Coimbra, projetos estes que já foram anteriormente descritos de forma mais detalhada neste documento.

Dar ainda nota que, no âmbito das iniciativas promovidas pelo Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões, e conforme já referido anteriormente, foi realizado no dia 22 de março de 2023, na Casa do Adro, em Viseu, um seminário intitulado “NextGenerationEU: O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”, o qual juntou um conjunto de especialistas para um debate alargado sobre a aplicação do PRR, tanto na região, como no país e na Europa.

No seguimento deste seminário, a CIM Viseu Dão Lafões teve oportunidade de reunir com a Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (CNA-PRR), por forma a realizar um ponto de situação sobre a implementação do PRR na região.

Esta reunião, realizada no Palácio dos Melos, em Viseu, contou com a presença do Presidente da CNA – PRR, Pedro Dominginhos, do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e dos Autarcas dos Municípios da CIM.

No dia seguinte, a CIM Viseu Dão Lafões acompanhou a visita do Presidente da CNA-PRR a investimentos no território de Viseu Dão Lafões financiados no âmbito do PRR, nomeadamente, à empreitada de construção do Alojamento Estudantil no Centro Histórico de Viseu, localizado na cidade de Viseu, e às obras do lar de idosos, centro de dia, creche e apoio domiciliário da Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva do Vinhal, em Lajeosa do Dão, Tondela.



4.12 Reuniões com equipas governamentais e outras entidades

No âmbito da atividade da Comunidade Intermunicipal, no decurso do ano de 2023, foram realizadas várias reuniões de trabalho com as equipas governamentais e com entidades representativas da região, no sentido de operacionalizar as atribuições assumidas pela CIM Viseu Dão Lafões, bem como defender os interesses da região, promovendo o seu desenvolvimento, competitividade e coesão, a saber:

- 24/01/2023: Participação do Secretário Executivo no Conselho Regional da CCDR do Centro, o qual decorreu nas instalações da CCDRC, em Coimbra;
- 26 e 27/01/2023: Os autarcas da CIM Viseu Dão Lafões e o Secretário Executivo, realizaram uma visita de trabalho à Comissão Europeia, a qual teve como objetivo aprofundar o conhecimento dos autarcas relativamente às estruturas da Comissão Europeia e a outras entidades e projetos relevantes na área da economia circular, energia, transição digital e desenvolvimento regional. Nesta deslocação a Bruxelas, a comitiva da Comunidade Intermunicipal reuniu com Elisa Ferreira, Comissária Europeia com a pasta da Coesão e Reformas; com o responsável pela gestão de políticas da Direção-Geral da Política Regional e Urbana para Portugal e Espanha; com a “Energy Cities”; e com o responsável pela gestão de políticas da Direção-Geral de Redes de Comunicações, Conteúdos e Tecnologia;
- 01/02/2023: Reunião, nas instalações da CIM Viseu Dão Lafões, entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, representada pela Presidente, Isabel Damasceno, e pelos vogais executivos, e os Presidentes dos municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões, na qual foi analisado o ponto de situação da execução dos projetos aprovados no âmbito do Programa Operacional Regional Centro 2020 e efetuada a apresentação do Programa Regional do Centro 2030;
- 14/03/2023: Reunião, entre a Secretária de Estado da Proteção Civil, o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, a CCDR Centro, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, na qual foi debatida a metodologia para a adaptação das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS);
- 22/03/2023: Reunião, no Palácio dos Melos, em Viseu, entre o Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, Pedro Dominginhos, o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e os Autarcas dos Municípios da CIM, a qual teve como objetivo realizar um ponto de situação sobre a implementação do PRR na região;
- 23/03/2023: A CIM Viseu Dão Lafões, através do seu Secretário Executivo, Nuno Martinho, acompanhou a visita do Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR a investimentos no território de Viseu Dão Lafões

financiados no âmbito do PRR, nomeadamente, à empreitada de construção do Alojamento Estudantil no Centro Histórico de Viseu, localizado na cidade de Viseu, e às obras do lar de idosos, centro de dia, creche e apoio domiciliário da Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva do Vinhal, em Lajeosa do Dão, Tondela;

- 27/03/2023: Reunião, em Lisboa, entre o Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Nuno Fazenda, e a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e pelo Secretário Executivo, a qual teve como objetivo debater e expor um conjunto de preocupações dos autarcas da região;
- 12/04/2023: Participação do Secretário Executivo na reunião do Conselho Consultivo da ANMP, na qual foram analisadas e discutidas questões relativas ao Portugal 2020, ao Portugal 2030 e ao PRR;
- 19/05/2023: Reunião, na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, entre Subdiretora da Unidade Local de Viseu da ACT, Anabela Ferreira, o Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, e os vereadores e técnicos dos municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões, a qual teve como objetivo promover a informação relativa às diferentes modalidades de organização de serviços de segurança e saúde no trabalho;
- 01/06/2023: Reunião, em Lisboa, entre a CIM Viseu Dão Lafões, o Ministério da Coesão Territorial, o Ministério das infraestruturas, o BEI e o banco de Fomento, para analisar e discutir a possibilidade de ter uma linha de empréstimo quadro, para financiamento da requalificação da rede viária/estradas da nossa região;
- 13/06/2023: Reunião, na Casa do Adro, em Viseu, entre a CIM Viseu Dão Lafões, representada por diversos autarcas da região e pelo Secretário Executivo, a Diretora Executiva da ACeS Dão Lafões, Rita Figueiredo, e o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, Nuno Duarte, no âmbito da "Unidade Local de Saúde Viseu Dão Lafões E.P.E.";
- 30/06/2023: Reunião, em Lisboa, entre o Ministro das Infraestruturas, João Galamba, o Secretário de Estado das Infraestruturas, Frederico Francisco, o Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, e o Vice-Presidente da CIM Região de Coimbra, Raul Almeida, no âmbito da requalificação do IP3;
- 31/08/2023: Reunião, na Casa do Adro, em Viseu, entre a CIM Viseu Dão Lafões, representada por diversos autarcas da região e pelo Secretário Executivo, e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, a qual teve como objetivo dar voz aos municípios no âmbito das políticas de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;

- 18 e 19/09/2023: A CIM Viseu Dão Lafões marcou presença no "Seminário entre duas fases" do Programa Interreg Sudoe, relativo ao período de programação 2021-2027, o qual decorreu em Santander (Espanha);
- 29/09/2023: Reunião, nas instalações da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, entre o Presidente da Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto, Rodrigo Cavaleiro, o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e vereadores e responsáveis pelo desporto dos municípios da região, a qual teve como objetivo apresentar detalhadamente o primeiro "Congresso Internacional de Segurança em Eventos Desportivos", que se iria realizar na cidade de Viseu nos dias 13 e 14 de outubro;
- 20/10/2023: CIM Viseu Dão Lafões recebeu a visita de uma delegação de Eurodeputados do Partido Socialista, a qual teve como propósito conhecer o serviço de transporte flexível a pedido "Ir e Vir". Na apresentação deste serviço, realizada no Centro Europe Direct, marcou presença o Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, o Secretário Executivo, Nuno Martinho, as eurodeputadas, Maria Leitão Marques e Isabel Carvalhais, e os eurodeputados, Pedro Marques, Carlos Zorrinho e João Albuquerque. Esta visita passou, ainda, por São Pedro do Sul, onde os eurodeputados tiveram a oportunidade de entrar em contacto com passageiros e operadores deste serviço, num momento em que o Presidente do Município, Vítor Figueiredo, marcou presença;
- 31/10/2023: Reunião, na Casa do Adro, em Viseu, entre o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e o Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), Fernando Almeida, para apresentação dos Programas de Apoio à Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Nesta reunião, estiveram, também, presentes Presidentes, Vereadores, interlocutores e técnicos dos municípios da CIM;
- 7 a 9/11/2023: Participação dos Presidentes das Câmaras Municipais pertencentes à CIM Viseu Dão Lafões e do Secretário Executivo, no Smart City Expo World Congress 2023, o maior evento mundial sobre a temática das Cidades e Regiões Inteligentes, que decorreu em Barcelona. Durante o certame, a CIM Viseu Dão Lafões teve a oportunidade de apresentar a Plataforma de Mobilidade durante a conferência "Mobilidade Inteligente", que decorreu no Pavilhão Smart Portugal. Para além disso, os autarcas tiveram, ainda, a oportunidade de visitar a exposição e de participar nas apresentações, workshops e sessões informativas que melhor se adequavam às necessidades e ao perfil da região Viseu Dão Lafões;
- Várias reuniões do Secretário Executivo da CIM com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020, no âmbito da execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial;

- Participação do Secretário Executivo nas reuniões do Comité de Acompanhamento do Programa Regional do Centro 2030.



5. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abriram caminho à reforma da gestão pública.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes, do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiantamentos levaram ao atraso deste processo.

Face a este enquadramento, a CIM Viseu Dão Lafões concretizou, com efeitos a 31-12-2020, os procedimentos que visavam dar seguimento ao processo de implementação do SNC-AP iniciado em 2015.

Contudo, este processo de implementação foi substancialmente longo, uma vez que existiam rotinas oriundas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que careciam de adaptação, ajustamento e adequabilidade às Normas de Contabilidade Pública (NCP), bem como a convergência da estrutura organizacional dos serviços, em função de novas exigências legais, a existência de novos serviços e o processo de descentralização de competências, aplicando-se essa situação ao atraso verificado na implementação da contabilidade de gestão na CIM, pelo facto de ter sido necessário operar diversos incrementos a este módulo do sistema informático em vigor (ERP AIRC).

Não obstante, e tendo esta entidade presente a obrigatoriedade prevista pelo SNC-AP de acordo com os requisitos gerais previstos na NCP 27, no ano de 2022, foi iniciada a implementação da contabilidade de gestão, de forma que as demonstrações financeiras fossem efetuadas de acordo com os princípios e demais critérios definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), instituído pelo Decreto-Lei n.º 192/15, de 11 de setembro.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços

disponibilizados aos cidadãos, com uma desagregação dos gastos por bens e serviços, sendo que, no caso da CIM, esses serviços são, essencialmente, resultado de projetos cofinanciados através de candidaturas aprovadas no âmbito dos vários Programas nacionais e comunitários.

Assim, identificam-se nos quadros abaixo, por um lado, os 7 Centros de Responsabilidade criados em virtude das atividades desenvolvidas, pela CIM, consideradas de maior relevância e cuja informação financeira é preponderante na tomada de decisões de gestão interna e, por outro lado, as funções e serviços afetos.

a) Centros de Responsabilidade

<i>Centros de Responsabilidade</i>	<i>Código</i>
Funções Gerais	01
Administração Geral	0101
Formação	0102
Publicações	0103
Proteção Civil Intermunicipal	02
Regimento de Sapadores	0201
Unidade de Mobilidade e Transportes	03
Transportes	0301
Gestão e Manutenção de Infraestruturas Intermunicipais	04
Ecopista do Dão	0401
Ecopista do Vouga	0402

b) Funções

<i>Designação - Classificação Funcional</i>	<i>Código</i>
Administração geral	111
Protecção civil e luta contra incêndios	121
Educação	210
Acção social	232
Ordenamento do território	242
Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	246
Cultura	251
Indústria e energia	320
Transportes rodoviários	331
Comércio e turismo	340
Turismo	342
Transferências entre administrações	420

c) Serviços e sua afetação à classificação funcional e centros de responsabilidade

Descrição	Tipo CC	Composto / Elementar	Função	Código CC	Centro Respons.
Unidade Gestão Administrativa e Financeira		C			
Administração Geral	Serviço CC	E	111	1000	0101
Organização e Gestão Interna	Serviço CC	E	111	1010	0101
Unidade de Modernização da Administração Local		C			
Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões - Um Modelo Catorze Mur	Serviço CC	E	111	2010	0101
Formação prof. para os trab. da Adm. Pública - SATDAP	Serviço CC	E	210	2020	0102
Centro de Serviços Partilhados Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	111	2030	0101
Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região		C			
Marca Viseu Dão Lafões - Prod Turísticos Integrado	Serviço CC	E	342	3010	0101
Programação Cultural em Rede	Serviço CC	E	251	3020	0101
Ecopista do Dão	Serviço CC	E	246	3030	0401
Greenways/EGWA	Serviço CC	E	342	3040	0101
Sinalização dos prod tur. de VDL - Patrim. Natural	Serviço CC	E	246	3050	0101
Ecopista do Vouga	Serviço CC	E	246	3060	0402
Aldeias da Serra do Caramulo	Serviço CC	E	342	3070	0101
Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão	Serviço CC	E	342	3080	0101
Promoção e divulgação institucional	Serviço CC	E	111	3090	0101
Projetos de Eficiência Energética / Energia	Serviço CC	E	320	3100	0101
Contratos Interadministrativos	Serviço CC	E	420	3110	0403
Estratégia de Val. Económica Recursos Territoriais	Serviço CC	E	340	3120	0101
Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	210	3130	0101
Coesão Social Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	232	3140	0101
Acess-Tur- Centro de Portugal	Serviço CC	E	342	3150	0101
Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	340	3160	0101
Portugal 2030/Viseu Dão Lafões 2030	Serviço CC	E	340	3170	0101
Empreendedorismo e Promoção Espírito Empresarial	Serviço CC	E	210	3180	0101
Sist. de Inf. Cadastral Simplificado Região VDL	Serviço CC	E	242	3190	0101
Centro de Informação Europe Direct VDL	Serviço CC	E	340	3200	0101
Revista Beira Alta	Serviço CC	E	251	3210	0103
CRAFT - Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	340	3220	0101
Mapa dos Segredos Gastronómicos	Serviço CC	E	340	3230	0101
Plano de Recuperação e Resiliência	Serviço CC	E	246	3240	0101
Projecto "Cantinas Verdes"	Serviço CC	E	246	3250	0101
Economia Circular na região Viseu dão Lafões	Serviço CC	E	246	3260	0101
Espaços Coworking	Serviço CC	E	340	3270	0101
Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal		C			
Proteção Civil Intermunicipal	Serviço CC	E	121 111	4010	0201 0101
Adapt às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	246	4020	0101
ClimAlert (Interreg Sudoe)	Serviço CC	E	246	4030	0101
Life Nieblas	Serviço CC	E	121	4040	0101
Outros Proj. âmbito da Prot. Civil e Def. Floresta	Serviço CC	E	121	4050	0101
Prevenção, contenção e mitigação da COVID 19	Serviço CC	E	246	4060	0101
Vespa Velutina	Serviço CC	E	246	4070	0101
Unidade de Mobilidade e Transportes		C			
Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	331	5010	0301
Outros Projectos Intern. âmbito da Mob. e Transp.	Serviço CC	E	331	5020	0301
Mobilidade Urbana e Sustentável em VDL	Serviço CC	E	331	5030	0301
Unidade Controlo e Gestão da Contratualização		C			
Assistência Técnica - Contratualização	Serviço CC	E	111	6010	0101
Assembleia Intermunicipal		C			
Assembleia Intermunicipal	Serviço CC	E	111	7010	0101

De facto, a contabilidade de gestão tem-se revelado importante, uma vez que permite à entidade dispor de melhor informação na gestão dos recursos ao seu dispor, de modo a administrar de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

De seguida divulga-se, informação acerca de cada serviço, dando cumprimento ao estipulado na NCP 27.

Programas	2023	2022	Var. Abs.
1 - Funções Gerais	1 499 490,14	1 712 100,78	-212 610,64
110 - Serviços gerais de administração pública	20 124,02	2 956,00	17 168,02
111 - Administração geral	504 192,73	814 900,75	-310 708,02
121 - Protecção civil e luta contra incêndios	975 173,39	894 244,03	80 929,36
2 - Funções Sociais	1 733 180,94	1 528 716,67	204 464,27
210 - Educação	594 771,24	326 143,62	268 627,62
232 - Acção social	315 839,65	55 350,01	260 489,64
242 - Ordenamento do território	598 350,05	731 401,23	-133 051,18
246 - Protecção meio ambiente e conservação da natureza	201 261,60	239 054,11	-37 792,51
251 - Cultura	22 958,40	176 767,70	-153 809,30
3 - Funções Económicas	7 128 971,40	4 726 642,75	2 402 328,65
320 - Indústria e energia	0,00	1 366,53	-1 366,53
331 - Transportes rodoviários	6 098 292,06	4 316 533,84	1 781 758,22
340 - Comércio e turismo	202 448,30	119 892,41	82 555,89
342 - Turismo	828 231,04	288 849,97	539 381,07
4 - Outras Funções	0,00	322 036,61	-322 036,61
420 - Transferências entre administrações	0,00	322 036,61	-322 036,61
TOTAL	10 361 642,48	8 289 496,81	2 072 145,67

Do quadro anterior salienta-se, o peso das Funções Económicas, que representam 68,80% do total dos gastos, sendo resultado, na sua maioria, das atividades exercidas ao abrigo da delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, com um gasto de aproximadamente 7,1 milhões de euros.

As Funções Sociais representam 16,73% do total dos gastos e apresentam cerca de 1,7 milhões de euros. As rubricas que mais contribuíram, foram o Ordenamento do Território e a Educação, esta última oriunda da implementação do projeto da Promoção do Sucesso Educativo.

Se analisarmos as Funções Gerais concluímos que representam 14,47% dos gastos totais, sendo que este grupo integra a organização e gestão interna e os seus serviços de apoio nomeadamente, a área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos, informáticos e a manutenção e conservação de edifícios considerados nesta função, bem como a gestão das Brigadas de Sapadores Florestais e de projetos relacionados com a Protecção Civil (LIFE Landscape, LIFE Nieblas), com um gasto total de aproximadamente 1,5 milhões de euros.

Face ao período homólogo, verificou-se um decréscimo de gastos nas Funções Gerais, com especial enfoque na rubrica da Administração Geral, de 310.708,02€ e nas Outras Funções, de 322.036,61€, esta última pelo facto de se ter concluído a empreitada da requalificação da ligação da EN 329-1 a Germil executada ao abrigo do Contrato Interadministrativo celebrado com os municípios de Mangualde e Penalva do Castelo.

Consequentemente a todos aqueles aspetos verifica-se a necessidade da produção de uma nova norma de controlo de interno, da qual não se pode dissociar a elaboração e acompanhamento do Plano de prevenção de riscos de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesses, cujo documento foi devidamente atualizado e aprovado pelo órgão competente na reunião do Conselho Intermunicipal de 29/11/2022.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento, como analisa a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

5.1 - ANÁLISE PATRIMONIAL

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Antes iremos passar à análise das rubricas de balanço e de demonstração de resultados, seguida da análise orçamental, no que concerne, também, à comparação com o período homólogo do ano anterior.

BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023		
RUBRICAS	SNC-AP	SNC-AP
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	6 501 930,52 €	5 418 427,02 €
Propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	251 880,38 €	0,00 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €
Participações financeiras	0,00 €	0,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos	0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	0,00 €	0,00 €
	6 753 810,90 €	5 418 427,02 €
Ativo corrente		
Inventários	10 969,36 €	11 229,62 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	411 181,86 €	434 890,73 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	543 875,44 €	554 341,88 €
Estado e outros entes públicos	0,00 €	3 370,84 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	4 091 544,05 €	2 750 305,36 €
Diferimentos	1 326,74 €	11 322,83 €
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	3 639 408,38 €	4 428 397,79 €
	8 698 305,83 €	8 193 859,05 €
Total do Ativo	15 452 116,73 €	13 612 286,07 €

PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	603 183,85 €	603 183,85 €
Ações (quotas) próprias	0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão	0,00 €	0,00 €
Reservas	320 579,14 €	296 180,14 €
Resultados transitados	895 016,46 €	392 683,89 €
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido	4 407 822,31 €	3 663 918,67 €
Resultado líquido do período	226 194,68 €	487 979,90 €
Dividendos antecipados	0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam	0,00 €	0,00 €
Total do Património Líquido	6 452 796,44 €	5 443 946,45 €
Passivo não corrente		
Provisões	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	670 609,29 €	578 673,85 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	1 768 319,56 €	1 501 428,34 €
Passivos por impostos diferidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	2 967,21 €	2 967,21 €
	2 441 896,06 €	2 083 069,40 €
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	140 657,16 €	161 532,67 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	52,50 €	52,50 €
Estado e outros entes públicos	34 287,08 €	27 744,96 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €	400 691,71 €
Outras contas a pagar	1 690 978,96 €	1 774 596,38 €
Diferimentos	4 691 448,53 €	3 720 652,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	6 557 424,23 €	6 085 270,22 €
Total do Passivo	8 999 320,29 €	8 168 339,62 €
Total do Património Líquido e Passivo	15 452 116,73 €	13 612 286,07 €

Pela análise do balanço, com referência a 31/12/2023, convém destacar as seguintes situações:

O Ativo não corrente incorpora os ativos em curso do domínio público e outros ativos fixos tangíveis e intangíveis do domínio privado, sendo que, o aumento verificado de cerca de 25%, face ao ano de 2022, resulta do seguinte:

- **Ativos Fixos Tangíveis - Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural**

O aumento verificado na rubrica dos bens de domínio público em curso (788.520,11€), face ao ano de 2022, deveu-se, exclusivamente, à continuidade da execução das obras relacionadas com a requalificação da antiga Linha do Vouga em Ecopista do Vouga, uma vez que na sequência da conclusão dos trabalhos relacionados com a aquisição e instalação da Sinalética Turística a implementar em Viseu Dão Lafões e da Sinalética turística nas zonas afetadas pelos incêndios 2017, e consequente elaboração dos Autos de Receção Provisória, procedeu-se à respetiva transferência.

Não obstante, nesta fase, e após conhecimento real da natureza dos equipamentos efetivamente instalados, reconsideraram-se os critérios inicialmente utilizados para o enquadramento deste último investimento no domínio público (estradas e caminhos municipais e os bens do domínio público hídrico), tendo, portanto, sido transferido, após a conclusão dos trabalhos, o respetivo montante para uma conta de ativos fixos tangíveis – domínio privado, considerada a mais adequada ao tipo de investimento.

- **Ativos Fixos Tangíveis – Outros ativos fixos tangíveis**

O aumento verificado nestes ativos (1.524.302,72€), face ao ano de 2022 incidiu nas rubricas do equipamento básico, do equipamento de transporte, de equipamento administrativo e outros, resultante, essencialmente, de:

- ✓ Aquisição e instalação de Sondas Capacitivas de Humidade do Solo, no âmbito do projeto “ClimAlert”;
- ✓ Aquisição do sistema público de bicicletas partilhadas no âmbito do projeto “Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões- PAMUS”.

- **Ativos Intangíveis**

O aumento verificado nestes ativos, face ao ano de 2022, está relacionado exclusivamente com o desenvolvimento de plataformas, designadamente:

- ✓ Aquisição de plataforma de dados de mobilidade de pessoas e veículos para a implementação da “Plataforma Territorial de Gestão da Mobilidade”, de plataforma de mobilidade integrada para o cidadão – SmartMobility e de plataforma de indicadores de mobilidade sustentável no âmbito do projeto de “Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões - PAMUS”.

O ativo corrente apresenta um ligeiro aumento de 6,16%, sendo as variações mais significativas nas rubricas “Outras contas a receber”, nos moldes a seguir descritos:

- **Clientes, contribuintes e utentes**

Esta rubrica continua a respeitar, na sua maioria, a dívidas dos municípios associados quer, por um lado, por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos intermunicipais/contratos interadministrativos por parte da CIM e da gestão dos projetos desenvolvidos no âmbito da delegação de competências da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais, em diversos domínios, nomeadamente, Mobilidade e Transportes, sendo que, em 2023, se verificou um decréscimo pouco significativo na mesma (cerca de 2%), face ao ano de 2022.

- **Outras contas a receber**

As contas a receber respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das participações FEDER, FC e FSE, cujo aumento significativo face ao período homólogo, de cerca de 49%, resulta sobretudo do facto de se terem concluído diversos projetos no âmbito do Portugal 2020, por força do encerramento do Programa em 31/12/2023, sem que os pagamentos do respetivo cofinanciamento tivesse sido efetuado por parte das entidades competentes, por um lado, pelos atrasos na respetiva validação de alguns pedidos de pagamento de reembolso e, por outro lado, pela submissão de pedidos de pagamento de saldo final apenas no final do ano ou início de 2024, com especial relevo financeiro o projeto da “Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS”.

- **Diferimentos**

De referir que o montante dos diferimentos constantes do ativo corrente é respeitante a seguros já liquidados cujo custo deve ser diferido, pois o período de vigência dos mesmos inclui anos seguintes.

- **Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis**

O montante expresso nesta rubrica resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento, aquando da homologação dos contratos, respeitantes às candidaturas “Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões”, “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”, “SAMA” e “Sistema Integrado de Videovigilância”, à semelhança do registado no ano de 2022, com um decréscimo de apenas 5,45%.

- **Caixa e depósitos**

O decréscimo do saldo verificado nesta conta (-17,82%), face ao período homólogo, resulta essencialmente dos pagamentos efetuados e relacionados com as despesas de vários projetos financiados cuja receita não foi arrecadada, nomeadamente projeto da “Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS”, com grande impacto financeiro, de forma a dar cumprimento à data de conclusão do projeto e simultaneamente do Programa (ambas a 31/12/2023).

O património líquido cresce cerca de 18,53%, com especial enfoque nos “Resultados Transitados” e nas “Outras variações no Património Líquido”, resultando este último, claramente, do ativo “Requalificação da antiga Linha do Vouga em Ecopista do Vouga”.

De referir que no valor da conta “Resultados Transitados” para além de estar contemplado a transição de resultados do ano anterior, volta a estar registado mais uma nota de crédito (NC) emitida por um fornecedor de bens para combater os efeitos do surto de COVID-19, no ano de 2023, ainda na sequência da regularização do previsto no despacho do SEAAF n.º 450/2020.XXII de 27 de novembro e nos termos previstos no CIVA e explicitados no Ofício Circulado n.º 30222 de 25/05/2020, uma vez que, conforme já explicado nas prestações de contas anteriores, na contabilidade pública, e porque existe sempre uma conexão obrigatória e direta da despesa com o respetivo compromisso, caso esse mesmo compromisso não transite de ano, económico e orçamental, o processo de despesa fica encerrado, pelo que as mesmas têm que ser lançadas na CIM como uma receita, através do mecanismo de Reposições Não Abatidas aos Pagamentos.

Quanto ao passivo, verifica-se um acréscimo de 17,23% no passivo não corrente e um acréscimo de 7,76% no passivo corrente, face ao ano anterior, estruturado da seguinte forma:

- **Financiamentos obtidos**

O montante refletido nesta rubrica respeita ao valor do apoio financeiro aprovado no âmbito do Regime Geral dos Financiamentos do Turismo de Portugal I.P. para a requalificação da antiga linha do Vouga em Ecopista do Vouga.

- **Diferimentos**

Os montantes refletidos nos diferimentos do passivo dizem respeito aos subsídios de investimento que têm condições e que se encontram separados por passivo não corrente (a reconhecer a mais de 12 meses) e passivo corrente (a reconhecer até 12 meses).

- **Outras contas a pagar**

As contas a pagar respeitam, na sua quase totalidade, aos valores de cauções e de operações de tesouraria e retenções e descontos, contemplando, a título de exemplo, a verba recebida no âmbito da gestão do Programa da Recolha Bio onde a CIM assumiu um papel de Organismo Intermédio, sendo a transferência deste montante realizada para os municípios à medida que vão sendo validados os respetivos pedidos de pagamento, que embora este montante tenha sido superior ao do ano passado, em termos da conta 2729299 – outros devedores, houve uma redução dos acréscimos de gastos, dos valores que serão pagos em 2024, mas que diziam respeito ao ano económico de 2023, daí o ligeiro decréscimo verificado face ao ano de 2022, de cerca de 5%.

- **Fornecedores/Fornecedores de investimentos**

As rubricas “Fornecedores” e “Fornecedores de investimentos” respeitam a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços em que a CIM é executora no Portugal 2020, em Programas da Comissão Europeia ou no âmbito das competências delegadas na área dos transportes, verificando-se uma diminuição de 12,92% e 100%, respetivamente, comparando com o período homólogo, sendo esta última situação, justificada pelo pagamento de todas as faturas rececionadas no âmbito da execução da empreitada da Ecopista do Vouga, ainda no ano de 2023.

Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023		
RENDIMENTOS E GASTOS	31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	0,00 €	4 725,26 €
Vendas	349,04 €	3 986,08 €
Prestações de serviços e concessões	126 520,60 €	98 636,52 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 389 187,89 €	8 101 562,67 €
Variações nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-260,26 €	-5 175,33 €
Fornecimentos e serviços externos	-3 205 816,14 €	-2 769 325,50 €
Gastos com pessoal	-957 412,56 €	-937 156,58 €
Transferências e subsídios concedidos	-5 109 217,22 €	-4 093 450,11 €
Prestações sociais	0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	610,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos	1 079 377,79	565 501,27
Outros gastos	-313 936,10	-16 909,30
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 009 403,04 €	952 394,98 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-783 199,84 €	-464 539,65 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	226 203,20 €	487 855,33 €
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	174,80 €
Juros e gastos similares suportados	-8,52 €	-50,23 €
Resultado antes de impostos	226 194,68 €	487 979,90 €
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Resultado liquido do período	226 194,68 €	487 979,90 €
Resultado liquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe	0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam	0,00 €	0,00 €
	226 194,68 €	487 979,90 €

Passemos à análise do comportamento de algumas rubricas explicando os valores registados:

- **Impostos, contribuições e taxas**

O decréscimo registado de 100% em comparação com o ano anterior, prende-se exclusivamente com a reclassificação dos gastos que iam a esta conta em períodos homólogos, para uma conta mais adequada face à natureza dos mesmos, designadamente os resultantes do contrato de comodato assinado com a Direção Regional de Cultura do Norte e ao Turismo do Centro.

- **Vendas**

As vendas da CIM respeitam às quotizações dos assinantes da Revista Beira Alta, estando a diminuição do valor desta rubrica relacionado com o facto de em 2023 não terem sido produzidas novas edições da revista.

- **Prestações de serviços e concessões**

Desta rubrica constam as taxas que refletem o montante transferido para a CIM, pelas entidades adjudicatárias, relativas ao “Fee”, no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões, bem como os serviços de limpeza e gestão das faixas de combustível e os serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão prestados pela equipa de Sapadores Florestais da CIM, tendo sido estes últimos o motivo do aumento de cerca de 28%, face ao ano de 2022, fruto de um maior número de requisições por parte dos municípios.

Foi nesta conta que passaram a estar contemplados os serviços prestados à Direção Regional de Cultura do Norte e ao Turismo do Centro, no âmbito dos contratos de comodato celebrados, para fazer face às despesas com a água e a luz do edifício da Casa do Adro.

- **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

O custo das mercadorias vendidas respeita, na sua totalidade, às edições da Revista Beira Alta, estando a diminuição verificada face ao período homólogo justificada pelo referido no ponto das Vendas.

- **Fornecimentos e serviços externos**

O aumento nesta rubrica, de cerca 15,76%, deveu-se, por um lado, à aceleração da execução dos vários projetos financiados no Portugal 2020, cuja conclusão ocorreu no ano de 2023, por força do encerramento do Programa em 31/12/2023, nomeadamente “Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões”, “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”, “Formação para a Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local – SATDAP”, “+ igual Viseu Dão Lafões”, “Promoção do Espírito Empresarial – SAAC”, “Deteção e combate à

espécie exótica invasora Vespa velutina” e “Promoção do Sucesso Educativo” e, por outro lado, ao arranque efetivo e visível de projetos que tinham sido condicionados pelos últimos acontecimentos a nível económico e social, como a situação da pandemia de COVID-19 ou devido às condições meteorológicas adversas, designadamente “Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”, “MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga” e “LIFE Landscape Fire”. Estes serviços respeitam, na sua grande maioria, a serviços especializados por força da externalização de serviços nos projetos intermunicipais em que a CIM é promotora, podendo-se referir, a título de exemplo:

- ✓ Aquisição de serviços para a implementação do projeto de formação para a qualificação dos profissionais da administração pública local no âmbito do projeto “Formação para a Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local – SATDAP”;
- ✓ Aquisição de serviços para apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade, no âmbito da implementação da candidatura “+ igual Viseu Dão Lafões”
- ✓ Aquisição de serviços de conceção e desenvolvimento para o conceito de stand no âmbito da participação da CIM Viseu Dão Lafões na BTL 2023 e, consequente produção no âmbito da candidatura “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Aquisição de serviços de ações de formação em técnico de fogo controlado e operacional de queima;
- ✓ Aquisição de serviços de implementação do projeto de literacia financeira, “No Poupar está o Ganho”, no âmbito do início do novo projeto de Promoção do Sucesso Educativo a apresentar no Portugal 2030;
- ✓ Aquisição de serviços de coordenação técnica, acompanhamento, sensibilização e mobilidade no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPI”.
- ✓ Aquisição de serviços para o desenvolvimento e implementação de plano de meios, no âmbito da candidatura designada por “Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”;
- ✓ Aquisição de serviços de produção de documentário e vídeo promocional, no âmbito da candidatura “MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”
- ✓ Implementação de atividades de apoio técnico e científico, necessárias à operacionalização das ações previstas na candidatura “Detecção e Combate à

Espécie Exótica Invasora Vespa Velutina", de forma a promover a incorporação de conhecimento científico nas atividades de deteção, controlo e combate a esta espécie;

- ✓ Aquisição de serviços para implementação de atividades inseridas na candidatura "Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Promoção do Espírito Empresarial", centradas na capacitação de empreendedores e aceleração de novas empresas, na expansão do ecossistema VDL, no empreendedorismo em rede inteligente, entre outras;
- ✓ Aquisição de serviços de design e conceção da marca e dos suportes gráficos do "Sistema Público de Bicicletas Partilhadas" no âmbito do projeto de "Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões – PAMUS".

O restante respeita a despesas de funcionamento como seja: comunicações, eletricidade, combustíveis, material de escritório, serviços de cópia/impressão, contratos em regime de tarefa e avença, consumíveis e ferramentas/materiais para o funcionamento das Brigadas de Sapadores Florestais e para a manutenção da Ecopista do Dão, e materiais promocionais para implementação dos vários projetos financiados, de forma a dar cumprimento às regras de comunicação e divulgação dos respetivos apoios dos fundos da União Europeia (EU), de acordo com as orientações emanadas pelas entidades competentes e o inscrito nos Manuais e Guias de Informação e *Comunicação* para Beneficiários.

- **Gastos com pessoal**

Os gastos com pessoal respeitam às despesas com os encargos dos funcionários da CIM, sendo que o aumento verificado do ano de 2022 para 2023, foi pouco significativo, cerca de 2%, resultante do balanço de algumas saídas na Unidade de Proteção Civil com a contratação de 2 técnicos superiores para a ocupação de 1 posto de trabalho na Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização e na Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, bem como ao facto das posições remuneratórias dos trabalhadores da Administração Pública terem sido alteradas e valorizadas na sequência do Decreto-Lei n.º 84-F/2022 de 16 de dezembro e do Decreto-Lei n.º 108/2023 de 22 de novembro.

- **Gastos/reversões de depreciação e amortizações**

O aumento do valor de depreciação e amortização de cerca de 69%, face ao ano de 2022, é consequência do aumento dos ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos, durante o ano de 2023, com especial destaque para a instalação de Sondas Capacitativas de Humidade do Solo, no âmbito do projeto "ClimAlert", para o sistema público de bicicletas partilhadas e para o desenvolvimento da plataforma de dados de mobilidade de pessoas e veículos para a implementação da "Plataforma Territorial de Gestão da Mobilidade", da plataforma de mobilidade integrada para o cidadão – SmartMobility e

da plataforma de indicadores de mobilidade sustentável, no âmbito do projeto de “Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões – PAMUS”.

- **Transferências e subsídios concedidos**

As transferências e subsídios correntes concedidos, estão diretamente ligados ao Acordo de Implementação das Ações de Redução Tarifária Enquadradas no Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) celebrado entre a CIM e os operadores prestadores destes serviços, ao Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), ao Acordo de Financiamento celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e aos vários despachos emitidos, durante o ano de 2023, respeitantes ao reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros, e embora, em termos orçamentais, o valor dessas transferências tenha sido muito semelhante ao do ano de 2022, o aumento verificado nesta rubrica (cerca de 25%), face ao período homólogo, é reflexo da aplicação do princípio do acréscimo, demonstrando, assim, a efetiva realização do exercício económico de 2023.

- **Transferências e subsídios obtidos**

O valor desta rubrica resulta dos montantes FSE, FC e FEDER recebidos por força dos projetos intermunicipais em que a CIM Viseu Dão Lafões é beneficiária, no âmbito do Portugal 2020 e outros Programas Comunitários, das competências próprias e delegadas enquanto Autoridade de Transportes, bem como dos Protocolos celebrados com os municípios associados no âmbito da execução desses projetos, cujo aumento verificado (cerca de 16%), face ao ano de 2022, reflete a efetiva realização do exercício económico de 2023, por força da aplicação do princípio do acréscimo.

Nos rendimentos do exercício temos, especificamente, com maior impacto no aumento verificado, em comparação com o ano de 2022, a imputação dos subsídios ao investimento, de acordo com os procedimentos que uma entidade deve aplicar na contabilização e divulgação de subsídios e apoios, definidos na NCRF 22 e, outras correções de exercícios anteriores correspondentes, essencialmente, a:

- Acertos finais do Défice de Exploração dos anos de 2021 e 2022 (NC emitidas pelos operadores) derivados, por um lado, de estimativas iniciais a pagar aos operadores superiores ao efetivamente executado por estes, e, por outro lado, resultante dos apoios concedidos pelo Governo, ao setor dos transportes públicos de passageiros, com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2021, de 18 novembro de 2011 e n.º 147/2022, de 29 de dezembro 2022.

Nos outros gastos, estão, igualmente, correções efetuadas relativas ao exercício anterior, relativas ao valor do Défice de Exploração de 2022 que havia sido acrescido no encerramento das contas do ano transato e cujas faturas foram rececionadas durante o exercício corrente, justificando o aumento substancial desta rubrica.

Resultados

A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões encerrou o ano de 2023 com um resultado líquido de 226.194,68€.

RESULTADOS	2023	2022	Δ face período homólogo
<i>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</i>	226 194,68 €	487 979,90 €	-261 785,22 €

Proposta de Aplicação de Resultados

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de 226.194,68€, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 11.309,73€ correspondente a 5% do resultado líquido;
- Que o remanescente seja transferido para os resultados transitados – 214.884,95€.

5.2 - ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise efetuada no ponto anterior (lógica patrimonial) utilizou uma abordagem de “acrécimo”, isto é, considera os gastos incorridos e os rendimentos obtidos no ano de 2023, independentemente do ano em que ocorre o seu pagamento ou o seu recebimento. A execução orçamental que se passa a fazer, baseia-se, no essencial, numa abordagem de fluxos de caixa ou de tesouraria (receita cobrada e despesa paga).

Receita

A receita total cobrada em 2023, ascendeu a 15.092.494,68€, sendo, na sua quase totalidade respeitante a receitas correntes, como se pode ler no quadro seguinte:

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS	RECEITA P/COBRAR FINAL DO PERÍODO	% EXECUÇÃO
	Receitas correntes				
R03	Taxas, multas e outras penalidades	750,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R04	Rendimentos da propriedade	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R05111	Administração Central - Estado Português	3 510 392,59 €	1 654 525,10 €	9 840,99 €	47,13%
R05112	Administração Central - Outras entidades	3 701 051,78 €	5 333 244,15 €	0,00 €	144,10%
R05115	Administração Local	2 499 092,40 €	2 296 256,77 €	384 119,08 €	91,88%
R0513	Outras	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R06	Venda de bens e serviços	172 716,00 €	171 838,75 €	41 429,35 €	99,49%
R07	Outras receitas correntes	600,00 €	16 451,57 €	2 105,38 €	2741,93%
	Receitas capital				
R09111	Administração Central - Estado Português	1 722 339,77 €	786 510,92 €	0,00 €	45,67%
R09112	Administração Central - Outras entidades	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R09115	Administração Local	660 177,51 €	756 508,54 €	122 591,63 €	114,59%
R10	Outras receitas de capital de capital	300,00 €	20 247,00 €	0,00 €	6749,00%
R13	Receita com passivos financeiros	166 498,00 €	91 935,44 €	0,00 €	55,22%
	Outras receitas				
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00 €	283 019,04 €	0,00 €	141509,52%
R14	Saldo ga gerência anterior - operações orçamentais	3 681 957,40 €	3 681 957,40 €	0,00 €	100,00%
	Total Receitas Correntes	9 884 702,77 €	9 472 316,34 €	437 494,80 €	95,83%
	Total Receitas Capital	2 549 415,28 €	1 655 201,90 €	122 591,63 €	64,92%
	Total Outras Receitas	3 682 157,40 €	3 964 976,44 €	0,00 €	107,68%
	Total	16 116 275,45 €	15 092 494,68 €	560 086,43 €	93,65%

A receita total corrente cobrada face à receita corrigida teve uma execução de 95,83% e a receita total de capital cobrada apresenta uma execução de 64,92% face à receita de capital corrigida, sendo que a receita por cobrar no final do período, conforme se pode observar, respeita maioritariamente aos montantes a receber dos municípios associados relativos à execução de protocolos/contratos interadministrativos, situação esta derivada, essencialmente, na parte corrente, pelo Acordo de Financiamento da delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e o Financiamento das competências próprias da CIM enquanto Autoridade de Transportes e, na parte de capital, pelos trabalhos complementares da empreitada da Ecopista do Vouga e ações faturadas no âmbito do protocolo relativo ao projeto “Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões”.

No que respeita, especificamente, ao grau de execução das transferências de capital dos municípios, de 114,59%, este resulta do facto de a previsão corrigida ter sido subestimada em orçamento, no que respeita ao valor a cobrar/arrecadar no âmbito da execução da Ecopista do Vouga, nomeadamente, de trabalhos complementares, face ao efetivamente cobrado/arrecado.

No que respeita à diferença verificada na previsão das transferências correntes e de capital a receber no âmbito dos projetos cofinanciados comparativamente ao efetivamente arrecadado, a mesma é justificada, por um lado, pelo facto do Programa Portugal 2020 ter encerrado a 31/12/2023, fazendo com que os pedidos de pagamento de reembolso e saldos finais submetidos dos vários projetos, não fossem validados e pagos pelas entidades competentes, nesse prazo, fruto do elevado número de tarefas nos respetivos PO, nomeadamente dos projetos “Sistema de Informação Cadastral Simplificado”, “Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Promoção do Espírito Empresarial”, +Igual Viseu Dão Lafões”, Assistência Técnica 2022/2023”, “Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões – PAMUS” e “Formação para a

Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local – SATDAP” e, por outro lado, o arranque tardio de algumas ações de projetos que tiveram no final do ano de ser reprogramados para 2024, em virtude dos inúmeros constrangimentos na sua implementação e já referidos anteriormente neste relatório, designadamente, “Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”, “MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”. Acresce, ainda, a previsão dos 5% retidos nos pedidos de pagamento de saldo final de vários projetos, já concluídos em anos anteriores, para os quais ainda não se efetivou a respetiva libertação, pelo atraso verificado nas entidades competentes para a validação dos relatórios finais submetidos pela CIM.

De referir que o grau execução da rubrica “Serviços específicos das autarquias” (Vendas de bens e Serviços), de 99,49%, em relação aos 69,45% do ano de 2022, é justificado com o aumento da receita cobrada/arrecadada pelos serviços prestados de limpeza e gestão das faixas de combustível, que se deve ao maior número de requisições e solicitações por parte dos municípios, tendo a receita relativa ao “Fee”, no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões, se mantido muito semelhante à arrecadada no período homólogo.

Por fim, comparando o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram uma diminuição de cerca de 16%, com maior enfoque para as transferências dos fundos comunitários, pelos motivos anteriormente dispostos. As receitas de capital registaram, igualmente, uma diminuição, sendo que neste caso é, também, justificável pela conclusão de outros projetos ainda no ano de 2022, empreitada da EM 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo e a implementação das Torres de Videovigilância e dos Centros de Monitorização Remota (CMRs).

Despesa

A despesa total paga em 2023, ascendeu a 12.737.148,21€, dos quais 10.170.868,16€ de despesas correntes e 2.566.280,05€ de despesas de capital. Podemos observar no quadro abaixo a execução orçamental do ano de 2023.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	% EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES					
D011	Remunerações Certas e Permanentes	981 678,00 €	740 891,70 €	13 234,81 €	75,472%
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	39 600,00 €	15 624,86 €	36,69 €	39,457%
D013	Segurança Social	262 274,00 €	222 257,04 €	11 684,25 €	84,742%
D02	Aquisição de bens e serviços	4 326 783,66 €	3 292 708,99 €	133 530,37 €	76,101%
D03	Juros e outros encargos	1 000,00 €	5,00 €	0,00 €	0,500%
D04115	Administração Local	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D0412	Entidades do sector não lucrativo	73 800,00 €	51 283,00 €	0,00 €	69,489%
D0413	Famílias	7 473 962,58 €	5 837 099,33 €	141,84 €	78,099%
D0414	Outras	6 750,00 €	5 400,00 €	0,00 €	80,000%
D042	Subsídios correntes	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D05	Outras despesas correntes	13 550,00 €	5 598,24 €	0,00 €	41,315%
Sub Total		13 179 998,24 €	10 170 868,16 €	158 627,96 €	77,169%
DESPESAS CAPITAL					
D06	Aquisição de bens capital	2 935 227,21 €	2 566 280,05 €	7 164,90 €	87,430%
D07115	Administração Local	450,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D08	Outras despesas de capital	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D10	Despesa com passivos financeiros	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
Sub Total		2 936 277,21 €	2 566 280,05 €	7 164,90 €	87,399%
Total		16 116 275,45 €	12 737 148,21 €	165 792,86 €	79,033%

Comparando a estrutura do orçamento final com o da sua efetiva realização, e no que se refere aos desvios na execução, confrontando a execução das grandes opções do plano, estes são facilmente justificados na sua maioria, pelas seguintes razões:

- A dotação prevista no orçamento inicial para o projeto da gestão da Ecopista do Dão teve como suporte documental o Plano de Atividades de 2023, aprovado pelos municípios envolvidos, e cujas ações/atividades a desenvolver têm por base valores estimados, sendo que, as mesmas podem ou não se concretizar, dependendo das necessidades que vão surgindo no decorrer do ano;
- Calendarização e repartição anual desajustada dos projetos aprovados no ano de 2023, por força dos atrasos na sua aprovação, designadamente, do projeto “STOPWASTE”;
- Embora a 1ª fase dos trabalhos previstos no âmbito do projeto para a elaboração do Plano de Ecovias para a região Dão Lafões tivesse sido concluída, ainda, no ano de 2023, a fatura foi apenas emitida, pelo fornecedor, no início de 2024;
- Previsão da execução dos Planos Municipais de ação climática no decorrer de 2023, no entanto a adjudicação da contratação dos serviços, para a sua elaboração, ocorreu no último trimestre de 2023.

Para além das situações atrás descritas, é na GOP da Autoridade de Transportes – Viseu Dão Lafões que se verifica o maior diferencial, no que respeita à execução orçamental da despesa, motivado pelas seguintes circunstâncias:

- ✓ Compromissos assumidos do projeto “Regime Transitório (RJSPTP)”, relativos ao último trimestre dos contratos de 2023 e que, por precaução, não foram faturados pelos operadores, uma vez que os mesmos foram beneficiados, ao

abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2023, de 3 de maio do apoio extraordinário e excecional com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível, tendo a CIM de efetuar primeiramente o apuramento efetivo do Défice de Exploração do ano de 2023, para poder proceder ao encerramento dessas contas;

- ✓ Os contratos celebrados no ano de 2023 e transitados do ano anterior no âmbito do projeto da Rede de Transporte Flexível (IR e VIR), não foram executados de acordo com as necessidades previstas, tendo sido, ainda, revogados alguns desses contratos por iniciativa dos taxistas, por não terem disponibilidade para efetuar os serviços ou por encerramento da atividade/empresa.

Todos os factos acima enumerados, condicionaram as expetativas da execução destas atividades, logo a execução das grandes opções do plano.

Não obstante, relativamente ao período homólogo, não se verificam oscilações no total da despesa paga (-0,5%), sendo que a despesa corrente paga em 2023 reporta-se essencialmente a pagamentos com aquisição de bens e serviços (3.292.708,99€), despesas com pessoal (978.773,60€), transferências correntes (5.893.782,33€) e que despesa de capital diz respeito basicamente a pagamentos com aquisição de bens e capital (2.566.280,05€), cujas taxas de execução, face ao estimado nas dotações, ascenderam a 77,17% e a 87,40%, respetivamente.

Despesas de Investimento

O investimento orçado para o ano de 2023 foi de 2.935.227,21€ e o montante executado ascendeu a 2.566.280,05€, correspondendo a uma taxa de execução de 87,43%, sendo que esta diferença, resulta, essencialmente, da não concretização da despesa estimada para a revisão de preços definitiva da empreitada com a requalificação da Ecopista do Vouga, bem como do facto dos valores de adjudicação dos procedimentos de contratação pública para “Aquisição de plataforma de dados de mobilidade de pessoas e veículos para a implementação da “Plataforma Territorial de Gestão da Mobilidade” e “Aquisição do sistema público de bicicletas partilhadas no âmbito do projeto “Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões-PAMUS” terem ficado abaixo dos valores base postos a concurso.

No quadro abaixo podemos visualizar o acima aludido, assim como, analisar as rubricas de aquisição de bens de capital e o respetivo valor.

CLASS.	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	% EXECUÇÃO ANUAL
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO				
07.	Aquisição de Bens de Capital			
070104	Construções diversas	1 464 781,14 €	1 220 503,58 €	83,323%
070106	Material de transporte	200,00 €	0,00 €	0,000%
070107	Equipamento de informática	15 679,64 €	12 182,06 €	77,693%
070108	Software informático	343 711,00 €	289 068,24 €	84,102%
070109	Equipamento administrativo	6 000,00 €	833,94 €	13,899%
070110	Equipamento básico	1 104 505,43 €	1 043 692,23 €	94,494%
070115	Outros investimentos	50,00 €	0,00 €	0,000%
070303	Outras construções e infraestruturas	300,00 €	0,00 €	0,000%
	Total	2 935 227,21 €	2 566 280,05 €	87,43%

De referir que relativamente ao período homólogo, verifica-se que a diminuição de 28,15% no total da despesa de capital paga, está relacionada, especialmente, com a execução da empreitada da Ecopista do Vouga, cujo investimento com maior impacto financeiro em função da natureza dos trabalhos executados foi efetuado, em grande parte, no ano de 2022, bem como com a conclusão da implementação do projeto “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra” e da empreitada da “EM 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo”.

Fluxos de Caixa: Final da Gerência de 2023

O mapa resumo dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como, as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se, por um lado, a retenções que a CIM fez relativas a IRS e Segurança Social, sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades de acordo com os prazos legais estipulados e, por outro lado, a retenções de caucões por força de contratos de prestação de serviços.

Pela análise do quadro abaixo, podemos ainda confirmar o saldo final da gerência do ano de 2023 (Execução Orçamental), o qual totaliza 2.355.346,47€.

RUBRICAS	Período
	31/12/2023
RECEBIMENTOS	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	
Recebimento de clientes	171 838,75 €
Recebimento de transferências e subsídios correntes	9 284 026,02 €
Outros recebimentos	5 574 543,17 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento	
Subsídios ao investimento	272 398,92 €
Transferências de capital	1 270 620,54 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital	112 182,44 €
TOTAL	16 685 609,84 €
PAGAMENTOS	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	
Pagamentos a fornecedores	9 247 909,18 €
Pagamentos ao pessoal	552 054,30 €
Outros pagamentos	5 108 355,72 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento	
Ativos fixos tangíveis	2 277 211,81 €
Ativos fixos intangíveis	289 068,24 €
Juros e gastos similares	0,00 €
TOTAL	17 474 599,25 €
Varição de caixa e seus equivalentes	-788 989,41 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Saldo da gerência anterior	4 428 397,79 €
Da execução orçamental	3 681 957,40 €
De operações de tesouraria	746 440,39 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	
Saldo para a gerência seguinte	3 639 408,38 €
Da execução orçamental	2 355 346,47 €
De operações de tesouraria	1 284 061,91 €

ANEXOS



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Anexo às demonstrações financeiras e orçamentais do exercício de 2023

Demonstrações Financeiras

Balanço

Balanço em 31 de dezembro de 2023

Valores em €

Rubricas	Notas	SNC-AP	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	2; 5	6 501 930,52	5 418 427,02
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	2; 3	251 880,38	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		6 753 810,90	5 418 427,02
Ativo corrente		0,00	0,00
Inventários	2; 9; 10	10 969,36	11 229,62
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2; 9; 14	411 181,86	434 890,73
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	2; 9; 18	543 875,44	554 341,88
Estado e outros entes públicos	2; 23	0,00	3 370,84
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	2; 18	4 091 544,05	2 750 305,36
Diferimentos	2; 18	1 326,74	11 322,83
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1; 2	3 639 408,38	4 428 397,79
		8 698 305,83	8 193 859,05
Total do Ativo		15 452 116,73	13 612 286,07

Balanço em 31 de dezembro de 2023

Valores em €

Rubricas	Notas	SNC-AP	
		31/12/2023	31/12/2022
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	2; 23	603 183,85	603 183,85
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas	2; 23	320 579,14	296 180,14
Resultados transitados	2; 23	895 016,46	392 683,89
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido	2; 23	4 407 822,31	3 663 918,67
Resultado líquido do período	2; 23	226 194,68	487 979,90
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido		6 452 796,44	5 443 946,45
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	2; 18	670 609,29	578 673,85
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos	2; 18	1 768 319,56	1 501 428,34
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar		2 967,21	2 967,21
		2 441 896,06	2 083 069,40
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		0,00	0,00
Fornecedores	2; 18	140 657,16	161 532,67
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	2; 13; 18	52,50	52,50
Estado e outros entes públicos	2; 23	34 287,08	27 744,96
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	2; 18	0,00 €	400 691,71 €
Outras contas a pagar	2; 18	1 690 978,96	1 774 596,38
Diferimentos	2; 18	4 691 448,53	3 720 652,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		6 557 424,23	6 085 270,22
Total do Passivo		8 999 320,29	8 168 339,62
Total do património Líquido e Passivo		15 452 116,73	13 612 286,07

Demonstração de Resultados

Demonstração de resultados por natureza do período findo em em 31 de dezembro de 2023		Valores em €	
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	2; 13	0,00	4 725,26
Vendas	2; 13	349,04	3 986,08
Prestações de serviços e concessões	2; 13	126 520,60	98 636,52
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	2; 14	9 389 187,89	8 101 562,67
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2; 10	-260,26	-5 175,33
Fornecimentos e serviços externos	2; 23	-3 205 816,14	-2 769 325,50
Gastos com pessoal	2; 19	-957 412,56	-937 156,58
Transferências e subsídios concedidos	2; 18	-5 109 217,22	-4 093 450,11
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		610,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	2; 13; 14	1 079 377,79	565 501,27
Outros gastos	2; 23	-313 936,10	-16 909,30
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 009 403,04	952 394,98
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2; 3; 5	-783 199,84	-464 539,65
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		226 203,20	487 855,33
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	174,80
Juros e gastos similares suportados		-8,52	-50,23
Resultado antes de impostos		226 194,68	487 979,90
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		226 194,68	487 979,90
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
		226 194,68	487 979,90

Demonstração das alterações ao património líquido

Demonstração das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2023

Valores em €

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	603 183,85	0,00	0,00	0,00	296 180,14	392 683,89	0,00	0,00	3 663 918,67	487 979,90	5 443 946,45	0,00	5 443 946,45
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	743 903,64	0,00	743 903,64	0,00	743 903,64
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	24 399,00	14 352,67	0,00	0,00	0,00	0,00	38 751,67	0,00	38 751,67
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487 979,90	0,00	0,00	0,00	-487 979,90	0,00	0,00	0,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	24 399,00	502 332,57	0,00	0,00	743 903,64	-487 979,90	782 655,31	0,00	782 655,31
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226 194,68	226 194,68	0,00	226 194,68
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-261 785,22	1 008 849,99	0,00	1 008 849,99
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	603 183,85	0,00	0,00	0,00	320 579,14	895 016,46	0,00	0,00	4 407 822,31	226 194,68	6 452 796,44	0,00	6 452 796,44

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023		Valores em €	
Rubricas	Notas	Data	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	18	171 838,75	133 726,05
Recebimentos de contribuintes	18		
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 284 026,02	11 160 484,18
Recebimentos de utentes	18		
Pagamentos a fornecedores	18	- 9 247 909,18	- 9 700 291,49
Pagamentos ao pessoal	18	- 552 054,30	- 566 225,75
Pagamentos a contribuintes / Utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		-	-
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa gerada pelas operações		- 344 098,71	1 027 692,99
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		5 574 543,17	4 216 267,25
Outros pagamentos		- 5 108 355,72	- 5 936 196,12
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		122 088,74	- 692 235,88
Fluxos de Caixa das atividades investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5 e 18	- 2 277 211,81	- 530 025,63
Ativos intangíveis	3 e 18	- 289 068,24	609,88
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Transferências de capital		272 398,92	1 111 537,98
Juros e rendimentos similares		1 270 620,54	1 239 528,26
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 1 023 260,59	1 820 430,73
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	91 935,44	355 137,42
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		20 247,00	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares			29,23
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		112 182,44	355 108,19
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		- 788 989,41	1 483 303,04
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 428 397,79	2 945 094,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	3 639 408,38	4 428 397,79

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023

Valores em €

Rubricas	Notas	Data	
		31/12/2023	31/12/2022
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERENCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 428 397,79	2 945 094,75
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
Saldo da Gerência Anterior		4 428 397,79	2 945 094,75
De execução orçamental		3 681 957,40	2 410 677,25
De operações de tesouraria		746 440,39	534 417,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 639 408,38	4 428 397,79
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
Saldo da Gerência Seguinte	1	3 639 408,38	4 428 397,79
De execução orçamental		2 355 346,47	3 681 957,40
De operações de tesouraria		1 284 061,91	746 440,39



Nota 0 – Divulgação transitórias

Relativamente à transição para o SNC-AP, de seguida descreve-se o que foi efetuado nos últimos três anos, em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

a) Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados:

O impacto resultante da transição do anterior normativo (POCAL) para as NCP, não afetou significativamente, a posição financeira da CIM Viseu Dão Lafões, nem o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

b) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores:

O processo de reconciliação do património líquido, relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, foi feito de modo a assegurar o cumprimento das NCP, em particular as normas sobre os ativos tangíveis e intangíveis. Foi um processo, que permitiu pela primeira vez integrar diretamente, no sistema do património todas as imobilizações em curso.

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período:

Não aplicável em conformidade com o manual de implementação do sistema de normalização contabilística da Administração Pública.

d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o nota 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP):

Na sequência do disposto na alínea b) não foram desenvolvidos quaisquer procedimentos de reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura.

e) Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável):

Não aplicável a correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo o POCAL.

f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas:

Estas não são as primeiras declarações financeiras apresentadas de acordo com as NCP.

De referir que, na transição para o SNP foram efetuadas, num primeiro momento, a transição e classificação no sistema contabilístico das equivalências entre planos, a 31/12/2019, e, posteriormente, a transferência e reconversão de contas de acordo com o CC – Classificador Complementar, que configurou o Balanço de Abertura a 01/01/2020.

Nos investimentos em curso foram reconhecidas no SNP, todas as obras que cursaram de anos anteriores (POCAL – Conta 445).

Quanto aos subsídios ao investimento foram criados e recuperados todos os “Contratos de Subsídios ao Investimento”, com rendimentos ainda a diferir, assim como, a recuperação de rendimentos diferidos em anos POCAL, concretizando-se assim, nos últimos exercícios, o cálculo das amortizações dos subsídios ao investimento;

Procedeu-se ao desreconhecimento dos bens que não acarretam benefícios económicos para a CIM, nomeadamente licenças e softwares de computadores registados na conta “Programas de computador de informação”, nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis).

Por fim, o processo de reconciliação do Balanço de Abertura do SNC-AP a 01/01/2020, que derivou dos ajustamentos de transição do referencial contabilístico do POCAL a 31/12/2019 para o SNC-AP, teve como estratégia implementar o SNC-AP, mas com passos seguros e certos e não proceder a uma revolução, para à qual os recursos humanos e soluções tecnológicas pudessem não estar preparados, tendo, no nosso entendimento, essa decisão sido a mais acertada, permitindo que, à data de hoje, o SNC-AP se encontre implementado sem qualquer restrições.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1. Identificação da Entidade e Período de Relato

- a) Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM)
- b) Rua Dr. Ricardo Mota, 16, 3460-613 Tondela
- c) Não aplicável o código de classificação orgânica
- d) Regime Jurídico da Tutela Administrativa nos termos da Lei nº 27/96 de 01 de agosto
- e) No dia doze de março de dois mil e sete, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, constituíram entre si, uma Associação de Municípios de Fins Específicos com a denominação Associação de Municípios da Região Dão Lafões (AMRDL), que entretanto transformaram em Comunidade Intermunicipal (CIM) com a denominação Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, no dia 26 de novembro de dois mil e oito, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial, que corresponde à Unidade Territorial estatística de nível III (NUT III), Dão Lafões da Região Centro, nos termos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.

Em 2013, e com a entrada em vigor de nova legislação relativa às associações públicas de autarquias locais, designadamente a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a CIM assumiu a natureza de entidade intermunicipal e adotou a designação Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM Viseu Dão Lafões).

Posteriormente, e com a publicação da Lei nº 77/2015, de 29 de julho, que aprova o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente, impôs-se uma revisão dos estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, ajustando-os às novas competências dos órgãos da CIM em matéria de organização dos serviços.

- f) A CIM não desenvolve demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que não detém o controlo de qualquer entidade;
- g) Não aplicável a designação e sede da entidade de controlo intermédio;
- h) O período abrangido pelas demonstrações financeiras, compreende o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

- a) **Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de

Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 195/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística - AP, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da CIM Viseu Dão Lafões. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2020, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis para todas as rubricas das demonstrações financeiras.

c) Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2023	2022
Caixa	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	3 639 408,38 €	4 428 397,79 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Depósitos consignados	0,00 €	0,00 €
Total	3 639 408,38 €	4 428 397,79 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e são apresentadas em euros.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam o previsto na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras.

2.1.1 – Apresentação apropriada em conformidade com a SNC-AP

As demonstrações financeiras apresentadas são o espelho fiel dos efeitos das transações, acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Conceptual e nas NCP. A aplicação das NCP, com divulgações adicionais quando necessário, resulta em demonstrações financeiras que permitem uma apresentação apropriada.

2.1.2 – Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Na execução das operações, no decurso de 2023, e já no âmbito do SNC-AP, a promoção da informação comparativa nem sempre é possível, tendo em conta o critério das características da informação financeira custo/benefício, descrito na estrutura conceptual do SNC-AP, porém, a mesma consta nas notas às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Para além disso, no que se refere, concretamente, às participações em atraso de Municípios à Assembleia Distrital de Viseu, também constantes na relação patrimonial, no montante total de 1.306.049,89€, convém ressaltar, que ainda não foi efetuado o reconhecimento contabilístico, mantendo a política contabilística já adotada desde o exercício económico de 2015, não por se colocar em causa a transferência da universalidade desse direito para a CIM, mas sim atendendo aos critérios de mensuração aplicáveis no processo de cedência desses ativos devido ao grau de realização associados aos mesmos, tendo em conta a sua antiguidade e as posições/informações díspares e contraditórias dos Municípios seus associados, nomeadamente:

- ✓ O se ter verificado, após conciliação efetuada, não ter sido relevado na contabilidade da maioria dos Municípios esse montante em dívida;
- ✓ A legalidade desses créditos, uma vez que não foram aprovados os orçamentos anuais nem as contas da Assembleia Distrital de Viseu para os anos de 2000 e seguintes, não podendo, assim, considerar-se aprovada a fixação das contribuições de cada Município, que haveriam de ser inscritas nos respetivos orçamentos anuais, na estrita medida (subsidiariamente) do necessário para a cobertura de despesas previstas e orçamentadas, sendo que depois com a entrada em vigor do POCAL (1999/2000) as receitas não podem ser liquidadas e cobradas se não constarem do orçamento.
- ✓ Não existem contas da ADV desde 1999, nem suportes contabilísticos e extratos de conta conforme exigido pelos pontos 2.8.2.3; 2.8.2.4 do POCAL e pelo artigo 3º do Decreto Regulamentar 92/C-84 de 28/12.
- ✓ Em concreto, procedendo-se à análise da regularidade técnica e contabilística dos aludidos saldos, documentos de suporte e documentos de prestações de contas da ADV, através de verificações diretas e indiretas, foi possível apurar que:

No âmbito do regime contabilístico vigente até 31 de dezembro de 1999:

- a) Não foi respeitado o estabelecido no art.º 2.º do Decreto-Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de dezembro, sob a epígrafe “Registos contabilísticos” que determinava que as operações de contabilidade são registadas em documentos cujo conteúdo mínimo obrigatório consta dos anexos a este diploma.
- b) Não foram emitidos, nem constavam dos documentos de prestação de contas (anexa-se documento integral do último relatório e contas aprovado), respetivamente, conforme estabelecia o art.º 3.º do mesmo diploma, os documentos obrigatórios da receita eventual e da receita virtual, designadamente:
 - i. Guia da receita (anexo I);
 - ii. Conta corrente da receita (anexo II);
 - iii. Diário da receita (anexo III);

No âmbito do regime contabilístico vigente a partir de 1 de janeiro de 2000 - POCAL:

- a) Igualmente o POCAL prevê documentos e mapas obrigatórios, os quais não foram igualmente emitidos, designadamente estabelece o ponto 2.8.2.3 do POCAL que são documentos obrigatórios de suporte ao registo das operações relativas às receitas, nomeadamente a Guia de recebimento (SC-1);
- b) Não foi igualmente cumprido o ponto 2.8.2.4, também do POCAL que estabelece que os documentos referidos ponto 2.8.2.3. são objeto de registo contabilístico nos seguintes livros de escrituração permanente: Diário; Razão; Folha de caixa (SC-8); Resumo diário de tesouraria, sem prejuízo do estabelecido no ponto 2.8.2.7 do POCAL que determina que as autarquias locais, como é o caso da Assembleia Distrital, cujas contas são dispensadas de remessa ao Tribunal de Contas, não utilizam o Diário, o Razão, os balancetes e o balanço, devendo antes adotar os seguintes livros de escrituração permanente, que também não foram emitidos:
 - (i) Conta corrente da receita (SC-10);
 - (ii) Conta corrente da despesa (SC-11);
 - (iii) Conta corrente com instituições de crédito (SC-12);
 - (iv) Conta corrente de entidades (SC-13);
 - (v) Diário de entidades (SC-14);
 - (vi) Conta corrente de operações de tesouraria (SC-15);
 - (vii) Conta corrente de contas de ordem (SC-16)
- c) Constatou-se que não foram elaboradas nem esboçadas contas nos termos descritos entre o exercício 2000 e 2015.
- d) Evidenciou-se, ainda, que tal como acontecia no regime anterior, não eram emitidas guias de receita nem era elaborada a Conta corrente da receita (SC-10) e Conta corrente de entidades (SC-13).
- e) Não foi cumprido o ponto 4.3.1 do POCAL que determina, como o anterior regime já fazia, que as dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, os quais, como se viu, no caso em apreço, não existiam.

Acresce, ainda, que em 5 de dezembro de 2016 reuniu a Assembleia Distrital de Viseu, visando aclarar a universalidade transmitida, em particular os créditos sobre os municípios, não tendo, ainda, na aludida sessão, sido possível deliberar sobre esta matéria, tendo sido proposto solicitar um conjunto de pareceres, junto de entidades, para obter o entendimento destas sobre esta matéria.



Neste contexto, foi rececionado um entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), por via de um pedido de parecer formulado à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), e que esta entidade o remeteu à CNC, por ser esta a única entidade a quem compete a normalização contabilística em Portugal e a quem compete, nos termos do art.º 3.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 134/2012 de 29 de junho a emissão “de orientações e a apreciação de questões que lhe sejam apresentadas no domínio do Plano Oficial de Contabilidade Pública e dos planos setoriais, enquanto estes se mantiverem em vigor.”

Assim, a Comissão de Normalização Contabilística referiu, no seu entendimento, e que transcrevemos, “(...) não havendo firme entendimento de se estar perante um direito a efetivamente receber os ativos, tais ativos não deverão ser reconhecidos na contabilidade da entidade, enquanto se mantiver as dúvidas expressas, devendo por isso manter-se a política contabilística até aqui adotada de divulgação em anexo como ativo contingente, sem prejuízo dos critérios a cumprir para o reconhecimento como ativo contingente”.

Convém salientar, ainda, que no decurso do ano de 2018 foram encetados novos esforços para a resolução deste processo, sendo que após a reunião na Secretaria de Estado das Autarquias Locais, foi solicitado um parecer aos Serviços Jurídicos do Ministério da Administração Interna, porém este também sem resposta.

Aqui chegados, perante a ausência de respostas esclarecedoras por parte das entidades tutelares que permitissem sustentar uma conclusão jurídica segura, quanto à exigibilidade dos referidos créditos, o Conselho Intermunicipal, em reunião realizada no dia 12/03/2019, deliberou o seguinte:

- A. Que seja ordenado ao secretariado executivo da CIM Viseu Dão Lafões que encete imediatamente as diligências necessárias à interpelação extrajudicial dos municípios que constam como devedores no mapa anexo à deliberação de 3 de novembro de 2014 da Assembleia Distrital de Viseu, inquirindo sobre os montantes atuais em dívida e propostas de pagamento;
- B. Que, em caso de frustração das diligências referidas na deliberação anterior, o secretariado executivo promova o desencadeamento dos procedimentos judiciais tendentes à definição jurídica plena da exigibilidade dos saldos constantes do referido mapa;
- C. Que, em matéria de política contabilística e no que concerne ao não reconhecimento contabilístico das referidas contribuições ou saldos devedores, se mantenham os critérios adotados nas contas dos exercícios anteriores, até que se obtenha decisão jurisdicional transitada em julgado sobre a matéria.

Neste contexto, durante o ano de 2020, foram desenvolvidas todas as diligências como seja a interpelação extrajudicial dos municípios associados da Assembleia Distrital de Viseu, que constam como devedores, estando este processo já encerrado, e da qual resultou a não aceitação de quaisquer créditos pela generalidade dos Municípios, pelo que se encontrava em preparação pelos serviços jurídicos da CIM Viseu Dão Lafões, a intervenção junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, mediante a respetiva Ação Administrativa, com o objetivo de alcançar declaração Jurisdicional que permita alcançar a definição da situação jurídica tocante aos créditos de que a CIM é titular sobre os Municípios da Assembleia Distrital de Viseu, que lhe foram transferidos com a Universalidade Patrimonial Indivisível da Assembleia Distrital de Viseu, conforme deliberação do Conselho Intermunicipal da CIM de 06 de abril de 2021.

No ano de 2022, na reunião do Conselho Intermunicipal realizada em 21/02/2022 voltou a constar da ordem de trabalhos um ponto relativo à análise e discussão do ponto de situação da transferência

da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido analisada toda a informação histórica associada.

Assim, foi aprovado, na reunião do Conselho Intermunicipal de 04/04/2023, um pedido com a proposta de alteração ao artigo 9.º da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, para posterior remessa, à Senhora Ministra da Coesão Territorial e ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, com o objetivo de que a mesma pudesse ser introduzida em sede do próximo orçamento de estado, para discussão e aprovação na especialidade.

Tal solicitação, não obteve qualquer resposta por parte da Secretaria de Estado da Administração Local. Neste contexto, a CIM Viseu Dão Lafões irá novamente, agora, junto do novo Governo solicitar uma reunião de trabalho e remeter toda a documentação, tendo em vista a possibilidade de integração no novo orçamento.

2.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação (sempre que possível), quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

2.1.4 – Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função.

Os itens não materiais individualmente, foram agregados com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras.

2.1.5 – Compensação

Nas demonstrações financeiras os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos são apresentados e relatados separadamente, não havendo lugar a compensação.

2.1.6 – Continuidade

Quando se preparam demonstrações financeiras, deve ser feita uma avaliação da capacidade de uma entidade prosseguir em continuidade. Esta avaliação deve ser feita por quem é responsável pela aprovação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, não havendo quaisquer incertezas relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade da sua continuidade ou necessidade de redução ou liquidar atividades.

2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1 Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível da CIM encontram-se mensurados pelo custo histórico, ou seja, aquele que decorre do valor de aquisição ou produção. Este valor é suportado pelo documento comprovativo da aquisição, nomeadamente (faturas, contratos, etc.).

Relativamente aos bens transferidos para a CIM, por força da transferência da universalidade da Assembleia Distrital, os bens móveis (equipamentos administrativo e informático) encontram-se valorizados e contabilizados em função da avaliação efetuada e da aplicação da depreciação de cada bem considerando o seu estado de conservação e o imóvel em função do seu valor patrimonial, sendo que, no que respeita às diversas peças de mobiliário, arqueologia, loiças, utensílios diversos, artesanato e bibliográfico, concluiu-se pela não valorização destes bens, dada a complexidade da natureza dos mesmos exigir uma avaliação mais técnica e especializada, não sendo assim possível mensurar com fiabilidade o seu justo valor, existindo, no entanto, uma listagem devidamente atualizada dos mesmos.

2.2.2 Ativos intangíveis

À semelhança do referido anteriormente nos ativos tangíveis, os ativos intangíveis existentes na CIM encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

2.2.3 Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

2.3.4 Inventários

A mensuração de inventários é efetuada pelo custo de aquisição.

2.3.5 Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

2.3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

As contas dos “clientes, contribuintes e utentes” estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de “clientes, contribuinte e utentes” ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

2.3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes condições:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

2.3.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, sendo que, no ano de 2023, foram adicionados novos ativos, conforme movimento expresso nos quadros seguintes:

Quadro 2 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	24 926,00 €	24 926,00 €	0,00 €	0,00 €	24 926,00 €	24 926,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	79 502,24 €	79 502,24 €	0,00 €	0,00 €	394 352,72 €	142 472,34 €	0,00 €	251 880,38 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	195 443,38 €	195 443,38 €	0,00 €	0,00 €	195 443,38 €	195 443,38 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	299 871,62 €	299 871,62 €	0,00 €	0,00 €	614 722,10 €	362 841,72 €	0,00 €	251 880,38 €

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	168 824,88 €	146 025,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-62 970,10 €	0,00 €	251 880,38 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	146 025,60 €	-146 025,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	314 850,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-62 970,10 €	0,00 €	251 880,38 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

A CIM não tem contratos de concessão.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A CIM utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Os custos de manutenção, conservação e reparação são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

De acordo com esta norma é evidenciado que estes devem ser reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e que o custo possa ser mensurado. Contudo, face à missão das entidades públicas, acresce que o reconhecimento de ativos fixos tangíveis pode nestes casos derivar do potencial do serviço associado ao bem, situação esta que se aplica aos bens de domínio público em curso da CIM, os quais contemplam as obras relacionadas com a Ecopista do Vouga.

Na conta de “Edifícios e outras construções” encontra-se reconhecido o bem imóvel designado Casa do Adro e na conta “Terrenos” o respetivo valor do terreno recebidos aquando da transferência da universalidade da Assembleia Distrital para a CIM, com as quantias escrituradas a 01-01-2023 de 230.480,69 € e 83.507,50€, respetivamente, inscrito na matriz sob o número 877-U pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) de 334.030,00 €.

Para além disso, no que respeita às adições verificadas nos outros ativos fixos tangíveis, em 2023, as mesmas incidiram nas rubricas do equipamento básico, do equipamento de transporte, de equipamento administrativo e outros, resultante, essencialmente, da aquisição e instalação de Sondas Capacitativas de Humidade do Solo, no âmbito do projeto “ClimAlert” e aquisição do sistema público de bicicletas partilhadas no âmbito do projeto “Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões- PAMUS”.

Assim, em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 6 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	3 602 943,56 €	0,00 €	0,00 €	3 602 943,56 €	3 882 374,08 €	0,00 €	0,00 €	3 882 374,08 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €
Edifícios e outras construções	250 522,50 €	20 041,81 €	0,00 €	230 480,69 €	256 463,90 €	22 611,62 €	0,00 €	233 852,28 €
Equipamento básico	2 155 823,34 €	859 262,75 €	0,00 €	1 296 560,59 €	2 671 424,70 €	1 351 939,46 €	0,00 €	1 319 485,24 €
Equipamento de transporte	64 730,00 €	21 213,22 €	0,00 €	43 516,78 €	1 039 160,60 €	189 544,01 €	0,00 €	849 616,59 €
Equipamento administrativo	278 044,93 €	183 515,38 €	0,00 €	94 529,55 €	283 570,09 €	213 497,06 €	0,00 €	70 073,03 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	426 837,61 €	359 949,26 €	0,00 €	66 888,35 €	449 641,81 €	386 620,01 €	0,00 €	63 021,80 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	6 862 409,44 €	1 443 982,42 €	0,00 €	5 418 427,02 €	8 666 142,68 €	2 164 212,16 €	0,00 €	6 501 930,52 €

Quadro 7 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	3 602 943,56 €	788 520,11 €	-509 089,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 882 374,08 €
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €
Edifícios e outras construções	230 480,69 €	0,00 €	5 941,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 569,81 €	0,00 €	233 852,28 €
Equipamento básico	1 296 560,59 €	12 453,17 €	503 148,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-492 676,71 €	0,00 €	1 319 485,24 €
Equipamento de transporte	43 516,78 €	974 430,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-168 330,79 €	0,00 €	849 616,59 €
Equipamento administrativo	94 529,55 €	5 525,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-29 981,68 €	0,00 €	70 073,03 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	66 888,35 €	22 804,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-26 670,75 €	0,00 €	63 021,80 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	5 418 427,02 €	1 803 733,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-720 229,74 €	0,00 €	6 501 930,52 €

Quadro 8 - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	788 520,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	788 520,11 €
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €	12 453,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 453,17 €
Equipamento de transporte	0,00 €	974 430,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	974 430,60 €
Equipamento administrativo	0,00 €	5 525,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 525,16 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	22 804,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22 804,20 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	1 803 733,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 803 733,24 €

Nota 6 - Locações

A CIM não tem contratos de locação operacional.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

A CIM não tem empréstimos obtidos.

Nota 8 - Propriedades de investimento

A CIM não tem registado no seu ativo quaisquer propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos

O valor global das perdas por imparidades ascende a 6.422,50€, as quais dizem respeito, às dívidas dos assinantes da Revista Beira Alta.

Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, sendo que no caso da CIM, estes apenas contemplam as edições da Revista Beira Alta, as quais são tratadas como um produto distinto, coincidindo, desta forma, o valor de aquisição com o valor de saída de armazém, uma vez que cada edição foi adquirida uma só vez.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 13 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	10 969,36 €	0,00 €	20 277,05 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	10 969,36 €	0,00 €	20 277,05 €

Quadro 14 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	11 229,62 €	0,00 €	260,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 969,36 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	11 229,62 €	0,00 €	260,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 969,36 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Neste enquadramento temos as vendas da CIM, as quais respeitam, unicamente, a quotizações dos assinantes da Revista Beira Alta.

Acrescem os rendimentos auferidos na sequência das transferências efetuadas para a CIM, pela DRCC do Norte e pelo Turismo do Centro, no âmbito do contrato de comodato celebrado com a CIM e relacionado com o pagamento das despesas de água e eletricidade, pela ocupação do espaço físico do edifício da Casa do Adro, pelos municípios que integram a CIM, no âmbito dos serviços de limpeza e gestão das faixas de combustível e os serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão prestados pela equipa de Sapadores Florestais e, as taxas que refletem o montante transferido para a CIM, pelas entidades adjudicatárias, relativas ao “Fee”, no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 15 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Vendas					
Água	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	349,04 €		1 999,00 €	2 324,00 €	52,50 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos por conta de particulares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Cemitérios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Mercados e feiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Refeições escolares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Serviços recreativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Vistorias e ensaios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aluguer de espaços	2 072,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	124 448,14 €	0,00 €	13 412,34 €	34 840,73 €	0,00 €
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rendas/Concessões					
Energia elétrica (EDP)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AdC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Marina de Cascais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Forno Crematório	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Mercados e feiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rendas de edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos em Inventários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos em Entidades Participadas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	322 281,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	449 150,65 €	0,00 €	15 411,34 €	37 164,73 €	52,50 €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Na CIM, não sendo aplicável o benefício económico decorrente de impostos, há as transferências correntes que ocorrem, essencialmente, por via das quotizações dos municípios associados e das transferências da DGAL no âmbito do previsto no Orçamento de Estado. Quanto aos subsídios correntes obtidos, os mesmos resultam dos montantes FSE, FC e FEDER por força dos projetos em que a CIM Viseu Dão Lafões é executora, bem como dos fundos transferidos pelos serviços autónomos no âmbito das candidaturas no domínio da Proteção Civil e da Mobilidade e Transportes. Esta rubrica inclui, também, o valor dos protocolos celebrados com os municípios associados no âmbito da execução dos vários projetos intermunicipais e dos contratos interadministrativos de delegação de competências.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 16 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto municipal sobre imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto único de circulação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Impostos indiretos					
Loteamentos e obras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ocupação da via pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Publicidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa municipal de direitos de passagem	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxas, multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras multas e penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Participação IRS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contrato interadministrativo educação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos co-financiados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	9 389 797,89 €	0,00 €	434 890,73 €	411 181,86 €	0,00 €
Reversões					
De perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
De provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	757 096,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	10 146 894,67 €	0,00 €	434 890,73 €	411 181,86 €	0,00 €

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Esta nota divulga informação acerca de processos em contencioso, tendo a CIM em curso, os seguintes:

- ✓ Processo 2401/21.1 T8AVR – A CIM tem reconhecido um valor a receber de 2.092€ relativo a adiantamento ao fornecedor SafeMobility, entidade esta que se encontra em insolvência, estando o crédito reclamado e reconhecido e aguardando rateio, para o qual não foi constituída imparidade;
- ✓ Processo nº 107/20.8BEVIS – GEODOURO- Processo judicial instaurado pela empresa Geodouro contra a CIM, aguardando data para realização da audiência. O valor da ação é de 22.100€. É convicção da CIM que o desfecho lhe seja favorável, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato

A preparação das demonstrações financeiras teve início em fevereiro e vai até à data de aprovação pelo órgão executivo, a ter lugar em abril 2024.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

18.2.1 Fornecedores/clientes, contribuinte e utentes/outras contas a receber e a pagar/diferimentos e financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar e financiamentos obtidos apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2023			Situação em 31/12/2022		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activo corrente						
Clientes	543 265,44 €	6 422,50 €	536 842,94 €	554 341,88 €	7 032,50 €	547 309,38 €
Outras contas a receber	4 092 259,26 €	0,00 €	4 092 259,26 €	2 750 305,36 €	0,00 €	2 750 305,36 €
Diferimentos	1 326,74 €	0,00 €	1 326,74 €	11 322,83 €	0,00 €	11 322,83 €
Total do activo	4 636 851,44 €	6 422,50 €	4 629 102,20 €	3 315 970,07 €	7 032,50 €	3 297 614,74 €
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	670 609,29 €	0,00 €	670 609,29 €	578 673,85 €	0,00 €	578 673,85 €
Diferimentos	1 768 319,56 €	0,00 €	1 768 319,56 €	1 501 428,34 €	0,00 €	1 501 428,34 €
Outras contas a pagar	2 967,21 €	0,00 €	2 967,21 €	2 967,21 €	0,00 €	0,00 €
Passivo corrente						
Fornecedores	140 665,87 €	0,00 €	140 665,87 €	161 532,67 €	0,00 €	161 532,67 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	52,50 €	0,00 €	52,50 €	52,50 €	0,00 €	52,50 €
Forn. de Investimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	400 691,71 €	0,00 €	400 691,71 €
Outras contas a pagar	1 690 978,96 €	0,00 €	1 690 978,96 €	1 774 596,38 €	0,00 €	1 774 596,38 €
Diferimentos	4 691 448,53 €	0,00 €	4 691 448,53 €	3 720 652,00 €	0,00 €	3 720 652,00 €
Total do Passivo	8 965 041,92 €	0,00 €	8 965 041,92 €	8 140 594,66 €	0,00 €	8 137 627,45 €

De referir que o montante dos diferimentos constantes do ativo corrente é respeitante a seguros já liquidados cujo custo deve ser diferido, pois o período de vigência dos mesmos inclui anos seguintes, bem como que os montantes refletidos nos diferimentos do passivo dizem respeito aos subsídios de

investimento que têm condições e que se encontram separados por passivo não corrente (a reconhecer a mais de 12 meses) e passivo corrente (a reconhecer até 12 meses).

A informação agora apresentada teve o cuidado de continuar a reconhecer em 2023, no passivo corrente, todos os valores que serão reconhecidos no prazo máximo de 12 meses e no passivo não corrente todos aqueles que ultrapassam essa previsão de reconhecimento.

Assim, no fundo, as contas a receber e a pagar e de diferimentos respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das participações FEDER, FC e FSE.

A conta dos “Clientes, contribuintes e utentes” respeita essencialmente a dívidas dos municípios associados, quer por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos intermunicipais por parte da CIM e dos contratos interadministrativos de delegação de competências e a conta “Fornecedores” respeita a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços em que a CIM é executora no Portugal 2020, em Programas da Comissão Europeia ou outros Programas, sendo que, em 2023, se verificou um ligeiro decréscimo na mesma (cerca de 2%), face ao ano de 2022.

Por fim, a conta “Financiamentos obtidos” diz respeito ao apoio financeiro aprovado no âmbito do Regime Geral dos Financiamentos do Turismo de Portugal I.P. para a requalificação da antiga linha do Vouga em Ecopista do Vouga e recebido até 31/12/2023.

18.2.2 Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos refletidos nos resultados do exercício de 2023, com um montante de 5.109.217,22€, estão diretamente ligados ao Acordo de Implementação das Ações de Redução Tarifária Enquadradas no Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) celebrado entre a CIM e os operadores prestadores destes serviços, ao Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), ao Acordo de Financiamento celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e aos vários despachos emitidos, durante o ano de 2023, respeitantes ao reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros, e embora, em termos orçamentais, o valor dessas transferências tenha sido muito semelhante ao do ano de 2022, o aumento verificado nesta rubrica (cerca de 25%), face ao período homólogo, é reflexo da aplicação do princípio do acréscimo, demonstrando, assim, a efetiva realização do exercício económico de 2023.

Nota 19 - Benefícios dos Empregados

19.1 Benefícios Definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo.

Todo o pessoal ao serviço na CIM foi remunerado de acordo com as funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em

que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável à CIM.

Nota 23 – Outras divulgações

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

23.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2023			Situação em 31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ACTIVOS						
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 370,84 €	0,00 €	3 370,84 €
Fundo de Compensação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do ativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 370,84 €	0,00 €	3 370,84 €
PASSIVOS						
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos s/ rendimento	6 560,75 €	0,00 €	6 560,75 €	9 605,01 €	0,00 €	9 605,01 €
Imposto sobre o valor acrescentado	9 157,12 €	0,00 €	9 157,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições p/ Segurança Social	18 569,21 €	0,00 €	18 569,21 €	18 139,95 €	0,00 €	18 139,95 €
Fundo de Compensação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do passivo	34 287,08 €	0,00 €	34 287,08 €	27 744,96 €	0,00 €	27 744,96 €

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social e CGA evidenciam as retenções / contribuições efetuadas no mês de dezembro 2023 e pagas em janeiro 2024.

Todos os saldos apresentados encontram-se dentro dos prazos legais para o seu pagamento, não tendo a CIM quaisquer dívidas em mora ao Estado, CGA e à Segurança Social.

23.2 Património Líquido

Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no período em cada uma das rubricas do património líquido:

Rubrica	31/12/2023	31/12/2022
PATRIMONIO LIQUIDO		
Património / Capital	603 183,85 €	603 183,85 €
Reservas	320 579,14 €	296 180,14 €
Resultados Transitados	895 016,46 €	392 683,89 €
Outras variações no Património Líquido	4 407 822,31 €	3 663 918,67 €
Resultado líquido do exercício	226 194,68 €	487 979,90 €
Total	6 452 796,44 €	5 443 946,45 €

O património líquido passou a totalizar 6.452.796,44€, crescendo cerca de 18,53% face ao ano de 2022, com especial enfoque nos “Resultados Transitados” e nas “Outras variações no Património Líquido”, resultando este último, claramente, do ativo “Requalificação da antiga Linha do Vouga em Ecopista do Vouga” (776.970,07€).

De referir que no valor da conta “Resultados Transitados” para além de estar contemplado a transição de resultados do ano anterior, volta a estar registado mais uma nota de crédito (NC) emitida por um fornecedor de bens para combater os efeitos do surto de COVID-19, no ano de 2023, ainda na sequência da regularização do previsto no despacho do SEAAF n.º 450/2020.XXII de 27 de novembro e nos termos previstos no CIVA e explicitados no Ofício Circulado n.º 30222 de 25/05/2020, uma vez que, conforme já explicado nas prestações de contas anteriores, na contabilidade pública, e porque existe sempre uma conexão obrigatória e direta da despesa com o respetivo compromisso, caso esse mesmo compromisso não transite de ano, económico e orçamental, o processo de despesa fica encerrado, pelo que as mesmas têm que ser lançadas na CIM como uma receita, através do mecanismo de Reposições Não Abatidas aos Pagamentos.

O resultado líquido do período de 2022 foi distribuído por:

- Resultados transitados – 463.580,90€
- Reservas Legais (5%) – 24.399,00€

23.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos e parcerias	4 979,41 €	773,50 €
Serviços Especializados	2 843 833,90 €	2 466 793,73 €
Materiais	136 627,73 €	56 016,68 €
Energia e Fluidos	45 295,60 €	61 033,57 €
Deslocações, estadas e transportes	39 692,39 €	31 560,83 €
Serviços diversos	135 387,11 €	153 147,19 €
Total	3 205 816,14 €	2 769 325,50 €

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 436.490,64€, que corresponde a um acréscimo de cerca 15,76%, e que se deveu, por um lado, à aceleração da execução dos vários projetos financiados no Portugal 2020, cuja conclusão ocorreu no ano de 2023, por força do encerramento do Programa em 31/12/2023, nomeadamente “Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões”, “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”, “Formação para a Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local – SATDAP”, “+ igual Viseu Dão Lafões”, “Promoção do Espírito Empresarial – SAAC”, “Deteção e combate à espécie exótica invasora Vespa velutina” e “Promoção do Sucesso Educativo” e, por outro lado, ao arranque efetivo e visível de projetos que tinham sido condicionados pelos últimos acontecimentos a nível económico e social, como a situação da pandemia de COVID-19 ou devido às condições meteorológicas adversas, designadamente “Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”, “MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga” e “LIFE Landscape Fire” .

O aumento acentuado verificado na conta “Materiais”, justifica-se pelo facto de, no ano de 2023, terem sido concebidos e produzidos materiais promocionais para implementação dos vários projetos financiados, de forma a dar cumprimento às regras de comunicação e divulgação dos respetivos apoios dos fundos da União Europeia (EU), de acordo com as orientações emanadas pelas entidades competentes e o inscrito nos Manuais e Guias de Informação e Comunicação para Beneficiários.

23.4 Outros Gastos e Perdas e Outros Rendimentos e Ganhos

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Outros gastos e perdas		
Impostos e taxas	3 012,64 €	2 353,13 €
Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00 €
Perdas em inventários	0,00 €	0,00 €
Gastos em investimentos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	310 923,46 €	14 556,17 €
Quotizações	0,00 €	0,00 €
Ofertas e amostras de inventários	0,00 €	0,00 €
Outros não especificados	0,00 €	0,00 €
Total	313 936,10 €	16 909,30 €
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Ganhos em inventários	0,00 €	0,00 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos do Estado	20 247,00 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	286 709,82 €	111 125,50 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	757 096,78 €	454 375,77 €
Outros não especificados	15 324,19 €	0,00 €
Total	1 079 377,79 €	565 501,27 €

De referir que a imputação de subsídios e transferências para investimento decorre dos subsídios ao investimento com ou sem condições que se registam nas contas 2822 e 593, na base da depreciação dos ativos subjacentes.

De destacar o valor das correções relativas a períodos anteriores, registado no ano de 2023, o qual diz respeito, nos rendimentos, a acertos finais do Défice de Exploração dos anos de 2021 e 2022 (NC emitidas pelos operadores) derivados, por um lado, de estimativas iniciais a pagar aos operadores superiores ao efetivamente executado por estes, e, por outro lado, resultante dos apoios concedidos pelo Governo, ao setor dos transportes públicos de passageiros, com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2021, de 11 de novembro de 2021 e n.º 147/2022, de 29 de dezembro 2022 e, nos gastos, ao valor do Défice de Exploração de 2022 que havia sido acrescido no encerramento das contas do ano transato e cujas faturas foram rececionadas durante o exercício corrente .

Os outros rendimentos não especificados, no montante de 15.325,19€, dizem respeito a situações pontuais e imprevisíveis, nomeadamente ao Up-side do PART 2022, o qual ocorre quando a receita real dos operadores é superior à estimada no início da operação, tendo a CIM direito à partilha desse valor, bem como à devolução de custas de parte de processos judiciais.

23.3 Proposta de aplicação de resultados

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de 226.194,68€, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 11.309,73€ correspondente a 5% do resultado líquido;
- Que o remanescente seja transferido para os resultados transitados – 214.884,95€.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CIM ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Demonstrações orçamentais

Demonstração do desempenho orçamental

A receita total da CIM foi em 2023 de 15.092.494,68€, sendo que deste montante 3.681.957,40€ resultam do saldo da gerência anterior. O total da receita efetiva em 2023 foi de 11.318.601,84€, o que representa uma diminuição de 17,48% face ao período anterior (2022: 13.716.790,26€). As receitas correntes e de capital diminuíram, respetivamente, cerca de 16% e 34%, face a 2022.

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n=1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	1 309 241,56	0,00	2 060 416,69	312 299,15	746 440,39	4 428 397,79	2 945 094,75
Operações Orçamentais [1]	1 309 241,56	0,00	2 060 416,69	312 299,15	0,00	3 681 957,40	2 410 677,25
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	746 440,39	746 440,39	534 417,50
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	8 271 070,24	0,00	1 201 246,10	0,00	0,00	9 472 316,34	11 295 082,36
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1,1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1,2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes	8 082 779,92	0,00	1 201 246,10	0,00	0,00	9 284 026,02	11 160 484,18
R5,1 Transferências correntes	8 082 779,92	0,00	1 201 246,10	0,00	0,00	9 284 026,02	11 160 484,18
R5,1,1 Administrações Públicas	8 082 779,92	0,00	1 201 246,10	0,00	0,00	9 284 026,02	11 160 484,18
R5,1,1,1 Administração Central - Estado Português	453 279,00	0,00	1 201 246,10	0,00	0,00	1 654 525,10	2 380 177,58
R5,1,1,2 Administração Central - Outras entidades	5 333 244,15	0,00	0,00	0,00	0,00	5 333 244,15	5 350 535,68
R5,1,1,3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5,1,1,4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5,1,1,5 Administração Local	2 296 256,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2 296 256,77	3 429 770,92
R5,1,2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5,1,3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5,2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	171 838,75	0,00	0,00	0,00	0,00	171 838,75	133 726,05
R7 Outras receitas correntes	16 451,57	0,00	0,00	0,00	0,00	16 451,57	872,13
Receita de capital	776 755,54	0,00	786 510,92	0,00	0,00	1 563 266,46	2 351 066,24
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	756 508,54	0,00	786 510,92	0,00	0,00	1 543 019,46	2 351 066,24
R9,1 Transferências de capital	756 508,54	0,00	786 510,92	0,00	0,00	1 543 019,46	2 351 066,24
R9,1,1 Administrações Públicas	756 508,54	0,00	786 510,92	0,00	0,00	1 543 019,46	2 351 066,24
R9,1,1,1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	786 510,92	0,00	0,00	786 510,92	1 168 959,09
R9,1,1,2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9,1,1,3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9,1,1,4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9,1,1,5 Administração Local	756 508,54	0,00	0,00	0,00	0,00	756 508,54	1 182 107,15
R9,1,2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9,1,3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9,2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	20 247,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 247,00	0,00
R11 Reposições não abelidas aos pagamentos	283 019,04	0,00	0,00	0,00	0,00	283 019,04	70 641,66
Receita efetiva [2]	9 330 844,82	0,00	1 987 757,02	0,00	0,00	11 318 601,84	13 716 790,26
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	91 935,44	0,00	91 935,44	355 137,42
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	91 935,44	0,00	91 935,44	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	91 935,44	0,00	91 935,44	355 137,42
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	10 640 086,38	0,00	4 048 173,71	404 234,59	0,00	15 092 494,68	16 482 604,93
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	5 275 072,56	5 275 072,56	4 144 753,46

Relativamente à despesa foram executados um total de 12.737.148,21€, sendo 10.255.729,09€ com origem em receitas próprias, 2.174.128,92€ com origem em fundos comunitários afetos a projetos e 307.290,20€ com origem no empréstimo do Regime Geral dos Financiamento do Turismo de Portugal. A despesa total suportada representa uma diminuição de 63.499,32€ face ao período homólogo e apresenta um grau de execução orçamental de 79,03%.

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	8 541 242,62	0,00	1 322 335,34	307 290,20	0,00	10 170 868,16	9 228 875,00
D1 Despesas com o pessoal	844 868,94	0,00	120 877,66	13 027,00	0,00	978 773,60	974 425,31
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	658 044,94	0,00	89 819,76	13 027,00	0,00	740 891,70	744 982,84
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	12 619,25	0,00	3 005,61	0,00	0,00	15 624,86	21 205,58
D1.3 Segurança Social	174 204,75	0,00	48 052,29	0,00	0,00	222 257,04	208 236,89
D2 Aquisição de bens e serviços	2 965 374,18	0,00	303 789,53	23 545,28	0,00	3 292 708,99	2 560 899,23
D3 Juros e outros encargos	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00
D4 Transferências e subsídios correntes	4 725 565,39	0,00	897 668,15	270 548,79	0,00	5 893 782,33	5 678 038,74
D4.1 Transferências correntes	4 725 565,39	0,00	897 668,15	270 548,79	0,00	5 893 782,33	5 678 038,74
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	44 283,00	0,00	7 000,00	0,00	0,00	51 283,00	300,00
D4.1.3 Famílias	4 675 882,39	0,00	890 668,15	270 548,79	0,00	5 837 099,33	5 677 738,74
D4.1.4 Outras	5 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 400,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras despesas correntes	5 429,11	0,00	0,00	169,13	0,00	5 598,24	15 511,72
Despesa de capital	1 714 486,47	0,00	851 793,58	0,00	0,00	2 566 280,05	3 571 772,53
D6 Aquisição de bens de capital	1 714 486,47	0,00	851 793,58	0,00	0,00	2 566 280,05	3 571 772,53
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	10 255 729,09	0,00	2 174 128,92	307 290,20	0,00	12 737 148,21	12 800 647,53
Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]	10 255 729,09	0,00	2 174 128,92	307 290,20	0,00	12 737 148,21	12 800 647,53
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	4 737 451,04	4 737 451,04	3 932 730,57
Saldo para a gerência seguinte	384 357,29	0,00	1 874 044,79	96 944,39	1 284 061,91	3 639 408,38	4 428 397,79
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	384 357,29	0,00	1 874 044,79	96 944,39	0,00	2 355 346,47	3 681 957,40
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 284 061,91	1 284 061,91	746 440,39
Saldo global [2] - [5]	-924 884,27	0,00	-186 371,90	-307 290,20	0,00	-1 418 546,37	916 142,73
Despesa primária	10 255 724,09	0,00	2 174 128,92	307 290,20	0,00	12 737 143,21	12 800 647,53
Saldo corrente	-270 172,38	0,00	-121 089,24	-307 290,20	0,00	-698 551,82	2 068 207,36
Saldo de capital	-937 730,93	0,00	-85 282,66	0,00	0,00	-1 003 013,59	-1 220 706,29
Saldo primário	-924 879,27	0,00	-186 371,90	-307 290,20	0,00	-1 418 541,37	916 142,73
Receita total [1] + [2] + [3]	10 640 086,38	0,00	4 048 173,71	404 234,59	0,00	15 092 494,68	16 482 604,93
Despesa total [5] + [6]	10 255 729,09	0,00	2 174 128,92	307 290,20	0,00	12 737 148,21	12 800 647,53

Demonstração de execução orçamental da receita

A receita total cobrada em 2023, ascendeu a 15.092.494,68€, sendo, na sua quase totalidade respeitante a receitas correntes, como se pode ler no quadro seguinte de forma sintetizada, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais.

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS	RECEITA P/COBRAR FINAL DO PERÍODO	% EXECUÇÃO
	Receitas correntes				
R03	Taxas, multas e outras penalidades	750,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R04	Rendimentos da propriedade	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R05111	Administração Central - Estado Português	3 510 392,59 €	1 654 525,10 €	9 840,99 €	47,13%
R05112	Administração Central - Outras entidades	3 701 051,78 €	5 333 244,15 €	0,00 €	144,10%
R05115	Administração Local	2 499 092,40 €	2 296 256,77 €	384 119,08 €	91,88%
R0513	Outras	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R06	Venda de bens e serviços	172 716,00 €	171 838,75 €	41 429,35 €	99,49%
R07	Outras receitas correntes	600,00 €	16 451,57 €	2 105,38 €	2741,93%
	Receitas capital				
R09111	Administração Central - Estado Português	1 722 339,77 €	786 510,92 €	0,00 €	45,67%
R09112	Administração Central - Outras entidades	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R09115	Administração Local	660 177,51 €	756 508,54 €	122 591,63 €	114,59%
R10	Outras receitas de capital de capital	300,00 €	20 247,00 €	0,00 €	6749,00%
R13	Receita com passivos financeiros	166 498,00 €	91 935,44 €	0,00 €	55,22%
	Outras receitas				
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00 €	283 019,04 €	0,00 €	141509,52%
R14	Saldo ga gerência anterior - operações orçamentais	3 681 957,40 €	3 681 957,40 €	0,00 €	100,00%
	Total Receitas Correntes	9 884 702,77 €	9 472 316,34 €	437 494,80 €	95,83%
	Total Receitas Capital	2 549 415,28 €	1 655 201,90 €	122 591,63 €	64,92%
	Total Outras Receitas	3 682 157,40 €	3 964 976,44 €	0,00 €	107,68%
	Total	16 116 275,45 €	15 092 494,68 €	560 086,43 €	93,65%

A receita total corrente cobrada face à receita corrigida teve uma execução de 95,83% e a receita total de capital cobrada apresenta uma execução de 64,92% face à receita de capital corrigida, sendo que a receita por cobrar no final do período, conforme se pode observar, respeita maioritariamente aos montantes a receber dos municípios associados relativos à execução de protocolos/contratos interadministrativos, situação esta derivada, essencialmente, na parte corrente, pelo Acordo de Financiamento da delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e o Financiamento das competências próprias da CIM enquanto Autoridade de Transportes e, na parte de capital, pelos trabalhos complementares da empreitada da Ecopista do Vouga e ações faturadas no âmbito do protocolo relativo ao projeto “Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões”.

No que respeita, especificamente, ao grau de execução das transferências de capital dos municípios, de 114,59%, este resulta do facto de a previsão corrigida ter sido subestimada em orçamento, no que respeita ao valor a cobrar/arrecadar no âmbito da execução da Ecopista do Vouga, nomeadamente, de trabalhos complementares, face ao efetivamente cobrado/arrecado.

No que respeita à diferença verificada na previsão das transferências correntes e de capital a receber no âmbito dos projetos cofinanciados comparativamente ao efetivamente arrecadado, a mesma é justificada, por um lado, pelo facto de o Programa Portugal 2020 ter encerrado a 31/12/2023, fazendo com que os pedidos de pagamento de reembolso e saldos finais submetidos dos vários projetos, não

fossem validados e pagos pelas entidades competentes, nesse prazo, fruto do elevado número de tarefas nos respetivos PO, nomeadamente dos projetos “Sistema de Informação Cadastral Simplificado”, “Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Promoção do Espírito Empresarial”, “Igal Viseu Dão Lafões”, “Assistência Técnica 2022/2023”, “Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões – PAMUS” e “Formação para a Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local – SATDAP” e, por outro lado, o arranque tardio de algumas ações de projetos que tiveram no final do ano de ser reprogramados para 2024, em virtude dos inúmeros constrangimentos na sua implementação e já referidos anteriormente neste relatório, designadamente, “Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”, “MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”. Acresce, ainda, a previsão dos 5% retidos nos pedidos de pagamento de saldo final de vários projetos, já concluídos em anos anteriores, para os quais ainda não se efetivou a respetiva libertação, pelo atraso verificado nas entidades competentes para a validação dos relatórios finais submetidos pela CIM.

De referir que o grau execução da rubrica “Serviços específicos das autarquias”, de 99,49%, em relação aos 69,45% do ano de 2022, é justificado com o aumento da receita cobrada/arrecadada pelos serviços prestados de limpeza e gestão das faixas de combustível, que se deve ao maior número de requisições e solicitações por parte dos municípios, tendo a receita relativa ao “Fee”, no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões, se mantido muito semelhante à arrecadada no período homólogo.

Por fim, comparando o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram uma diminuição de cerca de 16%, com maior enfoque para as transferências dos fundos comunitários, pelos motivos anteriormente dispostos. As receitas de capital registaram, igualmente, uma diminuição, sendo que neste caso é, também, justificável pela conclusão de outros projetos ainda no ano de 2022, empreitada da EM 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo e a implementação das Torres de Videovigilância e dos Centros de Monitorização Remota (CMRs).

Demonstração de execução orçamental da despesa

A despesa total paga em 2023, ascendeu a 12.737.148,21€, dos quais 10.170.868,16€ de despesas correntes e 2.566.280,05€ de despesas de capital. Podemos observar no quadro abaixo, de forma sintetizada, a execução orçamental do ano de 2023, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	% EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES					
D011	Remunerações Certas e Permanentes	981 678,00 €	740 891,70 €	13 520,99 €	75,472%
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	39 600,00 €	15 624,86 €	0,00 €	39,457%
D013	Segurança Social	262 274,00 €	222 257,04 €	11 403,38 €	84,742%
D02	Aquisição de bens e serviços	4 326 783,66 €	3 292 708,99 €	118 474,68 €	76,101%
D03	Juros e outros encargos	1 000,00 €	5,00 €	0,00 €	0,500%
D04115	Administração Local	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D0412	Entidades do sector não lucrativo	73 800,00 €	51 283,00 €	51 823,00 €	69,489%
D0413	Famílias	7 473 962,58 €	5 837 099,33 €	5 837 099,33 €	78,099%
D0414	Outras	6 750,00 €	5 400,00 €	5 400,00 €	80,000%
D042	Subsídios correntes	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D05	Outras despesas correntes	13 550,00 €	5 598,24 €	0,00 €	41,315%
Sub Total		13 179 998,24 €	10 170 868,16 €	6 037 721,38 €	77,169%
DESPESAS CAPITAL					
D06	Aquisição de bens capital	2 935 227,21 €	2 566 280,05 €	400 691,71 €	87,430%
D07115	Administração Local	450,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D08	Outras despesas de capital	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D10	Despesa com passivos financeiros	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
Sub Total		2 936 277,21 €	2 566 280,05 €	400 691,71 €	87,399%
Total		16 116 275,45 €	12 737 148,21 €	6 438 413,09 €	79,033%

Comparando a estrutura do orçamento final com o da sua efetiva realização, e no que se refere aos desvios na execução, confrontando a execução das grandes opções do plano, estes são facilmente justificados na sua maioria, pelas seguintes razões:

- A dotação prevista no orçamento inicial para o projeto da gestão da Ecopista do Dão teve como suporte documental o Plano de Atividades de 2023, aprovado pelos municípios envolvidos, e cujas ações/atividades a desenvolver têm por base valores estimados, sendo que, as mesmas podem ou não se concretizar, dependendo das necessidades que vão surgindo no decorrer do ano;
- Calendarização e repartição anual desajustada dos projetos aprovados no ano de 2023, por força dos atrasos na sua aprovação, designadamente, do projeto “STOPWASTE”;
- Embora a 1ª fase dos trabalhos previstos no âmbito do projeto para a elaboração do Plano de Ecovias para a região Dão Lafões tivesse sido concluída, ainda, no ano de 2023, a fatura foi apenas emitida, pelo fornecedor, no início de 2024;
- Previsão da execução dos Planos Municipais de ação climática no decorrer de 2023, no entanto a adjudicação da contratação dos serviços, para a sua elaboração, ocorreu no último trimestre de 2023.

Para além das situações atrás descritas, é na GOP da Autoridade de Transportes – Viseu Dão Lafões que se verifica o maior diferencial, no que respeita à execução orçamental da despesa, motivado pelas seguintes circunstâncias:

- ✓ Compromissos assumidos do projeto “Regime Transitório (RJSPTP)”, relativos ao último trimestre dos contratos de 2023 e que, por precaução, não foram faturados pelos operadores, uma vez que os mesmos foram beneficiados, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2023, de 3 de maio do apoio extraordinário e excecional com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível, tendo a CIM de efetuar primeiramente o apuramento efetivo do Déficit de Exploração do ano de 2023, para poder proceder ao encerramento dessas contas;
- ✓ Os contratos celebrados no ano de 2023 e transitados do ano anterior no âmbito do projeto da Rede de Transporte Flexível (IR e VIR), não foram executados de acordo com as necessidades previstas, tendo sido, ainda, revogados alguns desses contratos por iniciativa dos taxistas, por não terem disponibilidade para efetuar os serviços ou por encerramento da atividade/empresa.

Todos os factos acima enumerados, condicionaram as expectativas da execução destas atividades, logo a execução das grandes opções do plano.

Não obstante, relativamente ao período homólogo, não se verificam oscilações no total da despesa paga (-0,5%), sendo que a despesa corrente paga em 2023 reporta-se essencialmente a pagamentos com aquisição de bens e serviços (3.292.708,99€), despesas com pessoal (978.773,60€), transferências correntes (5.893.782,33€) e que despesa de capital diz respeito basicamente a pagamentos com aquisição de bens e capital (2.566.280,05€), cujas taxas de execução, face ao estimado nas dotações, ascenderam a 77,17% e a 87,40%, respetivamente.

Demonstração de execução do plano plurianual de investimento (PPI)

O investimento orçado para o ano de 2023 foi de 2.935.227,21€ e o montante executado ascendeu a 2.566.280,05€, correspondendo a uma taxa de execução de 87,40%, sendo que esta diferença, resulta, essencialmente, da não concretização da despesa estimada para a revisão de preços definitiva da empreitada com a requalificação da Ecopista do Vouga, pois o cálculo acabou por não ser, ainda, apresentado pelo empreiteiro, mesmo após várias reiteraões da CIM, bem como do facto dos valores de adjudicação dos procedimentos de contratação pública para “Aquisição de plataforma de dados de mobilidade de pessoas e veículos para a implementação da “Plataforma Territorial de Gestão da Mobilidade” e “Aquisição do sistema público de bicicletas partilhadas no âmbito do projeto “Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões- PAMUS” terem ficado abaixo dos valores base postos a concurso.

No quadro abaixo podemos visualizar, de forma sintetizada, o acima aludido, assim como, analisar as rubricas de aquisição de bens de capital e o respetivo valor, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais.

CLASS.	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	% EXECUÇÃO ANUAL
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO				
07.	Aquisição de Bens de Capital			
070104	Construções diversas	1 464 781,14 €	1 220 503,58 €	83,323%
070106	Material de transporte	200,00 €	0,00 €	0,000%
070107	Equipamento de informática	15 679,64 €	12 182,06 €	77,693%
070108	Software informático	343 711,00 €	289 068,24 €	84,102%
070109	Equipamento administrativo	6 000,00 €	833,94 €	13,899%
070110	Equipamento básico	1 104 505,43 €	1 043 692,23 €	94,494%
070115	Outros investimentos	50,00 €	0,00 €	0,000%
070303	Outras construções e infraestruturas	300,00 €	0,00 €	0,000%
	Total	2 935 227,21 €	2 566 280,05 €	87,430%

De referir que relativamente ao período homólogo, verifica-se que a diminuição de 28,15% no total da despesa de capital paga, está relacionada, especialmente, com a execução da empreitada da Ecopista do Vouga, cujo investimento com maior impacto financeiro em função da natureza dos trabalhos executados foi efetuado, em grande parte, no ano de 2022, bem como com a conclusão da implementação do projeto “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra” e da empreitada da EM 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo”.

Anexo às demonstrações orçamentais

Anexo as demonstrações orçamentais

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

Assim sendo, apresentam-se no Anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

Anexo I - Alterações orçamentais da receita

Anexo II - Alterações orçamentais da despesa

Anexo III - Alterações ao plano plurianual de investimentos

Anexo IV - Operações de tesouraria

Anexo V - Contratação administrativa – Situação dos contratos

Anexo VI - Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento

Anexo VII - Transferências e subsídios - receita

Anexo VIII - Transferências e subsídios – despesa

Anexo IX – Demonstração de execução orçamental da receita

Anexo X - Demonstração de execução orçamental da despesa

Anexo XI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Anexo I - Alterações orçamentais da receita

Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões iniciais [3]	Inscrições/reforços [4]	Alterações orçamentais			
				Diminuições/anulações [5]	Créd. Especiais [6]		
R1 - Receita Fiscal	P/M	0,00				0,00	
R1.1 - Impostos diretos	P/M	0,00				0,00	
R1.2 - Impostos indiretos	P/M	0,00				0,00	
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema:	P/M	0,00				0,00	
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P/M	750,00				750,00	
R4 - Rendimentos de propriedade	P/M	50,00				50,00	
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	17 851 372,00	1 660 679,16	9 801 464,39		9 710 586,77	
R5.1 - Transferências correntes	P/M	17 851 372,00	1 660 679,16	9 801 464,39		9 710 586,77	
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	17 851 322,00	1 660 679,16	9 801 464,39		9 710 536,77	
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	5 875 396,00	336 062,08	2 701 065,49		3 510 392,59	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	4 845 393,00	1 072 404,78	2 216 746,00		3 701 051,78	
R5.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.5 - Administração Local	P/M	7 130 533,00	252 212,30	4 883 652,90		2 499 092,40	
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	0,00				0,00	
R5.1.3 - Outras	P/M	50,00				50,00	
R5.2 - Subsídios correntes	P/M	0,00				0,00	
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	739 068,00		566 352,00		172 716,00	
R7 - Outras receitas correntes	P/M	600,00				600,00	
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	0,00				0,00	
R9 - Transferências e subsídios de capital	P/M	3 815 105,00	462 475,51	1 894 963,23		2 382 617,28	
R9.1 - Transferências de capital	P/M	3 815 105,00	462 475,51	1 894 963,23		2 382 617,28	
R9.1.1 - Administrações Públicas	P/M	3 815 105,00	462 475,51	1 894 963,23		2 382 617,28	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	2 688 385,00	14 365,17	980 410,40		1 722 339,77	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	100,00				100,00	
R9.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.5 - Administração Local	P/M	1 126 620,00	448 110,34	914 552,83		660 177,51	
R9.1.2 - Exterior - U E	P/M	0,00				0,00	
R9.1.3 - Outras	P/M	0,00				0,00	
R9.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
R10 - Outras receitas de capital	P/M	300,00				300,00	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	200,00				200,00	

Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2023

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões corrigidas [7]= [3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Alterações orçamentais		Créd. Especiais [6]			
		Previsões iniciais [3]	Inscrições/reforços [4]		Diminuições/anulações [5]		
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	0,00				0,00	
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	321 793,00		155 295,00		166 498,00	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	P/M	0,00	3 681 957,40			3 681 957,40	
Total:		22 729 238,00	5 805 112,07	12 418 074,62		16 116 275,45	

Anexo II - Alterações orçamentais da despesa

Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa				Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Dotações iniciais [3]		Alterações orçamentais			
		Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]			
D1 - Despesas com o pessoal	P/M	1 270 942,00	118 210,00	105 600,00		1 283 552,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P/M	980 568,00	85 210,00	84 100,00		981 678,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	35 600,00	4 000,00			39 600,00	
D1.3 - Segurança Social	P/M	254 774,00	29 000,00	21 500,00		262 274,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	9 401 776,00	924 580,72	5 999 573,06		4 326 783,66	
D3 - Juros e outros encargos	P/M	1 000,00				1 000,00	
D4 - Transferências e subsídios correntes	P/M	7 792 065,00	1 204 398,25	1 441 350,67		7 555 112,58	
D4.1 - Transferências correntes	P/M	7 791 965,00	1 204 398,25	1 441 350,67		7 555 012,58	
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	500,00				500,00	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.5 - Administração Local	P/M	500,00				500,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	45 800,00	28 000,00			73 800,00	
D4.1.3 - Famílias	P/M	7 744 315,00	1 170 998,25	1 441 350,67		7 473 962,58	
D4.1.4 - Outras	P/M	1 350,00	5 400,00			6 750,00	
D4.2 - Subsídios correntes	P/M	100,00				100,00	
D5 - Outras despesas correntes	P/M	21 050,00		7 500,00		13 550,00	
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	4 241 355,00	844 875,51	2 151 003,30		2 935 227,21	
D7 - Transferência e subsídios de capital	P/M	450,00				450,00	
D7.1 - Transferências de capital	P/M	450,00				450,00	
D7.1.1 - Administrações Públicas	P/M	450,00				450,00	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.5 - Administração Local	P/M	450,00				450,00	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	0,00				0,00	
D7.1.3 - Famílias	P/M	0,00				0,00	
D7.1.4 - Outras	P/M	0,00				0,00	

Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa				Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Dotações iniciais [3]		Alterações orçamentais			
		Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]			
D7.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
D8 - Outras despesas de capital	P/M	500,00				500,00	
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	0,00				0,00	
D10 - Despesa com passivos financeiros	P/M	100,00				100,00	
DOT.1 - Operações de tesouraria [C]	P/M	0,00				0,00	
Total:		22 729 238,00	3 092 064,48	9 705 027,03		16 116 275,45	

Anexo III - Alterações ao plano plurianual de investimento (PPI)

Anexo às demonstrações orçamentais 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2023

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Datas		Financiamento Definido							Modificação (+/-)	
			Início	Fim	Ano 2023			Períodos seguintes					
					Dotação atual	Dotação corrigida	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Outros		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]	
01	2016/1	Organização e Gestão Interna	01/2016	12/2028	71 816,00	55 366,00	80 322,00	46 743,00	47 631,00	48 535,00	0,00	0,00	-16 450,00
01	2016/2	Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões - Um Modelo Catorze Municípios	01/2016	12/2028	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00
01	2022/1	Centro de Serviços Partilhados Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2028	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00
01	2016/5	Marca Viseu Dão Lafões - Produtos Turísticos Integrados	06/2017	12/2028	66 676,00	57 325,83	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00	-9 350,17
01	2016/8	Produtos Compositos de Turismo de Natureza	01/2016	12/2028	1 697 127,00	1 392 130,31	250,00	250,00	250,00	250,00	0,00	0,00	-304 996,69
01	2016/17	Transição Energética	01/2021	12/2028	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00
01	2016/30	Contratos Interadministrativos	01/2016	12/2028	100,00	100,00	100,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00
01	2017/3	Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões	01/2017	12/2028	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00
01	2020/3	Coesão Social Viseu Dão Lafões	04/2021	12/2028	481 176,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-481 176,00
01	2020/5	MEG - Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões	01/2023	12/2024	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	2020/15	Portugal 2030/Viseu Dão Lafões 2030	01/2020	12/2028	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00
01	2021/1	Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões	01/2021	12/2028	25 297,00	2 109,64	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	-23 187,36
01	2021/2	Centro de Informação Europe Direct Viseu Dão Lafões	01/2021	12/2028	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00
01	2022/2	Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Intermunicipais (Resiliência / Transição Digital / Transição Climática)	01/2022	12/2028	200,00	200,00	152 127,44	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
01	2022/4	Economia Circular na região Viseu dão Lafões	01/2022	12/2028	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
01	2022/8	Espaços Coworking	01/2022	12/2028	331 148,00	200,00	141 657,66	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	-330 948,00
01	2023/2	Outros Projetos Comunitários	01/2023	12/2028	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
01	2023/4	Projeto "STOP_WASTE" - Enhancing the efficiency of policy instruments for accelerating waste generation prevention	01/2023	12/2028	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
01	2023/5	Cidovias / Ecovias Viseu Dão Lafões (Walking & Cidling)	01/2023	12/2028	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
01	2023/6	ECOPAT	01/2023	12/2027	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00
01	2023/7	Agro-Tur	01/2023	12/2027	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00
01	2023/8	EcoNetting	01/2023	12/2027	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	2016/16	Proteção Civil Intermunicipal	01/2016	12/2028	143 640,00	12 419,60	25 450,00	25 925,00	26 410,00	26 903,00	0,00	0,00	-131 220,40

Anexo às demonstrações orçamentais 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Datas		Financiamento Definido						Modificação (+/-)		
			Início	Fim	Períodos seguintes			Outros					
					Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025		Ano 2026	Ano 2027			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	Dotação atual	Dotação corrigida	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]	
01	2016/18	Adaptação às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões	01/2016	12/2028	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00
01	2019/2	ClimAlert (Interreg Sudoe)	01/2019	12/2028	23 138,00	23 138,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
01	2020/6	Life Nieblas	01/2020	12/2028	5 522,00	2 387,83	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	-3 134,17
01	2020/8	Outros Projetos no âmbito da Proteção Civil e da Defesa das Florestas	01/2020	12/2028	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00
01	2021/10	Deteção e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina	01/2021	12/2028	2 915,00	150,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	-2 765,00
01	2023/9	An-Gel	01/2023	12/2027	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00
01	2023/10	E-Rigation	01/2023	12/2027	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00
01	2023/11	Emancipation	01/2023	12/2027	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00
01	2022/5	Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2028	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00
01	2022/6	Outros Projectos Intermunicipais no âmbito da Mobilidade e Transportes	01/2022	12/2028	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00
01	2022/7	Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2028	1 383 750,00	1 383 750,00	250,00	250,00	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00
01	2016/27	Assistência Técnica - Contratualização	01/2016	12/2028	6 500,00	2 600,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00	-3 900,00
Total:					4 241 355,00	2 935 227,21	404 957,10	77 818,00	79 191,00	80 588,00	0,00	0,00	-1 306 127,79

Anexo IV - Operações de tesouraria

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2023

Código	CONTAS Designação	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
		(unidade: EUR)					
2370	Dos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órg						
2371	Dos órgãos sociais e de gestão						
2372	Do pessoal						
24219	IRS - Trabalho Dependente - OT						
24229	IRS - Trabalho independente - OT						
24239	IRS - Capitais - OT						
24249	IRS - Prediais - OT						
2429019	IRS - Outras retenções - Pensões - OT						
2429999	IRS - Outras retenções - OT						
2451119	Caixa Geral de Aposentações - OT		0,03				0,03
2451129	Segurança Social - Regime Geral - OT						
2451199	Outros - Sistemas proteção social - OT						
245219	Subsistemas de saúde - Parte Trabalhador - OT						
2771100001	Profjardim - Construção e Manutenção de Espaços Verdi						
27711000391	Ideia Verde						
27711000697	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.			100 000,00			100 000,00
27711000779	Primelayer, Unipessoal Lda			7 000,00			7 000,00
27711000867	Floema by Go Outdoor			1 300,02			22 882,40
27711000894	NOS - Comunicações, S.A.					21 582,38	
27711001006	Bizfuture Services, Lda.						
27711001009	BETWEEN DIALOGUES, LDA						
27711001016	Socorpna - Engenharia e Construção, S.A.			61 406,78			194 075,81
27711001063	Associação Exploratório Infante D. Henrique						
27711001111	Irmãos Almeida Cabral, Lda.						
27711001727	Inova-Ria - Associação de Empresas para uma Rede de						
27712000001	Profjardim - Construção e Manutenção de Espaços Verdi						
27712000391	Ideia Verde						5 854,80

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2023

Código	CONTAS	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
	Designação						
27712000409	Smart Vision, Assesores e Auditores Estratégicos						
27712000697	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.						
27712000779	Primelayer, Unipessoal Lda						
27712000867	Floema by Go Outdoor						
27712000894	NOS - Comunicações, S.A.						
27712001006	Bizfuture Services, Lda.						
27712001009	BETWEEN DIALOGUES, LDA						
27712001016	Socorpna - Engenharia e Construção, S.A.						
27712001063	Associação Exploratório Infante D. Henrique						
27712001111	Irmãos Almeida Cabral, Lda.		2 967,21				2 967,21
27712001727	Inova-Ria - Associação de Empresas para uma Rede de						
27859	Sindicatos - OT						
278919199911	Santa Comba Dão			35 032,07			35 032,07
278919199912	Penalva de Castelo			44 766,04			44 766,04
278919199913	Viseu			107 830,80			107 830,80
278919199914	Castro Daire			65 286,01			65 286,01
278919199915	Oliveira de Frades			2 554,67			2 554,67
278919199916	Mangualde			20 805,59			20 805,59
278919199917	Vila Nova de Paiva			21 839,30			21 839,30
278919199918	Tondela			30 453,99			30 453,99
2789191999191	São Pedro do Sul			45 711,93			45 711,93
2789191999192	Satão			19 290,40			19 290,40
2789191999193	Vouzela			25 640,80			25 640,80
2789191999194	Carregal do Sal			58 759,11			58 759,11
2789191999195	Nelas			2 312,51			2 312,51
2789191999196	Aguiar da Beira			11 885,51			11 885,51
2789191999197	Adiantamentos_Diversos_Municipios			141 946,91			141 946,91

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2023

(unidade: EUR)

Código	CONTAS	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
27891919992	Recolha Bio						
27891929011	Devedores - OT				1 775 351,64		1 775 351,64
27892919012	Operações de tesouraria - Cobrança/pagamento						
27892919991	Projeto Eficiência Energética						
278929199923	Viseu			1 547 417,44			
278929199924	Fundo Ambiental			2 388 568,48			
278929199931	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra						165 227,40
278929199932	Recolha Bio		540 976,49	132 827,48			772 331,01
2789291999401	Instituto Politécnico de Viseu						
2789291999402	Dirección General de Medio Ambiente - Junta de Ext						
2789291999403	Universidade de Extremadura UEX						
2789291999404	Mancomunidade Integral Sierra de San Pedro						
2789291999501	OESTECONSULT-CONSULTORIA DE GESTÃO LDA		13 723,25				13 723,25
2789291999601	DOMÍNIO VIVO - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA		11 800,00	11 800,00			
2789291999602	INDICE ICT & MANAGEMENT LDA		2 475,00	2 475,00			
2789291999701	Primelayer, Unipessoal Lda						
2789291999801	Montemurel, Unip., Lda						
2789291999802	CAF EXPERT-SOLUÇÕES PROFISSIONAIS, UNIPES						
2789291999901	DINASTIA MOTRIZ, LDA		20 247,00	20 247,00			
27892929012	Operações de tesouraria - Cobrança/pagamento						
	TOTAL	0,00	746 440,39	4 737 451,04	7 050 424,20	0,00	3 059 413,55

Anexo V - Contratação administrativa – situação dos contratos

Entidade	Objeto	Data contrato	Valor contrato	Tipo de Contrato	Processamento de adjudicação	Visto Tribunal de Contas		Pagamentos no Período				Pagamentos acumulados						
						Nº Reg.	Data	Data 1º Pagamento	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.
MAGELAN CIRCLE - EUROPEAN AFFAIRS CONSULTANCY, LDA	Aquisição de serviços de apoio à elaboração e produção de entregáveis do projeto LIFE Landscape Fire: Relatório de identificação de potenciais entidades para implementação em Portugal; relatório de identificação de potenciais entidades para implement	22/09/2021	54.120,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			14/04/2022	15.744,00		0,00		0,00		0,00	0,00		
Prinmelayer, Unipessoal Lda	Aquisição de serviços de coordenação técnica, acompanhamento, sensibilização e de mobilidade, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	15/10/2021	190.650,00	Aquisição de serviços	Concurso Público			22/02/2022	38.130,00		0,00		0,00		0,00	0,00		
CBION	Aquisição de serviços de gestão de Relações Públicas e Marketing dos Produtos Turísticos Integrados da Região Visou Dão Lafões	28/12/2021	5.904,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			14/04/2022	492,00		0,00		0,00		0,00	0,00		
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	Contrato de Cooperação Horizontal	14/01/2022	130.502,72	Aquisição de serviços	Contratação excluída			25/05/2022	51.999,03		0,00		0,00		0,00	0,00		
ADRIANA RIBEIRO ROLLIN	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	6.538,00		0,00		0,00		0,00	0,00		
ADRIANO JOSÉ LOPES DE FIGUEIREDO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	6.910,75		0,00		0,00		0,00	0,00		
ÂNGELA MARIA DA SILVA FERREIRA	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	5.944,79		0,00		0,00		0,00	0,00		
CARLA SOFIA MARQUES RODRIGUES	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	8.412,25		0,00		0,00		0,00	0,00		
CLAUDIA ISABEL FERNANDES DE SOUSA	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	11.567,83		0,00		0,00		0,00	0,00		
Cristina Maria da Silva Dias Pedro	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	8.861,95		0,00		0,00		0,00	0,00		
DANIELA CABRAL FORTUNATO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	7.315,00		0,00		0,00		0,00	0,00		
DIANA VIEGAS FERREIRA	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	5.698,00		0,00		0,00		0,00	0,00		
EMANUEL DA COSTA CASTRO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	2.042,25		0,00		0,00		0,00	0,00		
FÁBIO RAFAEL SILVA SANTOS	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	700,00		0,00		0,00		0,00	0,00		
FÁTIMA MARIA NETO COELHO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	155,75		0,00		0,00		0,00	0,00		
FLIPE DANIEL SUAREZ FERREIRA	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões	17/01/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	8.305,50		0,00		0,00		0,00	0,00		

Entidade	Objeto	Data contrato	Valor contrato	Tipo de Contrato	Processamento de adjudicação	Visto Tribunal de Contas		Pagamentos no Período				Pagamentos acumulados						
						Nº Reg.	Data	Data 1ª Pagamento	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.
INÊS CATARINA BANDEIRA AZEVEDO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			15/06/2022	775,25	0,00	0,00	0,00	0,00	775,25	0,00	0,00	0,00	
INÊS COIMBRA FERNANDES	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	8 279,83	0,00	0,00	0,00	0,00	19 220,83	0,00	0,00	0,00	
JOANA FERNANDES NEVES	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	6 770,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19 426,75	0,00	0,00	0,00	
JOEL LOPES DE ALMEIDA	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	6 406,42	0,00	0,00	0,00	0,00	20 778,17	0,00	0,00	0,00	
MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA QUINTEIRO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	8 692,41	0,00	0,00	0,00	0,00	23 949,33	0,00	0,00	0,00	
MIGUEL MARQUES GONÇALVES	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	7 488,25	0,00	0,00	0,00	0,00	19 094,75	0,00	0,00	0,00	
NUNO MARTINHO LOUREIRO MENDES POLÓNIO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	5 635,68	0,00	0,00	0,00	0,00	20 347,68	0,00	0,00	0,00	
PATRICIA ALEXANDRA DA SILVA GONÇALVES	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	7 407,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19 311,25	0,00	0,00	0,00	
PEDRO ALEXANDRE GONÇALVES FIGUEIREDO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	3 391,11	0,00	0,00	0,00	0,00	23 984,08	0,00	0,00	0,00	
PEDRO DANIEL DE SÁ PINTO	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	6 973,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19 996,25	0,00	0,00	0,00	
PEDRO MIGUEL PEREIRA MARQUES	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	8 853,24	0,00	0,00	0,00	0,00	23 944,43	0,00	0,00	0,00	
RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	9 447,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 447,00	0,00	0,00	0,00	
RUI FILIPE MARQUES DE SOUSA	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	14 415,29	0,00	0,00	0,00	0,00	14 415,29	0,00	0,00	0,00	
SOLEDADE ALEXANDRE VICENTE ARRAIAS	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	685,42	0,00	0,00	0,00	0,00	10 030,42	0,00	0,00	0,00	
TERESA ISABEL COSTINHA AMARAL	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado na região Dão Lafões - BUPI	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			15/03/2022	5 992,25	0,00	0,00	0,00	0,00	23 014,23	0,00	0,00	0,00	

Entidade	Objeto	Data contrato	Valor contrato	Tipo de Contrato	Processamento de adjudicação	Visto Tribunal de Contas		Pagamentos no Período				Pagamentos acumulados						
						Nº Reg.	Data	Data 1º Pagamento	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.
VANESSA ALEXANDRA ANDRADE PINA	Aquisição de serviços de elaboração de processo de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Visou Dão Lafões - BUPH"	17/01/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/03/2022	8 336,63		0,00		0,00	23 970,25	0,00	0,00	0,00	
B2Mobility GmbH	Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos a que corresponde o lote 1 ao abrigo do AC_CPI_02/2020	02/02/2022	174 950,01	Fornecimento de bens ao abrigo de Acordo Quadro	Consulta Prévia			07/04/2022	35 764,67		0,00		0,00	72 473,94	0,00	0,00	0,00	
J5F	Aquisição de serviços de cópia e impressão	01/03/2022	18 450,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			28/06/2022	6 301,76		0,00		0,00	11 663,26	0,00	0,00	0,00	
Cláudia Alexandra de Andrade Pina	Aquisição de Serviços de elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Visou Dão Lafões - BUPH"	07/03/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			21/04/2022	6 921,34		0,00		0,00	20 662,86	0,00	0,00	0,00	
Fábio David Pinto Figueiredo	Aquisição de Serviços de elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Visou Dão Lafões - BUPH"	07/03/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			21/04/2022	6 742,25		0,00		0,00	19 033,77	0,00	0,00	0,00	
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de comunicações de dados móveis (M2M)	07/03/2022	309,96	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			07/10/2022	111,93		0,00		0,00	178,47	0,00	0,00	0,00	
Inovamais, Serviços de Consultadoria em Inovação Tech., Lda.	Aquisição de serviços para identificação, sistematização, orientação e enquadramento de oportunidades de financiamento, tendo em vista o desenvolvimento da região Visou Dão Lafões	08/03/2022	12 300,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			03/06/2022	2 460,00		0,00		0,00	12 300,00	0,00	0,00	0,00	
Alexandra Sofia de Costa Pinto	Aquisição de Serviços de elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Visou Dão Lafões - BUPH"	09/03/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			21/04/2022	10 601,78		0,00		0,00	21 082,63	0,00	0,00	0,00	
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de Serviços de Auditoria a Acordos de atribuição de compensações pela prestação dos Serviços de Transporte Mínimos Essenciais	15/03/2022	14 760,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			14/03/2023	2 460,00		0,00		0,00	2 460,00	0,00	0,00	0,00	
Metafórica Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de consultadoria na área de políticas públicas florestais	22/03/2022	23 247,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			28/06/2022	7 749,00		0,00		0,00	23 247,00	0,00	0,00	0,00	
NDS - Comunicações, S.A.	Aquisição de serviço de comunicações especial - Número verde (800X)	22/03/2022	3 173,40	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/07/2022	1 697,41		0,00		0,00	2 996,59	0,00	0,00	0,00	
Rui Veiros, Unipessoal, Lda.	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO NA ECOPISTA DO DÃO	22/03/2022	90 711,27	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			08/07/2022	21 321,72		0,00		0,00	21 321,72	0,00	0,00	0,00	
ComumSpaces, Lda	Aquisição de serviços para alugar de espaço em Outdoors nas autoestradas A1 e A25, no âmbito da candidatura "Produtos Turísticos Integrados da Região Visou Dão Lafões"	23/03/2022	28 776,85	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			08/07/2022	5 842,50		0,00		0,00	28 775,85	0,00	0,00	0,00	
Ed Think, Lda.	Aquisição de serviços para a dinamização, mediação, articulação, monitorização e coordenação da implementação do projeto "Descobrir e Aprender em Visou Dão Lafões" e para a elaboração de um "Diagnóstico das competências de leitura e escrita no território de Visou Dão Lafões", no âmbito de Promoção do Sucesso Educativo	04/04/2022	17 220,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			17/02/2023	17 220,00		0,00		0,00	17 220,00	0,00	0,00	0,00	
ISPOOK, Lda.	Aquisição de serviços para estruturação do produto turístico, no âmbito da candidatura "Inoturismo Na Região Demarcada Dos Vinhos Do Dão"	14/04/2022	35 670,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			14/03/2023	35 670,00		0,00		0,00	35 670,00	0,00	0,00	0,00	
ACEAAP - Agência de Competências e Estudos Avançados para a Administração Pública, Lda	Aquisição de serviços de assessoria estratégica não presencial no âmbito das Finanças Locais e Gestão Autárquica	07/04/2022	24 354,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			07/10/2022	10 147,50		0,00		0,00	12 177,00	0,00	0,00	0,00	
CPW - ENGENHARIA, LDA	Aquisição de equipamentos para deteção e combate a espécie exótica Vespa Velutina	07/04/2022	68 111,50	Aquisição de bens	Concurso Público			14/09/2022	17 063,70		0,00		0,00	68 111,50	0,00	0,00	0,00	
Ana Catarina Gomes Ferreira	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Visou Dão Lafões - BUPH"	22/04/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			12/05/2022	2 567,25		0,00		0,00	11 518,50	0,00	0,00	0,00	

Entidade	Objeto	Data contrato	Valor contrato	Tipo de Contrato	Processamento de adjudicação	Visto Tribunal de Contas		Pagamentos no Período				Pagamentos acumulados						
						Data	Nº Reg.	Data 1º Pagamento	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.
Paulo Rafael Carvalho dos Santos	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Visou Dão Lafões - BUIP"	22/04/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			12/05/2022	3 019,78		0,00		19 963,78	0,00	0,00	0,00		
Município, Empresa Cartografia e Sistemas Informático, E.M., S.A	Aquisição de GPS para viaturas dos sapedores florestais	02/09/2022	4 560,84	Aquisição de bens	Ajuste Direto			28/06/2022	1 064,17		0,00		1 798,95	0,00	0,00	0,00		
Joana Filipa Gata da Silva	Aquisição de serviços para a conceção de suportes comunicacionais da CIM Visou Dão Lafões, em fornecimento contínuo	17/09/2022	37 858,05	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			22/09/2022	14 007,23		0,00		18 677,31	0,00	0,00	0,00		
ENACUE – Engenharia e Arquitectura, Lda.	Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança, para empreitadas com a designação "Empreitada para a construção de ligação da EN 329-1 a Germiil" e "Empreitada para a requalificação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga"	27/05/2022	23 155,98	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			07/12/2022	10 857,21		0,00		14 956,80	0,00	0,00	0,00		
HerfSecure, Segurança em Redes e SI	Aquisição de serviços para o cumprimento dos requisitos de segurança e resposta a incidentes, impostos pelo DL65/2021, de 30 de julho	31/09/2022	14 464,80	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			24/11/2022	10 848,60		0,00		14 464,80	0,00	0,00	0,00		
BITWOCI, Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços para implementação da 2ª fase do projeto PISA para as Escolas- Apoio às escolas na definição de estratégias de superação das lacunas que os resultados dos testes permitiram identificar	09/06/2022	24 477,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			12/01/2023	24 477,00		0,00		24 477,00	0,00	0,00	0,00		
Luis Pedro da Silva Fernandes Ferreira	Aquisição de serviços de apoio no acompanhamento e implementação de projetos da Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, de CIM Visou Dão Lafões	09/09/2022	23 057,83	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/07/2022	9 223,12		0,00		23 057,80	0,00	0,00	0,00		
Interlimpe - Facility Services, S.A.	Aquisição de serviços de limpeza das instalações de CIM Visou Dão Lafões, ao abrigo do acordo Quadro AQLPQ_01/2020	22/06/2022	35 202,60	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			09/09/2022	12 712,05		0,00		17 503,52	0,00	0,00	0,00		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Aquisição de seguros, em fornecimento contínuo	24/09/2022	15 332,00	Aquisição de serviços	Concurso Público			04/08/2022	8 664,45		0,00		9 991,12	0,00	0,00	0,00		
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de serviços para a revisão legal de contas	27/06/2022	17 712,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			16/12/2022	5 904,00		0,00		8 856,00	0,00	0,00	0,00		
Associação Exploratório Infante D. Henrique	Itinerância do Laboratório Móvel das Ciências, período de interrupção letiva e período letivo	29/06/2022	74 985,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			07/11/2022	69 525,75		0,00		74 985,00	0,00	0,00	0,00		
UNA Seguros SA	Aquisição de seguros de acidentes de trabalho e responsabilidade civil para as Brigadas de Sapedores Florestais	29/06/2022	30 000,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			20/07/2022	12 272,10		0,00		26 543,70	0,00	0,00	0,00		
António Ferreira Rodrigues	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUIP"	01/07/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/08/2022	11 879,00		0,00		16 207,26	0,00	0,00	0,00		
Mário Luís Santos Marques, Unip. Lda.	Aquisição de Serviço de Informação Climático, no âmbito do projeto "Life Landscape Etec"	05/09/2022	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			11/01/2023	24 587,72		0,00		24 587,72	0,00	0,00	0,00		
NDS - Comunicações, S.A.	Aquisição de serviços de comunicação de voz e dados fixos para a CIM Visou Dão Lafões	05/09/2022	8 856,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			09/09/2022	3 043,07		0,00		3 962,23	0,00	0,00	0,00		
Jorge Veiga Rocha	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUIP"	29/09/2022	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			30/03/2023	14 443,37		0,00		14 443,37	0,00	0,00	0,00		
Associação Exploratório Infante D. Henrique	Aquisição de serviços para produção de kit de cartomagem lúdica no âmbito do projeto "Promoção do Sucesso Educativo em Visou Dão Lafões"	22/09/2022	31 365,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto (Art249)			02/06/2023	31 365,00		0,00		31 365,00	0,00	0,00	0,00		
CLARANET IT SOLUTIONS, S.A.	Aquisição de software de produtividade do tipo Microsoft Office ou equivalente	02/09/2022	8 520,22	Aquisição de bens	Ajuste Direto			15/12/2022	8 520,22		0,00		8 520,22	0,00	0,00	0,00		
Miranda, Barreto, Rebelo & Associados, Soc. Adv. RL	Aquisição de serviços de assessoria jurídica	13/09/2022	20 664,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			21/12/2022	17 958,00		0,00		20 664,00	0,00	0,00	0,00		

Entidade	Objeto	Data contrato	Valor contrato	Tipo de Contrato	Processamento de adjudicação	Visto Tribunal de Contas		Pagamentos no Período				Pagamentos acumulados						
						Nº Reg.	Data	Data 1ª Pagamento	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.
Atelier do Carattere, Unipassal, Lda	Aquisição de serviços de assessoria de imprensa e comunicação, no âmbito do projeto "Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão"	11/11/2022	24.477,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			21/12/2022	16.359,04	0,00	0,00	0,00	18.403,92	0,00	0,00	0,00		
Ytravel, Lda.	Aquisição de serviços para a elaboração dos projetos de execução da Grande Rota "Aldeias da Serra do Caramulo"	07/11/2022	18.388,50	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			10/05/2023	9.194,25	0,00	0,00		9.194,25					
Tiago Rafael Pereira Marques	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	10/11/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			15/12/2022	18.837,25	0,00	0,00		19.903,92	0,00	0,00	0,00		
JPC - Consultores, Sociedade Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviços para elaboração do Plano de Ação Visou Dão Lafões 2030	11/11/2022	44.772,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			23/02/2023	44.772,00	0,00	0,00		44.772,00					
Fundação Dr. António Cupertino de Miranda	Aquisição de serviços de implementação do projeto "No Poupar está o Ganho", no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo	25/11/2022	71.400,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto (Art24º)			14/03/2023	71.400,00	0,00	0,00		71.400,00	0,00	0,00	0,00		
Emanuel Oliveira	Aquisição de Serviços para realização de Ação de Capacitação para Uso de Ferramentas de Análise de Incêndios Rurais, no âmbito do projeto Life Landscape Fire	16/11/2022	9.225,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			23/02/2023	7.350,00	0,00	0,00		7.350,00					
MAGELLAN CIRCLE - EUROPEAN AFFAIRS CONSULTANCY, LDA	Aquisição de serviços de apoio à gestão de projetos europeus, o qual terá por objeto principal, o apoio à gestão e execução do projeto Life Landscape Fire	16/11/2022	11.070,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			23/02/2023	11.070,00	0,00	0,00		11.070,00					
Ana Maria Marques de Costa Gomes	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	07/12/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			12/01/2023	7.972,60	0,00	0,00		7.972,60					
Artur Vitorino Baltasar Reis	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	05/12/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			12/01/2023	4.713,37	0,00	0,00		4.713,37					
Isagrilluso Informática Agrária Unip. Lda.	Aquisição e instalação de Sondas Capacitativas de Humidade do Solo, no âmbito do projeto "ClimaAlert"	21/12/2022	22.804,20	Aquisição de bens	Ajuste Direto			30/03/2023	22.804,20	0,00	0,00		22.804,20					
Fábio Rafael Silva Santos	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	19/12/2022	23.985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			09/02/2023	23.528,90	0,00	0,00		23.528,90					
GeEntrepreneur	Aquisição de serviços para implementação do projeto Wanted Escolas Empreendedoras da CIM Visou Dão Lafões	21/12/2022	24.477,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			30/03/2023	24.477,00	0,00	0,00		24.477,00					
ARVAL SERVICE LEASE - ALUGUER E GESTÃO AUTOMÓVEL, S.A.	Aquisição de viatura de serviço através de um renting operacional	13/12/2022	5.326,20	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			03/04/2023	5.032,17	0,00	0,00		5.032,17					
Adriana Ribeiro Rollin	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	13/02/2023	19.950,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/06/2023	6.835,50	0,00	0,00		6.835,50					
ComunusSpace, Lda.	Aquisição de serviços para alugar de espaço em outdoors na A1 e A25	19/01/2023	35.774,55	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			21/03/2023	24.704,55	0,00	0,00		24.704,55					
José Miguel Fernandes Penteado	Aquisição de serviços especializados para apoio na comunicação do projeto "Promoção do Sucesso Educativo em Visou Dão Lafões"	27/01/2023	24.354,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			17/02/2023	24.354,00	0,00	0,00		24.354,00					
Joana Fernandes Neves	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI"	13/02/2023	19.950,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			16/06/2023	6.795,25	0,00	0,00		6.795,25					
Supremestage	Aquisição de serviços para conceção e desenvolvimento criativo de stand, no âmbito da participação de CIM Visou Dão Lafões na BTL 2023	18/01/2023	18.450,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			27/02/2023	18.450,00	0,00	0,00		18.450,00					

Entidade	Objeto	Data contrato	Valor contrato	Tipo de Contrato	Processamento de adjudicação	Visto Tribunal de Contas		Data 1º Pagamento	Pagamentos no Período				Pagamentos acumulados					
						Nº Reg.	Data		Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.
TERESA ISABEL COSTINHA AMARAL	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	25/01/2023	19 990,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/05/2023	17 466,01		0,00		17 466,01					
ÁNGELA MARIA DA SILVA FERREIRA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	13/02/2023	19 990,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/04/2023	14 574,58		0,00		14 574,58					
Cláudia Alexandra de Andrade Pina	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	25/01/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			27/02/2023	18 418,63		0,00		18 418,63					
MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA QUINTEIRO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	13/02/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/06/2023	10 877,81		0,00		10 877,81					
Nuno Martinho Loureiro Mendes Polónio	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	25/01/2023	19 990,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			21/04/2023	16 766,75		0,00		16 766,75					
PEDRO DANIEL DE SÁ PINTO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	13/02/2023	19 990,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/06/2023	2 763,83		0,00		2 763,83					
VANESSA ALEXANDRA ANDRADE PINA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	13/02/2023	19 990,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/06/2023	10 110,60		0,00		10 110,60					
JOEL LOPES DE ALMEIDA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	13/02/2023	19 990,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			10/05/2023	4 669,49		0,00		4 669,49					
Veritivra, Lda.	Aquisição de serviços para a implementação do projeto de formação para a qualificação dos profissionais de Administração Pública Local	12/01/2023	167 580,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/06/2023	162 790,00		0,00		162 790,00					
Mariana Lopes de Almeida Pinto de Sousa	Aquisição de serviços especializados para apoio na preparação e execução das ações previstas no Plano de Atividades de 2023, do EUROPE DIRECT Visou Dão Lafões	25/12/2022	4 800,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			09/02/2023	4 800,00		0,00		4 800,00					
CISION	Aquisição de serviços de gestão de Relações Públicas e Marketing	25/12/2022	5 904,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/05/2023	4 920,00		0,00		4 920,00					
Inovamais, Serviços de Consultadoria em Inovação Tecn., Lda.	Aquisição de serviços para implementação de atividades inseridas na candidatura "Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Promoção do Espírito Empresarial	07/03/2023	118 729,44	Aquisição de serviços	Concurso Público			26/06/2023	118 729,44		0,00		118 729,44					
Universidade Nova de Lisboa IMS	Serviços à implementação do projeto "plataforma de Gestão da Mobilidade - Smart Mobility	11/01/2023	115 620,00	Aquisição de serviços	Contratação excluída			14/07/2023	115 620,00		0,00		115 620,00					
Daniela Simões de Paiva	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	01/02/2023	19 990,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			14/03/2023	6 379,33		0,00		6 379,33					
Vitor Duarte Rodrigues de Almeida	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPH	01/02/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			14/03/2023	10 999,25		0,00		10 999,25					
Visualforma	Aquisição de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura TIC de CIM Visou Dão Lafões	23/01/2023	8 610,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			26/06/2023	6 457,50		0,00		6 457,50					

Entidade	Objeto	Data contrato	Valor contrato	Tipo de Contrato	Processamento de adjudicação	Visto Tribunal de Contas		Pagamentos no Período				Pagamentos acumulados						
						Nº Reg.	Data	Data 1º Pagamento	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.
Joana Gala da Silva	Aquisição de serviços para a conceção e arte de finalização de suportes comunicacionais da CIM Visou Dão Lafões, em fornecimento contínuo	02/02/2023	12 198,02	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			21/04/2023	5 086,05		0,00			5 086,05				
Milafie	Aquisição de serviços de alojamento de sites, utilização de domínios Internet e outros serviços conexos, em fornecimento contínuo	14/01/2023	5 994,75	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			08/05/2023	1 397,28		0,00			1 397,28				
Luquinhos & Costa	Aquisição de serviços de alojamento e estada	19/01/2023	8 909,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			03/03/2023	8 909,00		0,00			8 909,00				
Securitas Direct Portugal	Aquisição de serviços de alarme e vigilância para as instalações do armazém da CIM Visou Dão Lafões	01/02/2023	1 062,72	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			01/03/2023	442,80		0,00			442,80				
Around Europe Advisors	Aquisição de serviços especializados no âmbito da resolução das condicionantes de aprovação e da negociação do projeto "StopWaste" candidatado ao Programa Interreg Europe 21-27	07/02/2023	9 840,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/06/2023	9 840,00		0,00			9 840,00				
Language Services & Solutions - Arte das Palavras, Lda.	Aquisição de serviços de tradução de textos no âmbito dos projetos "Life Landscape Fire" e "Life Nieblas", em fornecimento contínuo	15/02/2023	14 760,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			22/06/2023	2 653,46		0,00			2 653,46				
Publiferção	Aquisição de serviços dos meios audiovisuais para o stand da CIM Visou Dão Lafões na BTL2023	24/02/2023	28 903,77	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			21/04/2023	28 903,70		0,00			28 903,70				
Opal Publicidade, S.A.	Aquisição de serviços para o desenvolvimento e implementação de plano de meios, no âmbito da candidatura "Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão"	07/03/2023	62 828,65	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			24/10/2023	60 983,64		0,00			60 983,64				
Supreme Stage	Aquisição de serviços para a produção de stand da CIM Visou Dão Lafões na BTL2023	24/02/2023	90 036,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			21/04/2023	90 036,00		0,00			90 036,00				
Slideshow, Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviços para a produção de vídeos e desenvolvimento de reportagem fotográfica	03/03/2023	29 766,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			21/04/2023	29 766,00		0,00			29 766,00				
Visou Marca	Aquisição de serviços de atendimento para o stand da CIM Visou Dão Lafões na BTL 2023	22/02/2023	9 938,40	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			06/04/2023	9 938,40		0,00			9 938,40				
Twooplay	Aquisição de serviços para a ativação da Marca Visou Dão Lafões no stand da BTL 2023, através de quiosque digital e photo experience	22/02/2023	9 188,10	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			06/04/2023	9 188,10		0,00			9 188,10				
Pedro Alexandre Gonçalves Figueiredo	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUP)	24/02/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			30/03/2023	24 398,39		0,00			24 398,39				
Universidade do Minho	Aquisição de serviços para a dinamização de formação-ação "Desenho de Planos Estratégicos Municipais Cultura-Educação-da Teoria à Prática"	04/04/2023	7 700,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			26/09/2023	7 700,00		0,00			7 700,00				
Joana Isabel Pinheiro Peixinho	Aquisição de serviços, em regime de avença, para apoio à implementação e execução de projetos inerentes ao Núcleo de Educação	10/03/2023	11 070,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/04/2023	11 070,00		0,00			11 070,00				
Fábio David Pinto Figueiredo	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUP)	21/03/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			10/05/2023	11 259,75		0,00			11 259,75				
Daniela Cabral Fortunato	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUP)	01/04/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			10/05/2023	8 191,75		0,00			8 191,75				
Paulo Rafael Carvalho dos Santos	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUP)	17/03/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/04/2023	20 907,24		0,00			20 907,24				
NOS Comunicações S.A.	Aquisição de plataforma de dados de mobilidade de pessoas e veículos para implementação de plataforma territorial de gestão de mobilidade "SmartMobility"	14/04/2023	23 955,48	Locação ou Aquisição de bens móveis	Consulta Prévia			22/12/2023	23 955,48		0,00			23 955,48				
Luis Pedro Ferreira	Aquisição de serviços especializados para apoio na preparação e execução de projetos	03/04/2023	13 834,70	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			10/05/2023	9 233,12		0,00			9 233,12				

Entidade	Objeto	Data contrato	Valor contrato	Tipo de Contrato	Procedimento de adjudicação	VISO TRIBUNAL DE CONTA		Pagamentos no Período				Pagamentos acumulados						
						Nº Reg.	Data	Data 1ª Pagamento	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.	Trab. Normais	RP	Trab a mais	Trab. S. e omissões	Outros trab.
Adriano Figueiredo	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUI"	30/03/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/06/2023	5 594,75		0,00			5 594,75				
Miguel Marques Gonçalves	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUI"	29/03/2023	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/06/2023	6 423,50		0,00			6 423,50				
Joana Gala da Silva	Aquisição de serviços para o desenvolvimento de conteúdos gráficos, no âmbito dos projetos CDMT e Mapa dos Segredos Gastronómicos e do desenvolvimento rural	20/03/2023	6 076,20	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			21/04/2023	6 076,20		0,00			6 076,20				
Metatónica Unipessoal Lda.	Aquisição de serviços de consultoria estratégica no domínio da floresta e do desenvolvimento rural	13/04/2023	24 354,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			10/07/2023	23 136,30		0,00			23 136,30				
Mariana Lopes de Almeida Pinto de Sousa	Aquisição de serviços especializados para apoio na implementação do plano de atividades do Europe Direct Visou Dão Lafões	02/05/2023	9 600,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			22/06/2023	8 400,00		0,00			8 400,00				
Daniela Afonso Rodrigues	Aquisição de serviços de líder de Brigada de Sapadores Florestais da CIM Visou Dão Lafões	09/05/2023	14 800,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			14/06/2023	12 950,00		0,00			12 950,00				
MEO/Sostrafego	Aquisição do Sistema Público de Bicicletas Partilhadas no âmbito do projeto Mobilidade Suave em Visou Dão Lafões	07/06/2023	1 015 020,60	Locação ou Aquisição de bens móveis	Ajuste Direto			20/12/2023	1 015 020,60		0,00			1 015 020,60				
Ana Rita Henriques Laranjeira	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUI"	24/05/2023	15 000,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/07/2023	5 166,00		0,00			5 166,00				
Cláudia Sofia Rodrigues Freitas	Aquisição de serviços especializados para implementação de iniciativa "Cantinas Verdes" no âmbito do projeto Identidade Alimentar em Visou Dão Lafões	24/05/2023	19 500,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			05/07/2023	14 000,00		0,00			14 000,00				
Volupio - Estratégias de Comunicação, Unipessoal, Lda.	Produção de material de sensibilização/divulgação no âmbito do projeto de "Detecção e Combate à espécie exótica invasora, Vespa Velutina"	24/05/2023	17 220,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			05/07/2023	17 220,00		0,00			17 220,00				
Primelayer, Unipessoal, Lda.	Aquisição de plataforma de mobilidade integrada para o cidadão "SmartMobility"	02/06/2023	76 137,00	Locação ou Aquisição de bens móveis	Consulta Prévia			09/08/2023	76 137,00		0,00			76 137,00				
Cristina Maria da Silva Dias Pedro	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUI"	12/06/2023	8 610,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/07/2023	7 324,96		0,00			7 324,96				
Carla Sofia Marques Rodrigues	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUI"	12/06/2023	9 000,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/07/2023	5 999,08		0,00			5 999,08				
Patrícia Alexandra da Silva Gonçalves	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUI"	12/06/2023	9 000,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			14/07/2023	6 597,50		0,00			6 597,50				
Pedro Miguel Pereira Marques	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUI"	12/06/2023	11 070,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			13/07/2023	7 324,96		0,00			7 324,96				
Rui Filipe Marques de Sousa	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUI"	29/06/2023	9 840,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			09/08/2023	7 462,72		0,00			7 462,72				
Inovaria - Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro	Aquisição de plataforma de indicadores de mobilidade sustentável no âmbito do projeto Mobilidade Suave em Visou Dão Lafões	15/06/2023	58 548,00	Locação ou Aquisição de bens móveis	Consulta Prévia			22/11/2023	58 548,00		0,00			58 548,00				
CIDOT II - Estúdio de Comunicação, Imagem e Relações Públicas, Lda.	Aquisição de serviços de criação de conteúdos escritos e visuais no âmbito de campanha promocional do verão de 2023	23/06/2023	9 594,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			04/12/2023	9 594,00		0,00			9 594,00				
Defining Future Options, Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviços de consultoria no âmbito da Eficiência Energética e Hídrica	07/07/2023	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			15/11/2023	12 088,44		0,00			12 088,44				

Anexo VI - Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Anexo VI - Contratação Administrativa

Adjudicações por tipo de procedimento - Ano 2023

Tipo de Contrato	Ajuste Direto		Consulta Prévia		Concurso Público		Acordo Quadro		Contrato de Cooperação Horizontal		Total	
	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Valor
Empreitada de Obras Públicas	0	0,00	0,00	0,00	1	141.457,66 €	0	- €	0	- €	1	141.457,66 €
Aquisição de Serviços	66	1.359.142,97 €	22	883.556,12 €	5	282.507,11 €	0	- €	0	- €	93	2.525.206,20 €
Aquisição de Bens	3	1.047.012,75 €	7	371.315,98 €	0	- €	0	- €	0	- €	10	1.418.328,73 €
Total	69	2.406.155,72 €	29	1.254.872,10 €	6	423.964,77 €	0	- €	0	- €	104	4.084.952,59 €

Anexo VII - Transferência e subsídios – receita

Ano 2023:

Transferências e Subsídios recebidos								
Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
	Disposição da alínea h) do n.º 2 do art.º 81.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Outras	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	50,00	0,00	
	Lei nº 50/2018	Exercício de competências	Transferência de competências - Lei nº 50/2018	500,00	0,00	500,00	0,00	
	Disposição da alínea j) do n.º 3 do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Transferências OE	DGAL	453 329,00	453 279,00	50,00	0,00	
	Portugal 2020/cofinanciamentos europeus	Projetos cofinanciados	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P./Commission Europeenne	3 056 563,59	1 201 246,10	1 855 317,49	0,00	
	Artigo 12.º do RISPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo para o Serviço Público de Transportes	198 652,00	298 718,15	-100 066,15	0,00	
	Projetos financiados pelo ICNF	Apoio ao funcionamento das Brigadas de Sapadores Florestais	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP	89 250,00	192 314,76	-103 064,76	0,00	
	Projetos financiados pelo FSPT - Candidatura do Aviso 3/2023	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo para o Serviço Público de Transportes	36 000,00	0,00	36 000,00	0,00	
	Disposição conjugada da alínea a) do n.º 2 do artigo 81º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Programa "RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos	Fundo Ambiental	0,00	10 000,00	-10 000,00	0,00	
	Disposição conjugada do Despacho n.º 3387-A/2021, de 29 de março, Despacho n.º 5963/2023 e artigo 169º da Lei n.º 24-D/2022 (LOE 2023), de 30 de dezembro, Despacho n.º 2852-A/2022, de 04 de março - Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transportes Públicos e Despacho n.º 12934-A/2022	PROTransp	Fundo Ambiental	1 255 301,98	1 212 036,75	43 265,23	0,00	
	Disposição do artigo 169º da Lei n.º 24-D/2022 (LOE 2023), de 30 de dezembro - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)	PART	Fundo Ambiental	915 677,05	915 676,35	0,70	0,00	
	Despacho n.º 14837-D/2022, Despacho n.º 13965-A/2022 e Despacho n.º 7461-A/2023 - Reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo Ambiental	1 206 170,75	2 704 498,14	-1 498 327,39	0,00	
	Disposição da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Projetos intermunicipais/quotizações	Municípios Associados	976 765,82	739 636,53	237 129,29	0,00	
	Disposição conjugada da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e da alínea j) do nº1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro e dos artigos 4º e 10º do RISPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Municípios Associados	1 434 512,51	1 429 655,55	4 856,96	0,00	
	Disposição conjugada da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da alínea j) do nº1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro e dos artigos 4º e 10º do RISPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Municípios Associados	87 814,07	126 964,69	-39 150,62	0,00	
				9 710 586,77	9 284 026,02	426 560,75	0,00	
	Lei nº 50/2018	Exercício de competências	Transferência de competências - Lei nº 50/2018	100,00	0,00	100,00	0,00	

Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Capital	Disposição conjugada da alínea k) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Restituições/reembolsos (Prémios)	Seguradoras	50,00	0,00	0,00	0,00	
	Portugal 2020/cofinanciamentos europeus	Projetos cofinanciados	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P./Commission Européenne	1 722 289,77	786 510,92	935 778,85	0,00	
	Alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Projetos intermunicipais	Municípios Associados	660.177,51	756.508,54	-96.331,03	0,00	
Sub-Total				2 382 617,28	1 543 019,46	839 547,82	0,00	
TOTAL				12 093 204,05	10 827 045,48	1 266 108,57	0,00	

Anexo VIII - Transferência e subsídios - despesa

Ano 2023:

Transferências e Subsídios concedidos									
Tipo de Despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiária	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução ocorrida no exercício	Observações
	Disposição conjugada da alínea g) do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Prosseção das suas atribuições	Emissora das Beiras Ao Tom Dela Radio, Lda.	1 350,00	1 000,00	300,00	700,00		
	Disposição conjugada da alínea g) do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Prosseção das suas atribuições	Radio Alive FM	400,00	400,00	100,00	300,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto e n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual.	Prosseção das suas atribuições (Prémios para os vencedores do concurso de ideias, no Hackathon)	Paulo Sérgio Rodrigues Nogueira	3 000,00	3 000,00	3 000,00	0,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto e n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual.	Prosseção das suas atribuições	Vectortribute Unipessoal, Lda.	1 500,00	1 500,00	1 500,00	0,00		
	Disposição do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual	Prosseção das suas atribuições	André Filipe Martins Almeida	500,00	500,00	500,00	0,00		
	Disposição do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual	Prosseção das suas atribuições	Municípios	500,00	0,00	0,00	0,00		
	Disposição do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual	Prosseção das suas atribuições	Privadas	28 000,00	14 000,00	7 000,00	7 000,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Pagamento de Quota	Associação Europeia de Vias Verdes (AEVV)	0,00	300,00	300,00	0,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Projeto Promoção do Sucesso Educativo	Ordem dos médicos dentistas	45 800,00	45 000,00	43 983,00	1 017,00		
	PEPAL - Decreto-lei n.º 166/2014, de 6 de novembro	PEPAL	Ana Jorge Sabença Feliciano Lopes	7 349,68	4 425,43	4 324,23	101,20		
	Disposição da alínea b) do n.º 1, do artigo n.º 4 da Portaria 128/2009, de 30 de janeiro	Contrato Emprego Inserção	Maria Ofélia de Oliveira Arede	1 398,42	1 398,42	1 398,42	0,00		
	Disposição da alínea b) do n.º 1, do artigo n.º 4 da Portaria 128/2009, de 30 de janeiro	Contrato Emprego Inserção	Carla Cristina dos Santos Rosa Alves Dias Loureiro	1 470,67	1 470,67	1 470,67	0,00		
	Disposição da alínea b) do n.º 1, do artigo n.º 4 da Portaria 128/2009, de 30 de janeiro	Contrato Emprego Inserção	Outros CEI	2 831,23	0,00	0,00	0,00		
			Empresa Berreiras de Camionagem, Lda.		742 493,82	584 068,57	158 425,25		
			União Sátão & Aguiar da Beira, Lda.		1 162 576,35	926 844,11	235 732,24		
		Serviço público de transporte de passageiros	Transdev Interior, SA		4 322 761,90	3 442 508,28	880 253,62		
			Rodoviária da Beira Litoral	7 460 912,58	10 373,27	10 373,27	0,00		
			Marques, Lda.		942 813,24	764 257,01	178 556,23		

Corrente

	Disposição conjugada do n.º 3 do artigo 81.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos artigos 4.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 960/2016, de 08 de setembro e dos artigos 4.º e 10.º do RISPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros flexível	Taxistas		185 896,93	101 854,77	84 042,16		
Capital	Alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Prosecução da suas atribuições	Municípios	450,00	0,00	0,00	0,00		
	TOTAL			7 555 462,58	7 439 910,03	5 893 782,33	1 546 127,70		

Anexo IX – Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2023

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas		Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
						Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Períodos anteriores	Período corrente			
Receita corrente														
04	Taxas, multas e outras penalidades	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0401	Taxas	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
040123	Taxas específicas das autarquias locais	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
04012399	Outras	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0401239999	Taxas (Autor. Transpor. Viseu Dão Lafões)	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0402	Multas e outras penalidades	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
040299	Multas e penalidades diversas (Autor. Trans. VDL)	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
05	Rendimentos da propriedade	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0502	Juros-Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
050201	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
06	Transferências correntes	9 710 586,77	303 256,13	9 378 210,03	13 321,06	9 284 026,02	9 840,99	9 840,99	0,00	239 882,87	9 044 143,15	393 960,07	2 470	93,137
0602	Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
060201	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0603	Administração central	7 211 444,37	9 840,99	6 987 769,25	9 840,99	6 987 769,25	9 840,99	9 840,99	0,00	0,00	6 987 769,25	9 840,99	0,000	96,898
060301	Estado	453 829,00	0,00	453 279,00	0,00	453 279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	453 279,00	0,00	0,000	99,879
06030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06030199	Outras	453 329,00	0,00	453 279,00	0,00	453 279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	453 279,00	0,00	0,000	99,989
060306	Estado-Particip.comunit.projetos co-financiados	3 056 563,59	9 840,99	1 201 246,10	9 840,99	1 201 246,10	9 840,99	9 840,99	0,00	0,00	1 201 246,10	9 840,99	0,000	39,301
06030601	Fundo Social Europeu (FSE)	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06030602	Outros	3 056 513,59	9 840,99	1 201 246,10	9 840,99	1 201 246,10	9 840,99	9 840,99	0,00	0,00	1 201 246,10	9 840,99	0,000	39,301
060307	Serviços e fundos autónomos	3 701 051,78	0,00	5 333 244,15	0,00	5 333 244,15	0,00	0,00	0,00	0,00	5 333 244,15	0,00	0,000	144,101
06030701	Transferência de competências - Lei 50/2018	234 652,00	0,00	298 718,15	0,00	298 718,15	0,00	0,00	0,00	0,00	298 718,15	0,00	0,000	127,303
06030799	Outros	3 466 399,78	0,00	5 034 526,00	0,00	5 034 526,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 034 526,00	0,00	0,000	145,238
0605	Administração local	2 489 092,40	293 415,14	2 390 440,78	3 480,07	2 296 256,77	0,00	0,00	0,00	239 882,87	2 056 373,90	384 119,08	9 599	82,285
060501	Continente	2 489 092,40	293 415,14	2 390 440,78	3 480,07	2 296 256,77	0,00	0,00	0,00	239 882,87	2 056 373,90	384 119,08	9 599	82,285
06050101	Municípios Associados	2 489 092,40	293 415,14	2 390 440,78	3 480,07	2 296 256,77	0,00	0,00	0,00	239 882,87	2 056 373,90	384 119,08	9 599	82,285
0605010101	Quotizações	315 000,00	30 266,92	269 999,76	0,00	247 938,67	0,00	0,00	0,00	24 157,72	223 780,95	52 328,01	7 669	71,042
0605010103	Outras	2 184 092,40	263 148,22	2 120 441,02	3 480,07	2 048 318,10	0,00	0,00	0,00	215 725,15	1 832 592,95	331 791,07	9 877	83,906
07	Venda de bens e serviços correntes	172 716,00	19 158,58	222 303,27	28 193,75	171 838,75	0,00	0,00	0,00	3 906,72	167 932,03	41 429,35	2 262	97,230
0701	Venda de bens	6 400,00	8 977,50	2 445,46	3,00	2 727,46	0,00	0,00	0,00	285,00	2 442,46	8 692,50	4 453	38,163
070103	Publicações e impressos	3 300,00	880,00	370,00	0,00	642,50	0,00	0,00	0,00	272,50	370,00	607,50	8 258	11,212
070199	Outros	3 100,00	8 097,50	2 075,46	3,00	2 084,96	0,00	0,00	0,00	12,50	2 072,46	8 085,00	0 403	66,854
0702	Serviços	166 316,00	10 181,08	219 857,81	28 190,75	169 111,29	0,00	0,00	0,00	3 621,72	165 489,57	32 736,85	2 178	99,503
070208	Serv.sociais, recreativos, culturais e de desporto	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020801	Serviços sociais	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070209	Serviços específicos das autarquias	166 266,00	10 181,08	219 857,81	28 190,75	169 111,29	0,00	0,00	0,00	3 621,72	165 489,57	32 736,85	2 178	99,533

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas		Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
						Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Períodos anteriores	Período corrente			
Receita corrente														
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
07020999	Outros	166 216,00	10 181,08	219 857,81	28 190,75	169 111,29	0,00	0,00	3 621,72	165 489,57	169 111,29	32 736,85	2,179	99,563
08	Outras receitas correntes	600,00	3 232,76	15 324,19	0,00	16 451,57	0,00	0,00	1 127,38	15 324,19	16 451,57	2 105,38	187,897	2564,032
0801	Outras	600,00	3 232,76	15 324,19	0,00	16 451,57	0,00	0,00	1 127,38	15 324,19	16 451,57	2 105,38	187,897	2564,032
080199	Outras	600,00	3 232,76	15 324,19	0,00	16 451,57	0,00	0,00	1 127,38	15 324,19	16 451,57	2 105,38	187,897	2564,032
08019902	Indem.strag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019903	IVA reembolsado	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019999	Diversas	500,00	3 232,76	15 324,19	0,00	16 451,57	0,00	0,00	1 127,38	15 324,19	16 451,57	2 105,38	225,476	3064,838
Receita de capital														
10	Transferências de capital	2 382 617,28	245 515,40	1 446 755,23	26 659,54	1 543 019,46	0,00	0,00	234 557,58	1 308 461,88	1 543 019,46	122 591,63	9,845	54,917
1003	Administração central	1 722 439,77	0,00	786 510,92	0,00	786 510,92	0,00	0,00	0,00	786 510,92	786 510,92	0,00	0,000	45,663
100301	Estado	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1 722 289,77	0,00	786 510,92	0,00	786 510,92	0,00	0,00	0,00	786 510,92	786 510,92	0,00	0,000	45,667
100308	Serviços e fundos autónomos	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030801	Transferência de competências - Lei 50/2018	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030899	Outros	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1005	Administração local	660 177,51	245 515,40	660 244,31	26 659,54	756 508,54	0,00	0,00	234 557,58	521 950,96	756 508,54	122 591,63	35,529	79,062
100501	Continente	660 177,51	245 515,40	660 244,31	26 659,54	756 508,54	0,00	0,00	234 557,58	521 950,96	756 508,54	122 591,63	35,529	79,062
10050101	Transf.Capital Adm. Local (Município)	660 177,51	245 515,40	660 244,31	26 659,54	756 508,54	0,00	0,00	234 557,58	521 950,96	756 508,54	122 591,63	35,529	79,062
12	Passivos financeiros	166 498,00	0,00	91 935,44	0,00	91 935,44	0,00	0,00	0,00	91 935,44	91 935,44	0,00	0,000	55,217
1205	Empréstimos a curto prazo	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
120502	Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	166 448,00	0,00	91 935,44	0,00	91 935,44	0,00	0,00	0,00	91 935,44	91 935,44	0,00	0,000	55,234
120604	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	166 448,00	0,00	91 935,44	0,00	91 935,44	0,00	0,00	0,00	91 935,44	91 935,44	0,00	0,000	55,234
13	Outras receitas de capital	300,00	0,00	20 247,00	0,00	20 247,00	0,00	0,00	0,00	20 247,00	20 247,00	0,00	0,000	6749,000
1301	Outras	300,00	0,00	20 247,00	0,00	20 247,00	0,00	0,00	0,00	20 247,00	20 247,00	0,00	0,000	6749,000
130101	Indemnizações	300,00	0,00	20 247,00	0,00	20 247,00	0,00	0,00	0,00	20 247,00	20 247,00	0,00	0,000	6749,000
Outras receitas														
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00	0,00	283 019,04	0,00	283 019,04	0,00	0,00	0,00	283 019,04	283 019,04	0,00	0,000	141509,520
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00	0,00	283 019,04	0,00	283 019,04	0,00	0,00	0,00	283 019,04	283 019,04	0,00	0,000	141509,520
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00	0,00	283 019,04	0,00	283 019,04	0,00	0,00	0,00	283 019,04	283 019,04	0,00	0,000	141509,520
16	Saldo da gerência anterior	3 681 957,40	0,00	3 681 957,40	0,00	3 681 957,40	0,00	0,00	0,00	3 681 957,40	3 681 957,40	0,00	0,000	100,000
1601	Saldo orçamental	3 681 957,40	0,00	3 681 957,40	0,00	3 681 957,40	0,00	0,00	0,00	3 681 957,40	3 681 957,40	0,00	0,000	100,000

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Períodos anteriores	Período corrente
160101	Outras receitas	3 681 957,40	0,00	3 681 957,40	0,00	3 681 957,40	0,00	0,00	0,00	3 681 957,40	0,00	0,000	100,000
	Na posse do serviço	3 681 957,40	0,00	3 681 957,40	0,00	3 681 957,40	0,00	0,00	0,00	3 681 957,40	0,00	0,000	100,000
	Total Receitas Correntes	9 884 702,77	325 647,47	9 615 837,49	41 514,81	9 472 316,34	9 840,99	0,00	244 916,97	9 227 399,37	437 484,80	2,478	93,350
	Total Receitas de Capital	2 549 415,28	245 515,40	1 558 937,67	26 659,54	1 655 201,90	0,00	0,00	234 557,58	1 420 644,32	122 591,63	9,200	55,724
	Total Outras Receitas	3 682 157,40	0,00	3 964 976,44	0,00	3 964 976,44	0,00	0,00	0,00	3 964 976,44	0,00	0,000	107,681
	Total	16 116 275,45	571 162,87	15 139 751,60	68 174,35	15 092 494,68	9 840,99	0,00	479 474,55	14 613 020,13	560 086,43	2,975	90,672

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Anexo X - Demonstração de execução orçamental da despesa

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2023

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente												
01	Despesas com o pessoal	24 924,37	1 283 552,00	0,00	1 011 983,77	1 003 729,35	24 924,04	853 849,56	8 254,42	24 955,75	1,942	74,313
0101	Remunerações certas e permanentes	13 520,99	981 678,00	0,00	760 693,36	754 126,51	13 520,99	727 370,71	6 566,85	13 234,81	1,377	74,095
010104	Pessoal quadros-Regime contrato indivíd. trabalho	8 371,82	413 048,00	0,00	315 971,40	315 971,40	8 371,82	300 282,38	0,00	7 317,20	2,027	72,689
01010401	Pessoal em funções	7 966,96	326 749,00	0,00	315 596,54	315 596,54	7 966,96	300 282,38	0,00	7 317,20	2,447	81,900
01010404	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	374,86	86 299,00	0,00	374,86	374,86	374,86	0,00	0,00	0,00	0,434	0,000
010106	Pessoal contratado a termo	3 074,62	264 249,00	0,00	195 959,53	195 959,53	3 074,62	189 091,38	0,00	3 793,53	1,164	71,558
01010601	Pessoal em funções	2 161,77	202 606,00	0,00	195 046,68	195 046,68	2 161,77	189 091,38	0,00	3 793,53	1,067	83,330
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	912,85	61 643,00	0,00	912,85	912,85	912,85	0,00	0,00	0,00	1,481	0,000
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	52 500,00	0,00	39 541,35	32 974,50	0,00	32 974,50	0,00	0,00	0,000	62,809
010109	Pessoal em qualquer outra situação	1 435,64	47 000,00	0,00	45 396,86	45 396,86	1 435,64	42 496,09	0,00	1 465,13	3,055	90,417
010111	Representação	638,91	22 010,00	0,00	20 948,98	20 948,98	638,91	19 662,37	0,00	647,70	2,903	89,334
010113	Subsídio de refeição	0,00	63 931,00	0,00	45 970,80	45 970,80	0,00	45 970,80	0,00	0,00	0,000	71,907
01011301	Pessoal dos quadros	0,00	30 041,00	0,00	20 796,00	20 796,00	0,00	20 796,00	0,00	0,00	0,000	69,225
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	33 890,00	0,00	25 174,80	25 174,80	0,00	25 174,80	0,00	0,00	0,000	74,284
010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	118 440,00	0,00	96 904,44	96 904,44	0,00	96 893,19	0,00	11,25	0,000	81,808
01011401	Pessoal dos quadros	0,00	63 425,00	0,00	52 303,30	52 303,30	0,00	52 303,30	0,00	0,00	0,000	82,465
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	55 015,00	0,00	44 601,14	44 601,14	0,00	44 589,89	0,00	11,25	0,000	81,050
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	39 600,00	0,00	15 661,55	15 661,55	0,00	15 624,86	0,00	36,69	0,000	39,457
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010202	Horas extraordinárias	0,00	20 000,00	0,00	5 863,16	5 863,16	0,00	5 826,47	0,00	36,69	0,000	29,132
010204	Ajudas de custo	0,00	6 000,00	0,00	3 016,42	3 016,42	0,00	3 016,42	0,00	0,00	0,000	50,274
010205	Abono para faltas	0,00	1 700,00	0,00	981,65	981,65	0,00	981,65	0,00	0,00	0,000	57,744
010213	Outros suplementos e prémios	0,00	11 800,00	0,00	5 800,32	5 800,32	0,00	5 800,32	0,00	0,00	0,000	49,155
01021302	Outros	0,00	11 800,00	0,00	5 800,32	5 800,32	0,00	5 800,32	0,00	0,00	0,000	49,155
0103	Segurança social	11 403,38	262 274,00	0,00	235 628,86	233 941,29	11 403,05	210 853,99	1 687,57	11 684,25	4,348	80,395
010301	Encargos com a saúde	0,00	34 500,00	0,00	31 993,43	31 993,43	0,00	31 993,43	0,00	0,00	0,000	92,735
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	0,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010305	Contribuições para a segurança social	11 403,38	209 874,00	0,00	188 488,29	188 488,29	11 403,05	165 400,99	0,00	11 684,25	5,433	78,810
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	5 720,11	113 341,00	0,00	92 970,13	92 970,13	5 719,78	81 581,07	0,00	5 669,28	5,047	71,978
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	980,57	16 000,00	0,00	15 697,77	15 697,77	980,57	13 666,01	0,00	1 051,19	6,129	85,413
0103050202	Regime Geral	4 739,54	97 341,00	0,00	77 272,36	77 272,36	4 739,21	67 915,06	0,00	4 618,09	4,869	69,770
01030503	Segurança social-Regime geral	5 683,27	96 033,00	0,00	95 518,16	95 518,16	5 683,27	83 819,92	0,00	6 014,97	5,818	87,282
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010309	Seguros	0,00	16 500,00	0,00	15 147,14	13 459,57	0,00	13 459,57	1 687,57	0,00	0,000	81,573

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Período anterior	Período corrente			Total	Períodos anteriores
Despesa corrente												
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	16 500,00	0,00	15 147,14	13 459,57	0,00	13 459,57	1 687,57	0,00	0,00	81,573
010310	Outras despesas de segurança social	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0103100199	Outras despesas de segurança social	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
02	Aquisição de bens e serviços	118 474,68	4 326 783,66	0,00	3 851 423,93	3 426 239,36	118 474,68	3 174 234,31	425 184,57	133 530,37	2 738	73,362
0201	Aquisição de bens	390,00	215 095,52	0,00	144 505,66	131 811,18	390,00	128 067,36	12 694,48	3 353,82	0,181	59,540
020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	58 773,99	0,00	39 440,80	38 866,41	0,00	35 804,67	574,39	3 061,74	0,000	60,919
02010201	Gasolina	0,00	14 182,35	0,00	14 074,35	13 599,12	0,00	12 522,35	475,23	1 076,77	0,000	88,295
02010202	Gasóleo	0,00	44 405,78	0,00	25 330,59	25 267,29	0,00	23 282,32	63,30	1 984,97	0,000	52,431
02010299	Outros	0,00	185,86	0,00	35,86	0,00	0,00	0,00	35,86	0,00	0,000	0,000
020104	Limpeza e higiene	0,00	500,00	0,00	264,82	264,82	0,00	264,82	0,00	0,00	0,000	52,964
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020108	Material de escritório	0,00	6 926,60	0,00	1 004,65	997,27	0,00	997,27	7,38	0,00	0,000	14,398
020115	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020118	Livros e documentação técnica	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020121	Outros bens	390,00	146 644,93	0,00	103 795,39	91 682,68	390,00	91 000,60	12 112,71	292,08	0,262	61,220
0202	Aquisição de serviços	118 084,68	4 111 688,14	0,00	3 706 918,27	3 294 428,18	118 084,68	3 046 166,95	412 490,09	130 176,55	2,872	74,086
020201	Encargos das instalações	25,81	14 530,00	0,00	13 928,38	12 934,28	25,81	12 908,47	994,10	0,00	0,178	88,840
020202	Limpeza e higiene	977,85	17 443,00	0,00	13 800,78	12 852,27	977,85	11 874,42	948,51	0,00	5,606	68,076
020203	Conservação de bens	0,00	2 755,00	0,00	676,50	676,50	0,00	676,50	0,00	0,00	0,000	24,555
020204	Locação de edifícios	0,00	19 036,00	0,00	15 337,79	15 337,79	0,00	15 337,79	0,00	0,00	0,000	80,573
020206	Locação de material de transporte	0,00	9 464,00	0,00	6 982,52	5 463,46	0,00	5 463,46	1 519,06	0,00	0,000	57,729
020208	Locação de outros bens	0,00	1 150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020209	Comunicações	0,00	23 187,00	0,00	18 900,68	17 125,97	0,00	17 125,97	1 774,71	0,00	0,000	73,860
020210	Transportes	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020211	Representação dos serviços	0,00	23 890,00	0,00	16 744,52	12 258,77	0,00	12 258,77	4 485,75	0,00	0,000	51,313
020212	Seguros	2 306,99	22 786,63	0,00	12 010,46	12 007,46	2 306,99	9 700,47	3,00	0,00	10,124	42,571
020213	Deslocações e estadas	0,00	53 320,50	0,00	43 499,38	36 782,38	0,00	36 782,38	6 717,00	0,00	0,000	68,984
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0,00	234 903,54	0,00	229 885,51	140 295,09	0,00	125 750,34	89 570,42	14 544,75	0,000	53,533
020215	Formação	0,00	14 492,50	0,00	10 112,00	5 927,50	0,00	5 927,50	4 184,50	0,00	0,000	40,900
020216	Seminários, exposições e similares	0,00	37 023,38	0,00	23 554,11	23 554,11	0,00	23 554,11	0,00	0,00	0,000	63,620
020217	Publicidade	22 743,19	217 052,38	0,00	198 613,85	193 244,40	22 743,19	167 456,80	5 389,45	3 044,41	10,478	77,150
020218	Vigilância e segurança	0,00	1 791,00	0,00	1 487,06	1 442,76	0,00	1 442,76	44,30	0,00	0,000	80,556
020219	Assistência técnica	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020220	Outros trabalhos especializados	88 959,30	3 302 656,85	0,00	2 992 970,84	2 698 879,44	88 959,30	2 498 332,75	293 091,40	112 587,39	2,694	75,646
020225	Outros serviços	3 071,54	115 956,36	0,00	108 433,89	104 646,00	3 071,54	101 574,46	3 787,89	0,00	2,649	87,597

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Período anteriores	Período corrente			Período anteriores	Período corrente
Total												
Despesa corrente												
03	Juros e outros encargos	0,00	1 000,00	0,00	5,00	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,500
0301	Juros da dívida pública	0,00	500,00	0,00	5,00	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	1,000
030103	Socied.financ.-Bancos e outras insit. financeiras	0,00	500,00	0,00	5,00	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	1,000
03010301	Emprestimos de curto prazo	0,00	500,00	0,00	5,00	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	1,000
0306	Outros encargos financeiros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
030601	Outros encargos financeiros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
04	Transferências correntes	2 841,16	7 555 012,58	0,00	7 439 910,03	5 893 924,17	2 841,16	5 890 941,17	1 545 985,86	141,84	0,038	77,974
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	6 750,00	0,00	6 400,00	5 400,00	0,00	5 400,00	1 000,00	0,00	0,000	80,000
040102	Privadas	0,00	6 750,00	0,00	6 400,00	5 400,00	0,00	5 400,00	1 000,00	0,00	0,000	80,000
0405	Administração local	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
040501	Continente	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04050101	Municípios	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	73 800,00	0,00	59 300,00	51 283,00	0,00	51 283,00	8 017,00	0,00	0,000	69,489
040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	73 800,00	0,00	59 300,00	51 283,00	0,00	51 283,00	8 017,00	0,00	0,000	69,489
0408	Famílias	2 841,16	7 473 982,58	0,00	7 374 210,03	5 837 241,17	2 841,16	5 834 256,17	1 536 986,86	141,84	0,038	78,061
040802	Outras	2 841,16	7 473 982,58	0,00	7 374 210,03	5 837 241,17	2 841,16	5 837 099,33	1 536 986,86	141,84	0,038	78,061
05	Subsídios	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
050103	Privadas	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06	Outras despesas correntes	0,00	13 550,00	0,00	8 344,99	5 596,24	0,00	5 596,24	2 746,75	0,00	0,000	41,315
0602	Diversas	0,00	13 550,00	0,00	8 344,99	5 596,24	0,00	5 596,24	2 746,75	0,00	0,000	41,315
060201	Impostos e taxas	0,00	5 000,00	0,00	2 813,02	2 813,02	0,00	2 813,02	0,00	0,00	0,000	56,260
060203	Outras	0,00	8 550,00	0,00	5 531,97	2 785,22	0,00	2 785,22	2 746,75	0,00	0,000	32,576
06020302	IVA pago	0,00	6 500,00	0,00	4 789,75	2 043,00	0,00	2 043,00	2 746,75	0,00	0,000	31,431
06020304	Serviços bancários	0,00	1 000,00	0,00	436,10	436,10	0,00	436,10	0,00	0,00	0,000	43,610
06020305	Outras	0,00	1 050,00	0,00	306,12	306,12	0,00	306,12	0,00	0,00	0,000	29,154
Despesa de capital												
07	Aquisição de bens de capital	400 691,71	2 935 227,21	0,00	2 751 959,84	2 573 444,95	400 691,71	2 165 588,34	178 514,89	7 164,90	13,651	73,779
0701	Investimentos	400 691,71	2 934 927,21	0,00	2 751 959,84	2 573 444,95	400 691,71	2 165 588,34	178 514,89	7 164,90	13,653	73,787
070104	Construções diversas	400 691,71	1 464 781,14	0,00	1 399 884,73	1 226 112,22	400 691,71	819 811,87	173 752,51	5 608,64	27,355	55,968
07010409	Signalização e trânsito	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010413	Outros	400 691,71	1 464 681,14	0,00	1 399 884,73	1 226 112,22	400 691,71	819 811,87	173 752,51	5 608,64	27,357	55,972
070106	Material de transporte	0,00	200,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,000	0,000
07010602	Outro	0,00	200,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,000	0,000
070107	Equipamento de informática	0,00	15 679,64	0,00	13 143,94	12 182,06	0,00	12 182,06	961,88	0,00	0,000	77,693
070108	Software informático	0,00	343 711,00	0,00	289 867,74	289 068,24	0,00	289 068,24	799,50	0,00	0,000	84,102

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2023

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa de capital												
070109	Equipamento administrativo	0,00	6 000,00	0,00	2 390,20	2 390,20	0,00	833,94	0,00	1 556,26	0,000	13,899
070110	Equipamento básico	0,00	1 104 505,43	0,00	1 046 692,23	1 043 692,23	0,00	1 043 692,23	3 000,00	0,00	0,000	94,494
07011002	Outro	0,00	1 104 505,43	0,00	1 046 692,23	1 043 692,23	0,00	1 043 692,23	3 000,00	0,00	0,000	94,494
070115	Outros investimentos	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0703	Bens de domínio público	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070303	Outras construções e infraestruturas	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07030301	Viadutos, arnuamentos e obras complementares	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08	Transferências de capital	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0805	Administração local	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080501	Continente	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08050101	Municípios	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10	Passivos financeiros	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1005	Empréstimos a curto prazo	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100503	Socied.financ.-Bancos e outras insitit. financeiras	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
11	Outras despesas de capital	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1102	Diversas	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
110201	Restituições	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Total Despesas Correntes		146 240,21	13 179 998,24	0,00	12 311 667,72	10 328 496,12	146 239,88	10 024 628,28	1 982 171,60	188 627,96	1,110	76,059
Total Despesas de Capital		400 691,71	2 936 277,21	0,00	2 751 959,84	2 573 444,95	400 691,71	2 165 588,34	178 514,89	7 164,90	13,646	73,753
Total Geral		546 931,92	16 116 275,45	0,00	15 063 627,56	12 902 941,07	546 931,59	12 190 216,62	2 160 686,49	165 792,86	3,394	75,639

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

Anexo XI - Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2023 a 31-12-2023

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Execução	
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início		Fim
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
01/001	2016/1.1	Aquisição de material informático	O	D6		104 096,38				2016-01-01	2028-12-01	2
01/001	2016/1.2	Aquisição de software informático	O	D6		142 978,98				2016-01-01	2028-12-01	2
01/001	2016/1.3	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		36 934,12				2016-01-01	2028-12-01	2
01/001	2016/1.5	Equipamento básico	O	D6		25 870,24				2016-01-01	2028-12-01	2
01/001	2016/1.6	Equipamento de Transporte	O	D6		71 680,00				2018-01-01	2028-12-01	2
01/001	2016/1.8	Outras construções	E	D6		51 155,00				2021-01-01	2028-12-01	0
01/002	2016/2.8	Equipamento Informático	O	D6		33 289,79				2016-01-01	2028-12-01	0
01/002	2016/2.9	Software informático	O	D6		144 635,35				2016-01-01	2028-12-01	0
01/002	2016/2.10.3	Equipamento Informático	O	D6		250,00				2017-01-01	2028-12-01	0
01/002	2022/1.7	Material Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/002	2022/1.8	Software Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/002	2022/1.9	Equipamento Básico	O	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2016/5.10	Construções diversas - Sinalização Turística	O	D6	72 210,15		409 190,82			2017-06-01	2028-12-01	0
01/003	2016/8.1.11	Equipamento básico	O	D6	250,00					2016-01-01	2028-12-01	0
01/003	2016/8.1.13	Outras construções	E	D6	767 195,26					2016-01-01	2028-12-01	2
01/003	2016/8.3.6	Construções diversas	O	D6	4 937,57		27 979,58			2016-01-01	2028-12-01	0
01/003	2016/8.4.1	Outras construções	O	D6	406 249,66		2 663 778,99	992 467,91		2018-01-01	2028-12-01	0
01/003	2016/8.5.5	Construções Diversas	O	D6	47,33		202,68			2016-01-01	2028-12-01	0
01/003	2016/17.2.6	Equipamento básico	O	D6		250,00				2021-01-01	2028-12-01	0
01/003	2016/30.1.2	Viadutos, arruamentos e obras complementares	O	D6	428 525,98					2016-01-01	2024-12-01	0
01/003	2016/30.2.5	Construções diversas	E	D6		704,95				2020-01-01	2028-12-01	0
01/003	2017/3.1.10	Aquisição de material informático	O	D6	870,66		4 933,71			2017-01-01	2028-12-01	0
01/003	2017/3.1.11	Aquisição de software informático	O	D6	37,50		212,50			2017-01-01	2028-12-01	0
01/003	2017/3.1.12	Aquisição de Equipamento Administrativo	O	D6	37,50		212,50			2019-01-01	2028-12-01	0
01/003	2017/3.1.14	Outros Investimentos	O	D6	37,50		212,50			2020-01-01	2028-12-01	0
01/003	2017/3.2.7	Aquisição de material informático	O	D6	37,50		212,50			2017-01-01	2028-12-01	0
01/003	2017/3.2.8	Aquisição de software informático	O	D6	37,50		212,50			2017-01-01	2028-12-01	0
01/003	2020/3.6.2	Equipamento de Transporte	O	D6	50,00					2021-04-01	2028-12-01	0
01/003	2020/5.7	Construções diversas	E	D6	30,00		70,00			2023-01-01	2024-12-01	0
01/003	2020/15.2.8	Equipamento informático	O	D6		250,00				2020-01-01	2028-12-01	0
01/003	2020/15.2.9	Software informático	O	D6		250,00				2020-01-01	2028-12-01	0

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2023 a 31-12-2023

Objetivo	Número do Projeto	Montante Previsto					Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %			
		Períodos Futuros					Total	Anos Anteriores	Ano 2023			Total		
		Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027							Anos Seguintes	
[1]	[2]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]= [14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]= [21]+[22]	[24]= [22]/[14]*100	[25]=[23]/ ([20]+[21])*100	
01/001	2016/1.1	13 500,00	16 808,00	14 580,00	14 857,00	15 140,00			74 885,00	29 211,38	11 967,42	41 178,80	88,65	39,56
01/001	2016/1.2	20 816,00	18 396,00	18 746,00	19 102,00	19 465,00			96 525,00	46 453,98	14 305,92	60 759,90	68,73	42,50
01/001	2016/1.3	2 000,00	2 096,00	2 135,00	2 176,00	2 217,00			10 624,00	26 310,12	833,94	27 144,06	41,70	73,49
01/001	2016/1.5	4 000,00	13 022,00	1 042,00	1 062,00	1 082,00			20 208,00	5 662,24		5 662,24	0,00	21,89
01/001	2016/1.6	50,00	25 000,00	50,00	50,00	50,00			25 200,00	46 480,00		46 480,00	0,00	64,84
01/001	2016/1.8	15 000,00	5 000,00	10 190,00	10 384,00	10 581,00			51 155,00	6 915,56		6 915,56	46,10	13,52
01/002	2016/2.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00	33 039,79		33 039,79	0,00	99,25
01/002	2016/2.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00	144 385,35		144 385,35	0,00	99,83
01/002	2016/2.10.3	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/002	2022/1.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/002	2022/1.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/002	2022/1.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2016/5.10	57 325,83	50,00	50,00	50,00	50,00			57 525,83	423 875,14	27 560,34	451 435,48	48,08	93,78
01/003	2016/8.1.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2016/8.1.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00	766 945,26		766 945,26	0,00	99,97
01/003	2016/8.3.6	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00	32 667,15		32 667,15	0,00	99,24
01/003	2016/8.4.1	1 391 930,31	50,00	50,00	50,00	50,00			1 392 130,31	2 670 366,24	1 186 027,68	3 856 393,92	85,21	94,93
01/003	2016/8.5.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2016/17.2.6	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2016/30.1.2	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			100,00	428 425,98		428 425,98	0,00	99,98
01/003	2016/30.2.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00	454,95		454,95	0,00	64,54
01/003	2017/3.1.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00	5 554,37		5 554,37	0,00	95,69
01/003	2017/3.1.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2017/3.1.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2017/3.1.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2017/3.2.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2017/3.2.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2020/3.6.2		50,00						50,00				0,00	0,00
01/003	2020/5.7		50,00						100,00				0,00	0,00
01/003	2020/15.2.8		50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00
01/003	2020/15.2.9		50,00	50,00	50,00	50,00			250,00				0,00	0,00

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2023 a 31-12-2023

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Execução	
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início		Fim
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
01/003	2020/15.3.7	Material informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2020/15.3.8	Software informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2020/15.3.9	Equipamento básico	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2020/15.3.10	Outras construções	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2021/1.21	Aquisição de material informático	O D6	D6	9 466,91		53 645,80			2021-01-01	2028-12-01	0
01/003	2021/1.22	Aquisição de software informático	O D6	D6	306,75		1 738,25			2021-01-01	2028-12-01	0
01/003	2021/2.21	Aquisição de material informático	O D6	D6		2 111,61				2021-01-01	2028-12-01	0
01/003	2021/2.22	Aquisição de software informático	O D6	D6		250,00				2021-01-01	2028-12-01	0
01/003	2021/2.23	Aquisição de equipamento administrativo	O D6	D6		2 609,99				2021-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/2.7	Material Informático	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/2.8	Software Informático	O D6	D6		152 177,44				2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/2.9	Equipamento Básico	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/2.10	Outras Construções	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/4.11	Material Informático	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/4.12	Software Informático	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/4.13	Equipamento Básico	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/4.14	Equipamento administrativo	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/8.5	Material informático	O D6	D6	250,00					2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/8.6	Software informático	O D6	D6	250,00					2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/8.7	Construções diversas	E D6	D6	141 707,66					2022-01-01	2028-12-01	0
01/003	2022/8.8	Equipamento administrativo	O D6	D6	250,00					2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/2.8	Equipamento informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/2.9	Software informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/4.10	Material informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/4.11	Software informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/4.12	Equipamento administrativo	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/4.13	Equipamento básico	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/5.3	Construções diversas	E D6	D6	250,00					2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/5.4	Sinalização	O D6	D6	250,00					2023-01-01	2028-12-01	0
01/003	2023/6.12	Aquisição de material informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/003	2023/6.13	Aquisição de software informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2023 a 31-12-2023

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Montante Previsto					Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %		
		Períodos Futuros					Total	Anos Anteriores	Ano 2023			Total	
		Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027							Anos Seguintes
[1]	[2]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]= [14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]= [21]+[22]	[24]= [22]/[14]*100	[25]=[23]/ ([20]+[21])*100
01/003	2020/15.3.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2020/15.3.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2020/15.3.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2020/15.3.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2021/1.21	264,64	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	464,64	62 648,07	214,64	62 862,71	81,11	99,60
01/003	2021/1.22	1 845,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	2 045,00				0,00	0,00
01/003	2021/2.21	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00	1 861,61		1 861,61	0,00	88,16
01/003	2021/2.22	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2021/2.23	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00	2 359,99		2 359,99	0,00	90,42
01/003	2022/2.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/2.8	50,00	151 977,44	50,00	50,00	50,00	50,00	152 177,44				0,00	0,00
01/003	2022/2.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/2.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/4.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/4.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/4.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/4.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/8.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/8.6	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2022/8.7	50,00	141 507,66	50,00	50,00	50,00	50,00	141 707,66				0,00	0,00
01/003	2022/8.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/2.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/2.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/4.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/4.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/4.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/4.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/5.3	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/5.4	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/6.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/6.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2023 a 31-12-2023

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Execução	
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início		Fim
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
01/003	2023/6.14	Aquisição de equipamento administrativo	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/003	2023/6.15	Equipamento básico	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/003	2023/7.12	Aquisição de material informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/003	2023/7.13	Aquisição de software informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/003	2023/7.14	Aquisição de equipamento administrativo	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/003	2023/7.15	Equipamento básico	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/003	2023/8.14	Aquisição de equipamento administrativo	O D6	D6		500,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2016/16.1.5	Equipamento básico	O D6	D6		250,00				2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.2.5	Aquisição de equipamentos/maquinarias	O D6	D6	105 469,47					2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.2.13	Material de transporte	O D6	D6	18 500,00					2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.3.4	Equipamento básico	O D6	D6	1 200,00					2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.4.5	Aquisição de equipamentos/maquinarias	O D6	D6	432 525,61		1 297 576,83			2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.5.14	Equipamento básico	O D6	D6	20 991,69		25 480,95			2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.5.15	Material Informático	O D6	D6	14 721,27		17 869,55			2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.5.16	Software Informático	O D6	D6	250,00					2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.5.17	Aquisição de equipamento Administrativo	O D6	D6	451,70		548,30			2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/16.5.19	Construções Diversas	O D6	D6	146,80		178,20			2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2016/18.9	Construções diversas	E D6	D6		250,00				2016-01-01	2028-12-01	0
01/004	2019/2.10	Material informático	O D6	D6	250,00					2019-01-01	2028-12-01	0
01/004	2019/2.11	Software informático	O D6	D6	250,00					2019-01-01	2028-12-01	0
01/004	2019/2.13	Equipamento Administrativo	O D6	D6	250,00					2019-01-01	2028-12-01	0
01/004	2019/2.14	Equipamento básico	O D6	D6	5 797,00		17 391,00			2019-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/6.12	Material informático	O D6	D6	250,00					2020-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/6.13	Software informático	O D6	D6	250,00					2020-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/6.14	Equipamento Administrativo	O D6	D6	250,00					2020-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/6.15	Equipamento Básico	O D6	D6	12 712,76		15 537,82			2020-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/8.11	Material informático	O D6	D6	250,00					2020-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/8.12	Software informático	O D6	D6	250,00					2020-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/8.13	Equipamento Administrativo	O D6	D6	250,00					2020-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/8.14	Equipamento Básico	O D6	D6	250,00					2020-01-01	2028-12-01	0
01/004	2020/8.15	Equipamento de Transporte	O D6	D6	250,00					2023-01-01	2028-12-01	0

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2023 a 31-12-2023

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Montante Previsto					Montante Executado		Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %			
		Períodos Futuros					Anos Anteriores	Total					
		Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027					Anos Seguintes		
[1]	[2]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]= [14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]= [21]+[22]	[24]= [22]/[14]*100	[25]=[23]/ ([20]+[21])*100
01/003	2023/6.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/6.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/7.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/7.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/7.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/7.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/003	2023/8.14		500,00					500,00				0,00	0,00
01/004	2016/16.1.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2016/16.2.5	50,00	25 000,00	25 475,00	25 960,00	26 453,00	50,00	102 938,00	2 531,47		2 531,47	0,00	2,40
01/004	2016/16.2.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00	18 250,00		18 250,00	0,00	98,65
01/004	2016/16.3.4	1 000,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	1 200,00				0,00	0,00
01/004	2016/16.4.5	5 000,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	5 200,00	1 724 902,44		1 724 902,44	0,00	99,70
01/004	2016/16.5.14	4 679,60	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	4 879,60	41 593,04	4 629,60	46 222,64	98,93	99,46
01/004	2016/16.5.15	615,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	815,00	31 775,82		31 775,82	0,00	97,50
01/004	2016/16.5.16	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2016/16.5.17	800,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	1 000,00				0,00	0,00
01/004	2016/16.5.19	125,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	325,00				0,00	0,00
01/004	2016/18.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2019/2.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2019/2.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2019/2.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2019/2.14	22 988,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	23 188,00	22 804,20		22 804,20	99,20	98,34
01/004	2020/6.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2020/6.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2020/6.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2020/6.15	2 237,83	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	2 437,83	25 812,75	1 237,83	27 050,58	55,31	95,75
01/004	2020/8.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2020/8.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2020/8.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2020/8.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2020/8.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2023 a 31-12-2023

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Execução	
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início		Fim
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
01/004	2021/10.11	Material Informático	O D6	D6		250,00				2021-01-01	2028-12-01	0
01/004	2021/10.12	Software Informático	O D6	D6		250,00				2021-01-01	2028-12-01	0
01/004	2021/10.13	Equipamento Administrativo	O D6	D6		250,00				2021-01-01	2028-12-01	0
01/004	2021/10.14	Equipamento Básico	O D6	D6	12 476,37		70 699,43			2021-01-01	2028-12-01	0
01/004	2023/9.12	Aquisição de material informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/9.13	Aquisição de software informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/9.14	Aquisição de equipamento administrativo	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/9.15	Equipamento básico	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/10.12	Aquisição de material informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/10.13	Aquisição de software informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/10.14	Aquisição de equipamento administrativo	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/10.15	Equipamento básico	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/11.12	Aquisição de material informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2023-12-31	0
01/004	2023/11.13	Aquisição de software informático	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/11.14	Aquisição de equipamento administrativo	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/004	2023/11.15	Equipamento básico	O D6	D6		250,00				2023-01-01	2027-12-01	0
01/005	2022/5.1.5	Aquisição de software	O D6	D6	62,50		187,50			2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/5.1.9	Equipamento de Informática	O D6	D6	62,50		187,50			2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/5.1.10	Sinalização e Trânsito	O D6	D6	19 265,88		57 797,63			2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/6.7	Material Informático	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/6.8	Software Informático	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/6.9	Equipamento Básico	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/7.9	Outras construções	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/7.10	Equipamento de transporte	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/7.11	Material de Informática	O D6	D6		250,00				2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/7.12	Software Informático	O D6	D6		48 000,00	272 000,00			2022-01-01	2028-12-01	0
01/005	2022/7.13	Equipamento Básico	O D6	D6	225 887,20		838 112,80			2022-01-01	2028-12-01	0
01/006	2016/27.22	Aquisição de material informático	O D6	D6	629,48		3 567,06			2016-01-01	2028-12-01	0
01/006	2016/27.23	Aquisição de software informático	O D6	D6	223,47		1 266,36			2016-01-01	2028-12-01	0
01/006	2016/27.24	Aquisição de equipamento administrativo	O D6	D6	691,53		3 918,66			2016-01-01	2028-12-01	0
Total:					2 476 468,98	1 062 375,53	5 784 921,92	992 467,91				

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2023 a 31-12-2023

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Montante Previsto					Montante Executado		Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %			
		Períodos Futuros					Anos Anteriores	Total					
		Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027					Anos Seguintes		
[1]	[2]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]= [14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]= [21]+[22]	[24]= [22]/[14]*100	[25]=[23]/ ([20]+[21])*100
01/004	2021/10.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2021/10.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2021/10.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2021/10.14		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00	82 975,80		82 975,80	0,00	99,76
01/004	2023/9.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/9.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/9.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/9.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/10.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/10.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/10.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/10.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/11.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/11.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/11.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/004	2023/11.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/5.1.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/5.1.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/5.1.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00	76 813,50		76 813,50	0,00	99,68
01/005	2022/6.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/6.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/6.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/7.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/7.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/7.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00				0,00	0,00
01/005	2022/7.12	319 800,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	320 000,00	274 762,32		274 762,32	85,92	85,86
01/005	2022/7.13	1 063 800,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	1 064 000,00	1 015 020,60		1 015 020,60	95,41	95,40
01/006	2016/27.22		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00	3 946,54		3 946,54	0,00	94,04
01/006	2016/27.23		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00	1 239,83		1 239,83	0,00	83,22
01/006	2016/27.24		2 500,00	50,00	50,00	50,00	50,00	2 700,00	1 910,19		1 910,19	0,00	41,43
Total:		2 935 227,21	404 957,10	77 818,00	79 191,00	80 588,00	80 588,00	3 577 781,31	6 738 453,00	2 566 280,05	9 304 733,05	87,43	90,20

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2023
(unidade: €)

Obj. Prog	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)							
							RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total									
																					Total	Total					
Funções Gerais																											
01	001	2016/1	1	Unidade Gestão Administrativa e Financeira	01 070107	O	100					01/2016	12/2028	13 500,00	61 385,00	74 885,00	29 211,38	11 967,42	41 178,80	88,65	39,56						
01	001	2016/1	2	Organização e Gestão Interna	01 070108	O	100					01/2016	12/2028	20 816,00	75 709,00	96 525,00	46 453,98	14 305,92	60 759,90	68,73	42,50						
01	001	2016/1	3	Aquisição de material informático	01 070109	O	100					01/2016	12/2028	2 000,00	8 624,00	10 624,00	26 310,12	833,94	27 144,06	41,70	73,49						
01	001	2016/1	5	Aquisição de equipamento administrativo	01 07011002	O	100					01/2016	12/2028	4 000,00	16 208,00	20 208,00	5 662,24	0,00	5 662,24	0,00	21,89						
01	001	2016/1	6	Equipamento básico	01 07010602	O	100					01/2018	12/2028	50,00	25 150,00	25 200,00	46 480,00	0,00	46 480,00	0,00	64,84						
01	001	2016/1	8	Equipamento de Transporte	01 07010413	E	100					01/2021	12/2028	15 000,00	36 155,00	51 155,00	0,00	6 915,56	6 915,56	46,10	13,52						
														Totais do Programa 001:		278 597,00	223 231,00	154 117,72	34 022,84	188 140,56	61,45	43,48					
01	002	2016/2	10/3	Unidade de Modernização da Administração Local	01 070107	O	100					01/2017	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
01	002	2022/1	7	Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões - Um Modelo Catorze Municípios	01 070107	O	100					01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
01	002	2022/1	8	Equipamento Informático	01 070108	O	100					01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
01	002	2022/1	9	Software informático	01 07011002	O	100					01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
01	002	2022/1	10	Gestão e Conhecimento do Território para a Tomada de Decisão	01 070107	O	100					01/2022	12/2028	300,00	1 200,00	1 500,00	177 425,14	0,00	177 425,14	0,00	99,16						
														Totais do Programa 002:		1 500,00	1 200,00	1 500,00	177 425,14	0,00	177 425,14	0,00	177 425,14	0,00	99,16		
01	003	2016/5	10	Centro de Serviços Partilhados Viseu Dão Lafões	01 07010413	O	15	85				06/2017	12/2028	57 325,83	200,00	57 525,83	423 875,14	27 560,34	451 435,48	48,08	93,78						
01	003	2016/6	1	Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Re Marca Viseu Dão Lafões - Produtos Turísticos Integrados	01 07011002	O	100					01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
01	003	2016/6	1/11	Construções diversas - Sinalização Turística	01 07010413	E	100					01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	766 945,26	0,00	766 945,26	0,00	99,97						
01	003	2016/6	1/13	Produtos Compósitos de Turismo de Natureza	01 07010413	O	15	85				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	32 667,15	0,00	32 667,15	0,00	99,24						
01	003	2016/6	3	Ecopista do Dão	01 07011002	O	100					01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
01	003	2016/6	3/6	Equipamento básico	01 07010413	E	100					01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	766 945,26	0,00	766 945,26	0,00	99,97						
01	003	2016/6	4	Outras construções	01 07010413	O	15	85				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	32 667,15	0,00	32 667,15	0,00	99,24						
01	003	2016/6	4/1	Sinalização dos produtos turísticos de Viseu Dão Lafões - Património Natural	01 07010413	O	10	66	24			01/2018	12/2028	1 391 930,31	200,00	1 392 130,31	2 670 366,24	1 186 027,68	3 856 393,92	85,21	94,93						
01	003	2016/6	5	Ecopista do Vouga	01 07030301	O	19	81				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
01	003	2016/6	5/5	Outras construções	01 07030301	O	19	81				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
01	003	2016/17		Aldeias da Serra do Caramulo	01 07030301	O	19	81				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
														Totais do Programa 003:		3 856 393,92	1 186 027,68	2 670 366,24	1 186 027,68	3 856 393,92	85,21	94,93					
														Totais do Programa 004:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
														Totais do Programa 005:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
														Totais do Programa 006:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
														Totais do Programa 007:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
														Totais do Programa 008:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
														Totais do Programa 009:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
														Totais do Programa 010:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2023
(unidade: €)

Obj. Prog	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)
						RP	RG	UE	EM	Inicio	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Ano	Anos Anteriores	Total		
01	Funções Gerais																		
01 003	Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Re																		
01 003 2016/17 2	Projetos no Domínio da Eficiência Energética																		
01 003 2016/17 2/6	Equipamento básico																		
01 003 2016/30	Contratos Interadministrativos																		
01 003 2016/30 1	Requalificação da Estrada Municipal 604 - Ligação Mangualde a Penalva do Castelo																		
01 003 2016/30 1/2	Viadutos, arruamentos e obras complementares																		
01 003 2016/30 2	Outros Contratos																		
01 003 2016/30 2/5	Construções diversas																		
01 003 2017/3	Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões																		
01 003 2017/3 1	Projetos intermunicipais para o sucesso educativo em Viseu Dão Lafões																		
01 003 2017/3 1/10	Aquisição de material informático																		
01 003 2017/3 1/11	Aquisição de software informático																		
01 003 2017/3 1/12	Aquisição de Equipamento Administrativo																		
01 003 2017/3 1/14	Outros Investimentos																		
01 003 2017/3 2	Escolas empreendedoras em Viseu Dão Lafões																		
01 003 2017/3 2/7	Aquisição de material informático																		
01 003 2017/3 2/8	Aquisição de software informático																		
01 003 2020/3	Coesão Social Viseu Dão Lafões																		
01 003 2020/3 6	Unidades Móveis de Saúde na Região Viseu Dão Lafões																		
01 003 2020/3 6/2	Equipamento de Transporte																		
01 003 2020/5	MEG - Rota do Megallismo da Região Viseu Dão Lafões																		
01 003 2020/5 7	Construções diversas																		
01 003 2020/15	Portugal 2030/Viseu Dão Lafões 2030																		
01 003 2020/15 2	Projetos de Cidade, Vilas e Regiões Inteligentes																		
01 003 2020/15 2/8	Equipamento informático																		
01 003 2020/15 2/9	Software informático																		
01 003 2020/15 3	Outros Projetos																		
01 003 2020/15 3/7	Material informático																		
01 003 2020/15 3/8	Software informático																		
01 003 2020/15 3/9	Equipamento básico																		
01 003 2020/15 3/10	Outras construções																		
01 003 2021/1	Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões																		
01 003 2021/1 21	Aquisição de material informático																		
01 003 2021/1 22	Aquisição de software informático																		

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2023
(unidade: €)

(designação da autarquia local)

Obj. Prog	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Global (%)
						RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	
01	Funções Gerais																
01 003	Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Re																
01 003 2021/2	Centro de Informação Europe Direct Viseu Dão Lafões																
01 003 2021/2 21	Aquisição de material informático																
01 003 2021/2 22	Aquisição de software informático																
01 003 2021/2 23	Aquisição de equipamento administrativo																
01 003 2022/2	Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Intermunicipais (Resiliência / Transição Digital / Transição Climática)																
01 003 2022/2 7	Material Informático																
01 003 2022/2 8	Software Informático																
01 003 2022/2 9	Equipamento Básico																
01 003 2022/2 10	Outras Construções																
01 003 2022/4	Economia Circular na região Viseu dão Lafões																
01 003 2022/4 11	Material Informático																
01 003 2022/4 12	Software Informático																
01 003 2022/4 13	Equipamento Básico																
01 003 2022/4 14	Equipamento administrativo																
01 003 2022/8	Espaços Coworking																
01 003 2022/8 5	Material informático																
01 003 2022/8 6	Software informático																
01 003 2022/8 7	Construções diversas																
01 003 2022/8 8	Equipamento administrativo																
01 003 2023/2	Outros Projetos Comunitários																
01 003 2023/2 8	Equipamento informático																
01 003 2023/2 9	Software informático																
01 003 2023/4	Projeto "STOP_WASTE" - Enhancing the efficiency of policy instruments for accelerating waste generation prevention																
01 003 2023/4 10	Material Informático																
01 003 2023/4 11	Software informático																
01 003 2023/4 12	Equipamento administrativo																
01 003 2023/4 13	Equipamento básico																
01 003 2023/5	Cicloviarias / Ecovias Viseu Dão Lafões (Walking & Cycling)																
01 003 2023/5 3	Construções diversas																
01 003 2023/5 4	Sinalização																
01 003 2023/6	ECOPAT																
01 003 2023/6 12	Aquisição de material informático																

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2023
(unidade: €)

(designação da autarquia local)

Obj. Prog	Projeto	Ano / N° / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)	
						RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
Funções Gerais																				
01	003	2023/6	13	01 070108	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2023/6	14	01 070109	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2023/6	15	01 07011002	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2023/7																		
01	003	2023/7	12	01 070107	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2023/7	13	01 070108	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2023/7	14	01 070109	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2023/7	15	01 07011002	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2023/8																		
01	003	2023/8	14	01 070109	O	100				01/2023	12/2027	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
											Totais do Programa 003:		1 453 915,78	304 635,10	1 758 550,88	4 395 158,76	1 213 802,66	5 608 961,42	83,49	91,15
Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal																				
01	004	2016/16																		
01	004	2016/16	1	01 07011002	O	100				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2016/16	1/5	01 07011002	O	100				01/2016	12/2028	50,00	102 888,00	102 938,00	2 531,47	0,00	2 531,47	0,00	2,40	
01	004	2016/16	2	01 07010602	O	100				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	18 250,00	0,00	18 250,00	0,00	98,65	
01	004	2016/16	3	01 07011002	O	100				01/2016	12/2028	1 000,00	200,00	1 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2016/16	3/4	01 07011002	O	100				01/2016	12/2028	1 000,00	200,00	1 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2016/16	4	01 07011002	O	100				01/2016	12/2028	5 000,00	200,00	5 200,00	1 724 902,44	0,00	1 724 902,44	0,00	99,70	
01	004	2016/16	4/5	01 07011002	O	25	75			01/2016	12/2028	5 000,00	200,00	5 200,00	1 724 902,44	0,00	1 724 902,44	0,00	99,70	
01	004	2016/16	5	01 07011002	O	45	55			01/2016	12/2028	4 679,60	200,00	4 879,60	41 593,04	4 629,60	46 222,64	98,93	99,46	
01	004	2016/16	5/14	01 070107	O	45	55			01/2016	12/2028	615,00	200,00	815,00	31 775,82	0,00	31 775,82	0,00	97,50	
01	004	2016/16	5/15	01 070108	O	100				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2016/16	5/16	01 070109	O	45	55			01/2016	12/2028	800,00	200,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2016/16	5/17	01 07010413	O	45	55			01/2016	12/2028	125,00	200,00	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2016/18																		
01	004	2016/18	9	01 07010413	E	100				01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2019/2																		
01	004	2019/2	10	01 070107	O	100				01/2019	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2023
(unidade: €)

(designação da autarquia local)

Obj. Prog	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Global (%)		
					RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Ano	Anos Anteriores		Total	
01	Funções Gerais																	
01 004	Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal																	
01 004 2019/2	11	Software informático	01 070108	O	100				01/2019	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2019/2	13	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2019	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2019/2	14	Equipamento básico	01 07011002	O	25	75			01/2019	12/2028	22 988,00	200,00		23 188,00	0,00	22 804,20	99,20	98,34
01 004 2020/6		Life Nieblas																
01 004 2020/6	12	Material informático	01 070107	O	100				01/2020	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2020/6	13	Software informático	01 070108	O	100				01/2020	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2020/6	14	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2020	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2020/6	15	Equipamento Básico	01 07011002	O	45	55			01/2020	12/2028	2 237,83	200,00		2 437,83	25 812,75	1 237,83	27 050,58	95,75
01 004 2020/8		Outros Projetos no âmbito da Proteção Civil e da Defesa das Florestas																
01 004 2020/8	11	Material Informático	01 070107	O	100				01/2020	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2020/8	12	Software informático	01 070108	O	100				01/2020	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2020/8	13	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2020	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2020/8	14	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2020	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2020/8	15	Equipamento de Transporte	01 07010602	O	100				01/2023	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2021/10		Deleção e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina																
01 004 2021/10	11	Material Informático	01 070107	O	100				01/2021	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2021/10	12	Software Informático	01 070108	O	100				01/2021	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2021/10	13	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2021	12/2028	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2021/10	14	Equipamento Básico	01 07011002	O	15	85			01/2021	12/2028	0,00	200,00		200,00	82 975,80	0,00	82 975,80	99,76
01 004 2023/9		An-Gel																
01 004 2023/9	12	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/9	13	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/9	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/9	15	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/10		E-Rigation																
01 004 2023/10	12	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/10	13	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/10	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/10	15	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/11		Emancipation																
01 004 2023/11	12	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2023	12/2023	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/11	13	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 004 2023/11	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00		250,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2023
(unidade: €)

(designação da autarquia local)

Obj. Prog	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execucac Anual (%)	Nível Execucac Global (%)							
						RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Ano	Anos Anteriores			Total						
01	Funções Gerais																								
01 004	Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal																								
01 004 2023/11	15		Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2023	12/2027	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
												38 995,43	110 688,00	149 683,43	1 927 841,32	1 956 512,95	73,53	94,18							
												Totais do Programa 004:													
01 005	Unidade de Mobilidade e Transportes																								
01 005 2022/5			Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões																						
01 005 2022/5 1			Organização, Gestão, Monitorização e Fiscalização da Autoridade de Transportes	01 070108	O	25	75			01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
01 005 2022/5 1/5			Aquisição de software	01 070107	O	25	75			01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
01 005 2022/5 1/9			Equipamento de Informática	01 07010409	O	25	75			01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	76 813,50	0,00	0,00	0,00	99,68						
01 005 2022/5 1/10			Signalização e Trânsito																						
01 005 2022/6			Outros Projectos Intermunicipais no âmbito da Mobilidade e Transportes																						
01 005 2022/6 7			Material Informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
01 005 2022/6 8			Software Informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
01 005 2022/6 9			Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
01 005 2022/7			Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões																						
01 005 2022/7 9			Outras construções	01 07010413	O	100				01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
01 005 2022/7 10			Equipamento de transporte	01 07010602	O	100				01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
01 005 2022/7 11			Material de Informática	01 070107	O	100				01/2022	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
01 005 2022/7 12			Software Informático	01 070108	O	15	85			01/2022	12/2028	319 800,00	200,00	320 000,00	0,00	0,00	0,00	274 762,32	85,86						
01 005 2022/7 13			Equipamento Básico	01 07011002	O	21	79			01/2022	12/2028	1 063 800,00	200,00	1 064 000,00	0,00	0,00	0,00	1 015 020,60	95,41						
												Totais do Programa 005:						1 384 050,00	2 200,00	1 386 250,00	76 813,50	1 289 782,92	1 366 596,42	93,19	93,41
01 006	Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização																								
01 006 2016/27			Assistência Técnica - Contratualização																						
01 006 2016/27 22			Aquisição de material informático	01 070107	O	15	85			01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	3 946,54	0,00	94,04					
01 006 2016/27 23			Aquisição de software informático	01 070108	O	15	85			01/2016	12/2028	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	1 239,83	0,00	83,22					
01 006 2016/27 24			Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	15	85			01/2016	12/2028	2 500,00	200,00	2 700,00	0,00	0,00	0,00	1 910,19	0,00	41,43					
												Totais do Programa 006:						2 600,00	600,00	3 200,00	7 096,56	0,00	7 096,56	0,00	86,92
												Totais do Objetivo 01:						2 935 227,21	642 554,10	3 577 781,31	6 738 453,00	2 566 280,05	9 304 733,05	87,43	90,20
												Total Geral						2 935 227,21	642 554,10	3 577 781,31	6 738 453,00	2 566 280,05	9 304 733,05	87,43	90,20

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Outros documentos - LCPA



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

DECLARAÇÃO

(para efeitos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, alínea b))

O Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação introduzida pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, identifica a relação de recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2023. Em conformidade com a opção estabelecida no artigo 17.º, n.º 1 do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, para efeitos de cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, os recebimentos em atraso são declarados, na sua maioria, de forma agregada em cada uma das situações abaixo identificadas, uma vez que têm a mesma natureza e o seu valor individualmente considerado é inferior a € 5.000, estando devidamente identificados aqueles que são superiores a este montante.

Recebimentos em atraso:

Conta de Terceiros	Entidade/Natureza	Valor
2111	Municípios associados da CIM - Quotizações	24 983,71
	Municípios associados da CIM - Protocolos	80 967,66
	Município de Santa Comba Dão - Protocolo celebrado no âmbito do projeto "Sistema Integrado de Videovigilância para a prevenção de incêndios florestais na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões"	5 850,27
	Município de Santa Comba Dão - Acordo de Financiamento das competências delegadas na CIM enquanto Autoridade de Transportes	65 639,90
	Município de São Pedro do Sul - Acordo de Financiamento das competências delegadas na CIM enquanto Autoridade de Transportes	48 555,30
	Município de São Pedro do Sul - Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a transformação da linha do vouga em Ecopista do Vouga	11 397,30
	Município de Santa Comba Dão - Contrato Interadministrativo de delegação de competências relativas à gestão da Ecopista do Dão	5 372,40
	Associações de Bombeiros Voluntários - EPI's	120,03
	Fornecedores Central de Compras - FEE's	4 362,78
	Assinantes Revista "Beira Alta" + vendas	2 079,00
	Outras entidades - Protocolos de colaboração	500,00
	TOTAL	249 828,35



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Mais declara que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões não tem pagamentos em atraso.

Tondela, 25 de janeiro de 2024

O Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões

(Dr. Nuno Martinho)



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

DECLARAÇÃO

O Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, para os efeitos previstos na alínea a) do nº1 do art.º 15º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro na redação introduzida pela Lei nº22/2015, de 17 de março, declara que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2023 se encontram devidamente registados na base de dados central, na aplicação SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística – do ERP da AIRC, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante (€)
2024	6.925.939,34€
2025	457.575,73€
2026	239.196,97€
2027	106.445,92€
Seguintes	519.762,15

Tondela, 25 de janeiro de 2024

O Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões



(Dr. Nuno Martinho)